

Sandra Mara Benvegnú

Décadas de Poder:

O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra
1945 – 1967

Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Setti Reckziegel
Orientadora

Passo Fundo, setembro de 2006.

Sandra Mara Benvegnú

Décadas de Poder:

O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra
1945 – 1967

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em história, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2006

B478d Benvegnú, Sandra Mara

Décadas de poder : o PTB e a ação política de César Santos na
Metrópole da Serra 1945-1967 / Sandra Mara Benvegnú. – 2006.
261 f. ; 29 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2006.
Orientação: Dr^a. Ana Luiza Setti Reckziegel.

1. Partidos políticos – História. 2. Partido Trabalhista
Brasileiro. 3. Passo Fundo – História. I. Reckziegel, Ana Luiza
Setti, orient. II. Título.

CDU: 329

Catálogo: bibliotecário Juliano de Lima Rodrigues - CRB 10/1642

Este trabalho é dedicado aos meus filhos como exemplo de um recomeçar;
Ao Paulo Barquete que demonstra sempre, de todas as formas, o verdadeiro sentido da
palavra “irmão”;
À minha mãe que silenciosamente valoriza minha luta.

A prática da pesquisa é, normalmente, marcada por um tempo de solidão. Mas, pelo número de pessoas que contribuíram e que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho não se constituiu para mim numa ação isolada, mas numa criação coletiva, compartilhada.

Nesse sentido, são muitos a quem devo agradecimentos. Primeiramente ao professor Haroldo Carvalho, pelo apoio e auxílio bondoso, teve parcela importante de contribuição na caminhada que me trouxe até aqui. À professora Ana Luiza que me conduziu na arte da pesquisa nos primeiros tempos da formação acadêmica. Agradeço seu apoio intelectual, sua orientação pacienciosa e suas sugestões cuidadosas. Ao Benhur pelas discussões proveitosas, companheiro sempre presente. Ao Renan, como um filho querido me atribuindo capacidade e fluência desmedidas, forma carinhosa de demonstração de apreço e apoio. Da mesma forma o André Piasson, valorizando minha forma de escrita. A presteza da Caroline Guerreiro nas consultas jurídicas. Andréia, ouvinte paciente de todas as horas. Ao Marco Antônio e Heleno Damian, pelas informações oportunas. A Liana do *Diário da Manhã*, solícita no empréstimo daquele periódico. O empenho da disponibilização dos arquivos pessoais de César Santos, por César Santos Filho. Também a Deise, a Tiane, enfim, a todos aqueles que de uma forma ou outra, contribuíram para a realização desse trabalho.

... onde o homem passou, onde deixou qualquer marca
de sua vida e de sua inteligência, aí está a história.

Fustel de Coulanges

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADP – Ação Democrática Popular
- ANL – Aliança Nacional Libertadora
- ARENA – Aliança Renovadora nacional
- CEUA – Centro de Estudantes Universitários de Agronomia
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação
- CUC – Consórcio Universitário Católico
- DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- FUP – Fundação Universitária Passo-fundense
- LEC – Liga Eleitoral Católica
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- MTR – Movimento Trabalhista Renovador
- MRT – Movimento de Renovação Trabalhista
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PDC – Partido Democrata Cristão
- PL – Partido Libertador
- PRL – Partido Republicano Liberal
- PRP – Partido de Representação Popular
- PRR – Partido Republicano Rio-grandense
- PSD – Partido Social Democrático
- PSDA – Partido Social Democrático Autonomista
- PSP – Partido Social Progressista
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PTN – Partido Trabalhista nacional

- RS – Rio Grande do Sul
- SEAV – Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário
- SPU – Sociedade Universidade de Passo Fundo
- SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária
- UDN – União Democrática Nacional
- USB – União Social Brasileira

RESUMO

Essa investigação centra-se na análise do processo de formação, consolidação e enfraquecimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Passo Fundo, no período compreendido entre os anos de 1945-1967. Nesse contexto destacaram-se os conflitos ocorridos no interior do próprio PTB que opuseram a principal liderança trabalhista local, César Santos, com a chamada “ala rebelde”, representada por Daniel Dipp. A trajetória do PTB passo-fundense se toca em muitas ocasiões com o perfil do partido em escala nacional, no entanto apresenta particularidades que por si só estiveram a merecer um estudo detalhado das relações de poder que se configuraram na então denominada “Metrópole da Serra”.

A tentativa de implantação do ensino superior local, através da criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), que no imaginário político transformaria a cidade na “Coimbra brasileira”, foi altamente conflituosa. As lideranças anti-petebistas e os desafetos pessoais de César Santos, encontraram no golpe de 1964, o anteparo necessário para a queda arrasadora do PTB local e também o afastamento de César Santos da direção da SPU.

De fundamental importância para o acirramento dos conflitos entre as alas em que se dividiu o PTB foi a imprensa local, através dos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã* que ao explorar rivalidades pessoais e políticas existentes entre ambos, agiram como duas forças paralelas, aquelas que se enfrentavam também no espaço político-partidário.

Palavras chave: Partido Trabalhista Brasileiro, relações de poder, César Santos.

RESUMEN

Esa investigación se centra en el análisis del proceso de formación, consolidación y enflaquecimiento del Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) en Passo Fundo, en el período comprendido entre los años de 1945-1967. En ese contexto se destacaron los conflictos ocurridos en el interior del propio PTB que opusieron el principal liderazgo trabajista local, César Santos, con la llamada “ala rebelde”, representada por Daniel Dipp. La trayectoria de PTB pasofundense se toca en muchas ocasiones con el perfil del partido en escala nacional, mientras tanto presenta particularidades que por si solo estuvieron a merecer un estudio detallado de las relaciones del poder que se configuraron en la entonces denominada “Metrópole da Serra”.

El intento de implantación de la enseñanza superior local, a través de la creación de la Sociedad Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), que en imaginario político transformaría la ciudad en la “Coimbra brasileira”, fue altamente conflictuosa. Los liderazgos antipetebistas y los desafectos personales de César Santos, encontraron en el golpe de 1964, el anteparo necesario para la caída arrasadora del PTB local y también el aislamiento de César Santos de la dirección de la SPU.

De fundamental importancia para el acirramiento de los conflictos entre las alas en que se dividió el PTB fue la imprenta local, a través de los periódicos *O Nacional* y *Diário da Manhã*, que al explotar rivalidades personales y políticas existentes entre ambos, actuaron como dos fuerzas paralelas, aquellas que se enfrentaban también en el espacio político-partidario.

Palabras clave: Partido Trabalhista Brasileiro, relaciones de poder, César Santos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A POLÍTICA NA METRÓPOLE DA SERRA.....	21
1.1. 1945: César Santos em Passo Fundo.....	21
1.2. A formação do PTB.....	28
1.3. Conflitos à vista: a primeira expulsão no PTB.....	37
1.4. O início da política eleitoral: César Santos na Assembléia Estadual	48
1.5. Vitória trabalhista: a coligação PTB-UDN de 1947	51
1.6. A consagração do PTB em Passo Fundo.....	59
1.7. O embate entre César Santos e D. Cláudio Colling: a emenda Nelson Carneiro	69
2. “INCONCILIÁVEIS OS ANTAGONISMOS”: A CISÃO TRABALHISTA	80
2.1. A eleição da Ala Moça	80
2.2. A Convenção trabalhista municipal de 1957.....	89
2.3. “O tostão há de derrotar o milhão”: o caso Daniel Dipp.....	93
2.4. A campanha eleitoral de 1958: unidade dividida	103
2.5. “Quem se alista na legião trabalhista tem visão...”	119

3. “A LUTA DE DOIS CALIFAS”: CÉSAR SANTOS E DANIEL DIPP	129
3.1. Ala rebelde: movimento de pacificação.....	129
3.2. O caso de Passo Fundo: mediadores da Executiva Regional	139
3.3. Divisão no trabalhismo local: Executiva e ala rebelde.....	146
3.4. Fomos expulsos!	151
3.5. Política acima do poncho: as eleições municipais de 1959	160
 4. O ENFRAQUECIMENTO E A QUEDA DO PTB LOCAL, A SOCIEDADE PRÓ- UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – SPU	 169
4.1. Perdendo a vez: as eleições de 1960.....	169
4.2. A sucessão estadual de 1962	176
4.3. As eleições municipais de 1963 e a derrota do PTB local.....	179
4.4. “Coimbra brasileira?”: a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo – SPU	 185
4.5. A crise na Faculdade de Agronomia.....	195
4.6. A “revolução saneadora” e a intervenção na SPU.....	204
4.7. O cerco à SPU	223
4.8. Epílogo de uma história... ..	232
 CONSIDERAÇÕES FINAIS... ..	 236
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245
FONTES PRIMÁRIAS	250
ANEXOS	251

INTRODUÇÃO

A História, afirma Delgado, “é um processo em construção permanente”, onde o tempo e o espaço, senhores desse processo, ao passar deixam marcas e sinais, evidenciando a presença de sujeitos individuais e coletivos. Essa dinâmica que envolve ações e reações são as “variáveis que constituem a complexa rede de inserção do homem na vida em comunidade”. É nesse intrincado tabuleiro de realidades que se formam, que a história política se mostra e se inter-relaciona, advindo daí dinâmicas marcadas por consensos ou conflitos.¹

O campo político, segundo Rémond, não tem fronteiras determinadas. Ora se dilata absorvendo todas as realidades até atingir o espaço privado, ora se retrai completamente, variações essas que ao obedecer “necessidades externas, refletem também as flutuações do espírito público”, impossibilitando dessa forma, explicá-lo através de espaços e objetos determinados. É, porém, entendido pela via mais constante que o referencia, isto é, o poder, uma vez que a política relaciona-se “com a conquista, o exercício, a prática do poder”.²

Mesmo sob as diferentes formas através das quais se apresenta, o “poder é relação social” que ao vir acompanhado da força, determina situações de superioridade ou dependência. Porém, essa relação de poder que surge, não se reduz “à violência nem a vontade arbitrária de mando”, mas a “um *status* social a ser vivido e desenvolvido”, uma autoridade envolta em justificativas e razões que a explicam e legitimam. É, portanto, no seio dessa autoridade que “o poder aparece e se concretiza” como “produto primeiro das

¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 129.

² RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 443-4.

relações de poder”, tendo como função a organização e acomodação humana “na tarefa da convivência”.³

Nesse sentido, procurando desatar velhos laços de “uma concepção de história narrativa de grandes feitos, grandes datas e grandes figuras”, optamos por destacar uma noção mais ampliada do político que inclui “o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos”.⁴

Sob essas possibilidades apresentadas para o estudo do político que insere-se o presente estudo que tem como eixo condutor o médico César Santos e o Partido Trabalhista Brasileiro em Passo Fundo. Constitui-se em marco inicial para a delimitação temporal o ano de 1945 por duas razões importantes: por ser o período em que inicia a atuação política de César Santos no município e também por constituir-se formalmente no período de reformulação político-institucional, merecendo destaque o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB⁵, que inicia sua trajetória a partir de então. Estendemos a delimitação até 1967, quando controversos acontecimentos afastaram César Santos da direção da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo - SPU.

César Santos⁶, médico, cientista de renome, intelectual, natural de Soledade-RS, iniciou suas atividades políticas, além das profissionais, logo após fixar-se em Passo Fundo no ano de 1945. Ligou-se primeiramente ao movimento Queremista⁷, sendo *considerado* “um dos mais ardorosos “queremistas” e *ipso facto* pela possibilidade, assim, da eleição do sr. Getúlio Vargas à presidência da República”.⁸ Sua liderança política, mais precisamente, trabalhista, se concretizou ao ser eleito em novembro de 1945, presidente efetivo do

³ HERMES, Lima. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Universidade de Minas Gerais. Nº1, Dezembro de 1956. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” Ltda, 1956, p. 9-15.

⁴ BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.12, nº23/24, set.91,ago.92, p. 16-18.

⁵ Nesse estudo servimo-nos do conceito de *partido político*, segundo Max Weber usado por Norberto Bobbio em seu Dicionário de Política, verbete Partidos Políticos, por considerarmos representativo para analisarmos a militância partidária de César Santos junto ao PTB: “uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente”. BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 898.

⁶ Trataremos César José dos Santos no desenvolvimento desse trabalho somente como César Santos, denominação como ficou conhecido.

⁷ Sobre o movimento queremista ver em: FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸ *O Nacional*, 03 out 1945.

Diretório local do PTB, recém instalado, confirmando desse modo, sua projeção política e social e fazendo parte assim, da afirmação de Joseph Love segundo a qual “uma nova geração de gaúchos ingressou na política nos anos pós-guerra, os mais proeminentes deles ligados ao PTB de Getúlio”.⁹ Manteve durante sua vida política, estreitos e intensos vínculos com o PTB, o qual permaneceu em Passo Fundo por vinte anos sob sua orientação e liderança, elegendo-se nesse período deputado estadual e federal. Muitos acontecimentos importantes pautaram essa caminhada político-partidária, acontecimentos esses que inter-relacionam o político, o social e o profissional.

Na conjuntura final do Estado Novo, em nível nacional, nasceram os principais partidos políticos que atuaram nas décadas de 1940 a 1960, como o Partido Social Democrático - PSD e a União Democrática Nacional - UDN e, entre eles, o Partido Trabalhista Brasileiro, que se organizou como tal em maio de 1945, e que segundo Ângela de Castro Gomes, nasceu

sob a chancela governamental, tendo como palco de articulação principal o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e como grande figura o então chefe do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas, no poder desde 1930.¹⁰

Em âmbito nacional, sua representação inicial “de legítimos trabalhadores”, relacionou-se a “representantes de alguma área de atuação sindical”, ou seja, eram todos sindicalistas, o que não evitou a diversidade de opiniões “quanto à orientação dada ao partido”.¹¹

Embora de origem estatal, o PTB foi um partido que nasceu fraco, entre outras circunstâncias, devido a dificuldade em transformar dirigentes sindicais em dirigentes partidários. Essa experiência trouxe ao partido em seus momentos iniciais, “instabilidade e desorientação”.¹²

Sua força, “emanava do carisma de Vargas” que ao pretender “alimentar-se do sindicalismo estado-novista” conviveu um longo período com “um processo de disputa entre dirigentes”,¹³ característica que marcou de forma indelével a existência do partido.

⁹ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 276.

¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. CPDOC/FGV – www.cpdoc.fgv.br . p.1-2

¹¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 21-28.

¹² D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.21.

¹³ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.21.

No Rio Grande do Sul, embora a primeira vertente formadora do PTB fosse também composta e dirigida, “essencialmente, por um núcleo de lideranças sindicais”,¹⁴ ela se originou da ala trabalhista do PSD que se envolveu “profundamente no queremismo”. Considerando, por sua vez, o PSD um partido liderado pela burguesia dominante, os sindicalistas desligaram-se daquela agremiação partidária, fundando o PTB gaúcho em setembro de 1945, diferente do ocorrido em nível nacional, onde nasceu “ao mesmo tempo que o PSD”.¹⁵

Ao longo do processo de formação do PTB, segundo Bodea, outras correntes uniram-se à primeira, como a liderada pelo pensador teórico Alberto Pasqualini, e por último aquela composta por políticos profissionais, oriundos do PSD, sob a inspiração e orientação de Vargas.¹⁶ Essa última vertente, formadora do PTB gaúcho, purificou o PSD dos elementos mais ligados a Vargas, num processo que Bodea chamou de “desgetulização”. Essa *transfusão* distinguiria o Rio Grande do Sul do contexto nacional, uma vez que inviabilizou o famoso “*pacto getulista PTB-PSD a nível regional*”¹⁷. Assim, num primeiro momento, guardadas as diferenças, tanto em nível nacional como estadual, o PTB formou-se essencialmente de sindicalistas.

Distinta, porém, foi a formação do PTB de Passo Fundo. Sua composição inicial em novembro de 1945, contou com trabalhadores, sindicalistas, comerciários, políticos e também de uma pequena elite intelectual¹⁸, entre eles, o *getulista* César Santos. Alguns deles vieram do PSD e envolveram-se, em sua maioria, no movimento queremista.

Mas não foi pacífica a caminhada do partido. De um modo geral, foi como se conta a sua história, permeada por conflitos. Justamente na origem diversificada de sua formação e na permanência da mesma direção durante todo o período de sua vigência, é que reside a diferença entre o PTB de Passo Fundo com suas demais instâncias de representação.

Assim é que o objetivo maior dessa investigação consiste em tomando como eixo o personagem César Santos, mostrar como foi a formação e o processo de consolidação do PTB sob sua direção no período compreendido entre os anos de 1945-1965. Como

¹⁴ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 20.

¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. CPDOC/FGV – www.cpdoc.fgv.br . p. 2.

¹⁶ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.20.

¹⁷ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.30.

¹⁸ O termo “elite”, se emprega na composição do PTB local, como uma categoria minoritária privilegiada que se distingue das demais por “qualidades adquiridas, como cultura, méritos, aptidões”, ocupando assim “o ‘topo’ de estruturas de autoridade”, o que lhes possibilita influências, cargos de direção. HEINZ, Flávio M. *Considerações acerca de uma história das elites*. Canoas: Logos, v.11, n.1. maio 1998, p. 42.

objetivos específicos, evidenciar os vínculos estabelecidos que se desdobraram em rupturas e/ou continuidades, o jogo das forças que se constituíram no cenário político, as lutas, enfrentamentos, articulações com as demais lideranças e esferas de representatividade social, enfim, toda uma teia que se formou em torno das relações de poder estabelecidas.

O corte espacial, que compreende a região de Passo Fundo, justifica-se por ser o espaço de identificação e movimentação do personagem, bem como por ter se constituído em palco dos acontecimentos que marcaram a história política de César Santos. Também em decorrência das fontes documentais, que têm por base maior, consultas nos órgãos da imprensa local, os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

Situada no Planalto Médio gaúcho, Passo Fundo na década de 1940, já era um pólo regional desenvolvido. Dividido em oito municípios, contava com expressivo potencial educacional, comercial, agrícola, industrial, servido por extensa malha rodoviária e ferroviária, estrutura administrativa e moderno sistema de urbanização, distinguindo-se entre os demais municípios da região, razão pela qual era denominado pela imprensa de Metrópole da Serra.¹⁹

Segundo Paul Bois “o que faz uma região não é o espaço, mas sim o tempo, a história”.²⁰ Como uma estrutura, a região possui uma identidade própria que a diferencia e identifica como tal, permitindo desse modo sua delimitação a partir de sua especificidade, de sua singularidade dentro de uma totalidade, ou seja, um espaço particular como parte de uma organização mais ampla, global, “como parte de um todo - parte que pode ter conotações políticas, físico-geográficas ou administrativas ou históricas”²¹, mas que faz referência constante com o sistema da qual foi recortada. É, pois, sob essa perspectiva que se insere a investigação sobre o PTB local.

Buscar historicamente a reconstrução de um passado parte de um todo, envolve métodos, normas, caminhos que devem ser seguidos, ou seja, uma investigação orientada, com a finalidade de responder ou elucidar questionamentos presentes. Para Loiva Félix,

A pesquisa é sempre uma atividade de investigação que se faz com objetivos definidos de descoberta ou reavaliação que envolve a dimensão

¹⁹ INDICADOR de Passo Fundo. Passo Fundo, s.e., 1950; GUIA Ilustrado: comercial, industrial e profissional do Município de Passo Fundo. Passo Fundo: Editora Guias Ilustrados Municipais, 1939. Os distritos que faziam parte do município de Passo Fundo, contando com a sede, eram: Sertão, Coxilha, Tapejara, Água Santa, Ametista, Marau e Ernestina.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 115.

²¹ FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.) *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 19-20.

intelecto-racional da problemática e das escolhas e a dimensão intuitiva e criativa que permite a chegada de um dado novo²².

Desse modo, as experiências passadas, acontecimentos que, de uma forma ou outra, são expressões do vivido, se mostram através das fontes. No caso dessa investigação, acerca de César Santos e o PTB, são constituídas pelos jornais locais *O Nacional* e o *Diário da Manhã*,²³ a quem dedicamos maior atenção, documentos pessoais do Acervo particular de César Santos, assim como depoimentos, usando-se o recurso que nos possibilita a história oral, entre outras possibilidades.

O jornal, como fonte histórica, possui qualidades de amplo significado, não somente pela sua periodicidade, mas também por se constituir em “arquivos do cotidiano”, que além de registrar a memória diária, permite também “estabelecer a cronologia dos fatos históricos e sua inserção num contexto mais amplo”.²⁴

Devemos, porém, ter em mente que as notícias apresentadas, não são simples repetições de “ocorrências e registros”, mas trazem atitudes próprias uma vez que “todo jornal organiza os acontecimentos e informações, segundo seu próprio ‘filtro’”.²⁵

A partir da década de 1950, a imprensa brasileira, passou por transformações, mudando do tradicional “jornal de opinião”, para o “jornal de informação”, negando assim suas características políticas e ideológicas. Diferente, porém, foi sua história em Passo Fundo. Segundo observamos, não houve uma transposição direta, essa mudança não atingiu os periódicos locais na sua totalidade, permanecendo muito forte e nítida a tendência de “jornal de opinião”. Em relação à área política mais precisamente, não só permaneceu essa característica, como também, os periódicos comportaram-se e agiram como partidos políticos, procurando desse modo, “representar valores e interesses de segmentos da sociedade”.²⁶ No período compreendido para esse estudo, ou seja, 1945-1967, difícil se torna - para não dizer impossível -, falar sobre os jornais de Passo Fundo, sem passar pelo posicionamento político de seus proprietários, assuntos esses indissociáveis.

²² FÉLIX, Loíva Otero. *História e Memória*. A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 71.

²³ Os jornais locais fazem parte do acervo documental que se encontra no Arquivo Histórico Regional da UPF. G – 1.1.4 e também do Arquivo do jornal *Diário da Manhã*.

²⁴ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História*, São Paulo: PUC-SP, n.4, jun.1985, p. 90.

²⁵ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História*, São Paulo: PUC-SP, n.4, jun.1985, p. 90.

²⁶ ABRAMO, Perseu. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 46.

O jornal *O Nacional*, fundado em 1925, teve como primeiro proprietário, ²⁷Theófilo Guimarães, ficando com Herculano Araújo Annes, a direção do bi-semanário que circulava em Passo Fundo nas quartas-feiras e sábados. Na década de 1940 passou para o controle de Múcio de Castro, permanecendo por longos anos esse periódico sob sua direção. De postura inicialmente republicana,²⁸ expressava posições nitidamente pró-trabalhismo durante toda a década de 1950. Nos anos de 1960, após Múcio de Castro romper com o PTB e aderir ao Movimento Trabalhista Renovador - MTR de Fernando Ferrari, as páginas daquele periódico passaram a demonstrar e a se constituir em instrumento de divulgação de oposição, não só ao trabalhismo, mas também à Executiva Municipal do PTB, sob a liderança de César Santos. Convém salientar que o posicionamento político de Múcio de Castro se mostrava de forma um tanto mais branda em relação àquele expresso por Túlio Fontoura, marcadamente mais enfático, mais direto, mais defendido. Diferente, porém, seu comportamento quanto aos embates travados com Túlio Fontoura. Eram de igual para igual, permeados por qualificativos de forte conotação e significado políticos.

O *Diário da Manhã*, de propriedade do “jornalista e político local Túlio Fontoura,”²⁹ fundado em 1935, também expressava os ideários republicanos, ligado que era seu proprietário a Nicolau Vergueiro, expressão maior do Partido Republicano Rio-grandense - PRR -, em Passo Fundo e região. Em 1945, com a volta das práticas políticas, ingressou no Partido Social Democrático - PSD, liderando essa agremiação partidária juntamente com Nicolau Vergueiro, Arthur Ferreira Filho e Antonio Bittencourt de Azambuja. O *Diário da Manhã* passou, a partir de então, a demonstrar as “características claramente políticas e apaixonadas” de seu proprietário, desviando-se na área política de seu papel de informação para o de “instrumento ativo de opinião pública”.³⁰ De forte e clara oposição ao trabalhismo e a Getúlio Vargas, em particular, esse periódico, devido a esse posicionamento, seria alvo de conflituosos acontecimentos em 1954, quando as instalações do jornal foram destruídas pela inconformidade do povo com o suicídio de Vargas, advindo daí, sérias consequências.

Túlio Fontoura mantinha com Múcio de Castro, proprietário de *O Nacional*, antigas rivalidades. Segundo informações, essas divergências surgiram por razões políticas.

²⁷ Informações de Heleno Damian em out. 2005, constatadas em: *O Nacional*, 19 jun. 1975.

²⁸ PRATES, Ana Maria. *A trajetória de Nicolau Vergueiro na história política de Passo Fundo (1930-1932)*. Passo Fundo, UPF, Dissertação de Mestrado, 2001, p. 9.

²⁹ JUNGBECK, Benhur. *Perigo Iminente: a segunda guerra mundial na leitura da imprensa passo-fundense*. Dissertação de Mestrado, 2005, p.12.

³⁰ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História*, São Paulo: PUC-SP, n.4, jun.1985, p.91.

Quando Nicolau Vergueiro assumiu a prefeitura, em 1928, passou a criticar a administração de seu antecessor, Armando Araújo Annes. Herculano Annes - irmão de Armando -, que na ocasião já era proprietário de *O Nacional*, também passou a emitir críticas ao governo municipal de Vergueiro, que por sua vez eram rebatidas na *Gazeta*, a qual tinha como gerente Túlio Fontoura, nitidamente *vergueirista*. Como Múcio de Castro, nesse período, era funcionário de *O Nacional*, infere-se - assim como o informante -, de que tenha tomado para si as divergências de Herculano Annes e se tornado ferrenho opositor de Túlio Fontoura, defensor de Nicolau Vergueiro.³¹

Em 1957, houve uma tentativa por parte de Celso Fiori e Alady [Berleze de Lima] de uma reconciliação entre as partes, “Túlio, sem delongas, concordou, o que não aconteceu com Múcio, intransigente na malquerença”.³² Frustrada a tentativa de pacificação, essas divergências continuadas se mostravam de forma mais ou menos acirradas em determinados acontecimentos e, em especial, na área política pela natural oposição partidária, servindo-se ambos dos periódicos de sua propriedade para as constantes demonstrações desses antagonismos. A par dos partidos políticos institucionalizados em Passo Fundo, ou melhor, dizendo, o PTB e o PSD, os jornais locais *O Nacional* e *Diário da Manhã* ao expressarem esses partidos, seguiam paralelamente como duas forças privadas em oposição permanente.

Assim é que, essas experiências recompostas que nos possibilitam as fontes consultadas, se constituem, a partir de então, em fatos históricos, pois o “historiador como artífice do tempo, só consegue perceber o futuro no passado”,³³ e ao buscar a reconstrução de alguma história humana deve ter presente que tem como incumbência,

recuperar lágrimas e risos, desilusões e esperanças, fracassos e vitórias, fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, gozando a alegria da solidariedade ou sucumbindo ao peso de forças adversas.³⁴

Estrutura-se o presente estudo em quatro capítulos, a saber. No primeiro - *A política na Metrópole da Serra* - mostra a chegada de César Santos em Passo Fundo no contexto de 1945, em plena reorganização das forças políticas locais, sua adesão ao movimento queremista, inaugurando sua participação na vida política local. Paralela à formação e

³¹ Informações de Heleno Damian em 10 de julho de 2006.

³² [BERLEZE de Lima], Alady. *Uma simples justificativa*. Passo Fundo, 16 set. 1980. Documento constante do Arquivo *Diário da Manhã*.

³³ DIEHL, Astor. *Do método histórico*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997, p.39.

³⁴ VIEIRA, Maria do Pillar do Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 4. ed. São Paulo: Palas Athena, 2000, p.12.

consolidação do PTB, também a afirmação de César Santos como expoente máximo do trabalhismo local e regional.

“Inconciliáveis os antagonismos”: a cisão trabalhista revela o processo conflituoso que resultou na divisão do partido em duas alas diferenciadas: a Executiva Municipal, à frente da qual situavam-se mais precisamente César Santos e Menna Barreto e a ala rebelde, formada pela bancada trabalhista local, cujos expoentes eram Daniel Dipp, Romeu Martinelli, Augusto Trein e Arthur Canfield.

Como terceira parte, *“A luta de dois califas”*: César Santos e Daniel Dipp trata da disputa entre César Santos e Daniel Dipp pelo poder no partido, cujas *démarches* políticas vai trazer a vitória para uma das alas em conflito que se mostram pela expulsão da ala rebelde do partido e a conseqüente vitória da Executiva do PTB local nas eleições municipais de 1959.

Por último, *O enfraquecimento do PTB e o cerco à SPU*, têm como finalidade, de um modo geral, reavivar a história do Ensino Superior em Passo Fundo, processo que tem como ponto de partida a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo - SPU, sob a direção de César Santos. Após a instalação e funcionamento de algumas faculdades como Direito e Agronomia, divergências de ordem política em ebulição desde meados dos anos 1950, provocaram a interdição daquela sociedade privada em 1964, evoluindo para o definitivo afastamento de sua direção, ou seja, César Santos e Reissoly José dos Santos em 1967, através de um acontecimento cuja repercussão ultrapassou as fronteiras municipais.

Sob as perspectivas acima apontadas, inseridas no contexto de uma história política é que conduziremos o presente estudo. Lutas internas entre tendências ou dirigentes, posicionamentos, relações que se estabeleceram e se romperam, são elementos que farão parte do tecido factual, farão parte do processo de reanimação da história do PTB local. Respeitando o modo pela qual surge nos fatos, “com um trabalho de formiga, tempo, solidão”, pretendemos fazê-la ressurgir da poeira de velhos papéis e ao recebê-la e talvez compreendê-la,³⁵ indagar uma época através de seus personagens.

³⁵ ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: G. DUBY - P. LARIÉS – J.L. GOFF. *História e nova História*. Lisboa: Teorema, [s.d.], p. 44-47.

1. A POLÍTICA NA METRÓPOLE DA SERRA

Este capítulo tem como objetivo mostrar a chegada de César Santos em Passo Fundo no contexto de 1945 e sua participação na política local em reorganização. Evidencia também a formação do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - sob sua direção, assim como as conquistas políticas, pessoais e partidárias, alianças, conflitos, práticas políticas essas que transformaram o PTB local, já nos primeiros anos da década de 1950, num partido de expressiva relevância e supremacia.

1.1. 1945: César Santos em Passo Fundo

A democratização que iniciou no Brasil em 1945, após a queda do Estado Novo, tornou imperiosas por parte do governo central, a tomada de medidas que viriam responder a um novo equilíbrio político, social e econômico. Após a anistia política de 18 de abril, que beneficiou adversários políticos do governo, foi também decretada a Lei Agamenon Magalhães, em 28 de maio, que além de regulamentar o código eleitoral, marcava as eleições para 2 de dezembro daquele ano. A orientação de Agamenon, Ministro da Justiça de então, sobre o novo Código Eleitoral, era de que o mesmo se assentasse em cinco pontos básicos: a adoção do alistamento simples e extenso, o voto secreto, a justiça

eleitoral autônoma, a apuração rápida e imediata e os partidos nacionais.³⁶ Sobre esse último ponto, diz Bodea que “a grande inovação dessa lei é de que ela tornava obrigatória, pela primeira vez na história brasileira, a formação de partidos de caráter nacional”³⁷, levando-se em consideração a tradição até então em prática de uma política predominantemente regionalista no Brasil.

Nesse cenário, tornaram-se imperiosos então, “à oposição e ao governo, a criação de partidos políticos, estratégicos num quadro que assumia sinais evidentes de abertura à participação política”.³⁸ Determinava a Lei Agamenon que um partido para registrar-se e habilitar-se eleitoralmente, necessitava de dez mil assinaturas, as quais deveriam ser distribuídas no mínimo por cinco estados da federação, visando, portanto, “garantir dois pilares principais ao sistema partidário: pluralismo e abrangência nacional”.³⁹ Muito embora a competição pluralista que o sistema estabelecia e determinava, o período de 1945 até 1965 foi marcado “tanto pelas características dos partidos que o conformaram, como pela polarização/dualista, que, incrustada na pluralidade, o marcou de forma definitiva”,⁴⁰ fato esse explicado pela predominância da União Democrática Nacional - UDN, o Partido Social Democrático - PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, entre as demais agremiações partidárias que se organizaram nesse contexto. Para Lucília Delgado,

esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menos ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte.⁴¹

Importante destacar que ao lado desses partidos mais proeminentes - PSD, PTB e UDN -, outros partidos ressurgiram na reestruturação política de 1945, como por exemplo,

³⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p.305.

³⁷ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.14.

³⁸ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. (1930-1964). São Paulo: Editora Alfa-ímega, 1990, p.64.

³⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.134.

⁴⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.134.

⁴¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.134.

o Partido Comunista Brasileiro - PCB. Fundado ainda em 1922, e estruturado sob uma organização centralizada e disciplina ideológica, ressurgiu em 1945 com grande força, suplantando o PTB em votação nos grandes centros urbanos,⁴² e elegendo seu líder maior, Luiz Carlos Prestes, senador da República. Em 1947 no contexto da Guerra Fria, seu registro foi cassado, assim como os parlamentares que exerciam seus mandatos sob essa legenda partidária.

O Partido de Representação Popular - o PRP, sucessor da antiga Ação Integralista de Plínio Salgado, consistia num partido de direita com pouca influência nos meios urbanos, mas com algumas fortes bases em algumas áreas rurais e que foi perdendo espaço, a partir da década de 1950. De base mais regional, porém com uma certa influência no cenário político nacional surgiu o Partido Social Progressista – PSP, que expressava a figura de Adhemar de Barros de São Paulo. Nos mesmos moldes, porém de menor expressão, reestruturou-se no Rio Grande do Sul o PL - Partido Libertador de Raul Pilla.

Foi assim nesse quadro de efervescência política, que César Santos retornou a Passo Fundo nos primeiros meses de 1945, com a intenção de aqui ficar definitivamente, criar os filhos, viver e morrer “no calor da bondade da gente desta tão grandiosa terra”. Esse regresso coincidiu - segundo suas palavras -, “com a reabertura democrática [...], com as eleições que esquecidas há muitos anos, retornavam para que o povo brasileiro livremente escolhesse seus representantes e decidisse sobre os seus rumos”.⁴³

Instalou em sua clínica médica, além de uma secção de Tisiologia, destinada ao tratamento da tuberculose pulmonar e demais doenças do aparelho respiratório - sua especialidade -, também uma secção de Cardiologia e de Endocrinologia.⁴⁴ Passou, a partir de então, a integrar-se na sociedade local, através de sua atividade profissional ligada à saúde, estendendo gradativamente sua atuação a outras áreas de representatividade, objeto direto desta análise.

César José dos Santos, “nascido em Soledade, nos campos de seu pai, o pecuarista José Antonio dos Santos, e de dona Maria dos Santos, no dia 30 de março de 1904,”⁴⁵ iniciou seus estudos primários em sua terra natal, na Escola da profª D. Alice⁴⁶ e

⁴² BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.15-16.

⁴³ Acervo César Santos.[Discurso proferido por César Santos na campanha à prefeitura municipal pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB. 1968].

⁴⁴ *O Nacional*, 9 abr. 1945.

⁴⁵ *O Nacional*, 12/13 jun. 2004.

⁴⁶ FRANCO, Álvaro; MARIA, Senhorinha. *Panteão Médico Rio-grandense*. Síntese cultural e histórica. Progresso e Evolução da Medicina no Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943, p.561.

muito jovem ainda demandamos da nossa terra natal, Soledade, vizinha de Passo Fundo e sua filha, para aqui recebermos a nossa instrução secundária inicial. Em Passo Fundo, já na distante década de 1920, cursamos os dois principais institutos de ensino então existentes: o ginásio Nossa Senhora da Conceição, do eminente e saudoso professor Emilio Stigler, e o Instituto Ginásial.⁴⁷

Frequentou também o Ginásio Cruzeiro do Sul e Rosário, ambos em Porto Alegre⁴⁸, após deixar Passo Fundo, “donde partimos saudosos do seu povo para fazermos o curso de Medicina”,⁴⁹ para realizar desse modo a promessa de seu pai que sempre houve, de “torná-lo médico, pois dispondo de meios, queria [...] ter um filho numa posição de destaque”.⁵⁰

Com esse objetivo, César Santos realizou não só o curso de Medicina, mas também o de Farmácia, diplomando-se nesse último em 1931 “e, em 1933 após um belíssimo curso, colou grau na Faculdade de Medicina”.⁵¹ Depois da solenidade de formatura, os jovens médicos foram homenageados no Grande Hotel da capital do estado pela Sociedade Esmeralda com um sarau de gala. Para o agradecimento “às Esmeraldinas gentis [...] com augúrios sem fim de todas as prosperidades”, usou da palavra o dr. César Santos que em nome de seus colegas, pronunciou um “um belo e erudito discurso”⁵² transcrito na íntegra pelo jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-grandense. Essas saudações públicas, além de se constituir numa prática constante em sua vida - como poderemos observar ao longo desse estudo -, também se constituiu num componente de distinção, de destaque entre os demais, nos grupos de seu convívio social.

César Santos ainda doutorando, já estendia seus dotes culturais a outras áreas que não a medicina. A partir de 1932, como professor de Filosofia, Ciências e História compôs o corpo docente do Ginásio Cruzeiro do Sul, educandário porto-alegrense, no qual cursou parte de seu ensino secundário. No ano seguinte, 1933, paraninfou a turma de ginásianos, sendo alvo de significativas homenagens. Saudado por um de seus alunos, que em nome da turma assim se expressou:

⁴⁷Acervo César Santos.[Discurso proferido por César Santos na campanha à prefeitura municipal pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB. 1968].

⁴⁸ FRANCO, Álvaro; MARIA, Senhorinha. *Panteão Médico Rio-grandense*. Síntese cultural e histórica. Progresso e Evolução da Medicina no Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943, p.561.

⁴⁹ Acervo César Santos.[Discurso proferido por César Santos na campanha a prefeitura municipal pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB. 1968].

⁵⁰ *O Nacional*, 12/13 jun. 2004.

⁵¹ Acervo César Santos. Traços biográficos. [s.d.].

⁵² Acervo César Santos. *A Federação*, 18 dez 1933.

Sois professor César, um grande, um dedicado, um carinhoso amigo dos vossos discípulos, que vêm em vós o mestre sempre disposto a ajudá-los. [...]. Queira, portanto, professor César, aceitar nessa noite memorável e inesquecível, as nossa homenagens, a sinceridade de nossa afeição, o preito de admiração e respeito, que votamos ao brilho de vossa inteligência, ao fulgor da vossa cultura e a sublimidade de vosso caráter.⁵³

Podemos perceber pelas palavras dirigidas a César por seu aluno, a consideração e expressividade que sua figura já granjeava nos meios educacionais, consideração essa que foi se ampliando à medida que também suas atividades foram se consolidando e se estendendo às demais áreas sociais em que atuou.

Em abril de 1934, foi aprovada pelo Conselho Técnico da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, sua indicação para professor de Química na mesma faculdade,⁵⁴ tendo por essa razão que se afastar de Soledade, onde já havia instalado sua clínica médica, cujo atendimento estendia-se a pacientes de outras localidades, sentido a população desse município pesar pelo seu afastamento.⁵⁵ Em fevereiro de 1934, foi nomeado pelo Estado, “para a fiscalização do exercício das profissões de médico, farmacêutico e arte dentária”⁵⁶ em Soledade, cujo cargo tinha por finalidade evitar as atividades médicas àqueles que não possuíam habilitação para exercê-las.

Já em Porto Alegre, em outubro de 1934, César Santos defendeu sua tese de doutorado, que vinha desenvolvendo ainda quando acadêmico de medicina, que versava sobre o tema *Bancroftose*.⁵⁷ O trabalho, desenvolvido no Instituto Pereira Filho de Porto Alegre, pelos méritos e aprovação máxima que recebeu, foi agraciado pela congregação da Faculdade de Medicina com o prêmio Osvaldo Cruz.⁵⁸

Após a defesa de sua tese de doutoramento e sua vinda de Soledade, fixou residência em Porto Alegre, instalando seu consultório médico no Edifício Renner, onde passou então a exercer suas atividades profissionais e ampliar ainda mais suas já consistentes atividades sociais.

⁵³ Acervo César Santos. *Jornal da Manhã*, 29 out. 1933.

⁵⁴ Acervo César Santos. *Diário de Notícias*, 21 abr. 1934.

⁵⁵ Acervo César Santos. *Diário de Notícias*, 21 abr. 1934.

⁵⁶ Acervo César Santos. *A Pátria*, 18 fev. 1934.

⁵⁷ Bancroftose ou filariase linfática, também conhecida como elefantíase, é uma enfermidade que causa um largo espectro de manifestações no ser humano, exclusivamente pelo parasitismo de helmintos da espécie *Wuchereria bancrofti*. O ser humano é o único hospedeiro vertebrado desse parasito, que alberga vermes adultos nos vasos linfáticos, localizando-se de dia nos pulmões e à noite na corrente sanguínea, onde são diagnosticados. <http://saudebrasil.com.br>. Acesso em: 06 out. 2005.

⁵⁸ Acervo César Santos. *Correio do Povo*, 7 abr. 1935.

Sempre conquistando títulos e méritos na carreira médica, ampliava consideravelmente seus conhecimentos em cursos, seminários, congressos nos quais participou febrilmente. Sua expressão social se situava na década de 1930 até meados de 1940, mais na área médica e cultural. Em 1936, por exemplo, já fazia parte da Academia Rio-grandense de Letras, uma vez que, entre os candidatos escritos para ocupar a cadeira nº 39 cujo patrono era o poeta e teatrólogo Taveira Júnior, nesses termos foram publicadas as notícias a respeito desse acontecimento:

Saiu vencedor o sr. César José dos Santos, médico altamente conceituado, conferencista e professor o nome verdadeiramente exponencial nos círculos científicos novos do Rio Grande.⁵⁹

Inúmeras foram as atividades médico-culturais de César Santos no período compreendido entre os anos de 1933-1945 documentados. Foram realizados e ministrados vários cursos, conferências, foram publicados artigos científicos em revistas especializadas, proferidas palestras e discursos na Academia Rio-grandense de Letras. Era freqüentemente saudado, homenageado tanto em Porto Alegre, onde residiu e desempenhou suas inúmeras atividades, como em Soledade, sua terra de origem. Consistiu esse, um período de profícua ascendência profissional e social nas diversas áreas de sua atuação. Portanto, a menção de diferentes atividades desenvolvidas por César Santos, durante esse período, constituem-se apenas em exemplos ilustrativos do conhecimento intelectual e da expressividade social de que era portador, quando regressou a Passo Fundo em 1945. Enumerar todas, embora importante, seria afastarmo-nos do nosso objetivo maior que é mostrar a atuação política de César Santos junto ao Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB, em Passo Fundo, cuja trajetória fértil de acontecimentos, juntamente com as demais atribuições desenvolvidas, colaboraram para que seu nome permanecesse indelevelmente vinculado à história desse município.

Nos anos de 1930-1940, sua atuação política era ainda tímida, consistindo em algumas participações em reuniões em Soledade, destacando-se como orador. Uma pequena nota do *Diário de Notícias* de Porto Alegre, datado de 5 de junho de 1932 - de seu acervo particular -, demonstrou que o jovem doutorando militava nas *hostes* libertadoras, devido a uma saudação que proferiu em nome daquele partido ao então prefeito nomeado de Soledade, cap. Guilherme Vasconcelos, constituindo-se essa, a primeira notícia reveladora de seus pendores políticos.

⁵⁹ Acervo César Santos. [*Correio do Povo*]. 26 mai 1936. Para maiores detalhes sobre o assunto ver: *Revista do Globo*, 16 jun 1936; [*Correio do Povo*]. 5/7/9 jul. 1936.

Essa informação nos aponta algumas considerações. Por exemplo, antes de 1932, César Santos pertencia ao Partido Libertador. Quando, porém, regressou à sua terra natal em 1934, foi saudado pelo jornal local *A Pátria* que tinha “no jovem esculápio, um sincero e dedicado irmão de crenças no seio do PRL”⁶⁰, pelo mérito de ter sido o primeiro soledadense formado em medicina. Como se observa, já houve uma alteração em sua posição política. Passou então do PL para o PRL de Flores da Cunha, fundado em 1932, quando foi dissolvida a “Frente Única Gaúcha, que reunia libertadores e republicanos em torno da candidatura de Getúlio Vargas”⁶¹ às eleições presidenciais de 1930. Essa mudança de posicionamento político, demonstrou sua discordância com a postura do Partido Libertador que rompeu com Vargas por ser favorável à causa paulista em 1932 - que propugnava por um regime constitucionalista -, e logicamente a um alinhamento com a política do presidente Vargas.

Em 1935 seu nome chegou a ser cogitado à prefeitura de Soledade, pois além de ser natural daquele município, reunia, segundo seus correligionários, “a unanimidade do Partido Republicano Liberal e grande número de influentes chefes frentistas”.⁶² Percebe-se assim a admiração com que era distinguido César Santos nos meios políticos em geral, mesmo estando nesse período, residindo em Porto Alegre. Essa possibilidade, porém ficou somente na indicação, porque foi nomeado por Flores da Cunha para o cargo em questão, José Campos Borges, que permanecendo no cargo até 1936.⁶³

Com a decretação do Estado Novo em 1937, o PRL assim como as demais agremiações partidárias atuantes no quadro político brasileiro, foram extintas assim permanecendo até a nova reorganização política de 1945.

Foi em meio a esse contexto de novas retomadas políticas, “com a liberação do direito de pensamento, de opinião e com a liberdade e imprensa revivida”⁶⁴ de novos direcionamentos e posturas que César Santos chegou em Passo Fundo, para recomeçar sua vida profissional, social e política.

1.2. A formação do PTB

⁶⁰ Acervo César Santos. 15 jan. 1934.

⁶¹ FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.39.

⁶² Acervo César Santos. 26 set. 1935.

⁶³ VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade das sesmarias dos monges barbudos e das pedras preciosas*. Não Me Toque: Gesa-Prefeitura Municipal de Soledade, 1987, p. 321.

⁶⁴ *O Nacional*, 3 abr. 1945.

Muito embora alguns dos principais partidos políticos já estivessem praticamente organizados e com candidatos oficialmente lançados à presidência da República como foi o caso da UDN com Eduardo Gomes e o PSD com o gal. Dutra que expressava a ala varguista, começaram a circular nos jornais locais, notícias acerca da possível candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Essas articulações se originaram nos meios ligados ao Ministério do Trabalho e a movimentação a respeito desse assunto já era bem consistente⁶⁵ em nível nacional.

Quando essa notícia foi divulgada em Passo Fundo, mais precisamente em 22 de marco de 1945, o brado de *Queremos Getúlio!* já tinha ecoado nos primeiros dias do mesmo mês na praça da Sé, no Rio de Janeiro. Esse brado partiu de centenas de pessoas humildes, porém indignadas com os estudantes universitários que num comício realizado naquele local público, “davam vivas à democracia e pediam a morte do Estado Novo” e de Getúlio Vargas.⁶⁶

Apesar de Vargas manifestar publicamente nas comemorações de 1º de maio, no Rio de Janeiro, a intenção de retornar à atividade de cidadão comum, logo após a reorganização política e os quadros governamentais,⁶⁷ o movimento já havia se tornado nacional, uma vez que “nas capitais e em muitos municípios do interior, as ruas amanheciam pichadas exaltando a figura do presidente ou exigindo sua continuidade no poder”.⁶⁸

Esse movimento repercutiu no âmbito local, sendo instalado primeiramente por um grupo de caixeiros viajantes que organizados e liderados por Urbano Ribas e César Ribas da Silva fundaram em 11 de julho de 1945 o Comitê pró-candidatura de Getúlio Vargas, unindo-se assim, às vozes que já se faziam ouvir em todo o país sobre a permanência de Vargas no poder. Mas o brado de “Queremos Getúlio”, somente foi ouvido nas ruas da cidade e oficializado o movimento, em final de agosto de 1945.⁶⁹

Após organizado e em franca atividade, “esse admirável movimento de opinião, brotado com exuberância no seio do povo, por todos os recantos do Brasil, entusiasmando

⁶⁵ *O Nacional*, 22 mar. 1945.

⁶⁶ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.17.

⁶⁷ *O Nacional*, 2 mai. 1945.

⁶⁸ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.20.

⁶⁹ *O Nacional*, 27 ago. 1945.

todas as consciências”, recebeu a adesão pública de César Santos. Consistiu essa adesão num dos maiores triunfos da direção local do comitê, uma vez que se tratava, “de um cidadão que sempre viveu alheio à política, devotado aos afazeres de sua clínica especializada”, cuja preocupação voltava-se para a ampliação de seus conhecimentos, visando servir a humanidade.⁷⁰

Ao justificar sua adesão ao movimento *queremista*, César Santos confessou estar

empolgado pelo admirável movimento sem precedentes na história política, que se alastrou por todos os recantos do Brasil, exigindo que o sr. Getúlio Vargas continue à testa do governo. Pelas suas origens, pela sua espontaneidade e pelas suas altas finalidades, esse *queremismo* será, por fim, vencedor.⁷¹

Esse também era o sentimento do advogado Celso da Cunha Fiori, do bancário Valdir Cecconi e outras lideranças trabalhistas sobre o movimento, nos “comícios monstro” realizados em Passo Fundo, com a participação de considerável massa popular.⁷² Alguns carregavam cartazes alusivos à candidatura de Vargas, onde, se podia ler, entre outros, a seguinte composição poética:

O nosso ardor não se apaga!
É um fogo que não tem fim...
Queremos Getúlio Vargas
E também Walter Jobim.⁷³
[...].

Como podemos perceber, os *queremistas* eram ardorosos defensores de Getúlio Vargas e de suas realizações, aos quais depositavam seus anseios e aspirações. Segundo Ferreira, a reação dos trabalhadores se explica pelo medo de que a saída de Vargas do poder acarretasse a perda dos benefícios sociais que tinham alcançado durante seu governo, pois um mundo sem esses benefícios, sem esse conjunto de leis, já havia existido e “aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram”.⁷⁴

Desse modo, o processo democrático deflagrado, não se restringiria somente às lideranças políticas, às oposições e aos governistas. Contava também com a participação e

⁷⁰ *Diário da Manhã*, 24 ago. 1945.

⁷¹ *Diário da Manhã*, 24 ago. 1945.

⁷² *Diário da Manhã*, 4 set. 1945; *O Nacional*, 4 out. 1945.

⁷³ Versos de autoria do poeta José de Souza Barros. *Diário da Manhã*, 4 set. 1945. Walter Jobim concorreu ao governo do Rio Grande do Sul pelo PSD nas eleições de janeiro de 1947, saindo vitorioso.

⁷⁴ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento *queremista*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.18-19.

intervenção dos trabalhadores, através do quererismo. Estes teriam que aprender a movimentar as peças nesse “jogo político”,⁷⁵ uma vez que até então não haviam tido participação organizada na vida pública do país, deixando desse modo, segundo o líder sindical gaúcho Silvio Sanson, “de ser a “máquina de bater palmas” dos políticos tradicionais”.⁷⁶

No Rio Grande do Sul, o quererismo partiu da ala trabalhista do PSD que se formou após a primeira convenção desse partido, realizada em julho de 1945, quando houve um “choque entre líderes políticos tradicionais e “elitistas” como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cilon Rosa de um lado, e líderes getulistas de massa”,⁷⁷ como por exemplo, José Diogo Brochado da Rocha, do outro.⁷⁸ Desse conflito, surgiu a criação da ala trabalhista do PSD, que se envolveu profundamente com o quererismo, afastando-se assim da cúpula do partido que temia a continuidade de Vargas e distanciando-se desse modo, da candidatura do general Dutra.⁷⁹

Essa discordância entre as lideranças pessedistas estaduais teve rápida repercussão em Passo Fundo. Alguns dias após esse rompimento, foi divulgado na imprensa local o entusiasmo crescente da classe trabalhista em relação à instalação em todos os municípios gaúchos de uma ala trabalhista do PSD. João Andrade, chefe do Posto do Ministério do Trabalho de Passo Fundo e presidente do Circulo Operário local, ao manifestar-se sobre o assunto, disse que não poderia ser outra a atitude do trabalhador gaúcho, uma vez que o PSD ligava-se diretamente à orientação de Getúlio Vargas, que merecia simpatia e gratidão de todos os trabalhadores. Afirmou também que o trabalhador em geral, aspirava “a continuidade do atual programa de assistência social”,⁸⁰ sabedor que era dos esforços que Vargas empregava para o aperfeiçoamento daquele sistema de participação social. Sua obra administrativa continuou Andrade, “e os sentimentos morais e cívicos dos

⁷⁵ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento quererista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.19.

⁷⁶ VECHIO, José. *Apud*. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.21.

⁷⁷ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.19.

⁷⁸ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.19. Brochado da Rocha havia sido diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e mantinha sobre os ferroviários uma forte liderança.

⁷⁹ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.21.

⁸⁰ *O Nacional*, 25 jul. 1945.

trabalhadores, são os motivos que justificam o entusiasmo desses pela criação da Ala Trabalhista do PSD”.⁸¹

Mas somente em agosto essa ala foi formalmente fundada em Passo Fundo, ainda que já estivesse atuando como tal há mais tempo. Seguindo o molde estadual, também se envolveu no movimento queremista, e alguns desses componentes iriam mais tarde, compor a direção do PTB local.

Embora toda a movimentação dos trabalhadores, todo o esforço que num coro de vozes unidas pediam que Vargas continuasse no comando da Nação, mas “avançando muito além do permitido para o padrão conservador da política brasileira”, o presidente foi deposto por um golpe militar em 29 de outubro de 1945.⁸² Venceram assim, as forças reacionárias para quem a “situação getuliana era insustentável, tanto que tombou sem colapso algum no país, sem estupefação, e com visível e geral contentamento”.⁸³

Diante dos fatos, as forças locais de oposição que desde fevereiro assistiam no Brasil todo, a mobilização de “um movimento de massa, de proporções grandiosas”⁸⁴, liderado por aqueles que até então não tinham voz e vez nas decisões políticas, não tardaram a se manifestar vitoriosas, com a finalidade de saber o “destino que vão tomar os *queremistas* oficiais de Passo Fundo”... “Como mentores da opinião pública, feitos e refeitos pelo sr. Getúlio Vargas”, por certo iriam lhe acompanhar no mesmo “destino que as últimas vinte e quatro horas” lhe haviam imposto, ou seja, o ostracismo.⁸⁵

Apesar da sugestão acima mencionada por um “empolgado” *dutrista*, não foi esse o destino que os queremistas tiveram. Esse movimento que se constituiu na “manifestação de uma identidade coletiva de trabalhadores, resultado de experiências vividas e partilhadas entre eles”,⁸⁶ não esmoreceu diante da derrota sofrida. Como forma de formalizar e levar adiante esse movimento instalaram em 13 de novembro, em Passo Fundo, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. E com o objetivo de levar adiante as atividades do partido, diante da proximidade das eleições de 2 de dezembro, as lideranças trabalhistas locais

⁸¹ *O Nacional*, 25 jul. 1945.

⁸² FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.39.

⁸³ *O Nacional*, 31 out. 1945.

⁸⁴ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.15.

⁸⁵ *O Nacional*, 31 out.1945.

⁸⁶ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.15.

elegeram como presidente do nascente partido, o “professor dr. César Santos, renomado cientista rio-grandense”.⁸⁷

Sobre as razões que o levaram a ingressar no partido, expressou-se nos seguintes termos:

Confesso que o governo do presidente Vargas pelas suas características verdadeiramente patrióticas, muito me empolgou, partindo disso a minha grande admiração pela pessoa do ex-presidente em quem reconheço um estadista genial, um brasileiro patriota e uma energia invulgar aos serviços dos altos interesses da Pátria comum. Tornei-me um *getulista*, como dizem todos os admiradores do ex-presidente. Daí a razão de ter ingressado no Partido Trabalhista Brasileiro.⁸⁸ (grifo nosso)

A composição inicial do PTB⁸⁹, constitui-se de lideranças que participaram do movimento *queremista*, como o caixeiro-viajante Urbano Ribas, o comerciante Maturino Rabelo, o bancário Valdir Cecconi, Inocêncio Pinto, Filomeno Pereira Gomes, os mais proeminentes, alguns ligados a ala trabalhista do PSD, o médico e cientista César Santos e o jurista Celso da Cunha Fiori. Contou também com a participação dos sindicalistas Antônio Nunes Figueiredo e Guilherme Knack e do advogado e político Daniel Dipp, entre outros. César Ribas da Silva, mesmo sem desempenhar cargo eletivo, aderiu também ao PTB em sua fase inicial.

Ao analisarmos o extrato social dos integrantes do PTB podemos perceber que constitui-se de trabalhadores, sindicalistas, um político e de uma classe denominada por Bodea, de uma “elite de letrados”, representada por César Santos, Celso Fiori e Daniel Dipp, o que nos permite perceber que as forças aglutinadas em torno do PTB local, resultaram de uma composição social heterogênea em seu interior, que se diferencia da formação do partido em nível estadual e nacional. Vejamos.

⁸⁷ *O Nacional*, 14 nov. 1945. Essa agremiação partidária, já havia sido criada em nível nacional e estadual em março e setembro de 1945, respectivamente. Para maiores informações ver em: BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992 e D'ARAÚJO. Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁸⁸ *Diário da Manhã*, 22 abr. 1945.

⁸⁹ A primeira diretoria do PTB em Passo Fundo ficou assim constituída: Presidente de Honra, Norival Paranaçu de Andrade, ex-delegado regional do Trabalho no Rio Grande do Sul; presidente efetivo, professor dr. César Santos; 1º vice-presidente, Antonio Nunes Figueiredo, presidente do Sindicato da Indústria do Mobiliário; 2º vice-presidente, Urbano Ribas, viajante comercial; 1º secretário, Celso Fiori, advogado; 2º secretário, Maturino Rabelo, comerciante; 1º tesoureiro, Filomeno Pereira Gomes; 2º tesoureiro, Guilherme Knack, Presidente do Sindicato do Material Elétrico; Comissão Executiva Municipal: Celso Fiori, Daniel Dipp, Antonio Nunes Figueiredo. Comissão de fundos: Waldir Cecconi, Inocêncio Pinto e Oldemar Berends. Comissão eleitoral: Antonio Junqueira Rocha, Orestes Mozzato e Valêncio Figueiredo. *O Nacional*, 14 nov. 1945. Consta em Anexos, a Ata nº 1 de formação do partido.

Alguns autores relacionam o PTB, ao longo de seu processo de formação, à confluência de distintas correntes políticas, a saber: sindicalistas, doutrinários-reformistas e pragmáticos. Para Bodea, por exemplo, o PTB no Rio Grande do Sul se organizou inicialmente da corrente *sindicalista*, oriunda da ala trabalhista do PSD sob a liderança de José Diogo da Rocha, ex-diretor da Carris de Porto Alegre, formada “essencialmente por um núcleo de lideranças sindicais”, em setembro de 1945; a *doutrinária-pasqualinista* composta por bacharéis e profissionais liberais agrupados em torno de Alberto Pasqualini, oriundos da União Social Brasileira - USB, que aderiu ao PTB em outubro de 1945; a *pragmático-getulista* composta exclusivamente “por políticos profissionais” que se transferiram do PSD para o PTB sob a orientação de Vargas em 1946.⁹⁰

Em nível nacional, teria surgido inicialmente sob a mesma tendência de Bodea, ancorada no movimento sindical,⁹¹ assim também como numa vertente que além do sindicalismo agregava a burocracia estatal ligada ao Ministério do Trabalho.⁹² Como podemos observar, essas tendências, embora de diferentes autores, apontam como base inicial formadora do PTB, lideranças sindicais em sua essência, ponto esse que as diferencia da formação do PTB local, que ao contrário, se originou de variado extrato social, mas que tinham como liame unificador “o getulismo”,⁹³ uma vez que defendiam sua política social trabalhista.

Analisando as considerações anteriores, levantamos a seguinte questão: Por que a direção do PTB não ficou, por exemplo, com os líderes *queremistas* Urbano Ribas e César Ribas da Silva, que além de serem trabalhadores, também iniciaram e lideraram o movimento em Passo Fundo? É que essas lideranças embora expressivas na sua classe de origem - caixeiros viajantes -, não demonstraram possuir domínio entre os trabalhadores de modo geral. Quem possuía, era João Andrade, chefe do posto local do Ministério do Trabalho, que mesmo *getulista*, não mostrou envolvimento com o *queremismo* e nem aderiu ao PTB no momento de sua formação. Permaneceu no PSD, partido ao qual se filiou desde sua organização, somente mais tarde ingressando no trabalhismo local.

⁹⁰ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p. 20-28.

⁹¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 28.

⁹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos da democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar-civil de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v.3). p.179-186.

⁹³ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 168.

Os Ribas, Waldir Cecconi e Antônio Figueiredo, por exemplo, embora lideranças trabalhistas, não possuíam uma base ampla de apoio que congregasse todos os trabalhadores, uma vez que “não tinham assumido politicamente a sua vida”.⁹⁴ Não havia uma grande liderança entre eles que pudesse alcançar a direção do PTB como de fato nenhum deles alcançou. Também não temos ciência de ter sido essa a intenção, chegando alguns deles a se desligar do partido, logo após sua formação por divergências internas.

Ampliando um pouco mais essas considerações, a documentação consultada nos permite perceber também a ausência entre os oradores que se pronunciavam nos eventos públicos do quererismo, dos nomes de Urbano e César Ribas. Isso nos leva a inferir que a liderança de ambos se situava mais na parte organizativa, numa cooptação corpo a corpo, e não através de um chamamento verbal, por não possuírem talvez o dom para tal prática. A mobilização das massas ficava a cargo dos nomes que despontavam nesses eventos como, César Santos, Celso Fiori e, ocasionalmente, Waldir Cecconi.

César Santos, também não possuía base trabalhista de tal amplitude que lhe possibilitasse alcançar a direção do partido. Mas possuía - diferente dos seus companheiros de partido -, qualificações que lhe possibilitavam alcançar o posto que alcançou. Ele detinha um conjunto de atributos que segundo Michels, “são as qualidades às quais certos indivíduos conseguem submeter às massas a seu poder”, como por exemplo, o status de autoridade, cuja legitimidade provinha da complementaridade de sua expressão profissional, social e cultural. De posse dessas qualidades consubstanciadas na superioridade do saber, no dom da oratória e entre outras, no “amigo desinteressado da classe operária”⁹⁵ - as quais lhe eram outorgadas sempre que a ele se dirigiam -, conquistou a direção do PTB em Passo Fundo. E foi justamente nessa conquista alcançada por César Santos que se situou a diferença da formação inicial do PTB local, em relação ao âmbito estadual e nacional. Podemos, pois pelo exposto, perceber que o caso de Passo Fundo ao demonstrar com nitidez que “o local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades”⁹⁶, demonstra também ser passível de uma construção histórica singular, particular que ao interagir e se inserir num contexto mais amplo, como parte diferenciada, se combina com o todo, com o global.

⁹⁴ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Depoimento. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1979 e 1981. Apud: D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 23.

⁹⁵ *Diário da Manhã*, 13 nov. 1945.

⁹⁶ BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.29.

Mas essa formação diferenciada e diversificada do PTB local sofreria desfalques uma semana após sua eleição. Sob o título “Debandada no PTB local”⁹⁷ veio a notícia de que Waldir Cecconi havia se desligado do partido. Para César Santos, porém, houve somente uma exoneração de atividades em decorrência de tempo e não uma desfiliação partidária. Mas a contestação de Cecconi às palavras de César Santos foi categórica: “Não só demiti-me dum cargo que exercia, como também afastei-me das fileiras do PTB definitivamente.”⁹⁸ Esse contratempo vinha mostrar que contrariedades, já estavam se estabelecendo entre os petebistas locais numa demonstração precoce de que embora a força que os unisse e sustentasse proviesse do “carisma de Vargas”, já se formavam “grandes zonas de incerteza” ao redor do partido.⁹⁹ Desligaram-se também do trabalhismo local César Ribas da Silva e Maturino Rabello, caso que se confirmou em março de 1946, alegando ambos transferência de residência da cidade.

E assim, o PTB local, já sofrendo algumas *baixas* no seu quadro partidário recém formado, entrou na primeira corrida eleitoral, após a queda de Vargas e o Estado Novo já com “os dados lançados no amplo tabuleiro da política nacional”,¹⁰⁰ para juntamente com as demais agremiações partidárias formadas, participar do jogo político municipal.

Situando a representação partidária local, observamos que em torno da UDN, concentrou-se o republicano Victor Graeff que já havia exercido o cargo de prefeito municipal, nomeado pelo interventor federal Cordeiro de Farias de 1941 a 1944.¹⁰¹ Contou também com a participação dos Republicanos Liberais como Quim César e Aristóteles Lima, todos seguindo a orientação de Borges de Medeiros e Flores da Cunha que comandaram essa agremiação partidária no Estado em oposição a Getúlio Vargas. Num primeiro momento a UDN contou também com a participação dos libertadores Antonio Carlos Menna Barreto e Gomercindo dos Reis,¹⁰² que logo após a reorganização do partido em nível estadual assim procederam em âmbito local, constituindo-se em suas principais lideranças.

Da mesma forma organizou-se o PSD local. Acolheu ex-partidários do PRR com destaque para Nicolau Vergueiro, líder republicano regional, Arthur Ferreira Filho que por duas vezes administrou o município e também Túlio Fontoura, proprietário do jornal

⁹⁷ *O Nacional*, 21 nov. 1945.

⁹⁸ *O Nacional*, 21 nov. 1945.

⁹⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 21.

¹⁰⁰ *Diário da Manhã*, 5 set. 1945.

¹⁰¹ *O Nacional*, 17 dez. 1941.

¹⁰² *O Nacional*, 30 jul. 1945.

Diário da Manhã. Integrou também os quadros do partido a expressiva liderança do PL, Antonio Bittencourt de Azambuja. Como podemos observar, as forças políticas que formaram o PSD local não seguiram as lideranças estaduais. Borges de Medeiros do PRR foi para a UDN, e Raul Pilla se manteve à frente do Partido Libertador no Rio Grande do Sul.

Realizadas as eleições de 2 de dezembro, o resultado local aos moldes do nacional favoreceu a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, apoiado pela coligação PSD-PTB. Recebeu em Passo Fundo a expressiva votação de 9.812 votos contra 1.659 do Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN. Quanto à Câmara Federal venceram as lideranças políticas históricas no município como Nicolau Vergueiro e Bittencourt de Azambuja, filiados ao PSD. Victor Graeff da UDN não conseguiu eleger-se. Do mesmo modo Celso Fiori como representante do PTB local, cuja votação foi de apenas 26 votos.¹⁰³

Esses resultados vêm demonstrar que em relação à candidatura Dutra, houve um alinhamento da política local com a nacional, e também evidenciar a força eleitoral das lideranças como Vergueiro e Azambuja que mesmo sob nova legenda partidária, mantinham a hegemonia política local, fato que não se estendeu a UDN.¹⁰⁴ A frágil representação do PTB deve levar em consideração suas lideranças ainda em processo de formação e consolidação.

Convém ressaltar a expressiva votação de Getúlio Vargas em Passo Fundo. Candidato ao Senado da República sob a legenda do PSD e PTB, recebeu 10.071 votos, contra 1.074 de Ernesto Dornelles, também candidato ao Senado pelo PSD. A diferença alcançada por Vargas em relação a Dornelles, deriva do fato de que o PTB e o PSD mesmo se situando em campos políticos opostos no município, tinham em comum a origem *getulista*. Mesmo afastado do governo pelo golpe de outubro de 1945, o ex-presidente era, sem sombra de dúvidas, a figura política de maior expressão no Brasil.

1.3. Conflitos à vista: a primeira expulsão no PTB

Embora a agitação com vistas ao pleito de janeiro de 1947 - quando seriam eleitos governadores e deputados estaduais -, já movimentasse o cenário político local, a crise

¹⁰³ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese, [s.d]. p. 254.

¹⁰⁴ *O Nacional*, 13 dez. 1945; *Diário da Manhã*, 14 dez. 1945.

iniciada no PTB em final de 1945 com a desfiliação de alguns membros da cúpula partidária dava mostras de agravar-se. O caso agora envolvia Celso Fiori.

Apesar da adesão do capitão da Brigada Militar Telmo Dornelles de Azambuja no PTB, em 18 de fevereiro de 1946, ter causado satisfação entre os trabalhistas, as assíduas notícias publicadas no jornal *O Nacional* sobre o desenrolar de todo o caso exposto a seguir, apontam como sendo essa adesão a razão de uma grave crise que se instalou no PTB local, iniciando a mesma, com o desligamento de Celso Fiori dos quadros desse partido.

O capitão Azambuja pertencia ao PSD, partido do qual se desligou em julho de 1945, por não concordar com a candidatura de Gaspar Dutra à presidência da República. Por essa razão, ingressou no movimento queremista, com a finalidade de contribuir para a permanência de Vargas no governo, uma vez que segundo suas palavras, “só um homem sigo politicamente na vida: Getúlio Vargas”.¹⁰⁵ Após 29 de outubro, quando o ex-presidente foi forçado a abandonar o governo da República, o capitão permaneceu à margem dos partidos, somente apoiando a candidatura Dutra, quando Vargas assim o solicitou. Candidato popular¹⁰⁶ à Assembléia Legislativa do Estado, desenvolvia notória campanha em andamento desde meados de 1945, quando ingressou no PTB.

Pelo entusiasmo com que se referia a Getúlio Vargas, pode-se dizer - a exemplo de César Santos -, que Telmo Azambuja também era um ardoroso *getulista*.

Por ocasião de seu ingresso no PTB local, foi-lhe oferecida a função de secretário-geral, cargo esse, exercido por Celso Fiori desde a fundação do partido e do qual demitiu-se, logo após a publicação dessa informação pela imprensa local. A decisão foi tomada, por considerar Celso Fiori, necessária, “a entrada de novos elementos para a direção do PTB”, mencionando a possível nomeação para o cargo do capitão Azambuja, cuja candidatura aspirava uma cadeira estadual nas próximas eleições.¹⁰⁷

Já outra notícia deu conta também que embora tenha causado grande repercussão nos círculos políticos a demissão de Fiori de secretário no cargo que ocupava junto à direção do PTB - agremiação que ajudou a fundar -, esse era um desejo há muito acalentado.¹⁰⁸ Apesar de não ficar demonstrado desavenças entre Fiori e a direção do PTB,

¹⁰⁵ *O Nacional*, 23 fev. 1946.

¹⁰⁶ A candidatura popular era desvinculada de qualquer partido político, necessitando, porém, para oficializar a candidatura do empréstimo de uma sigla partidária, sem comprometimento posterior com militância.

¹⁰⁷ *Diário da Manhã*, 1 mar. 1946.

¹⁰⁸ *Diário da Manhã*, 2 mar. 1946.

já corria na imprensa local a seguinte indagação: “O que haverá no seio do Partido Trabalhista Brasileiro de Passo Fundo?”¹⁰⁹

Talvez no diretório do PTB não estivesse acontecendo nada de grave no que concerne a esse fato em particular. O que houve realmente foi que Fiori desde que ingressou no queremismo, defendia, assim como os demais integrantes daquele movimento, a candidatura de Walter Jobim. Esse era um ponto chave em que se apoiavam. Quando Getúlio Vargas teve que se decidir pelo PTB no Estado, rompeu com o PSD e também com Jobim, aderindo - embora a contragosto -, à candidatura trabalhista de Pasqualini. Esse novo direcionamento político seria seguido pelo PTB local, contrariando assim a posição de Fiori. Foi justamente essa a razão de sua demissão do cargo que ocupava junto ao partido e não pela adesão do capitão Azambuja aos quadros do PTB, ocupando um cargo que lhe pertencia. Esse argumento, porém, veio ao encontro de seu intento, há muito acalentado “de ser substituído na importante função que lhe confiaram seus correligionários”.¹¹⁰

Mas se por um lado, a adesão de Telmo Azambuja de uma certa maneira auxiliou Celso Fiori a se desvencilhar de um partido que não mais servia aos seus propósitos políticos; de outro, trouxe sérios e desagregadores conflitos para a direção do PTB local.

Mesmo já militando nas *hostess* petebistas, Telmo Azambuja continuava em franca propaganda de sua candidatura popular à Assembléia Legislativa Estadual, assim também como credenciado pela Comissão Executiva Estadual “a fundar juntamente com elementos locais, diretórios e sub-diretórios do Partido Trabalhista Brasileiro”¹¹¹ nos municípios onde não houvesse tal organização. Ao realizar essas deliberações, delas prestava contas diretamente ao senador Getúlio Vargas do qual recebia resposta em agradecimento, concitando-o, assim como os demais companheiros a “continuar trabalhando em prol da grandeza do Partido Trabalhista Brasileiro”.¹¹² Essas informações demonstram que Telmo Azambuja, diferente dos demais integrantes do diretório municipal, atuava de uma maneira um tanto independente, autônoma até, dentro do partido.

A par da candidatura do capitão Azambuja, foi noticiado pela imprensa local que César Santos seria indicado pelo Diretório local do PTB a uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, notícia que causou

¹⁰⁹ *Diário da Manhã*, 2 mar. 1946.

¹¹⁰ *Diário da Manhã*, 2 mar. 1946.

¹¹¹ *O Nacional*, 13 jul. 1946.

¹¹² *O Nacional*, 17 jul. 1946.

grande repercussão não só em Passo Fundo, como em outros municípios vizinhos, onde o conhecido e ilustre médico conta com inúmeros amigos e correligionários.¹¹³

Sobre o assunto, César Santos “de maneira gentil e cavalheiresca”, afirmou ter ponderado muito essa indicação, uma vez que de um lado se encontrava sua profissão aliada ao seu grande desejo de ser útil à humanidade enferma, e de outro, seus compromissos com os companheiros e com o Partido Trabalhista. Todavia se persistisse a indicação, como homem de partido que era, teria que acatar essa decisão, apesar de argumentar que tudo faria para que seu nome não fosse cogitado no momento da escolha dos candidatos do PTB ao cargo em questão.¹¹⁴

Nesse quadro político que se alinhavava, as *demarchés* com vistas às eleições de janeiro de 1947 agitavam os bastidores políticos. Seriam escolhidos governadores e deputados estaduais. O rompimento de Vargas com o PSD gaúcho e seu alinhamento com a política trabalhista viria seguramente tornar esse próximo pleito numa disputa concorrida e acirrada.

O Partido Trabalhista Brasileiro já anunciava os preparativos para a realização de sua Convenção Estadual com o objetivo de escolher oficialmente seus representantes. Nesse sentido, já havia especulações se o candidato que o PTB local, indicaria como seu representante à Assembléia Legislativa seria o capitão Azambuja que embora viesse há tempos se apresentando com candidato popular, já militava nas *hostes* trabalhistas. Sobre o assunto, houve a seguinte declaração:

Não, absolutamente, não! – afirmou o líder petebista! **Não temos nada a ver com candidaturas populares**, e se o amigo quer saber mesmo o nome do nosso candidato, pode saber já. Trata-se do professor dr. César Santos, ilustre e humanitário médico passo-fundense e uma das figuras de real projeção nos círculos científicos e intelectuais do Rio Grande do Sul. O nome do prof. César Santos será levado à Convenção do PTB para figurar na chapa de candidatos do partido à Assembléia Legislativa Estadual. Trata-se de um cidadão digno, de grande renome como médico e que goza de incontestável prestígio entre os trabalhistas rio-grandenses.¹¹⁵ (grifo nosso).

Pelo teor dessas declarações podemos perceber que ventos nada amenos estavam soprando no PTB local, e que divergências a respeito da candidatura de Telmo Azambuja se mostravam claras, nítidas. E essas deduções não são sem tempo, uma vez que após

¹¹³ *Diário da Manhã*, 22 abril 1946.

¹¹⁴ *Diário da Manhã*, 22 abril 1946.

¹¹⁵ *Diário da Manhã*, 28 jun. 1946.

essas declarações César Santos, através de um ofício enviado ao diretório Municipal do PTB local, abandonou a direção do partido. Em breves palavras, depois de entregar os cargos que ocupava junto ao partido e agradecer as considerações com que sempre fora distinguido pelos membros do PTB, finalizou: “Lamento não me ter sido possível dar a nossa justa e grande causa mais do que a minha profunda lealdade”.¹¹⁶ Realmente, o Partido Trabalhista local estava enfrentando uma séria crise.

No clima de agitação que se formou, *O Nacional*, resolveu sondar o ambiente. Na noite seguinte à renúncia de César Santos, vendo que algo de novo se notava, o repórter notívago rumou “farejando alguma notícia política”,¹¹⁷ e lá pelas 23 horas notou um grupo de 10 ou 12 pessoas na rua Bento Gonçalves que se aproximavam, e entre elas César Santos, Daniel Dipp, Antunes Nunes Figueiredo, Antonio Knack e outros, assim também como João Augusto Rodrigues, de Cruz Alta, e Friederico Bebb, de Carazinho. Deduziu o repórter que os trabalhistas vinham de uma reunião sigilosa e de máxima importância, uma vez que não conseguiu - apesar de abordar todos os trabalhistas -, inteirar-se do motivo que os reunia àquela hora da noite.

Após essa incursão noturna, o PTB realizou uma reunião entre os membros do Diretório Municipal, sendo na ocasião debatidos assuntos que não vieram a público imediatamente. Dias depois, porém, o partido publicou uma nota oficial em que comunicava as deliberações tomadas naquela ocasião, resolvendo, de acordo com os Estatutos que regiam o Partido Trabalhista Brasileiro em 1945, o seguinte:

1º - Recusar por unanimidade, o pedido de demissão apresentado pelo dr. César Santos, do cargo de presidente da Comissão Executiva Municipal, votando-lhe uma moção de confiança e solidariedade, aprovada pelo diretório;

2º - Eliminar do partido, de conformidade com o parágrafo único do art. 6º dos Estatutos, o ex-membro deste Diretório, Cap. Telmo Dornelles Azambuja, por considerá-lo incurso nos incisos a e c do referido art. 6º dos Estatutos, capítulo referente aos “Deveres dos Membros do Partido”;

3º - Oficiar, expondo os motivos determinantes dessa eliminação, à Comissão Executiva Estadual do Partido, em Porto Alegre. ¹¹⁸ (grifo nosso).

A resposta de Telmo Azambuja não se fez esperar. No mesmo dia, 23 de agosto de 1946, publicou pela imprensa local detalhada matéria comentando as razões de sua expulsão do PTB de Passo Fundo. Iniciou sua exposição declarando considerar “ridícula e

¹¹⁶ *Diário da Manhã*, 16 ago. 1946.

¹¹⁷ *O Nacional*, 17 ago. 1946.

¹¹⁸ *O Nacional*, 23 ago. 1946; *Diário da Manhã*, 23 ago. 1946.

facciosa” a nota publicada pelo diretório municipal do partido, uma vez que esse departamento político não possuía “autoridade para eliminar do seio do PTB elemento que tenha prestado serviços ao partido como eu prestei”. Sobre o real motivo de sua expulsão, alegou ter sido motivada pela denúncia que fez ao diretório central do partido em Porto Alegre,

da maneira impatriótica e despida de ética política dos dirigentes locais, que, até a presente data nada fizeram em prol da coletividade trabalhista passo-fundense. Enquanto reestruturei o Partido Trabalhista em dez municípios, o diretório desta cidade, por inépcia, não organizou sequer o de um distrito. Os elementos que integram o diretório, com raras e honrosas exceções, são indolentes e sem expressão política. Daí sua passividade condenável.¹¹⁹

Continuando suas contundentes declarações, Telmo Azambuja disse que havia mais de três meses solicitado sua demissão como membro do diretório, por “observar uma grande “ciumeira” devido” a sua candidatura ao legislativo estadual e também por notar entre os elementos que compunham o diretório municipal, comportamentos que fugiam à ética moral, desvios esses que impossibilitam os indivíduos de pertencer a um partido como o PTB.¹²⁰ O julgamento de Azambuja em relação aos integrantes do PTB foi não só direto, mas também estendeu-se além das fronteiras do partido, indo sua postura ao encontro do pensamento de Michels quando diz que “na maioria das vezes as divergências de princípio não tardam em degenerar em divergências pessoais”.¹²¹

Não se deve esquecer que o capitão pertencia aos quadros da Brigada Militar, era assim, “soldado e cidadão”, desempenhando com patriotismo e retidão os cargos públicos que lhe foram confiados pelo Governo como de Delegado de Polícia que exerceu em Soledade e em Marcelino Ramos, neste último município no ano de 1942, atividades essas que se entende, devam primar por rígida conduta e bom comportamento.¹²² Ademais, as referências a ele dirigidas em manifestações recebidas em apoio a sua candidatura e publicadas pelo jornal *O Nacional*, davam conta de ser de exemplar conduta, ou seja, “honrado e sem mácula”.¹²³

Diante da crise irrompida no trabalhismo local e com a incumbência de apaziguar os ânimos veio especialmente a Passo Fundo, Afonso de Assunção Viana, secretário geral do PTB estadual. O emissário petebista entrou em contato tanto com César Santos como

¹¹⁹ *O Nacional*, 23 de ago. 1946.

¹²⁰ *O Nacional*, 23 de ago. 1946.

¹²¹ MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Editora Senzala, [s.d.], p.96.

¹²² *O Nacional*, 28 dez. 1945.

¹²³ *O Nacional*, 27 ago. 1946.

com Telmo Azambuja, em demorada palestra que se prolongou durante todo o período de sua permanência nesta cidade, ou seja, dias 24 e 25 de agosto. Embora tenha conferenciado com as partes em litígio, Afonso Viana não ratificou a eliminação do capitão Azambuja, conforme deliberação tomada pelo PTB local. A questão, porém, ficou em suspense até que fosse emitido pelo Diretório Estadual do Partido, parecer a respeito da crise gerada no PTB local.¹²⁴

Enquanto a situação conflituosa entre as partes, permanecia em compasso de espera, muitas foram as manifestações de solidariedade a favor de Telmo Azambuja¹²⁵ que chegavam de diretórios municipais, de particulares e que eram publicadas pelo jornal *O Nacional*. Consultado a respeito da expulsão de Azambuja do PTB, o advogado Menna Barreto declarou tratar-se de “um julgamento visceralmente nulo”, uma vez que, segundo as circunstâncias que lhe foram relatadas, Telmo Azambuja sequer fora notificado sobre tal decisão, não lhe sendo oferecido direito de defesa, sendo desse modo, segundo seu parecer, uma atitude inconcebível no ambiente democrático que vigorava no país.¹²⁶

Foi também publicada uma moção política com cerca de duzentas assinaturas, cujos signatários eram funcionários públicos, operários, comerciantes, industrialistas, todos pertencentes ao PTB. Através desse abaixo-assinado, protestavam contra

o ato insólito e fascista do Diretório Municipal do PTB local que eliminou de nosso partido o companheiro ilustre, honrado e sem mácula, valoroso trabalhador e patriota, Capitão Telmo Dornelles Azambuja, amigo sincero e leal da verdade e da Justiça, defensor acérrimo e acima de tudo, honestíssimo, que mais tem trabalhado pelos direitos das classes trabalhistas.¹²⁷

A repercussão do caso foi de tal proporção, que a Comissão Executiva Estadual do PTB, sob a presidência de José Vecchio, reuniu-se especialmente para tratar do caso de Passo Fundo. Na presença do líder trabalhista José Loureiro, o capitão Azambuja apresentou sua defesa, ocasião em que, segundo suas palavras, mesmo assim a Comissão reunida decidiu, por unanimidade, não ratificar o ato do diretório municipal do PTB que o havia eliminado do partido. Resolveu também essa mesma Comissão, credenciar Loureiro da Silva para reestruturar o diretório do PTB de Passo Fundo, cujos membros seriam

¹²⁴ *O Nacional*, 26 ago. 1946.

¹²⁵ *O Nacional*, 26/29ago.; 3/4/11/12/17/24 set.; 01 out. 1946.

¹²⁶ *O Nacional*, 28 ago. 1946.

¹²⁷ *O Nacional*, 27 ago. 1946.

aconselhados a depositarem os cargos em suas mãos para que sem embaraço, Loureiro reestruturasse o diretório, visando harmonizar os interesses do “glorioso PTB”.¹²⁸

Porém tal deliberação não ocorreu de acordo com o estabelecido. Loureiro não veio a Passo Fundo e a situação continuou em compasso de espera. Exatamente dois meses após essa reunião, ocorrida em Porto Alegre, em visita ao interior do Estado, com o objetivo de inspecionar os diretórios municipais, estiveram em Passo Fundo Manoel Vargas, filho do então senador e ex-presidente Getúlio Vargas, e o presidente do diretório estadual José Vecchio. Sem mencionar a expulsão do capitão Azambuja, José Vecchio disse que encontrou todos os Diretórios do PTB na mais perfeita ordem e com grande entusiasmo para o pleito de 19 de janeiro de 1947, que teria como candidato para o governo estadual Alberto Pasqualini, cujo nome contava com o apoio integral do patrono do partido, Getúlio Vargas. A respeito das candidaturas, assim se expressou José Vecchio:

A cidade de Passo Fundo com um coeficiente eleitoral na sua maioria arregimentado dentro do PTB, sufragará para a Assembléia legislativa do Estado, o nome do dr. César Santos, **candidato único da cidade de Passo Fundo.**¹²⁹ (grifo nosso)

Pelas declarações acima, podemos perceber que para José Vecchio as intransigências havidas entre os petebistas locais estavam resolvidas. Nada ventilou sobre o assunto nas declarações que prestou à imprensa local. Foi como se nada tivesse ocorrido. Ao contrário, eram de ordem e entusiasmo suas palavras, quando se referiram ao ambiente encontrado nos diretórios municipais, inclusive o de Passo Fundo, em sua visita de inspeção, mesmo porque o nome de César Santos já se encontrava na lista oficial entre os candidatos trabalhistas do Estado.

Alguns dias após a visita de Vecchio e Manoel Vargas, Loureiro veio a Passo Fundo, e do encontro que teve com César Santos e o capitão Azambuja nada transpirou via imprensa. Solicitou, porém – devido a pressa de sua visita e com a aprovação do Diretório local do PTB - que Menna Barreto e Múcio de Castro tentassem harmonizar as partes em litígio, ou seja, o Diretório Municipal do PTB e Telmo Azambuja, acordo esse que não se concretizou.¹³⁰ Desse modo, a situação seguiu no mesmo ponto. Azambuja não retornou aos quadros trabalhistas, e o diretório local continuou com os mesmos integrantes. O cargo de secretário do diretório Municipal do PTB, outrora ocupado por Telmo Azambuja, passou para o também militar major Waldomiro Raupp.

¹²⁸ *O Nacional*, 2 set. 1946.

¹²⁹ *O Nacional*, 2 dez. 1946.

¹³⁰ *O Nacional*, 14 dez. 1946.

Mas embora todas essas deliberações, o caso capitão Telmo Azambuja não havia chegado ao final. Novas revelações surgiram de modo a clarear certos pontos que ainda permaneciam obscuros. Somando-se às manifestações de apoio e solidariedade recebidas por Telmo Azambuja Jorge Cafruni¹³¹ trouxe sua extensa e contundente contribuição pronunciando-se via imprensa.

O redator caracterizo a atitude do Diretório de “um ato marcadamente fascista, que estarreceu sobremodo o povo de Passo Fundo”, a decisão da chefia estadual do PTB se constituiu numa norma de contornos nitidamente totalitários, em ato de total desprestígio e desconsideração com a vontade da maioria partidária, onde prevaleceu como “decisão final e irrevogável, os “arranjos” arbitrários e de última hora feitos à surdina dos gabinetes

Jorge Cafruni foi mais adiante em suas declarações a respeito do caso Telmo Azambuja, considerando que a fórmula apresentada por Vecchio consistia em nada mais nada menos do que uma solicitação de retratação, sob a qual o capitão teria que “curvar-se diante de um diretório desprestigiado”, semelhante a um núcleo fascista, que lhe outorgava direitos arbitrários de dispor de seus membros e “expulsá-los, quando sua popularidade se tornar inconveniente”. Consistia também o aceite de tal solução, em “dar a mão a um diretório sem expressão política”, assim como prestigiar esse mesmo diretório “inoperante e falho”. Para Cafruni, era também “exigir ainda e sempre a postergação dos valores morais por uma cadeira de deputado!

Por seu turno, Telmo Azambuja ao romper com o PTB publicamente, expôs suas razões. Disse em seu relato público que em vão esperou por um pronunciamento da Executiva Estadual. Diante do silêncio que se operou em relação ao seu caso, o qual interpretou como desconsideração a sua pessoa e aos serviços prestados ao partido, enviou telegrama ao Diretório Estadual em 20 de dezembro, nos seguintes termos:

Após detido exame dos atos e atitudes dos membros do Diretório Estadual do Partido, capacitei-me da realidade dolorosa que, até agora, tem reinado no seio da agremiação. A prática cotidiana dos atos desse Diretório tem se consumado, dolorosamente, em métodos totalitários, que tanto alvitram a humanidade! Consciente, pois, desse modo incompatível com os foros democráticos que regem os destinos do Brasil, informo-vos a minha transcendental deliberação, após haver prestado incontáveis serviços ao Partido: nesta data, eu, meus amigos e demais elementos, que comigo comungam, nesta jornada, consideramo-nos em dissidência no Partido Trabalhista Brasileiro.¹³²

¹³¹ Jorge Edethe Cafruni era redator do jornal *O Nacional* e membro do Diretório local do PRP. *O Nacional*, 15 mai. 1950.

¹³² *O Nacional*, 21 dez. 1946.

Diante da situação irreversível dos fatos, Telmo Azambuja ao proclamar a sua dissidência e a de alguns companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro que apoiavam sua ação, evocou, segundo seu parecer, as práticas antidemocráticas tomadas pelo Diretório Estadual.

Podemos perceber pelo exposto, que o envolvimento da Executiva Estadual, pelo menos no que se refere ao caso de Passo Fundo, ocorreu de uma forma um tanto parcial, formal, discreta, demonstrando que endossava as atitudes tomadas pelo diretório municipal. Em momento algum em relação a esse caso de expulsão, ficou evidenciado a mais leve contrariedade por parte das lideranças estaduais às atitudes tomadas pela direção local do Partido. Houve brandas tentativas de apaziguamento e os Estatutos foram seguidos à risca. Desde cedo o PTB mostrava ser um partido que não conseguia “domesticar ou conviver com tendências internas rebeldes”.¹³³

Conclui-se desse episódio, que, apesar das várias manifestações de solidariedade e apreço recebidas por Azambuja, em momento algum, César Santos veio a público em defesa tanto do diretório local como do estadual, do Partido Trabalhista de um modo geral, tantas vezes contestado nos seus atos e atitudes. O único pronunciamento a respeito do assunto veio em forma da deliberação, respaldada pelos Estatutos do partido. Mais nada.

A partir desses acontecimentos, Telmo Azambuja, passou a liderar a primeira ampla dissidência trabalhista que agregou adeptos de todo o Rio Grande do Sul.¹³⁴ No entanto, entre os próprios dissidentes, não havia consenso quanto às posições políticas, salvo o caso local. No âmbito estadual, dividiram-se.

Aqueles que se agregavam em torno de Telmo Azambuja, apoiariam Décio Martins Costa, candidato das Oposições Coligadas, formada pelos partidos Libertador - PL e pela União Democrática Nacional - UDN; outra corrente apoiaria a candidatura Walter Jobim, representante do PSD ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Iniciavam assim uma dissidência já bipartida, ou seja, uma dissidência no âmbito de outra dissidência, uma vez que os companheiros de Telmo Azambuja que vieram a Passo Fundo para participar da Convenção aqui realizada, ficaram surpresos ao encontrar o capitão “de malas prontas para passar” para o Partido Libertador, devido ao mesmo ter lhe prometido uma vaga à

¹³³ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.128.

¹³⁴ *O Nacional*, 21 dez. 1946.

Assembléia Legislativa, atitude essa que desgostou seus companheiros, levando-os a apoiar Walter Jobim.¹³⁵

A legislação eleitoral não permitia - como ainda hoje não permite -, a inscrição para registro de candidatos a cargos eletivos sem vinculação a uma agremiação partidária. Após o rompimento com o PTB, difícil se encontrava a situação do capitão Azambuja que via sua candidatura há tanto tempo anunciada sem uma legenda sob a qual concorrer, uma vez que não havia aderido ao Partido Libertador, conforme declararam seus companheiros. Sabedor desse fato, o Partido Social Progressista - PSP, “colocou à disposição daquele prócer a sua legenda”¹³⁶ para que Azambuja pudesse concorrer à tão almejada cadeira junto à Assembléia Legislativa Estadual, o que foi aceito pelo ex-petebista. O Tribunal Eleitoral concedeu o registro, permitindo assim que os amigos do capitão pudessem sufragar seu nome nas eleições de 19 de janeiro, “democraticamente”.¹³⁷

Apesar de todos os esforços realizados, Telmo Azambuja não conseguiu eleger-se. Sua votação em Passo Fundo atingiu a soma de 841 votos¹³⁸ e o PSP, por sua vez, não atingiu o quociente eleitoral necessário, inviabilizando desse modo, sua eleição.¹³⁹

Telmo Azambuja seguiu liderando a dissidência trabalhista, até sua dissolução nos primeiros meses de 1948, quando cessaram as razões que levaram a tal cisão, condicionada que foi à saída de Vechio da direção estadual do PTB, fato que ocorreu em maio daquele mesmo ano. Embora tivesse sido acordado que cessada a dissidência, todos os membros voltariam ao “seio do PTB”,¹⁴⁰ Telmo Azambuja não tentou reingresso no partido, conservando-se afastado da política.

Os problemas surgidos entre Azambuja e o Diretório do PTB local, de uma certa forma, não causaram surpresa. Quando o capitão aderiu ao partido, já vinha com uma campanha política - embora popular -, praticamente consolidada ao Legislativo Estadual,¹⁴¹ que sem dúvida representaria o partido ao qual havia se filiado. Ademais a prática autonomista, utilizada por Azambuja na militância partidária, não se coadunava com a *performance* do PTB que desde o início, se mostrou um partido de forte conotação

¹³⁵ *Diário da Manhã*, 31 dez. 1946.

¹³⁶ *O Nacional*, 2 jan. 1947.

¹³⁷ *O Nacional*, 4 jan. 1947. A inclusão do nome do capitão na legenda do PSP, não implicava compromisso partidário, era somente um recurso usado para poder disputar às eleições.

¹³⁸ *O Nacional*, 25 jan. 1946; *Diário da Manhã*, 26 jan. 1947.

¹³⁹ A legenda do PSP no Estado atingiu o total de 2.727 votos, sendo de 0,49 o percentual sobre os votantes em relação às demais siglas partidárias que disputaram as eleições de janeiro de 1947. AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese, [s.d.], p. 257.

¹⁴⁰ *O Nacional*, 26 fev. 1948.

¹⁴¹ Quando o capitão Telmo Azambuja aderiu ao PTB, não ficou explicado se sua candidatura popular representaria o partido ao qual se filiou.

centralizadora e personalista. Logo após a adesão de Azambuja ao PTB, já corria pela imprensa local o nome de César Santos à mesma representação como candidato oficial do partido, e de uma certa forma, já havia aceitado a indicação. Mesmo que a candidatura do capitão continuasse desvinculada de qualquer partido, representaria uma ameaça não só à candidatura de César Santos, mas também ao seu poder no interior do partido, o que para o PTB seria crucial, uma vez que “o controle pessoal e direto foi a forma pela qual o partido engendrou sua estratégia de atuação interna”.¹⁴²

A par dessas considerações, convém apontar que o PTB local era um partido novo, recém criado, sem nome de expressão política em seus quadros, ao contrário do PSD que embora fosse também um partido recém formado, abrigava lideranças políticas históricas na região, como Vergueiro, Bittencourt Azambuja, entre outros. O PTB iniciava a escrever sua história e dos nomes que o constituíam e apesar de toda a expressão intelectual de César Santos, ele ainda não era um político experiente, mas demonstrava habilidade em ser. O PTB local não comportava duas candidaturas à mesma representação e investir em tal prática, “seria perturbar no próprio nascedouro a vida do Partido”.¹⁴³ Essa foi a questão. Alguém teria que ser afastado. E como podemos perceber, não foi César Santos.

1. 4. O início da política eleitoral: César Santos na Assembléia Estadual

Após a formação dos partidos nacionais em 1945, a exemplo do ocorrido em nível nacional, também no Rio Grande do Sul processou-se a reestruturação partidária.

Nesse processo, houve a formação do PTB gaúcho, pela fusão das vertentes sindicalista, teórico-pasqualinista e pragmático-getulista, união essa que buscava “transformar o PTB no maior partido regional, destronando e “desgetulizando” o PSD e tendo como objetivo tático mais imediato a conquista do governo estadual”. Para tanto, necessitava sensibilizar Vargas para essa idéia uma vez que já havia se comprometido com Walter Jobim, candidato do PSD e a candidatura do trabalhista Alberto Pasqualini já ganhara às ruas. Vargas, no entanto, ao mesmo tempo em que era favorável a uma composição PTB-PSD, procurou o fortalecimento de um partido regional alternativo, em alerta “à traição de Dutra, em outubro de 1945”.¹⁴⁴

¹⁴² D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.61.

¹⁴³ *O Nacional*, 9 jul. 1945.

¹⁴⁴ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p36. O golpe militar de outubro de 1945 que afastou Getúlio Vargas do governo

Muito embora as considerações acima, não faziam parte dos planos de Vargas uma candidatura alternativa à de Jobim, ainda mais de Pasqualini devido ao distante relacionamento existente entre ambos. Este “lhe fizera oposição na fase final do Estado Novo” que por sua vez, era avesso “ao pragmatismo tático de Vargas”. Mesmo assim, a candidatura Pasqualini decolou e o processo lhe escapou ao controle.¹⁴⁵

Acatada pelo PTB a questão da candidatura Pasqualini, foi praticamente imposto a Vargas um posicionamento político já que mantinha uma “eqüidistância em relação aos candidatos do PTB e PSD”.¹⁴⁶ Em final de novembro de 1946, num grande comício pró-Pasqualini, atacou pela primeira vez o PSD, comparando-o à UDN, e considerando ambos, “expoentes da democracia burguesa, velha democracia liberal, que afirma a liberdade política e nega a igualdade social”.¹⁴⁷ Finalmente rompera com o PSD gaúcho.

E assim, nesse contexto, transcorreram as eleições de 19 de janeiro de 1947 sendo eleitos governadores, a terceira senatoria e deputados estaduais. Loureiro da Silva, líder trabalhista gaúcho, foi portador de uma mensagem enviada por Vargas aos trabalhadores do Rio Grande, na qual solicitava “a votação nos candidatos do PTB é a recomendação que vos faço como um postulado desse idealismo renovador”.¹⁴⁸ A recomendação de Vargas, pelo menos em Passo Fundo, foi seguida à risca, uma vez que Pasqualini e Salgado Filho, candidatos a governador e senador, respectivamente, saíram vencedores. Amargaram, porém os petebistas, a derrota para o cargo eletivo máximo no Estado, uma vez que segundo Bodea,

aberta as urnas e apurados os votos, constatou-se a derrota de Alberto Pasqualini, pela estreita margem de vinte mil votos, embora Pasqualini derrotasse Jobim na capital do Estado. Nas eleições para o Senado, no entanto, Salgado Filho venceu o candidato do PSD Oswaldo Vergara por boa margem de votos. Para a Assembléia Legislativa, o PTB elegeu a maior bancada, tornando-se de fato, o maior partido regional.¹⁴⁹

contou com a participação decisiva do general Dutra, que já candidato à presidência, temia “que Vargas se aproveitasse do sucesso da campanha queremista para se perpetuar no poder”. DHBB. Eurico Gaspar Dutra - <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Página acessada em 26 jan. 2005.

¹⁴⁵ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p.36-37.

¹⁴⁶ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p.39.

¹⁴⁷ VARGAS, Getúlio. *Correio do Povo*, 30/11/1946. *Apud.* BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1992, p.41.

¹⁴⁸ *O Nacional*, 17 jan. 1947.

¹⁴⁹ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1992, p.53.

Em relação ao governo estadual, diferente foi o resultado em Passo Fundo. As eleições que transcorreram num ambiente de calma e cordialidade, numa demonstração de “compreensão e civismo”, pelo eleitorado local, trouxeram a vitória a Pasqualini que derrotou seu concorrente Walter Jobim pela quantia de 4.611 contra 3.648 votos, situando-se a diferença entre ambos de 963 votos.¹⁵⁰

Entre os integrantes da nova composição legislativa estadual, constava também o “discípulo dedicado de Hipócrates”, César Santos, representante do PTB local. Situando-se em décimo sétimo lugar entre os deputados eleitos, sua votação foi de 3.389 votos, sobre um percentual de 0,60 votantes no Estado.¹⁵¹ Recebendo a quantia de 1.946

sufrágios dos trabalhadores de Passo Fundo, apresta-se agora o ilustre parlamentar para dar desempenho ao honroso mandato que lhe foi conferido pelas mãos calosas do operariado e do agricultor de sua terra.¹⁵²

A “apreciável votação” que recebeu também em Soledade, sua terra natal, assim como em Palmeira das Missões, entre outros municípios da região,¹⁵³ veio demonstrar que César Santos era não somente uma liderança que vinha se firmando na vida política do PTB regional, mas também mostrar a força do trabalhismo ao sobrepujar, nessas primeiras eleições, lideranças políticas tradicionais.

A vitória, de um modo geral, comemorada “com espocar de foguetes que subiram aos ares” colocou os petebistas locais “em posição magnífica nesta nova fase da Democracia no Brasil”.¹⁵⁴ A campanha eleitoral trabalhista que foi intensa em todo o município de Passo Fundo contou também com a participação feminina. Através de “caravanas chefiadas pelo abalizado médico” César Santos, foram realizados comícios nas vilas e distritos, onde também eram fundados comitês femininos, sob a orientação de “Leonor Lima de Menezes, presidente da ala feminina do PTB nesta cidade”.¹⁵⁵

O chamamento ao voto do trabalhador, entre outras práticas, foi feito através de uma advertência no sentido de que “seus interesses” somente seriam defendidos por

¹⁵⁰ *O Nacional*, 27 jan. 1947.

¹⁵¹ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese, [s.d]. p. 258.

¹⁵² *O Nacional*, 17 fev. 1947.

¹⁵³ *Diário da Manhã*, 12 fev. 1947.

¹⁵⁴ *O Nacional*, 25 jan. 1947.

¹⁵⁵ *O Nacional*, 14 jan. 1947.

partidos que trouxessem programação assentada em “postulados de amparo real e assistência efetiva”, expressos unicamente pelo PTB.¹⁵⁶

Victor Graeff, da UDN, também foi eleito deputado estadual, suplantando juntamente com César Santos o candidato do PSD, Arthur Ferreira Filho que por várias vezes havia exercido o cargo de prefeito em Passo Fundo, e que embora tenha recebido expressiva votação, não conseguiu eleger-se.¹⁵⁷

Podemos assim perceber que as divergências entre as lideranças pessedistas não só contribuíram para fragilizar o partido, como também, permitiram nesse vácuo de poder que se estabeleceu, a consolidação gradativa do PTB local. Praticamente não havia concorrentes de peso político. Os partidos que disputavam com o PTB, como a UDN, embora tivesse a liderança e experiência de Victor Graeff, e o próprio desfalcado PSD, encontravam-se quase na mesma situação. Ou procuravam juntar os pedaços e se reestruturar como é o caso do PSD, ou ainda como o PTB e UDN, consolidar e expandir sua prática política.

O quadro político descrito demonstra a expansão que vai paulatinamente assegurando ao PTB o posto de partido político majoritário em Passo Fundo.

1.5. Vitória trabalhista: a coligação PTB-UDN de 1947

No calor dos resultados eleitorais obtidos nas eleições de janeiro de 1947, iniciou-se a movimentação “no tabuleiro da política passo-fundense”¹⁵⁸ em busca do poder executivo e legislativo municipal, eleição essa que se realizaria nesse mesmo ano, em 15 de novembro.

Passo Fundo, liderando as grandes cidades que ansiavam “pela sua reintegração no âmbito da democracia e aos quadros da Lei”, cedo iniciou a agitação para entrar no jogo

¹⁵⁶ *O Nacional*, 13 jan. 1947.

¹⁵⁷ A votação de Ferreira Filho em Passo Fundo foi de 2.158 votos. Sua derrota eleitoral deveu-se a fragilidade representativa do PSD que foi se mostrando e se acentuando desde a sua formação em 1945. Composto por expoentes consolidados na política passo-fundense como Nicolau Vergueiro, Bittencourt de Azambuja e o próprio Ferreira Filho, não conseguiram, porém, administrar sob uma mesma sigla partidária, todo o poder político de que eram portadores, havendo por essa razão, expressivas divergências. Vergueiro e Ferreira Filho eram oriundos do histórico PRR, já Bittencourt de Azambuja era uma grande liderança do Partido Libertador na região. Após as eleições de 1945, embora Vergueiro e Bittencourt de Azambuja tenham sido eleitos à Câmara Federal, este último acusou publicamente Vergueiro, Ferreira Filho e Túlio Fontoura, proprietário do *Diário da Manhã*, - ex-PRR e militando também no PSD -, de fraude eleitoral contra sua candidatura e, após romper com os mesmos, foi se afastando do partido até romper totalmente. *O Nacional*, 28 nov. 1945.

¹⁵⁸ *Diário da Manhã*, 1 abr. 1947.

político. Nesse sentido, saindo na frente, o PTB, “jovem partido que “judiou” do ex-majoritário nos últimos tempos em sua própria casa, ia temperando as tintas”,¹⁵⁹ “manejando as peças à procura de um candidato de consenso ao executivo municipal”¹⁶⁰ Após ensaios, boatos, conversações, sondagens, a explosão que a cidade tanto esperava, “rebentou” no salão do Hotel Internacional de Passo Fundo.¹⁶¹ O Diretório municipal do PTB, atingindo o “clímax de sua atividade” homologou

a candidatura do ilustre cidadão conterrâneo, sr. Armando Araújo Annes, que com tirocínio, alta capacidade, honradez e dedicação, com larga visão administrativa, dirigira por duas vezes o destino da comuna passo-fundense.¹⁶²

Armando Annes, filho de tradicional família política local, já havia administrado Passo Fundo por duas ocasiões, em 1924 e 1932, portanto um nome de consenso, capaz de unir os partidos em torno de sua candidatura. E o PTB foi hábil em sua decisão, uma vez que carecia ainda de nomes capazes de enfrentar lideranças políticas tradicionais, para vencer as eleições e hastear a bandeira trabalhista em Passo Fundo. E essa era justamente a intenção do PTB ao homologar a candidatura de Armando Annes e do trabalhista Daniel Dipp na vice-prefeitura. Já a intenção de Armando Annes ao aceitar sua candidatura era a de agregar em torno de seu nome não só o PTB, mas todos os partidos que se movimentavam no cenário político local, o que ficou evidenciado, quando ao agradecer a indicação de seu nome, disse que “esperava contar com o apoio de outros partidos”, atitude essa que viria demonstrar “uma sã cooperação em benefício de nosso município”.¹⁶³

Cabe ressaltar que Armando Annes, não pertencia ao PTB. O candidato recém lançado ao governo municipal era “figura exponencial do Partido Republicano Liberal, democrata consciente e valoroso”, porém, integrado “nos princípios da União Democrática”,¹⁶⁴ da qual esperava contar com integral apoio. Armando Annes, nessa nova reestruturação política, seguiu os ditames do líder perrelista estadual Flores da Cunha que

¹⁵⁹ *O Nacional*, 1 abr. 1947.

¹⁶⁰ *Diário da Manhã*, 1 abr. 1947.

¹⁶¹ O Hotel Internacional, o “mais antigo de Passo Fundo”, de propriedade de Curt Von Meusel, situava-se na Avenida Brasil, esquina 7 de setembro. INDICADOR de Passo Fundo. Passo Fundo, s.e., 1950, [p. 55]. Acervo Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo – AHR.

¹⁶² *O Nacional*, 3 abr. 1947. Armando Annes, filho do Cel. Gervásio Lucas Annes, primeiro líder republicano local que esteve à frente do governo municipal em 1893, 1896 e 1908. NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da História de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica Berthier, 1995, p. 48. O Hotel Internacional, o “mais antigo de Passo Fundo”, de propriedade de Curt Von Meusel, situava-se na Avenida Brasil, esquina 7 de setembro. INDICADOR de Passo Fundo. Passo Fundo, s.e., 1950, [p. 55]. Acervo Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo – AHR.

¹⁶³ *O Nacional*, 3 abr. 1947.

¹⁶⁴ *O Nacional*, 3 abr. 1947.

após romper com Vargas em 1937, se posicionou ao lado do partido de maior oposição ao ex-presidente gaúcho, a UDN.

Unidos, PTB e UDN proclamaram oficialmente a candidatura Annes, levando a aquiescência de César Santos e Aristóteles Lima, presidentes dessas agremiações partidárias, respectivamente.

Com a intenção de formar a candidatura popular almejada, a coligação PTB-UDN buscou a participação das demais agremiações partidárias atuantes no cenário político local. O PRP e o PL, porém, se uniram na denominada Coligação Democrática Cristã, apoiada pelo clero e que tinha como seu candidato oficial o jurista Carlos Galves, portanto já em oposição formada.

Em relação ao PSD, houve um encontro entre César Santos pela coligação PTB-UDN e Nicolau Vergueiro, líder do PSD. Denominado pela imprensa local de “histórico acordo”, o mesmo não se efetivou. César Santos, ciente da possível disposição de um apoio por parte do PSD à candidatura Annes, condicionou como única prioridade para que se efetivasse tal acordo, a assinatura em primeiro lugar na proclamação do ajuste, do representante do PSD.¹⁶⁵

Melindrado e irritado, diante de tal objetividade do representante trabalhista, julgou Vergueiro, ser aquela atitude “não um acordo e sim um apoio incondicional e até intempestivo!”, e que ali se encontrava por ter sido informado ser o PTB quem desejava um acordo e não o PSD. Diante da irredutibilidade da representação PTB-UDN em reformular a oferta, disse Vergueiro por fim: “Então não temos nada a tratar”. E assim de maneira pitoresca terminou “um belo romance, quando um grande amor começava a nascer...”¹⁶⁶

Note-se que não houve acordo e sim uma imposição por parte da coligação PTB-UDN. E essa irredutibilidade, pode ter se originado na difícil situação em que se encontrava o PSD no momento.

Bittencourt de Azambuja havia abandonado o partido desde as comentadas fraudes eleitorais na última campanha de janeiro de 1947 e liderava a dissidência pessedista¹⁶⁷ que apoiava a candidatura de Carlos Galves da coligação PL-PRP. Ferreira Filho encontrava-se em São Leopoldo como prefeito, nomeado¹⁶⁸ por Walter Jobim, após a derrota sofrida nas últimas eleições. O partido, sem sombras de dúvidas, estava fragilizado, desfalcado de suas

¹⁶⁵ *O Nacional*, 23 abr. 1947.

¹⁶⁶ *O Nacional*, 23 abr. 1947.

¹⁶⁷ *O Nacional*, 25 set. 1947.

¹⁶⁸ *O Nacional*, 2 abr. 1947.

lideranças exponenciais, e já perdendo espaço de mando, mas não totalmente derrotado ainda. Nicolau Vergueiro à frente do partido, embora sozinho, possuía uma bagagem política de expressão e prestígio. Afora essas considerações todas, é importante perceber que era ainda o PSD quem estava no comando do Estado e também em Passo Fundo, com a nomeação de Pio Brum para o cargo de prefeito municipal. Era, portando, um partido situacionista. Vergueiro ainda tinha nas mãos alguns trunfos. E talvez o PTB não os tenha levado em consideração, tenha subestimado a força política de Vergueiro ao propor tal acordo.

Difícil seria Vergueiro submeter-se a um partido jovem tanto no que se refere à questão de tempo de formação, de militância, como de representação política como o PTB. Também o PSD era um *novel* partido, mas formou-se - mesmo que somente na sua origem - de antigos e experientes líderes políticos. Por essa razão, o PSD consistiu numa representação visivelmente fundada “dentro da perspectiva getulista de continuísmo na transformação”,¹⁶⁹ segundo Lucília Delgado. Essa era a questão, esse era o sistema que Vergueiro representava. Mudou somente a sigla, as lideranças e a prática política eram as mesmas. Se Vergueiro aquiescesse aos ditames petebistas, embora liderando um partido fragilizado por disputas internas e deserções, estaria abrindo mais ainda o seu espaço de poder que o PTB já estava monopolizando, tanto no município como na região e comprometendo seu prestígio político. Por essas razões, não desistiria sem lutar.

Para explicar a presente situação política, oportunas são as palavras de Robert Michels quando diz que “aquele que experimentou uma ascensão não retorna voluntariamente à obscura posição anterior”. Quem alcança o poder tem como “regra geral, consolidá-lo e ampliá-lo, multiplicar as defesas em torno de sua posição” com o objetivo único de “torná-la inatacável e de subtraí-la” aos do que dele querem apoderar-se.¹⁷⁰ E Vergueiro estava defendendo sua posição ao opor-se à forma como o PTB impôs o “histórico acordo” que não se efetivou. Essas contradições mostravam que não seria nada amena a disputa eleitoral em Passo Fundo. O PTB queria ampliar e consolidar seu espaço político e o PSD procurava defender o que ainda mantinha sob seu poder.

E assim, tendo como candidato ao Executivo Municipal o madeireiro Dionísio Lângaro, seguiu o PSD para o embate eleitoral que se aproximava e que prenunciava se

¹⁶⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 138.

¹⁷⁰ MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Editora Senzala, [s.d.], p. 116.

constituir numa “praça de guerra”,¹⁷¹ Contribuiu de forma significativa para o acirramento da disputa entre PTB e PSD a postura adotada pelos jornais locais, *O Nacional e o Diário da Manhã*. *O Nacional*, cujo proprietário era Múcio de Castro, veiculava notícias relacionadas ao PTB e o *Diário da Manhã*, de Túlio Fontoura, aquelas expressas pelo PSD.

Túlio Fontoura foi um dos fundadores do PSD junto com Nicolau Vergueiro, Ferreira Filho e Bittencourt de Azambuja. Por essa razão, o *Diário da Manhã* passou desde a fundação daquela agremiação partidária a se constituir não só em órgão propagador das idéias e práticas partidárias, mas seu mais ferrenho defensor, agindo como se fosse um partido político, um poder paralelo ao institucional, comportando-se, não como uma instituição da sociedade civil, mas da sociedade política, em maior ou menor grau, dependendo dos acontecimentos.¹⁷² Túlio Fontoura concorreu ao Legislativo Municipal nessas eleições de janeiro de 1947, mas sem sucesso.

Em relação a Múcio de Castro, não podemos afirmar se nesse momento já havia uma definição em seu posicionamento político, uma vez que ainda não se mostrava ligado diretamente a alguma agremiação partidária. O que podemos perceber nitidamente é que além de *O Nacional* constituir-se em veículo das contraposições das notícias publicadas pelo *Diário da Manhã* em relação ao PTB, também pelo modo como o fazia, demonstrava uma sutil tendência a esse partido, não como forma de um posicionamento político definido, mas como forma talvez de atingir seu desafeto maior que era Túlio Fontoura. Mais tarde sim, não só se definiria politicamente, como também passaria a se utilizar da mesma prática de Túlio Fontoura.

É importante esclarecer que fortes rivalidades e divergências vinham pautando as relações entre Múcio de Castro e Túlio Fontoura já há mais tempo. Em determinadas situações, acirraram-se de tal forma os ânimos entre ambos que chegaram a ponto de trocar violentas acusações pessoais, recheadas dos mais ignóbeis qualificativos, pelas páginas dos respectivos jornais. No decorrer desse estudo, algumas situações apresentar-se-ão, ilustrando tais informações.

Nesse clima, iniciou a campanha eleitoral calcada em acusações mútuas entre os partidos majoritários em disputa, acusações essas acolhidas e fomentadas também pelos jornais locais, que em algumas situações não distinguiam o político do pessoal.

¹⁷¹ *O Nacional*, 11 out. 1947.

¹⁷² ABRAMO, Perseu. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 46.

Nicolau Vergueiro dirigiu ataques diretamente à pessoa de Armando Annes, de quem era “velho adversário político”,¹⁷³ publicados pelo *Diário da Manhã*. O mais grave deles talvez tenha sido aquele em que Vergueiro afirmou que Armando Annes contratara alguém para assassiná-lo, ainda em 1933, quando exercia o cargo de prefeito municipal. Nessa ocasião, Vergueiro chefiava a Frente Única Gaúcha – FUG, em oposição ao governo de Flores da Cunha.¹⁷⁴ Sob responsabilidade da coligação PTB-UDN eram publicadas no jornal *O Nacional* réplicas às acusações de Vergueiro, sob o título de *Esmagadora Contestação!*¹⁷⁵

Superadas as acusações de Vergueiro, a oposição coligada, iniciou uma insistente campanha contra a candidatura pessedista aproveitando-se do clima anticomunista que pairava no ar, desde a cassação do PCB em maio de 1947 e das declarações do líder comunista local Eduardo Barreiro no sentido de um apoio ao candidato do PSD.

Segundo publicou a imprensa local, há dias vinha se processando “nos círculos de extrema esquerda”, um movimento em apoio à candidatura de Dionísio Lângaro, a exemplo do que havia sido feito pelo PCB com Walter Jobim na candidatura estadual de janeiro de 1947.¹⁷⁶ Confirmada essa adesão Eduardo Barreiro, declarou à redação de *O Nacional* que já contando o PSD com a candidatura de dois companheiros comunistas na chapa do partido, revelava assim, suas “boas intenções” como o extinto PCB. Diante disso, os comunistas de Passo Fundo, “reconhecendo os métodos libertários e democráticos dos dirigentes” daquele partido, não só apoiariam Dionísio Lângaro, mas marchariam ao seu lado em 15 de novembro.¹⁷⁷

A partir de então, a coligação PTB-UDN passou a usar o anticomunismo como uma estratégia eleitoral, instigando os eleitores a votar contra os “males” que representava o candidato do PSD e a favor da candidatura “salvadora” de Armando Annes. Mesmo estando o PCB na ilegalidade, a simples menção de atuação de seus membros “assustava alguns e servia de arma demagógica para outros”.¹⁷⁸ E foi desse recurso que o PTB se utilizou e pautou sua campanha eleitoral até o final. E existiam razões para esse comportamento.

¹⁷³ *O Nacional*, 17 abr. 1947.

¹⁷⁴ *Diário da Manhã*, 1 out. 1947.

¹⁷⁵ *O Nacional*, 26/ 27/ 29 set. 1947.

¹⁷⁶ *O Nacional*, 25 out. 1947.

¹⁷⁷ *O Nacional*, 31 out. 1947.

¹⁷⁸ RODHEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1988, p.104.

Acontece que a candidatura Annes era simpática em grande parte do município. No distrito de Marau, por exemplo, a situação era outra. Ali seus habitantes pertenciam em essência ao PSD. Zona colonial, de forte influência católica e também pelo “bloqueio imposto ao trabalhismo pela aliança PSD-PRP”,¹⁷⁹ difícil seria a penetração ali do PTB. Por essa razão, poderia essa vila, consistir num entrave à vitória do candidato coligado Armando Annes. Embora a situação do PSD não fosse das melhores, conforme já apontamos, a corrida ao Executivo Municipal não seria fácil. A força eleitoral de Vergueiro era ainda muito forte.

Em apoio à candidatura Annes, vieram o deputado Brizola e Brochado da Rocha, líder gaúcho dos ferroviários, numa demonstração da perene articulação política existente entre a direção local e regional. Em Passo Fundo, juntamente com lideranças udenistas e trabalhistas, reuniram-se num “grandioso comício popular de propaganda da vitoriosa candidatura do sr. Armando Annes” no Altar da Pátria, para onde “milhares de pessoas acorreram”. Entre os militantes do PTB local, encontravam-se César Santos, Daniel Dipp, que disputaria a vice-prefeitura com Armando Annes, Arthur Canfield, da Ala Moça trabalhista, entre outros. Todos essas lideranças dirigiram-se ao povo presente, “exaltando as virtudes cívicas e privadas do candidato da coligação PTB-UDN”.¹⁸⁰

E assim, diante de acontecimentos polêmicos, depois de uma disputada e acirrada campanha eleitoral, saiu vencedor por uma estreita margem de votos, o candidato da coligação PTB-UDN, o

ilustre passo-fundense, sr. Armando de Araújo Annes, governador constitucional de Passo Fundo, eleito a 15 de novembro corrente, em memorável pleito cívico que passará aos anais de nossa terra, como um dos acontecimentos da mais alta relevância.¹⁸¹

Armando Annes foi eleito com 5.560 votos, contra 5.395 recebidos por Dionísio Lângaro, e Carlos Galves, da Coligação Democrática Cristã, teve o total de 1.479 votos.

A vitória trabalhista-udenista, porém, não se estendeu ao Legislativo Municipal. Sua bancada ficou composta por apenas cinco representantes dos quais o mais votado foi o industrialista Wolmar Antônio Salton que recebeu 826 votos. Já a representação pessedista alcançou a maioria das cadeiras - dez ao todo - no legislativo. O vereador mais votado foi o

¹⁷⁹ Essa coligação foi formada em apoio à candidatura de Walter Jobim nas eleições de janeiro de 1947, ao governo do Estado, da qual saiu vitorioso. Bodea, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.50.

¹⁸⁰ *O Nacional*, 27 out. 1947.

¹⁸¹ *O Nacional*, 21 nov. 1947.

médico representante de Marau, Elpidio Fialho com 1.292 votos, sendo por essa razão, eleito o presidente da Câmara Municipal de Passo Fundo. A coligação democrática elegeu apenas um vereador, somando assim a bancada legislativa municipal, ao todo quinze representantes.

Se surtiu efeito a campanha anticomunista contra o candidato do PSD Dionísio Langaro, não podemos afirmar, mas é interessante lembrar que a diferença pró Armando Annes em relação à candidatura pessedista foi de apenas 165 votos, o que veio mostrar além de uma vitória apertada, a importância para a coligação PTB-UDN de uma votação expressiva em Marau para a sacração nas urnas da candidatura Armando Annes. Tal era a resistência nessa localidade ao candidato trabalhista-udenista que após a vitória deste candidato, “Nicandro Oltramari puxou o cordão de trabalhadores” que estiveram “fazendo manifestações de hostilidade à pacata população marauense, aos dignos padres Capuchinhos e aos dirigentes do PSD”.¹⁸² Embora essa acusação tenha sido desmentida por Ernesto Formigheri que participou da manifestação, ficou demonstrado, porém, que houve contradições entre trabalhadores de Passo Fundo e a comunidade marauense e que a comemoração da vitória trabalhista naquele local, soou como uma desforra política.

Pela composição majoritária do PSD no Legislativo Municipal podemos perceber que não foi fácil a administração Annes-Dipp uma vez que contou com uma oposição cerrada que não deu tréguas, durante os quatro anos de duração dessa administração. Mesmo diante de polêmicos conflitos e discordâncias que se estabeleceram entre executivo e legislativo, o relacionamento entre Armando Annes e o PTB foi marcadamente harmônico, não ficando evidenciado na documentação consultada, nenhuma divergência de cunho partidário ou pessoal entre ambos. Tinha o então prefeito na figura do vereador trabalhista Wolmar Salton e nos demais integrantes da bancada, assim também como na direção¹⁸³ do PTB local forte apoio as suas deliberações e realizações. Portanto, evidencia-se que as sérias divergências que caracterizaram o relacionamento PTB-UDN, nesse momento, ficaram restritas ao âmbito nacional.

Conforme as palavras do trabalhista e opositor do PSD e de Túlio Fontoura, proprietário do *Diário da Manhã* em particular, Djalma Cúrio de Carvalho, a situação em Passo Fundo com o resultado obtido nas eleições municipais de novembro de 1945, encontrava-se mais ou menos assim:

¹⁸² *Diário da Manhã*, 25 nov. 1947. O industrialista Nicandro Oltramari era natural de Marau, mas residia em Passo Fundo. Pertencia ao PTB, oriundo do PSD.

¹⁸³ *O Nacional*, 23 dez. 1948.

De um lado Armando Araújo Annes, empregando o máximo de sua reconhecida capacidade administrativa, para o bem dos passo-fundenses [...]. De outro lado o Partido Social Democrático, por seus vereadores, roubando o dinheiro do povo, para o exclusivo proveito de meia dúzia de filhotes [...].¹⁸⁴

Em termos político-partidário, embora coligado com a UDN, o resultado desse pleito eleitoral foi mais um degrau que o PTB galgou em sua curta, porém profícua trajetória política. Em janeiro de 1947, conseguiu subtrair do PSD a representatividade estadual com a derrota de Ferreira Filho e a eleição de César Santos ao Legislativo Estadual. Nessas eleições, abriu mais sua vantagem em relação ao seu adversário maior, Nicolau Vergueiro, que com a derrota do candidato pessedista Dionísio Lângaro, perdia grande parte de seu poder em Passo Fundo. Restava ainda ao PTB conquistar a representação federal em mãos do PSD, o que mais tarde se concretizaria.

Essa aliança, formada entre o PTB e a UDN em Passo Fundo, consistiu “num dos primeiros sintomas importantes da quebra da dominação oligárquica em nível municipal” uma vez que se uniram partidos ideologicamente diferenciados “em vez de coligações entre partidos conservadores que excluía partidos de orientação populista”.¹⁸⁵ Poderia ter havido a união do PSD e UDN, dirigidos por tradicionais lideranças locais como Nicolau Vergueiro e Victor Graeff, ambos oriundos do PRR, fato que não aconteceu uma vez que após a democratização de 1945, se filiaram a partidos opostos. Vergueiro foi para o PSD e Victor Graeff, seguiu a orientação estadual de Borges de Medeiros, ingressando na UDN. Essa foi a razão. O PTB como um partido jovem, sem nomes ainda de consistência e buscando penetração e consolidação, ligou-se a Armando Annes para a consumação de seu intento que era alcançar o poder político local, através de um nome que por si só era uma referência pela tradição política que agregava. Essa aliança convinha também para a UDN que sozinha não tinha expressão para se impor apesar de se inferir não ser esse o intento maior de Armando Annes que demonstrou inclinação mais para uma conciliação partidária - governar em nome de todos -, do que propriamente apoderar-se do poder político local, em nome da agremiação que representava. Já para o partido a situação seria diferente. Havia uma competição pelo mando local e a UDN não ficaria de fora.

Mas embora as *démarches* políticas exigissem atenção e empenho, César Santos não descuidava da área médico-científica. Seguidamente se afastava do cenário eleitoral

¹⁸⁴ *O Nacional*, 2 jan. 1948.

¹⁸⁵ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 164.

para ministrar aulas¹⁸⁶ na Faculdade de Medicina da capital gaúcha ou então para participar de algum evento científico como é o caso da fundação do Colégio Brasileiro de Radiologia em São Paulo, em que participou juntamente com demais cientistas brasileiros. No Rio de Janeiro, aproveitava para “verificar os processos mais utilizados em relação ao tratamento da tuberculose nas grandes instituições cariocas”,¹⁸⁷ doença em que concentrava sua especialização médica.

Tal era sua preocupação nesse sentido que no início do período legislativo estadual de 1948, apresentou projeto de criação do Serviço Nacional de Vacinação BCG, projeto esse defendido no plenário federal pelo cientista Miguel Costa Filho, sendo o mesmo aprovado.¹⁸⁸ Em janeiro de 1949, foi transformado em lei pelo presidente da República. Na Câmara Estadual, o deputado Unírio Machado ao exaltar “a atuação do médico passo-fundense”, disse que reivindicava para a bancada trabalhista e para

o eminente deputado César Santos, o mérito de ter iniciado nos legislativos a campanha hoje vitoriosa da obrigatoriedade da vacinação pelo BCG”.¹⁸⁹

1.6. – A consagração do PTB em Passo Fundo

A campanha eleitoral de 1950, sem dúvida nenhuma, se revestiu da maior importância para o trabalhismo de um modo geral. Não só pelo número de cargos eletivos disputados,¹⁹⁰ mas o mais importante, pela possibilidade da volta de Vargas ao poder da nação. Em campanha pelo Brasil, Vargas veio até Passo Fundo, e a recepção a ele dirigida, como era de se esperar, foi “considerada como nunca vista em toda a história da cidade, tal a imensa massa humana e tal a vibração que empolgava todos” pela sua presença na cidade.¹⁹¹

A caravana que o acompanhava era composta por Batista Luzardo, Brochado da Rocha, Alberto Pasqualini, Ernesto Dornelles, Gregório Fortunato, Leonel Brizola, Victor

¹⁸⁶ *O Nacional*, 10 set/ 6 out 1948.

¹⁸⁷ *O Nacional*, 24 set. 1948.

¹⁸⁸ *Diário da Manhã*, 1 fev. 1948/ 9 jul. 1949.

¹⁸⁹ *Diário da Manhã*, 9 jul. 1949.

¹⁹⁰ Nessa campanha eleitoral foram eleitos: Presidente da República, Vice, Senadores, Deputados Federal e Estadual e Governadores.

¹⁹¹ *O Nacional*, 21 set. 1950.

Issler, Quim César e muitas outras personalidades de destaque do mundo político estadual e nacional.¹⁹²

Após essa apoteótica recepção, dirigiu-se até a residência do vice-presidente do PTB local, Daniel Dipp, de onde não pôde furtar-se a dirigir algumas palavras imensa massa popular que ali se encontrava e que em altos brados gritava Getúlio! Getúlio!¹⁹³

O comício, à noite, no Altar da Pátria, do mesmo modo, empolgou a população ali presente, sendo ouvidos vários oradores e entre eles, César Santos, presidente do PTB local que “exaltou o significado da presença de Getúlio, aludindo a sua marcha vitoriosa através do Brasil”. A palavra de Getúlio, anunciada sob “delirantes aplausos”, concentrou-se primeiramente numa análise da realidade brasileira que sob o governo Dutra, segundo afirmou, se encontrava “administrativamente desorganizada; economicamente falha e politicamente desorientada”. Sua ida ao Catete, portanto, firmava-se no propósito e compromisso de “remover os escombros amontoados desde 1945”.¹⁹⁴

Depois dessa ampla campanha eleitoral de Vargas e do PTB, as eleições de outubro de 1950 representaram o triunfo do trabalhismo de um modo geral e, em particular, no Rio Grande do Sul, uma vez que

Vargas triunfava para a presidência da República, Ernesto Dorneles ganhava o governo do Estado e Pasqualini elegia-se senador, todos por ampla maioria de votos. Ao mesmo tempo o PTB elegeu as maiores bancadas para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa.¹⁹⁵

Entre os vitoriosos nessa conquista legislativa, mais uma vez, encontrava-se César Santos que se elegeu deputado federal com a soma total no Rio Grande do Sul de 10.449 votos, atingindo o percentual de 1,45%, classificando-se em nono lugar entre os dez deputados eleitos.¹⁹⁶ Em Passo Fundo sua votação situou-se em torno de 6.815, seguido

¹⁹² *O Nacional*, 21 set. 1950.

¹⁹³ *O Nacional*, 21 set. 1950. A residência de Daniel Dipp, que situava-se na rua Bento Gonçalves, no centro de Passo Fundo, foi demolida em 2006 durante a administração municipal de seu filho Airton Lângaro Dipp, eleito pelo PDT.

¹⁹⁴ *O Nacional*, 21 set. 1950. Segundo informações obtidas, Getúlio e Gregório pernoitaram nessa ocasião, na residência do então industrial Mário Menegaz, localizada no encontro das ruas Tiradentes e Paissandu - ao lado do Hospital da Cidade, local onde o ex-prefeito municipal de Passo Fundo (1964-1969) reside até os dias atuais, contando, nessa data, junho de 2006, com 90 anos de idade.

¹⁹⁵ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p.87.

¹⁹⁶ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese, [s.d.], p. 266. Foram eleitos também, José Diogo Brochado da Rocha, com a maior votação, 44.812 votos, seguido por João Goulart com 39.832 e em quarto lugar, situando-se Fernando Ferrari que recebeu 21.434 votos no Estado.

pela quantia de 1.289 votos recebidos em Soledade, 612 em Palmeira das Missões, 476 em Livramento, 378 em Iraí, sendo esses os valores mais expressivos.¹⁹⁷

Na esteira dessa vitoriosa campanha do trabalhismo, Daniel Dipp, o terceiro deputado estadual mais votado com 7.377 votos, atingindo o percentual de 1,02 no Estado,¹⁹⁸ preencheu o espaço deixado por César Santos, e consolidando dessa forma, a agremiação trabalhista local nos três níveis de representação política, ou seja, César Santos na Câmara Federal, Daniel Dipp no Legislativo Estadual e Mário Menegaz - substituindo o deputado eleito Daniel Dipp -, à frente do Executivo Municipal, posição essa já conquistada pelo PTB em 1947.

O poder político estava mudando de lado. Restava agora ao trabalhismo local, ao manter e consolidar mais as posições conquistadas, reduzir e neutralizar o poder de mando que restava ao PSD. Bittencourt de Azambuja já estava fora do páreo, não mais disputava cargos eletivos. Nicolau Vergueiro, mesmo agarrado a sua histórica militância e poder, numa última tentativa, amargou a derrota de uma quinta suplência. Odalgiro Corrêa conseguira preencher o vazio deixado pela derrota sofrida nas eleições anteriores por Ferreira Filho, conquistando uma cadeira na Assembléia legislativa, escorando assim, em nível estadual a representatividade do PSD local.

Diante desse quadro político que se mostrava favorável a uns e desfavorável a outros, iniciou, com vistas as eleições de novembro de 1951, uma nova corrida ao Executivo Municipal, sem muita vibração, sem entusiasmo e sem agitação ainda. Desde a retomada das práticas políticas em 1945, as campanhas eleitorais se sucediam num ritmo frenético. As eleições eram em etapas e em níveis de representação diferenciadas. Mal os candidatos acabavam uma campanha, já iniciavam as articulações ao próximo pleito eleitoral.

Dionísio Lângaro, candidato derrotado à prefeitura em 1947, foi escolhido juntamente com o vereador de Marau Elpídio Fialho,¹⁹⁹ sob a coligação PSD-UDN-PL, denominada Frente Democrática, de formação estadual, em oposição ao PTB como candidato ao executivo municipal. A UDN, sob nova orientação política, acompanhando os ditames estaduais, aliou-se numa frente mais ampla com o PSD e o PL e desse modo,

¹⁹⁷ Acervo César Santos. Em 1950 o Rio Grande do Sul contava com 92 municípios, recebendo César Santos votação em 44 deles.

¹⁹⁸ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese, [s.d.], p. 271. Nessas eleições o deputado estadual mais votado foi Leonel Brizola com a soma de 16.691 votos sobre um percentual de 2,32 no Estado.

¹⁹⁹ Cumpre lembrar que Elpídio Fialho foi o vereador mais votado nas eleições municipais de 1947, e por consequência, eleito o presidente do Legislativo Municipal, com forte poder eleitoral.

diferente da campanha anterior quando se coligou com o PTB levando Armando Annes à prefeitura municipal, movimentava-se agora em campo oposto ao PTB.

Não fugindo à regra, a escolha da candidatura trabalhista foi um pouco mais polêmica, sendo finalmente apontados para enfrentar o candidato pessedista, Daniel Dipp e Mário Menegaz representando os partidos aliados PTB-PRP-PSP na denominada Coligação Popular, a exemplo da Frente Democrática, seguindo também orientação estadual.

Segundo a imprensa local, não foi fácil a escolha da candidatura trabalhista. Ao que parece,

o deputado César Santos, que é incontestavelmente o cérebro do PTB de Passo Fundo, não é partidário da candidatura do deputado Daniel Dipp, à sucessão prefetural.²⁰⁰

Conforme notícias publicadas estariam surgindo divergências entre a alta cúpula do PTB, em razão de “alguns elementos populares, filiados ao trabalhismo, resolveram de um momento para outro, sem consultar a direção do PTB”, lançar a candidatura Dipp. Teria, essa decisão tomada à revelia, liquidado com compromissos anteriormente estabelecidos com “correligionários que aspiravam a cadeira do velho casarão da Avenida Brasil”. Por outro lado, essas mesmas informações, dão conta de que César Santos já tinha seu próprio candidato que era Archimimo Miranda, e em razão dessa escolha, ficava a direção trabalhista em sérios apuros.²⁰¹

Essas contradições, levantadas pelo *Diário da Manhã*, não se mostravam nas páginas de *O Nacional*. As deliberações em torno da escolha do candidato trabalhista, naquele órgão de imprensa decorriam como parte do jogo político intrapartidário, ou seja, normal. Desse modo, com ou sem consenso, foi lançada oficialmente pela Frente Popular – PTB-PSP-PRP, a candidatura Daniel Dipp para prefeito municipal e o industrial Mário Menegaz para a vice-prefeitura de Passo Fundo.

A disputa política entre as duas frentes corria dentro das práticas normais de uma campanha eleitoral, vez ou outra, porém, algumas práticas fugiam ao convencional, como forma de temperar um pouco mais o quadro que se mostrava. Exemplo disso foi o ato curioso realizado por elementos da Frente que no intuito de interromper o “programa

²⁰⁰ *Diário da Manhã*, 20 jul. 1951.

²⁰¹ *Diário da Manhã*, 12 ago. 1951. Archimino Miranda era caixeiro-viajante. Informação de Edy Salton Canfield, 2006.

radiofônico de encerramento da campanha”²⁰² trabalhista provocaram um curto circuito nos cabos de transmissão da Rádio Passo Fundo, deixando os oradores no meio de suas preleções políticas. A pedra ligada ao fio de cobre e o cordão usados para tal ato “extremista e totalitário” ficou exposta na vitrine de uma loja da cidade, para comprovação pública, com a finalidade de demonstrar a veracidade da acusação.²⁰³ A política em Passo Fundo tinha dessas coisas.

E assim, entre “comícios relâmpagos”, “comícios monstro”, que eram realizados nas vilas e bairros, e no característico Largo do Altar da Pátria em que os oradores enalteciam a figura de seus candidatos à chapa majoritária do município, chegou ao final mais uma campanha municipal em Passo Fundo.

Abertas as urnas, ficou constatado mais uma vez a vitória dos candidatos trabalhistas apoiados pela Coligação Popular (PTB-PSP-PRP). Daniel Dipp e Mário Menegaz derrotaram as candidaturas frentistas de Dionísio Lângaro e Elpídio Fialho por 9.905 contra 8.105 votos.²⁰⁴ Subia assim o PTB, subia mais um degrau rumo a sua consolidação final.

Essa conquista de significativa importância proporcionou ao PTB alcançar a maioria na Câmara Municipal, passando de cinco para sete representantes. Mais uma vez, Wolmar Salton sobrepujou os demais candidatos não só de seu partido assim como os demais se elegendo pela expressiva votação de 1.112 votos.²⁰⁵

A eleição de César Santos à Câmara Federal em 1950, trouxe um respaldo a mais não só para os quadros do PTB local, como também ampliou sua área de poder em nível regional. A derrota sofrida por Nicolau Vergueiro nessas eleições foi uma demonstração de perda de prestígio que bem poderia ser cooptado pelo PTB. A vitória de Daniel Dipp abriu de vez as portas do executivo municipal ao partido trabalhista e de uma certa forma colocou uma pá de cal nas frustradas investidas do PSD.

²⁰² *O Nacional*, 30 out. 1951.

²⁰³ *O Nacional*, 30 out. 1951.

²⁰⁴ *O Nacional*, 8 nov. 1951. A diferença pró-Dipp de 1800 votos suplantou a vitoriosa, mas apertada eleição de janeiro de 1947, que se situou em torno de 165 votos em favor de Armando Annes (PTB-UDN).

²⁰⁵ *O Nacional*, 8 nov. 1951. Nessa legislatura ficou o PTB local assim representado: além de Salton, ingressaram na vida pública os advogados Ney Menna Barreto e Aquilino Translatti, Adolfo Homrich, de Sertão; Avelino Pimentel, de Água Santa, Theomiro Branco, de Sertão, e o funcionário público municipal Arthur Culmann Canfield. Diferente foi a situação do PSD. Elpídio Fialho, o vereador mais votado na campanha de 1947, perdeu sua vaga no Legislativo Municipal ao concorrer à vice-prefeitura na chapa derrotada de Dionísio Lângaro. Ficou assim o partido sem sua liderança maior, embora o representante de Marau, Lauro Bortolon tenha despontado em primeiro lugar entre os pessedistas eleitos. Túlio Fontoura amargou mais uma derrota, somada à de 1947, não conseguindo uma cadeira no Legislativo local.

Apesar do clima vitorioso que pairava sobre o PTB, o ano de 1952 chegou um tanto turbulento para os trabalhistas de um modo geral. Houve o caso sobre o divórcio envolvendo o deputado e presidente do partido César Santos e o bispo diocesano local Cláudio Colling, assunto que abordaremos mais adiante.

Passada essa tempestade, enquanto César Santos partia em mais uma de suas viagens de estudos, agora para os Estados Unidos, acompanhado de sua família, como representante do Brasil no 4º Congresso Internacional de Radiologia em Nova Iorque,²⁰⁶ a bancada trabalhista entrava em ebulição. Uma tumultuada sessão, realizada na Câmara de Vereadores, considerada pela imprensa local, “a mais agitada de toda a história, provocando fortes debates”²⁰⁷ culminou com a renúncia do vereador Ney Menna Barreto.

Motivou tal embate a demissão do ex-funcionário da Câmara e relator de debates Valdo Nunes Vieira, fato esse que se efetivou numa sessão secreta, alegando a Mesa para a tomada de tal atitude, a “falta de confiança em sua pessoa”. Mas, por outro lado, apresentava um projeto concedendo-lhe um auxílio financeiro mensal. Menna Barreto, não concordando com a proposta, disse que “aquilo era caridade e que o sr. Valdo Nunes Vieira tinha direito à aposentadoria com vencimentos integrais”. Acontece que Valdo Nunes encontrava-se enfermo inclusive sendo essa doença atestada por César Santos.²⁰⁸

Vários foram os motivos apresentados por Wolmar Salton, líder da bancada trabalhista e presidente da Mesa da Câmara, que justificavam a negação da aposentadoria ao ex-funcionário. Mencionou inclusive que Valdo Nunes não era funcionário efetivo, mas exercia cargo de confiança, cargo esse que deveria ter sido colocado à disposição no momento em que findou a administração que o contratara, o que se negou a fazer, solicitando sua aposentadoria.²⁰⁹ Diante da irreversibilidade da situação, “agindo por imperativo de consciência jurídica”,²¹⁰ Menna Barreto renunciou ao seu mandato legislativo iniciado apenas um ano atrás, em 1951.

A respeito do caso, foi outra a explicação apresentada por Djalma Cúrio de Carvalho, através de *O Nacional*. Segundo consta, a demissão de Valdo Nunes foi antes de qualquer coisa, um negócio que se processou numa noite, “quando o relógio da Catedral já havia dado as doze badaladas”. O PTB pleiteava a presidência da Câmara e para tanto necessitava do voto de um vereador que para fechar a questão, deu o seu preço que

²⁰⁶ *O Nacional*, 18 out. 1952.

²⁰⁷ *O Nacional*, 2 jul. 1952.

²⁰⁸ *Diário da Manhã*, 2 jul. 1952.

²⁰⁹ *O Nacional*, 2 jul 1952.

²¹⁰ *O Nacional*, 2 jul. 1952.

consistia, em primeiro lugar, entre outras questões, na demissão daquele servidor público. Em relação às demais questões, não haveria problemas, mas em relação à primeira, foi lhe objetado levar em consideração o estado de saúde de Valdo Nunes o que respondeu: “[...] não se pode levar esse caso para o lado humano, porque se ele fosse tão doente, não teria querido assassinar-me com uma punhalada pelas costas.”²¹¹

Não ficou esclarecida a identidade tanto do vendedor como do comprador do voto à presidência do legislativo local, mas o certo é que a presidência da Mesa ficou a cargo do trabalhista Wolmar Salton que desde a primeira legislatura assumiu a liderança da bancada trabalhista, através de expressiva votação. Um tanto estranho se torna também, a declaração pública de Cúrio de Carvalho, expondo assim atitudes um tanto antiéticas de seu partido. Cogita-se a possibilidade de assim ter agido por um imperativo de consciência, devido ao estado de saúde do ex-funcionário Valdo Nunes.

A história do PTB em nível nacional, permeada por conflitos, dissensões, divergências, não foi diferente em Passo Fundo. As disputas não se fixaram somente em relação aos partidos opositores, prática normal num sistema democrático. Foram mais além. Em determinadas situações pela violência dos conflitos estabelecidos, avançaram além do espaço político-partidário, invadindo o campo pessoal.

Mesmo com o PSD praticamente fora do *páreo* em Passo Fundo, a luta que antecedia um pleito eleitoral era sempre uma atividade febril, permeada por conflitos. Aliás, a política em Passo Fundo era vivida de forma intensa e presente, atingindo seu clímax nas campanhas eleitorais, fossem as representações de nível nacional, estadual ou local. Somando-se a essa característica natural, não podemos deixar de apontar um componente diferencial que acirrava ainda mais os ânimos, fazendo com que a Metrópole da Serra - como também era denominado o município - se transformasse numa “praça de guerra”: a rivalidade existente entre os proprietários dos jornais locais Múcio de Castro, de *O Nacional*, e Túlio Fontoura, do *Diário da Manhã*.

Embora o PTB, de um modo geral tenha alcançado uma expressiva vitória nas eleições de 1950, sua situação no âmbito nacional não era das melhores. Eram fortes as oposições ao governo Vargas. Apesar de ter procurado estabelecer o equilíbrio e o consenso entre as correntes partidárias, “não conseguiu formar blocos estáveis e previsíveis

²¹¹ *O Nacional*, 7 jul. 1952.

para seu governo”.²¹² A situação fugiu ao seu controle e não vendo mais alternativas, suicidou-se em 24 de agosto de 1954.

A morte de Vargas repercutiu “como uma bomba, como um raio”²¹³ e foi portadora de sérios e graves acontecimentos em Passo Fundo. O *Diário da Manhã*, órgão de imprensa que através de suas páginas contestava, divergia e mostrava-se visceralmente contra o PTB e Getúlio Vargas, sofreu sérias consequências.²¹⁴

Na esteira da revolta pela morte de Vargas, a população local enfurecida, se voltou contra o jornal considerado inimigo de Vargas, atacando sua sede.²¹⁵ Lucila Lima Fontoura, esposa de Túlio Fontoura, relatou que sua casa virou uma trincheira uma vez que o pessoal do PTB demoliu o muro da casa dos Daudt que ficava na esquina, atirando todos os tijolos no *Diário da Manhã*.²¹⁶ Chamada a Brigada Militar para conter o tumulto, na troca de tiros, foi ferido mortalmente o jovem aspirante Jenner Saldi de Oliveira Leite, que “honrou com o seu sangue, as tradições da Brigada Militar”.²¹⁷ Segundo ainda informações de Lucila Fontoura, não ficou provado o autor do disparo, embora fossem apontadas algumas pessoas. O Partido Trabalhista, em nota que circulou no jornal *O Nacional*, condenou tal atitude, dizendo que “seus líderes tudo fizeram pela palavra e pela ação, no sentido de evitar aqueles acontecimentos”, intento esse impossível devido “à incontrolável exaltação dos ânimos do povo”.²¹⁸

E em mais uma campanha que se aproximava, desfalcado o PTB de sua liderança maior, enfrentou as eleições estaduais que não seriam nada fáceis. Antes mesmo da morte de Getúlio, a situação do PTB no Estado não era das melhores. Lutas internas pairavam no ar em relação à escolha do candidato a sucessão governamental. De um lado os que

²¹² D’ARAÚJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições da Era Vargas*. (Org.), Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999, p. 104. Para mais informações sobre o assunto, ver: GOMES, Ângela de Castro; CORRÊA, Villas Boas.[et al]. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco. 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²¹³ *O Nacional*, 24 ago. 1954.

²¹⁴ Convém salientar que embora Túlio Fontoura fizesse oposição cerrada ao PTB, em momento algum ficou evidenciado nas páginas do *Diário da Manhã*, alguma censura em relação a César Santos na direção daquele partido. Embora militando em partidos opostos, mantinham estreitas relações de respeito e amizade.

²¹⁵ A antiga sede do *Diário da Manhã* se localizava na rua Independência, entre as ruas Bento Gonçalves e 7 de Setembro.

²¹⁶ Entrevista concedida aos funcionários do Arquivo Histórico Regional por Lucila Lima Fontoura e Clélia Fontoura Martins Pinto - esposa e filha de Túlio Fontoura, respectivamente, em maio de 2005. Em decorrência desse acontecimento, foram destruídos todos os jornais referentes ao ano de 1954 do *Diário da Manhã*.

²¹⁷ *O Nacional*, 28 ago. 1954. Em homenagem ao aspirante que pereceu em serviço, a principal artéria da Vila Santa Maria em Passo Fundo foi denominada Avenida Aspirante Jenner.

²¹⁸ *O Nacional*, 26 ago. 1954.

apoiavam Loureiro, estes ligados a Vargas, outros a Pasqualini.²¹⁹ E a luta de 3 de outubro de 1954 foi ferrenha na tentativa do PTB se manter no governo, sucedendo Ernesto Dornelles.

Antes mesmo da convenção estadual, o diretório local do PTB lançou a candidatura de Pasqualini, atitude essa “que causou grande repercussão nos meios políticos serranos” tendo grande influência na decisão final a ser tomada na Convenção.²²⁰ Se de fato a atitude do PTB local em sair na frente, apontando o nome de sua preferência, influenciou ou não a escolha, não se pode afirmar, mas o certo é que Pasqualini deixou Loureiro para trás na corrida ao executivo estadual.

A exemplo de outras lideranças políticas, Pasqualini, em campanha eleitoral pelo interior do Rio Grande, veio a Passo Fundo, assim também como o presidente do PTB nacional, João Goulart, especialmente para participar do “maior comício já realizado em Passo Fundo”,²²¹ depois daquele realizado para Getúlio Vargas, em 1950.

Mas, embora todo o esforço e empenho dos trabalhistas gaúchos, e do próprio candidato, não foi dessa vez que foi quebrada a histórica tradição “de alternância político-eleitoral” que imperava no Estado. Ildo Meneghetti que havia saído vitorioso na corrida municipal à prefeitura de Porto Alegre, suplantando o candidato trabalhista Leonel Brizola, retornou ao poder, apoiado pela Frente Democrática (PSD-UDN-PL), “derrotando pela segunda vez o ideólogo do trabalhismo, Pasqualini”.²²² Também João Goulart e Ruy Ramos, ambos do Partido Trabalhista, não obtiveram sucesso em suas candidaturas senatoriais. Apesar da derrota nas eleições majoritárias, “o PTB mantinha sua condição de maior partido gaúcho nas eleições legislativas”.²²³

Em outubro de 1955, mais um pleito eleitoral, mais uma corrida ao executivo nacional e municipal. Em campanha eleitoral Juscelino e Jango também vieram a Passo Fundo, consistindo o comício realizado no Altar da Pátria, num “*meeting* portentoso, empolgante, monumental que se elevava a mais de 15 mil pessoas, que em aclamações entusiásticas e vibrantes “gritavam em uníssono, a plenos pulmões, Juscelino! Juscelino!” Quando foi anunciada a chegada dos candidatos, estes carregados pela multidão, foram também cobertos “com pétalas de flores e confetes, numa consagração somente verificada

²¹⁹ Acervo César Santos. *Diário de Notícias*, 24 abr. 1954.

²²⁰ Acervo César Santos. *Diário de Notícias*, 24 abr. 1954.

²²¹ *O Nacional*, 13 set. 1954.

²²² TRINDADE, Helgio. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)* Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991, p.76.

²²³ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p.127.

aqui com a presença do saudoso Getúlio Vargas”. Vitoriosos em sua campanha Juscelino e Jango, apesar das crises que antecederam e também sucederam esse governo, trouxeram à política brasileira, um período de estabilidade, uma vez que Juscelino “foi o único presidente civil que, entre 1930 e 1964, conseguiu manter-se até o fim do mandato presidencial por meios constitucionais”.²²⁴

Em Passo Fundo, diferente das campanhas anteriores, o pleito eleitoral de 1955 seria mais tranquilo para o PTB. Plenamente consolidado como partido majoritário pelas sucessivas vitórias eleitorais partiu sozinho para o embate eleitoral, tendo como companheiro de lutas, a oposição do histórico Partido Libertador. O candidato escolhido foi o industrial e vereador trabalhista mais votado desde 1947, Wolmar Antônio Salton e como vice- prefeito Benoni Rosado, secretário da Executiva Municipal do partido. O PL por sua vez, entrou na competição com Gervásio Annes, irmão de Armando Annes e o madeireiro Ítalo Benvegnú, apoiado pela Frente Democrática de cuja composição faziam parte além do PL a UDN e PSD.²²⁵ Podemos perceber que desde as primeiras eleições municipais em 1947, essa foi a primeira vez que o PSD não lançou candidato próprio ao executivo, demonstrando que finalmente o partido se rendeu à supremacia do PTB.

Convém lembrar que o PSD sofreu sucessivas derrotas eleitorais desde 1947, quando perdeu a prefeitura primeiramente para Armando Annes, e em 1951 quando o PTB elegeu Daniel Dipp ao executivo municipal. Túlio Fontoura um dos fundadores do partido em Passo Fundo, por sua vez, desde 1947 postulava um cargo no Legislativo Municipal sem sucesso, ficando sempre na suplência, da mesma forma acontecendo em 1954, quando concorreu à Assembléia do Estado. Assumiu, porém, a direção da Imprensa Oficial do Estado, transferindo sua residência para Porto Alegre. Em 1950, Nicolau Vergueiro candidato ao parlamento federal, ficou na quinta suplência, amargando a primeira derrota em sua história política.²²⁶ Diante dos sucessivos fracassos, Nicolau Vergueiro desgostoso se afastou da política, ficando o PSD praticamente acéfalo. Com a aproximação das eleições de 1955, o partido foi reestruturado e Nicolau Vergueiro reconduzido à presidência do mesmo. Não se aventurou, porém, a escolhas de candidatos ao cargo majoritário no município. Apresentou apenas uma nominata à Câmara Estadual. Apoiou através da Frente Democrática, da qual ainda fazia parte, a candidatura de Gervásio Annes e Ítalo Benvegnú.

²²⁴BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1991*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 23.

²²⁵ *Diário da Manhã*, 4 set. 1955.

²²⁶ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Editora Síntese, [s.d.]. p. 267.

Mas os tempos eram sem dúvida do PTB. O candidato trabalhista Wolmar Salton foi eleito prefeito municipal com 8.729 votos, contra 6.017 cooptados por Gervásio Annes, situando-se a diferença entre ambos de 2.712 votos num contingente eleitoral de 21.559 eleitores que compareceram às urnas em todo o município de Passo Fundo.²²⁷ As diferenças em prol do PTB foram se acentuando em nível ascendente. Vejamos, em 1947 foram de 165, em 1951 de 1.800 e em 1955 de 2.712 a diferença a favor do partido em relação aos seus adversários. Pelos resultados expostos, podemos afirmar que o PTB consolidava nessa campanha eleitoral de forma expressiva sua representação em Passo Fundo.

Na Câmara Municipal, novos atores entraram na cena política como os advogados Romeu Martinelli, Justiniano Augusto Trein, Aquelino Translatti, Wilson Garay e o primeiro suplente Rodolfo Rodrigues de Lara, juntando-se aos veteranos Arthur Culmann Canfield, Theomiro Branco e as demais lideranças da direção trabalhista local.

1.7. O embate entre César Santos e D. Claudio Colling: a emenda Nélon Carneiro

O divórcio,²²⁸ assunto polêmico, cada vez que vinha à tona, suscitava os mais controversos debates. Numa dessas investidas, em 1951, a discussão já em pauta na imprensa nacional em face da oposição enfrentada por vários segmentos da sociedade, e em especial pelo catolicismo, também alcançou ressonância em Passo Fundo. Foram envolvidos nessa discussão, a autoridade religiosa local, o bispo diocesano D. Cláudio Colling²²⁹ e a liderança maior do trabalhismo no município, o deputado federal César Santos.

Em 19 de janeiro de 1952, a sociedade local foi surpreendida com a informação veiculada nas páginas do *Diário da Manhã*, de que o bispo diocesano de Passo Fundo D. Cláudio Colling, teria interpelado o deputado trabalhista César Santos, “por ter s.s. votado a favor do projeto do deputado Nélon Carneiro, que institui o divórcio no Brasil”. O

²²⁷ *O Nacional*, 4 out. 1955.

²²⁸ Datam do início da República as várias tentativas de implantação do divórcio no Brasil, tentativas essas frustradas pela ação das oposições conservadoras. Foi, porém, pela iniciativa do então senador Nélon Carneiro e Accioli Filho que o projeto de lei apresentados no Congresso Nacional em 24 de agosto de 1977 recebeu sanção presidencial em 26 de dezembro do mesmo ano. SABINO, Vicente Junior. *Divórcio: teoria-prática-legislação-formulários*. São Paulo e Rio de Janeiro: Brasilivros, 1979, p.7.

²²⁹ D. Cláudio Colling foi nomeado Bispo de Passo Fundo em 23 de julho de 1951.

pedido de explicação em tom veemente do bispo diocesano da assinatura de César Santos na emenda divorcista prende-se ao fato de que esse procedimento,

atenta às sagradas tradições do nosso povo, merecendo os signatários da mesma a repulsa dos eleitores católicos traídos em sua confiança.²³⁰

Teria César Santos revidado no mesmo tom a interpelação de D.Cláudio Colling, travando-se por essa razão, “verdadeira polêmica, cujas conseqüências causarão grande agitação nos círculos sociais” não só locais, mas também em todo o Rio Grande do Sul.²³¹ E de fato foi o que aconteceu. Estabelecido o embate, passaram os jornais locais *O Nacional* e *Diário da Manhã* a estampar de maneira febril em suas páginas, as declarações das partes envolvidas naquele episódio. Convém esclarecer que *O Nacional* se posicionava nitidamente pró César Santos, e o *Diário da Manhã* demonstrava uma postura favorável ao posicionamento do bispo diocesano.

Assim, a informação acima descrita foi passada em primeira mão pelo *Diário da Manhã*, colhida segundo informou daquele matutino, “em fonte digna de crédito”,²³² e consistindo num “furo de reportagem”,²³³ foi contestada em matéria publicada pelo jornal *O Nacional*. O que houve realmente, afirmou o redator daquele vespertino, não foi “furo”, foi uma “criminosa quebra de sigilo por parte do funcionário responsável da Agência Telegráfica de Passo Fundo”, que de forma vergonhosa, roubou “uma cópia do despacho para servir círculos facciosos”, com o fim único de incompatibilizar “César Santos com a população católica passo-fundense”.²³⁴

A partir destas declarações, confirmado o fato pela chefia telegráfica local, foi instaurado um inquérito administrativo onde foram ouvidos além dos funcionários da agência, também Cláudio Colling, César Santos e Túlio Fontoura²³⁵ com a finalidade de apurar a ocorrência apontada. Toda a movimentação gerada em torno desse acontecimento, foi acompanhada com visível interesse por *O Nacional* que publicava as notícias acerca do assunto sempre em destaque. Não fica, desse modo, difícil perceber que a questão do divórcio serviu também para reavivar as permanentes e insistentes rivalidades, há muito existentes, entre os dois órgãos de imprensa local *O Nacional* e *Diário da Manhã*. Formou-se por essa razão, um embate paralelo àquele estabelecido entre o bispo local e César

²³⁰ *Diário da Manhã*, 19 jan. 1952.

²³¹ *Diário da Manhã*, 19 jan. 1952.

²³² *Diário da Manhã*, 19 jan. 1952.

²³³ *Diário da Manhã*, 20 jan. 1952.

²³⁴ *O Nacional*, 22 jan. 1952.

²³⁵ *Diário da Manhã*, 29 jan. 1952.

Santos, colaborando de certa forma para que o episódio em pauta e as divergências entre as partes envolvidas tomassem as proporções que tomaram.

As acusações publicadas pelo jornal *O Nacional*, envolvendo a Agência Telegráfica local, suscitaram imediata resposta por parte do *Diário da Manhã*. Sob o título “Os vinagres estão latindo...” diz a matéria que chegou ao conhecimento daquele jornal de que “os “vinagres” estão lançando uma onda de boatos” com o objetivo de além de prejudicar o nome daquela repartição pública, também “a honorabilidade de seus funcionários”. Podem, continua, esses vinagres ser desprezíveis, “mas não têm o direito de viver atassalhando a honra alheia” razão pela qual solicitava aquele matutino a instauração imediata do inquérito, com a finalidade de “salvaguardar da maledicência dos “vinagres” o bom nome” da Agência do Correio.²³⁶

Estabelecido o confronto aberto e direto, respondeu de pronto *O Nacional*, dizendo que bastou apenas advertir sobre falhas administrativas, “para que os “bichanos” da terra arrepiassem o pêlo, e saíssem saltando, embrenhados por caminhos escabrosos...”. Uma vez “acuados a boca de suas furnas, sentiram-se queimados apenas com algumas gotas de água fria” e desse modo, “saíram largando a babuja peçonhenta, soltando miados lúgubres e apavorantes”.

Declarou *O Nacional* que sua atitude em apoiar tal investigação, tinha como objetivo “o saneamento moral de certas repartições”, visando justamente preservar a dignidade de funcionários honrados “e apontar tipos imorais que maculam o local em que ganham o pão de cada dia”. Também, fazer uma limpeza, com a finalidade de afastar alguns “falcões de garras aduncas e asas possantes”, bafejados que são ainda “pelo hálito de “bichanos” desprezíveis que ensaiam agressão a todo o mundo”.²³⁷

As investidas mais violentas trocadas entre Múcio de Castro e Túlio Fontoura, situaram-se no momento acima descrito, continuando após essa troca de *gentilezas*, mais explícitas e praticamente constantes, por parte do jornal *O Nacional*. As palavras que iniciaram uma dessas investidas, “os nossos irrenitentes e impertinentes opositores de todas as épocas”,²³⁸ emitidas pelo *O Nacional*, atestam a veracidade das rivalidades existentes entre os proprietários dos órgãos da imprensa local.

²³⁶ *Diário da Manhã*, 23 jan. 1952.

²³⁷ *O Nacional*, 23 jan. 1952.

²³⁸ *O Nacional*, 29 jan. 1952.

Após esse barulho todo, os ânimos arrefeceram um pouco mais, situando-se somente no caso que gerou toda essa polêmica: César Santos assinou ou não a dita emenda Néelson Carneiro?

Sendo, portanto, já de conhecimento público, interpelações relacionadas à emenda divorcista, foi emitida pelo Palácio Episcopal, por determinação de D.Cláudio Colling, uma nota oficial à imprensa local, dando ciência do teor da correspondência trocada entre essa autoridade religiosa e César Santos, assim publicada:

Doutor César Santos – Nesta cidade – Estarrecido tomei conhecimento da tentativa divorcista de supressão das palavras “De vínculo indissolúvel”, referentes ao casamento em nossa Constituição. Maior foi minha surpresa encontrando o nome de V. Excia. entre os signatários da aludida petição, atentatória às nossas mais sagradas tradições, conforme o *Diário do Congresso* de 15 de dezembro, páginas 13066 e 13067. Julgando tratar-se, talvez, de engano, peço pronunciamento de V. Excia. antes de dar publicidade a este telegrama. Saudações. DOM CLÁUDIO COLLING.²³⁹

Diante do posicionamento e solicitação de D.Cláudio Colling, a resposta de César Santos em final de dezembro de 1951, foi a seguinte:

Dom Cláudio Colling – Revmo. Bispo Diocesano de Passo Fundo. Em resposta ao vosso telegrama, informo ignorar o assunto referido no mesmo. Saudações. César Santos.²⁴⁰

Em matéria anterior a esse esclarecimento publicado pelo Palácio Episcopal, César Santos em entrevista concedida à reportagem de *O Nacional*, sobre esse assunto que vinha empolgando a comunidade local, disse que não se encontrava no Rio de Janeiro, dia 14, “data em que teria dado entrada na Câmara Federal, aquele dispositivo do deputado Néelson Carneiro”, tendo notícia daquele ato, aqui em Passo Fundo. Por essa razão, “não tomei conhecimento da matéria em pauta, e, portanto, não subscrevi, nem autorizei a incluir o meu nome”.²⁴¹

Sustentando ainda as declarações acima mencionadas, disse o deputado trabalhista ao repórter de *O Nacional*:

Pertenço a um grupo de homens tão ciosos de sua dignidade que sentem pejo ao explicar que compromissos assumidos, mesmo quando áduos e de conseqüente arrependimento, são sempre cumpridos. Nem admito, como nunca admiti que quem quer que seja possa suspeitar do

²³⁹ *O Nacional*, 22 jan. 1952; *Diário da Manhã*, 22 jan. 1952.

²⁴⁰ *O Nacional*, 22 jan. 1952.

²⁴¹ *O Nacional*, 19 jan. 1952.

cumprimento do meu dever ou das minhas atitudes, sempre claras e francas.²⁴²

Após essa troca de correspondência, D.Cláudio Colling já tinha em mãos tanto a emenda constitucional nº 4 de 15 de novembro de 1951, de autoria do deputado Néelson Carneiro, assim também como o *Diário do Congresso*, no qual constava além da referida emenda, também a assinatura desse parlamentar trabalhista sob o número 43. Diante dessas circunstâncias, novamente enviou correspondência a César Santos, num tom nitidamente incisivo, nesses termos:

Enquanto o *Diário do Congresso*, porta-voz dos atos dos representantes do povo, não for contestado por V. Excia., sou obrigado a admitir a autenticidade da assinatura de V. Excia., da mal fadada emenda constitucional [...] visando facilitar a introdução do divórcio em nossa amada Pátria. A referida emenda atenta contra as mais sagradas tradições do nosso povo, merecendo os signatários da mesma a repulsa dos eleitores católicos, traídos em sua confiança.²⁴³

César Santos, porém, não respondeu ao telegrama de D.Cláudio Colling. Sua resposta foi enviada de forma indireta via imprensa, quando inquirido pelos órgãos da imprensa local sobre o porquê de tal atitude, assim se expressou:

O telegrama enviado por S. Excia. Revma. era de tal maneira desatencioso – o que acredito se me possam permitir assim pense – que, em razão mesmo, de tanto, outra não poderia ter sido a resposta dada ao Eminentíssimo antístite, senão o silêncio.²⁴⁴

Pelo exposto podemos observar que o silêncio de César Santos restringiu-se somente à resposta direta dada a Cláudio Colling, uma vez que manifestando publicamente sua postura em relação à inquirição do bispo diocesano, quebrou assim aquele silêncio, que passou por essa razão, a configurar-se como uma resposta dada. Esse comportamento de César Santos revela uma forma de conduta no trato com conflitos: o não enfrentamento direto, como forma talvez de não acirrar os ânimos, de não se expor em demasia, uma certa diplomacia. Tinha um nome a zelar, profissão, cargos políticos e sociais. Mas nesse caso, não foi possível tal propósito. Esse acontecimento tomou tal intensidade e repercussão, que exigiu de sua parte, freqüentes debates mesmo que indiretos, através de manifestações públicas.

²⁴² *O Nacional*, 23 jan. 1952.

²⁴³ *O Nacional*, 22 jan. 1952.

²⁴⁴ *Diário da Manhã*, 24 jan. 1952.

À espera talvez de um pronunciamento oficial de César Santos, foi publicado na imprensa local pelo bispo diocesano, uma extensa e explicativa orientação ao eleitorado católico, com base na Liga Eleitoral Católica - LEC. Essa organização tinha como função apresentar antes de cada campanha eleitoral, um programa mínimo que consistia num questionário que se respondido satisfatoriamente pelo candidato, podia este ser “votado pelos católicos”, representá-los. Desse modo, tornava-se óbvio que a escolha de um candidato, recairia em alguém que fosse a expressão “de seus pontos de vista, de seus ideais, de seu modo de encarar a vida” independente da corrente partidária.²⁴⁵ O não atendimento desses compromissos, “seria faltar aos elementares princípios da honradez humana, trair a confiança do povo e do eleitorado”. Para D.Cláudio, não existiam justificativas “para a supressão do preceito constitucional de indissolubilidade”, para ele, “apenas as paixões encontram argumentos; só o desejo de implantar a devassidão é capaz de encontrar razões”.²⁴⁶ Ao concluir sua longa explanação, disse também que “como cidadão e eleitor”, tinha o direito a críticas em relação ao “desempenho dos mandatos de nossos Deputados”, não se tratando, porém, de veiculação de injúrias, mas apenas e simplesmente do esclarecimento dos fiéis”. Cumpria, assim, nessa situação, “mostrar o erro, sem pretender atacar ou atingir quem errou”.²⁴⁷ E César Santos havia se comprometido com a LEC.

Para o deputado trabalhista

A advertência aos fiéis foi por demais precipitada. As ofensas graves, ali exaradas, constituídas por calúnias e injúrias, destinadas a macular a honra e a dignidade de deputados desta região, nos fornecem um quadro contrastador e doloroso. É inconcebível que possa existir compromisso que autorize interpelações grosseiras, ofensas graves, calúnias e injúrias a cidadãos responsáveis.²⁴⁸

Apesar de persistirem afirmações de César Santos no sentido de que não havia assinado o projeto e diante do *empenho* do matutino *Diário da Manhã* em esclarecer os fatos em torno do rumoroso caso, foi publicada a seguinte notícia:

O autor da emenda declarou hoje que o representante gaúcho assinou-a na primeira página, sem possibilidade, portanto, de qualquer erro ou engano. Sua assinatura está sob número 43. [...]. Sabe-se, outrossim, que

²⁴⁵ *Diário da Manhã*, 22 jan. 1952.

²⁴⁶ *Diário da Manhã*, 22 jan. 1952.

²⁴⁷ *Diário da Manhã*, 22 jan. 1952.

²⁴⁸ *O Nacional*, 23 jan. 1952.

as provas fotostáticas da assinatura foram enviadas ao bispo de Passo Fundo, afim de por termo a controvérsia existente.²⁴⁹

Diante dessas evidências, não só *O Nacional* - que defendia o posicionamento de César Santos-, passou a ponderar a possibilidade levantada pelo *Diário da Manhã*, mas também o próprio deputado ao declarar que talvez “alguém, em confiança, tenha posto meu nome naquele documento”, ou então “qualquer outro engano”.²⁵⁰ Mas se porventura essa remota probabilidade se concretizasse, afirmou César Santos:

Jamais fugi à responsabilidade dos meus atos. Se assinasse ou quisesse assinar o projeto divorcista, o faria em atitudes claras e francas, sem rebuço, de acordo com o meu passado.²⁵¹

Apesar dessas considerações, dos ditos e não ditos, o *Diário da Manhã* recebeu a prova da referida emenda, onde constava a assinatura de César Santos, emenda essa publicada na íntegra no referido jornal. Levado o documento a sua presença, o deputado trabalhista “reconheceu imediatamente, ser sua a assinatura”. Diante da confirmação, “visivelmente confuso, declarava a todo o instante que não podia compreender como assinara o documento, cujo teor jamais ouviu falar, na Câmara”. Solicitado a pronunciar-se sobre o assunto, esquivou-se naquele momento, prometendo, porém, esclarecer o assunto, “tão cedo lhe seja possível”.²⁵²

E assim o fez. Procurado pela reportagem de *O Nacional*, diante assim do inevitável, e “com a disposição magnífica de assumir a responsabilidade do que fizera (bem ou mal), aproveitando a ocasião da entrevista, ditou ao repórter daquele vespertino a seguinte “Exposição ao público”.²⁵³

Cumprindo indeclinável dever para com a opinião pública, a propósito do rumoroso caso em que está envolvido o meu nome na assinatura do projeto de reforma constitucional, de autoria do deputado Nélson Carneiro, que visa suprimir do texto do artigo 163, da Constituição da República, a expressão “de vínculo indissolúvel”, impõe-me a obediência aos ditames da honra e da dignidade, que sempre nortearam os atos da minha vida, prestar os seguintes esclarecimentos:

Ao afirmar-se que o dito projeto continha a minha assinatura, não tive a menor dúvida em negar o tivesse assinado, pois até hoje à noite estava absolutamente convencido disso, dado que, em ocasião alguma,

²⁴⁹ *Diário da Manhã*, 31 jan. 1952.

²⁵⁰ *O Nacional*, 31 jan. 1952.

²⁵¹ *O Nacional*, 31 jan. 1952.

²⁵² *Diário da Manhã*, 1 fev. 1952.

²⁵³ *O Nacional*, 1 fev. 1952.

das vezes em que estive no Rio, no desempenho da função de deputado federal, tomei conhecimento do referido projeto.

Hoje, à noite, entretanto, foi-me exibida uma fotocópia do mesmo, contendo minha assinatura, que, por mim, foi reconhecida como autêntica.

Como não tenha, como já ficou dito, em nenhum momento tomado conhecimento do projeto em referência, não me resta dúvida alguma de que a oposição de minha assinatura é fruto pura e exclusivamente de equívoco que penso ter ocorrido do modo seguinte:

Nas diversas vezes que tenho estado no Rio, sempre me é apresentado copioso material para firmar, e, embora, naturalmente, seja tudo isso por mim zelosamente examinado, é possível – e somente a isso posso atribuir a origem do equívoco – tenha numa dessas oportunidades vindo-me o projeto Nelson Carneiro e, por um lapso meu, recebido a oposição de minha firma.

Produto, portanto, de equívoco, minha assinatura, inobstante, será mantida, de modo que o projeto tenha sua normal tramitação, mas também, e disso estejam certos, os compromissos assumidos com a LEC serão rigorosamente cumpridos por ocasião da votação.

Finalmente, quero ressaltar a dignidade do deputado Nelson Carneiro e de todos os meus demais pares na Câmara Federal, excluindo-os de qualquer participação no equívoco, de que assumo a mais inteira, total, completa e exclusiva responsabilidade. CÉSAR SANTOS.²⁵⁴

Por seu turno, não houve, após essa publicação, nenhum pronunciamento por parte da Diocese²⁵⁵ de Passo Fundo. As declarações públicas do bispo diocesano a respeito do comentado assunto, que por vários dias ocupou as páginas dos jornais locais, encerraram por ocasião da publicação de sua extensa orientação ao eleitorado católico. Mesmo depois de César Santos ter reconhecido a autenticidade de sua assinatura, ter vindo à público assumir seu equívoco e penhorar a responsabilidade de sua ação, a Igreja manteve-se em silêncio.

A atitude de César Santos vindo a público explicar e justificar sua atitude em relação a sua assinatura na emenda constitucional sobre o divórcio trouxe benéficas repercussões, mesmo entre “conceituadas figuras do catolicismo”. Denominada de “atitude viril”, cumpriu o deputado trabalhista assim com esse gesto,

um alto dever para com o público, focalizando seu equívoco e assumindo plena responsabilidade de seus atos, com fronte erguida, sobranceiro, obedecendo impecável linha de conduta e lealdade, virtude própria dos líderes políticos de estirpe. E o fez distante de meios

²⁵⁴ *O Nacional*, 1 fev. 1952; *Diário da Manhã*, 2 fev. 1952.

²⁵⁵ Segundo o plano governamental da Igreja, diocese se define “como uma circunscrição eclesiástica, com direção e administração própria, sob a dependência direta do santo Padre, em Roma”. A diocese de Passo Fundo desmembrada de Santa Maria por decreto papal em 7 de abril de 1951, compreendia os municípios de Passo Fundo, Carazinho, Erechim e Marcelino Ramos. *O Nacional*, 21 jul. 1951; *Diário da Manhã*, 23 jul. 1951.

políticos inconfessáveis, iluminado pelo facho da Verdade e do Direito, fiel a princípios de dignidade e de caráter.²⁵⁶

Apesar dessa retratação pública, a imprensa local não estava ainda satisfeita. O *Diário da Manhã* publicou na íntegra os debates realizados na Câmara de Deputados no Rio de Janeiro, ainda sobre o caso que envolveu D. Cláudio Colling, César Santos e o divórcio.

Nessa sessão, foram discutidos vários pontos referentes ao caso de Passo Fundo, entre eles, o equívoco atribuído por César Santos para justificar o aparecimento de sua assinatura na emenda divorcista, apresentada a Nélson Carneiro nesses termos:

Declarou o nobre colega, na sua justificativa que ao chegar aqui – porque via de regra nunca está nesta Casa, lhe foi dado um montão de papéis, entre os quais, talvez inadvertidamente o de V. Excia.²⁵⁷

Replicando a declaração sutilmente repreensiva a César Santos, disse Nélson Carneiro que a mesma - naqueles termos -, poderia atentar contra sua pessoa, no sentido de parecer que havia enganado César Santos, e que a justificativa usada pelo deputado se constituiu num meio encontrado “para fugir à pressão do Bispo de Passo Fundo”.²⁵⁸

Após toda essa *tempestade* divorcista, que ampla repercussão atingiu, ultrapassando de longe as fronteiras estaduais, César Santos, da tribuna da Câmara Federal, mais uma vez “esclareceu o quiproquó que envolveu sua assinatura no projeto Nélson Carneiro”,²⁵⁹ deixando dessa forma, bem sedimentadas as suas razões, as mesmas tantas vezes expostas na imprensa local.

Sobre a menção de que nunca se encontrava na Câmara Federal, disse que sua ausência daquela Casa, não se configurava em férias passadas “nos confins das terras gaúchas”. Mas eram de estafante trabalho de mais de doze horas diárias em sua clínica médica, local onde não só acorriam doentes, mas todos aqueles que vinham trazer pedidos, fazer reclamações, reivindicações, todos anotados para possíveis encaminhamentos, “sem que importe o partido em que militam os interessados”.²⁶⁰

Essas explicações públicas de César Santos colocaram praticamente um ponto final ao rumoroso caso, envolvendo aquele parlamentar trabalhista e o bispo diocesano Cláudio Colling, que por quase dois meses, ocupou as páginas dos jornais locais *O Nacional* e

²⁵⁶ *O Nacional*, 2 fev. 1952.

²⁵⁷ *Diário da Manhã*, 23 fev. 1952.

²⁵⁸ *Diário da Manhã*, 23 fev. 1952.

²⁵⁹ *O Nacional*, 28 fev. 1952.

²⁶⁰ *O Nacional*, 28 fev. 1952.

Diário da Manhã e mobilizou a sociedade local. Foram publicados artigos e mais artigos com pareceres contrários e a favor do divórcio assim também como a atitude dos envolvidos. Foi realizada até uma *enquete*²⁶¹ pela ZYF-5 Rádio Passo Fundo e jornal *O Nacional* quando foram apresentadas as opiniões de representantes da sociedade passo-fundense sobre o assunto.

Desde que iniciou sua carreira política em Passo Fundo, no ano de 1945, essa talvez tenha sido a primeira vez que a contestação de suas posições o tenham levado a uma retratação pública e pessoal e a uma redefinição das mesmas. Outros embates já se processaram motivados por posicionamentos, como é o caso da expulsão do tenente Azambuja, mas se fixaram no campo partidário de onde saíram, e embora houvesse contestações, foram desconsideradas. O caso agora era outro, a situação também.

César Santos estava em meio a um mandato parlamentar, eleito que foi em 1950. Mesmo que não postulasse mais desempenhar cargos eletivos - esse seria sua última legislatura - liderava e dirigia uma agremiação partidária em crescente expansão e consolidação, o PTB em Passo Fundo. Não seria, portanto, conveniente romper com D. Cláudio Colling, personagem “intransigente quando entrava em jogo a disciplina e a ortodoxia”,²⁶² com influência em vários municípios que compunham a área de abrangência da diocese de Passo Fundo a qual tinha sob seu domínio e assim perder o apoio do eleitorado católico. Seu cargo eletivo teria fim, mas o partido trabalhista tinha uma longa e disputada carreira pela frente. Em meio à pressão sofrida sobre ter ou não assinado tal emenda divorcista, manifestou publicamente sua preocupação com a LEC, afirmando que os compromissos com a mesma estabelecidos, seriam “rigorosamente cumpridos”²⁶³ a despeito dos fatos ocorridos. Desse modo, levantamos a possibilidade de que a retratação pública de César Santos e a reafirmação de alinhamento com a LEC se configurasse uma atitude mais política do que pessoal, proporcionando assim constituir-se o embate entre esse parlamentar “e o acatado antístite Dom Cláudio Colling”,²⁶⁴ no “epílogo honroso de um debate”.²⁶⁵

²⁶¹ *O Nacional*, 29 jan. 1952.

²⁶² BOTH, Agostinho. *Dom Cláudio: pastor e cidadão*. Passo Fundo: UPF, 1994, p. 75.

²⁶³ *Diário da Manhã*, 2 fev. 1952.

²⁶⁴ *O Nacional*, 2 fev. 1952.

²⁶⁵ *O Nacional*, 2 fev. 1952.

2. “INCONCILIÁVEIS OS ANTAGONISMOS”²⁶⁶

A CISÃO TRABALHISTA

As divergências, que se mostram na eleição da ala moça trabalhista, vão gradativamente evoluir para uma grave e conflituosa cisão interna, dividindo o PTB local em duas facções: a Executiva Municipal e a ala rebelde. Vai evidenciar também que mesmo cindido, o partido não vai ainda perder sua supremacia.

2.1. A eleição da Ala Moça

Corria o ano de 1958. O governo de Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB), respectivamente presidente e vice-presidente da República, eleitos em outubro de 1955, representou um período de estabilidade política, relativa paz entre os militares, desenvolvimento econômico, assim também, como a “intensificação das reivindicações de reformas e iniciativas de cunho nacionalista”. Constituiu-se também, num governo em que o Executivo sobrepôs-se aos demais poderes, impondo dessa forma, sua figura ante o Congresso e à classe política, mesmo “amarrado” à coligação PSD-PTB feita ainda na campanha eleitoral. Essa coligação, também aliada da UDN no Congresso, se constituiu em parte importante da estabilidade desse governo.²⁶⁷

O desenvolvimento econômico, uma das marcas do governo JK, não se estendeu, porém ao Rio Grande do Sul. Ildo Meneghetti, “primeiro descendente de italianos a governar o Estado”, enfrentou desde o início de seu governo uma crise econômica que teria

²⁶⁶ *O Nacional*, 23 set. 1958.

²⁶⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 122-123.

como consequência o empobrecimento do Rio Grande, “tornando-o exportador e não mais importador de mão-de-obra”. Sua oposição à candidatura de Juscelino, embora militassem no mesmo partido, o PSD, colocou o Estado “na contramão dos investimentos públicos federais” de tal maneira que o governador pessedista anos mais tarde, citaria como sua maior realização, “a ponte do Guaíba, projetada pelo DNER e iniciada no governo anterior com verbas federais”. Por outro lado, apesar da derrota para o governo estadual, muito embora a comoção popular com a morte de Getúlio Vargas, o PTB, desde sua formação em 1945, foi o partido que mais cresceu eleitoralmente, passando sua bancada legislativa de 30% para 43% em 1958, “o que significava que sozinho o partido conseguia quase 50% dos votos gaúchos”.²⁶⁸

O PTB, nesse período, não concentrava seu poder somente na Assembléia Legislativa Estadual. Leonel Brizola eleito prefeito de Porto Alegre, em 1955, com uma votação que ultrapassou os 50% dos votos no Estado,²⁶⁹ derrotou o candidato apoiado pela frente PSD-UDN-PL, Euclides Triches, também engenheiro e que exercia o cargo de Secretário de Obras Públicas do Estado.²⁷⁰ Brizola consolidou juntamente com João Goulart, após a morte de Vargas, as lideranças máximas do PTB em nível regional e nacional, respectivamente, através de uma harmoniosa “divisão de tarefas” e do entrosamento entre ambos, que se estenderia até os acontecimentos de 1961, conhecidos sob a denominação de “Movimento da Legalidade”.²⁷¹

Nesse cenário político, o PTB em Passo Fundo, tendo à frente César Santos, desde sua criação em 1945, vinha se estruturando – depois de alguns conflitos - em aparente harmonia. As práticas político-partidárias que havia, como por exemplo, articulações, embates eleitorais, dissensões, alianças, faziam parte sem dúvida, do exercício “da cidadania política”, que o sistema democrático permitia.²⁷²

Mas esse período de certa tranquilidade, já abrigava atrás de si animosidades que se mostraram, quando numa sessão da Câmara de Vereadores, havia sido aventada a possibilidade de “que elementos políticos estariam envidando esforços no sentido de afastarem o sr. João Andrade do posto local do Ministério do Trabalho”. Essa informação,

²⁶⁸ HISTÓRIA ilustrada do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: JÁ editores, 1988, p. 273-276.

²⁶⁹ HISTÓRIA ilustrada do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: JÁ editores, 1988, p.276.

²⁷⁰ *O Nacional*, 6 out. 1955.

²⁷¹ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. aa Universidade/UFRGS, 1992, p. 171.

²⁷² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos da democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar-civil de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v.3). p.151.

além de chamar a atenção e suscitar desconfianças, provocou na ocasião, imediata reação nas lideranças políticas que ali se encontravam, através de manifestações laudatórias a João Andrade pelo seu desempenho à frente do Posto do Ministério do Trabalho, cargo que exercia há aproximadamente dezesseis anos.

Foi mais além esse assunto. O líder sindical trabalhista representante dos metalúrgicos, Nelson Petry, e Pedro Monteiro da Costa também sindicalista e suplente de vereador pelo PSP em Passo Fundo, organizaram um movimento que se estendeu a Carazinho, Getúlio Vargas, Erechim e outras localidades, de apoio e solidariedade à maneira como sempre João Andrade se conduziu como representante local do Ministério do Trabalho.²⁷³

A notícia assim exposta e já com tal repercussão, trouxe consigo prenúncios de discórdias e também indagações. Afinal, quem seriam os políticos que pretendiam tal ação? De quem partiram essas acusações? Essa notícia não poderia ter surgido assim, do nada, simplesmente. Teriam que haver razões, causas, antecedentes. Assim é que, o caso envolvendo João Andrade, veio sem dúvidas, interromper o clima ameno que parecia envolver o cenário político em geral e como poderemos concluir, seriamente o PTB em particular, representando um sinal grave da dissidência nas *hostes* trabalhistas que se mostrará na questão da ala moça, a seguir.

Tudo começou a se esclarecer numa sessão semanal do Legislativo Municipal. Tais ocorrências “de matéria política, de ordem interna do PTB local,²⁷⁴ centraram-se na questão da escolha dos novos representantes oficiais da ala moça do partido. Essa nova eleição, prendeu-se ao fato de que anteriormente haviam sido escolhidos os representantes dessa ala somente com a participação da bancada trabalhista local, sem a presença da Executiva Municipal, razão pela qual não foi reconhecida como tal por aquela direção partidária. Essa eleição que se processou, portanto, contou com a participação de todos, Executiva e bancada trabalhista, ocasião que protagonizou tumultuados e controversos acontecimentos que redundaram em graves conseqüências para o partido.

Sobre a ala moça se torna imperativo algumas considerações. O PTB nos anos iniciais de sua formação possuía, segundo Bodea, um certo “vigor organizativo” no sentido de uma atuação através das chamadas “alas profissionais criadas sob a inspiração da corrente sindicalista”, uma das três vertentes, que deram origem ao PTB, assunto que já fizemos referência no primeiro capítulo do presente estudo. Nos mesmos moldes, formou-

²⁷³ *O Nacional*, 15 abr. 1958.

²⁷⁴ *O Nacional*, 9 mai. 1958.

se a “ala acadêmica trabalhista” que agregava estudantes universitários, tendo a mesma como seu primeiro presidente, Leonel Brizola, ainda acadêmico de engenharia. Também dela fizeram parte, outras lideranças que mais tarde projetaram-se no cenário político não só estadual mas também nacional, como Fernando Ferrari, Wilson Vargas e outros. Essa “ala acadêmica” passaria a chamar-se mais tarde de “ala moça” ou “mocidade trabalhista”, de cujo quadro, após o suicídio de Getúlio Vargas, sairiam os futuros dirigentes do PTB.²⁷⁵ Essa prática que se infere, tinha por finalidade a iniciação e organização de jovens com pendores políticos, estendia-se às demais agremiações partidárias como o PSD, PDC, UDN entre outras, sendo de considerável atuação e respaldo para os partidos que atuavam no sistema pluripartidário vigente.

Voltando ao assunto da ala moça local, a bancada trabalhista, já “em franca discordância com a direção” do PTB, servindo-se da tribuna da Câmara Municipal, passou a narrar os fatos acontecidos na sede do PTB por ocasião da eleição da ala moça oficial²⁷⁶ do partido, ocorrida em 7 de maio de 1958.

Arthur Canfield, primeiro orador inscrito, assim se expressou sobre o caso:

Como é do conhecimento de todos realizou-se ontem à noite, na sede do Partido Trabalhista Brasileiro, uma reunião de jovens para a escolha de seu mandatário num período de 3 anos, na Ala Moça do Partido. Infelizmente alguns elementos da Executiva [...], quiseram deixar de lado elementos de importância do partido, quais sejam os da ala velha, inclusive o ex-presidente Paulo Totti, Augusto Trein, Romeu Martinelli, etc., bem como o diretório da Ala Moça eleita na Câmara de Vereadores.²⁷⁷

Continuando em seu relato, disse Canfield que quando o secretário geral do partido e também da ala moça extra-oficial, João Freitas, fazia o seu discurso, foi solicitado um aparte pelo vereador Romeu Martinelli no sentido de solicitar “uma eleição legal, democrática, e não da maneira como se estava fazendo”. Não sendo, porém, atendido em sua solicitação, voltou a manifestar-se assim dizendo: “Peço e imploro não se cometa mais esse crime contra o PTB”,²⁷⁸ palavras essas interrompidas, pelo arremesso de uma jarra

²⁷⁵BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p.44-45.

²⁷⁶ Para melhor situar o posicionamento político em relação à ala moça do PTB, e também possibilitar a compreensão dos fatos narrados, já que estão a representar correntes diferenciadas dentro do partido vamos classificá-las do seguinte modo: *Ala Moça* extra-oficial, aquela eleita à revelia da Executiva Municipal apoiada pela bancada trabalhista, mais precisamente por Martinelli, Canfield e Trein; a *Ala Moça* oficial, eleita com a convicção da Executiva Municipal, leia-se César Santos, Menna Barreto, Ernesto Formigheri, e por conseguinte com seu apoio, cuja eleição gerou os acontecimentos acima descritos.

²⁷⁷ *O Nacional*, 9 mai. 1958.

²⁷⁸ *O Nacional*, 9 mai. 1958.

por Menna Barreto que não atingindo o alvo que era Martinelli, foi atingir a cabeça do acadêmico Paulo Totti.

Romeu Martinelli, protagonista do fato, de maneira enfática assim se pronunciou:

Fomos ontem à noite à sede do PTB, a fim de evitar que certos elementos da executiva viessem tomar conta do PTB de Passo Fundo. Devo dizer que não me estou referindo à Executiva, mas sim a quatro elementos da mesma, que são: Dr. César Santos, Ernesto Formigheri, Benoni Rosado e Dr. Ney Menna Barreto. Desejo declarar ainda que, quando eu estava falando, fui agredido pelo Dr. Ney Menna Barreto, que me atirou uma jarra, a qual foi atingir o jovem companheiro, acadêmico e jornalista Paulo Totti ²⁷⁹.

Sobre o assunto em questão, o vereador trabalhista Augusto Trein, ao fazer um breve histórico da ala moça do PTB aos presentes na sessão no Legislativo Municipal, declarou que essa ala do partido “tinha sido sempre autônoma, desde 1946, quando a mesma se fundou, nunca dependendo da Executiva partidária”. Ao protestar com o desenrolar dos acontecimentos,²⁸⁰ também justificou a ausência da Executiva Municipal do PTB, ou seja, de César Santos, Menna Barreto e demais componentes na reestruturação da ala moça que teve lugar na Câmara Municipal em janeiro de 1958. Convém lembrar que a bancada trabalhista do PTB era composta, nessa ocasião, por Martinelli, Trein, Arthur Canfield, Telmo Corrêa, suas lideranças mais expressivas. A Comissão Executiva da ala extra-oficial então formada, constituiu-se, de Paulo Totti como presidente, João Freitas no cargo de secretário-geral, entre outros.²⁸¹

Emprestando seu apoio à bancada trabalhista com a qual mantinha também relações de amizade, afora os laços políticos por conta de alianças partidárias, Centenário do Amaral, também lamentou a crise que o PTB vinha enfrentando e tantos dissabores vinham também causando.²⁸²

O fato de grande repercussão foi também comentado por Gomercindo dos Reis²⁸³, ao contar que tudo começou com uma “troca de palavras ásperas entre dois ou três partidários da grei getulista”²⁸⁴ ocasionadas por “questiúnculas, divergências, velhos

²⁷⁹ *O Nacional*, 9 mai. 1958.

²⁸⁰ *O Nacional*, 9 mai. 1958.

²⁸¹ *O Nacional*, 31 jan. 1958. Convém esclarecer que não foram publicadas nas notícias referentes ao assunto, os nomes dos demais eleitos para a Executiva da ala moça do PTB local.

²⁸² *O Nacional*, 9 mai. 1958. Com vistas às eleições de outubro de 1958 quando foram eleitos senadores, governadores, deputados estadual e federal, foi firmada a aliança PTB-PSP em nível estadual.

²⁸³ Gomercindo dos Reis pertencia à direção local do Partido Libertador. Era escritor e poeta passo-fundense. Possuía um escritório de corretagem de sua propriedade denominado “Biro Reis”. *Diário da Manhã*, 25 jul. 1957.

²⁸⁴ *O Nacional*, 17 mai. 1958.

recalques que explodiram naquele momento”.²⁸⁵ Usando de um nítido senso de humor, mais adiante disse que “com este grave acidente, e a sede do Partido ensangüentada, fechou o tempo... Dizem uns pelos cafês, que a aludida garrafa continha água; outros, porém, afirmam que era branquinha...”²⁸⁶ Os gracejos de Gomercindo não agradaram nem gregos e nem troianos ou seja, Executiva e rebeldes, motivo pelo qual, teve que se retratar e, justificando tal atitude disse que o comentário não teve intenção de ofensas, mas tratava-se simplesmente “de um comentário político de uma época. [...] O intuito foi mais literário e humorístico”.²⁸⁷ É, o clima estava tenso.

Em relação ao desfecho do confronto, após Paulo Totti ser conduzido até o Hospital São Vicente, com a finalidade de ser medicado devido à “enorme brecha”²⁸⁸ aberta em sua testa pela jarra arremessada por Menna Barreto, “o dr. César Santos, médico e presidente da executiva do PTB, e os vereadores Arthur Canfield, Augusto Trein e outros, acalmavam os ânimos de seus correligionários, evitando uma luta generalizada”.²⁸⁹ Esse fato ocorrido entre a liderança trabalhista local, deixa atrás de si, claras evidências, fortes sinais de uma cisão no PTB local, mais precisamente entre a Executiva municipal e os vereadores trabalhistas. Mais precisamente entre César Santos e Menna Barreto de um lado e Martinelli, Canfield e Augusto Trein de outro. Permitem também, perceber nitidamente pela violência das atitudes e palavras que permearam aquele polêmico acontecimento, de que desacordos já existiam anteriormente a esse fato, apenas não tinham ainda vindo a público, se mostrado.

“Em face da lamentável ocorrência”,²⁹⁰ várias foram as mensagens de solidariedade recebidas por Paulo Totti e Martinelli,²⁹¹ inclusive da capital do Estado, mensagem essa que ao dispensar ao caso maiores contornos, elevou Paulo Totti também à qualidade de mártir, ao declarar que sua bravura no enfrentamento da situação, serviu “de exemplo a nossa mocidade”.²⁹²

As declarações até aqui expostas sobre a conturbada eleição da ala moça oficial do PTB, e os acontecimentos dessa reunião decorrentes, expressaram o pensamento dos integrantes da bancada trabalhista, ou seja, posições convergentes, como podemos perceber pelo teor das mesmas. Diferente, porém, foi a versão de Menna Barreto, secretário-geral da

²⁸⁵ *O Nacional*, 17 mai. 1958.

²⁸⁶ *O Nacional*, 17 mai. 1958.

²⁸⁷ *O Nacional*, 19 mai. 1958.

²⁸⁸ *O Nacional*, 17 mai. 1958.

²⁸⁹ *O Nacional*, 17 mai. 1958.

²⁹⁰ *O Nacional*, 13 mai. 1958.

²⁹¹ *O Nacional*, 8/10 mai. 1958.

²⁹² *O Nacional*, 13 mai. 1958.

Executiva Municipal e um dos protagonistas diretos de tal acontecimento, exposta em longa carta aberta publicada na imprensa local, que foi enviada à Executiva Estadual do PTB.

Precisamente sobre a eleição extra-oficial da ala moça, declarou Menna Barreto, que a mesma realizou-se sem ao menos uma “comunicação à Executiva do partido, nem pelo menos a título de deferência”,²⁹³ com “o manifesto e inequívoco intuito de hostilizar a Direção Partidária Municipal, que foi atacada nessa oportunidade”.²⁹⁴ Contestando a afirmação de Augusto Trein sobre a autonomia desse departamento partidário, informou que:

Tal reestruturação, por dizer respeito a um departamento auxiliar do Partido (Ala Moça), subordinado ao órgão de direção partidária respectivo, no caso à Executiva Municipal de Passo Fundo (Estatutos, art.12, §§2º. E 3º. – Regimento Interno, - art. 70), só poderia ser feita sob os auspícios desta e por ela aprovada (Estatutos, art. 29, alínea b – Regimento Interno, art. 31, § único).²⁹⁵

Declarou também que a antiga diretoria que presidiu a reunião de eleição, não possuía mais poderes para tais deliberações uma vez que seus mandatos encontravam-se já extintos, há “mais de três anos, tempo máximo de mandato de qualquer órgão de direção do partido (Estatutos, art.12 § 6), quanto mais de um departamento auxiliar, que poderia ser dissolvido a qualquer instante”.²⁹⁶

Mais incisivo em suas declarações, disse Menna Barreto que aquela “espúria reestruturação”, se processou com o objetivo único de perturbar o trabalho durante o ano de eleições, ressaltando a importância da ala moça nas fases de qualificação, quando se tinha em vista uma campanha eleitoral.²⁹⁷

Temos assim posições diferenciadas sobre os graves acontecimentos que pautaram as eleições da ala moça trabalhista. Mais que tudo, são tais declarações, portadoras e nitidamente reveladoras de conflitos e antagonismos já estabelecidos entre a Executiva Municipal do PTB de Passo Fundo e os vereadores que representam essa agremiação partidária.

Sobre a votação da ala moça e sua atitude em relação a Martinelli, Menna Barreto esclareceu que abertos os trabalhos e composta a mesa da qual fazia parte como secretário

²⁹³ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

²⁹⁴ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958

²⁹⁵ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

²⁹⁶ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai 1958.

²⁹⁷ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

sob a presidência de César Santos, foram apresentadas as duas chapas que seriam colocadas em votação. Solicitando a palavra, João Freitas, funcionário da Câmara e secretário geral da ala moça extra-oficial, tentou por várias vezes e de diversas maneiras, “sustentar o prevalecimento da espúria reestruturação realizada em 30 de janeiro”,²⁹⁸ servindo-se dos recursos protocolares como demora na explanação, apartes, com o firme objetivo de obstruir os trabalhos de eleição da ala moça oficial do PTB de Passo Fundo.²⁹⁹

Enfim, após todos esses desencontros, foram enfim colocadas em votação as chapas apresentadas e devidamente aprovadas. Após essas deliberações, a continuidade e o aprofundamento da questão se deu quando Martinelli, solicitando a palavra e iniciando um “discurso violento, agrediu a Mesa, que culminou com grave ofensa a minha pessoa”, acusando-me “falsa e levianamente” de traição ao partido, ao afirmar que eu entrara em conchavos com a Frente Democrática para eleger a presidência do Legislativo Municipal, quando na verdade esse assunto ficou justamente a cargo dos representante trabalhistas no Legislativo, para que fosse evitado uma cisão na bancada e a eleição dos nossos adversários políticos.³⁰⁰

Diante de tais ofensas, que além de não corresponderem à realidade de suas intenções e também agravadas pelo constrangimento de serem tais palavras proferidas em presença dos companheiros que se encontravam na presente reunião, “saltei contra o Dr. Romeu Martinelli, e como impedido de pegá-lo, joguei-lhe uma jarra que se encontrava sobre a mesa”.³⁰¹

O tumulto criado devido a essa situação, foi contornado com o afastamento de Martinelli do local do confronto, prosseguindo a reunião “dentro do maior espírito de harmonia e elevados propósitos como costumam ser as reuniões do PTB de Passo Fundo”. Disse ainda Menna Barreto sobre seu gesto em relação a Martinelli que, “tão convencido estou da legitimidade da minha reação [...], que tantas vezes em que se apresente idêntica situação - diz-me o direito, a honra e a dignidade - reagirei de pronto”.³⁰²

Na arena de lutas e confrontos em que se transformou o diretório trabalhista, Paulo Totti, segundo a versão de Menna Barreto, sofreu apenas leves ferimentos e, após dois ou três dias, já transitava normalmente pelas ruas da cidade. Lamentava o mesmo ter sido

²⁹⁸ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

²⁹⁹ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

³⁰⁰ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

³⁰¹ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

³⁰² Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

ferido, uma vez “que nada teve a ver - que eu saiba - com o acontecido, não tendo sequer, na reunião, proferido uma palavra”.³⁰³

Essa, porém, não foi a versão da ala rebelde - anteriormente exposta -, para quem o caso foi levado a tomar maiores e mais graves proporções, numa atitude evidente de manipulação no sentido de mostrarem-se como *vitimas* no episódio de 7 de maio de 1958.

A formação das alas moças foi uma prática estatutária do sistema partidário nacional, estadual e municipal. O PSD a UDN e o PL, assim também como o PDC, em Passo Fundo, possuíam esses departamentos organizados e atuantes e suas convenções realizam-se, conforme a imprensa local, geralmente num clima ameno, dentro de um certo entrosamento intrapartidário.³⁰⁴ Podemos perceber, desse modo que os trabalhistas inauguraram a fase de sessões tumultuadas.

As contradições até aqui expostas entre os representantes trabalhistas locais são somente os primeiros alinhavos de uma séria, violenta e ferrenha disputa que ao longo do tempo, vai permear a trajetória política do PTB de Passo Fundo com graves acontecimentos, marcados por rancores e revanchismos. Numa demonstração pretensa de que as duas alas em litígio disputavam o poder de mando local; uma, para nele manter-se, a outra, para dele apoderar-se, de importantes e controversos acontecimentos serão protagonistas. Essas seriam possíveis atitudes que nos apontam as rivalidades entre a Executiva Municipal e os rebeldes. Para Meirelles Duarte, porém, essa seria a real intenção dos insurgentes, o que comprovou através das seguintes palavras:

Romeu Martinelli e Augusto Trein recém haviam retornado de Porto Alegre formados em advocacia e já filiados ao PTB. Aqui chegando eles concorreram a vereador, sendo Martinelli o mais votado, ficando Augusto Trein em segundo lugar. Essa vitória começou a subir na cabeça deles apoiados pela Ala Moça, ou seja, Paulo Totti, João Freitas e outros, e assim, o domínio do partido. Eles queriam se apossar do partido e alijar a velha guarda. E a velha guarda tinha um César Santos, um Menna Barreto, um Cúrio de Carvalho, não é, todo aquela turma, Ernesto Formigheri, Benoni Rosado. A velha guarda era uma potência, dificilmente eles, meia dúzia de entusiastas e jovens conseguiriam lhes subtrair o poder, como realmente não conseguiram.³⁰⁵

Essa foi segundo Meirelles Duarte, “a razão exclusiva do desejo desta nova geração de tomar conta dos destinos do partido, o desejo de dominarem, de se apossarem, de terem as rédeas do PTB”. Justifica tais razões por ter se constituído Passo Fundo, numa “cidade

³⁰³ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

³⁰⁴ *O Nacional*, 20 mai. 1958.

³⁰⁵ Entrevista de Antonio Augusto Meirelles Duarte em 28 set. 2004.

tradicional coordenada pelo PTB desde Armando Annes que foi o primeiro petebista eleito, depois veio Dipp, Mário Menegaz, Benoni Rosado, Wolmar Salton. Era uma seqüência... Um fazendo a sucessão do outro, graças à força do PTB.³⁰⁶

2.2. A Convenção trabalhista municipal de 1957

A origem das divergências no trabalhismo local até aqui expostas se mostraram a partir da carta enviada por Menna Barreto à Comissão Executiva Estadual do PTB, no sentido de esclarecer e ao mesmo tempo justificar sua atitude, a respeito dos acontecimentos que se verificaram por ocasião da eleição da ala moça do partido.³⁰⁷

Iniciou Menna Barreto declarando que, no dia 18 de outubro de 1957, o Diretório Municipal do PTB reuniu-se para indicação dos candidatos que seriam submetidos à Convenção Estadual, os quais concorreriam sob a legenda do partido para o próximo pleito de outubro de 1958 aos cargos de senador, governador deputados federal e estadual.³⁰⁸ Como secretário geral da Comissão Executiva, auxiliou nos trabalhos relativos ao acontecimento, vindo após, retirar-se do Diretório com a finalidade de organizar a recepção para João Goulart, vice-presidente da República, Parsifal Barroso e Mário Meneghetti, respectivamente, Ministros do Trabalho e Agricultura, assim também como Leonel Brizola, prefeito de Porto Alegre e candidato pelo PTB ao Governo do Estado, que viriam para as comemorações do Primeiro Centenário de Passo Fundo, no dia seguinte à Convenção que estava sendo realizada, mais precisamente dia 19 de outubro.

Afirmou também que o Diretório, contrariando sua vontade, indicou por maioria de votos seu nome para concorrer a Deputado Estadual, ficando em segundo lugar na indicação, Romeu Martinelli. Em virtude disso, enviou ofício³⁰⁹ dirigido à Executiva Municipal do partido, através do qual, declinou “da honrosa indicação, fazendo sentir que somente aceitaria se houvesse necessidade partidária, o que, no caso, entendia não ocorrer, dado que diversos outros companheiros existiam capazes de representar Passo Fundo”.³¹⁰

³⁰⁶ Entrevista de Antônio Augusto Meirelles Duarte em 28 set. 2004.

³⁰⁷ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

³⁰⁸ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

³⁰⁹ *O Nacional*, 23 out. 1957.

³¹⁰ Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

Reunindo-se novamente o Diretório, o mesmo resultado se repetiu, seu nome foi sufragado em primeiro lugar, ficando Martinelli em segundo. Diante da reiterada indicação, acatou a decisão. Porém, segundo esclareceu Menna Barreto, a partir desse momento,

o Dr. Romeu Martinelli e seus amigos, inconformados com as decisões altamente democráticas do Diretório Municipal, proferidas diante de votação secreta, **iniciaram luta contra minha candidatura; contra a pessoa do Dr. César Santos**, ilustre médico e emérito cientista, em cujas mãos nasceu, desenvolveu e tornou-se esse apogeu, em Passo Fundo, o Partido Trabalhista Brasileiro, do qual é presidente desde sua fundação, graças ao seu alto prestígio e principalmente à sua sábia diretriz, caracterizada pelo equilíbrio, pela ponderação e pela mais total e completa ausência de interesses inconfessáveis, que não permite esse homem público medrem na sua órbita de ação; **contra o vice-prefeito Benoni Rosado** [...] atacado na Câmara de Vereadores, sob às vistas e o beneplácito do líder Dr. Romeu Martinelli, pelo vereador Arthur Canfield, que o qualificou de inepto e incompetente; **contra, enfim, qualquer resolução da Executiva Municipal.**³¹¹ (grifo nosso).

Pelo exposto, ficou assim determinado que as “lutas internas” travadas entre os partidários trabalhistas locais, tiveram como ponto de partida essa Convenção Municipal e como causa principal, a indicação de Menna Barreto como representante do partido a uma cadeira na de Assembléia Legislativa Estadual nas eleições de outubro de 1958. Da mesma forma se tornou evidente que essa discordância em relação à candidatura de Menna Barreto, e as animosidades daí decorrentes se estenderam aos demais integrantes da Executiva Municipal.

Porém, outra versão a respeito da reação de Martinelli circulara, anteriormente, pela imprensa local. Segundo divulgou *O Nacional*, a atitude de Martinelli diferente do que declarou Menna Barreto, não fora de inconformidade com o resultado apresentado, mas de aceitação, convivência com as deliberações do partido uma vez que,

felicitou os escolhidos e concitou o partido a cerrar fileira em torno dos mesmos [...], tecendo considerações em torno do resultado que veio mostrar a evolução que o partido vem tendo com relação à escolha de seus candidatos, dentro de um critério absolutamente democrático sem as velhas e condenadas imposições.³¹²

Nos deparamos assim com dois pesos e duas medidas. De um lado declarações de Menna Barreto no calor do debate e dos conflitos já estabelecidos. De outro, a versão do jornal que se processou na ocasião da Convenção Municipal, quando ainda as divergências

³¹¹Acervo César Santos. *O Nacional*. 20 mai. 1958.

³¹² *O Nacional*, 19 out. 1957.

davam os primeiros passos que devem ser levadas em consideração. Nesse espaço de aproximadamente sete meses entre uma versão e outra - maio de 1958 e outubro de 1957 respectivamente - os ânimos recrudesceram a ponto de protagonizarem a conflituosa sessão de eleição da ala moça do partido.

A carta de Menna Barreto veio também elucidar pontos que se mantinham obscuros, como por exemplo, de onde partiu a acusação e quem foram os políticos que pediram o afastamento de João Andrade das funções que exercia junto ao Ministério em Passo Fundo. Sobre o caso, afirmou Menna Barreto que Martinelli e seus amigos, “deram guarida [...] na Câmara de Vereadores, a uma afirmação de pura intriga política”, de que a Direção trabalhista local, “teria solicitado a transferência ou demissão do sr. João Andrade”.³¹³ Sobre o assunto, assim justificou:

Não iria a Comissão Executiva municipal, o que não faz com adversários, cometer uma gritante injustiça e injustificável leviandade, contra um companheiro, a quem os trabalhadores de Passo Fundo devem relevantes e inestimáveis serviços.³¹⁴

Se essa foi realmente a intenção do grupo liderado por Martinelli, ou seja, incompatibilizar a Direção do Partido com a classe operária, de uma certa forma, obtiveram êxito em sua intenção. Na ocasião, foi publicado por um grupo de trabalhadores, o depoimento de Norival Paranaguá de Andrade, líder trabalhista e presidente da Caixa Federal, que ao manifestar-se sobre o caso, num tom de leve censura entendia

não ser boa política qualquer gesto que pretenda anular um homem de valor. Movimento dessa ordem é contraproducente e não alcança qualquer ressonância. Os trabalhadores confiam em João Andrade.³¹⁵

Por outro lado, vindo em defesa da direção trabalhista local, João Caruso, presidente da Executiva Estadual do PTB, com a finalidade de desmistificar as declarações acima e “evitar explorações políticas”, esclareceu

que em nenhum momento foi pedida por essa Executiva ou por qualquer dos seus membros, a transferência ou demissão do senhor João Andrade, como representante do Ministério do Trabalho, nesse Município.³¹⁶

³¹³Acervo César Santos. *O Nacional*, 20 mai. 1958.

³¹⁴Acervo César Santos. *O Nacional*, 20 mai. 1958.

³¹⁵*O Nacional*, 13 mai. 1958.

³¹⁶*O Nacional*, 29 mai. 1958.

João Andrade, segundo o advogado e jornalista Meirelles Duarte,³¹⁷ embora sendo uma pessoa de origem humilde, de profissão barbeiro, era muito considerado nos círculos sociais, muito distinguido, inclusive pelo bispo diocesano D. Cláudio Colling, sendo sempre convidado para todos os acontecimentos sociais, não só pela expressão que granjeou junto ao operariado local, do qual era considerado guia, mas também pela figura humana que representava.³¹⁸

Continuando em seu longo e detalhado relato sobre as discordâncias entre os militantes petebistas, Ney Menna Barreto aponta outras pessoas que além dele e de César Santos, também foram vítimas das agressões verbais do grupo liderado por Martinelli. Jorge Cafruni, por exemplo, que se dizia apartidário e que exercia o cargo de redator de debates na Câmara Municipal, assim também como do jornal local *O Nacional*, sofreu tal pressão ao defender aquele órgão da imprensa, taxado de “gaveteira”³¹⁹ por um vereador trabalhista, que se demitiu do cargo que ocupava, e ao assim proceder, nesse tom apresentou sua justificativa:

Sou um homem afamado, necessito ganhar para o sustento dos meus filhos, mas mais do que o meu ganho necessitam meus filhos da minha pessoa, e naquele ambiente da Câmara Municipal de Vereadores estaria sujeito a matar ou morrer de um momento para outro.³²⁰

Na mesma situação se viu Aquilino Translatti, advogado e vereador também pelo PTB. Foram tantos os ataques a ele direcionados que

Demitiu-se da Presidência da Câmara, e o fez com tal desespero que não chegou sequer a comunicar sua deliberação à Direção Partidária, e nunca mais, ao que me conste, transcorridos já vários meses compareceu ao Legislativo passo-fundense.³²¹

Também o Prefeito Wolmar Salton sofreu graves e constantes críticas em sua administração por parte da ala rebelde. Mesmo Daniel, que posteriormente viria agregar-se e liderar os rebeldes, teve questionado seus sentimentos em relação a Getúlio Vargas.³²²

³¹⁷ Antônio Augusto Meirelles Duarte, radialista, jornalista e advogado foi eleito suplente de vereador pelo Partido Trabalhista Nacional – PTN, partido da ala rebelde em 1959, sendo posteriormente eleito vereador pelo PTB em 1963 e pelo MDB em 1969.

³¹⁸ Entrevista de Antônio Augusto Meirelles Duarte em 28 set. 2004.

³¹⁹ “Gaveteira”, era um termo usado para denominar pessoas ou instituições que sonegavam ou engavetavam informações, projetos, processos etc, similar ao termo “engavetar” atualmente usado.

³²⁰ Acervo César Santos. *O Nacional*, 20 mai. 1958.

³²¹ Acervo César Santos. *O Nacional*, 20 mai. 1958.

³²² Acervo César Santos. *O Nacional*, 20 mai. 1958.

Os depoimentos de Menna Barreto, embora unilaterais em alguns pontos, veio clarear a origem dos embates no PTB local relacionados à indicação de sua candidatura à Câmara Estadual e mostrar o partido já com uma grave cisão interna, consubstanciada entre a Executiva Municipal da qual faziam parte César Santos, Menna Barreto, Ernesto Formigheri entre outros e a ala rebelde do partido, formada pela bancada trabalhista através de Martinelli, Trein, Canfield e demais componentes. Veio também evidenciar, que os ataques desferidos pela ala rebelde aos seus adversários iam além do limite ético, constituindo-se a Câmara Municipal – espaço onde atuavam - num local demarcado pela tensão, transformando-se num tribunal de julgamentos implacáveis e constantes. Segundo Celina D'Araújo, o PTB foi um partido que revelou desde seu nascimento, uma “ossatura legal”, ou seja, uma estrutura preparada “para a aniquilação de facções internas”³²³ o que vem justificar a violência de seus embates tanto *inter pares* como em discordâncias extrapartidárias.

2.3. “O tostão há de derrotar o milhão”:³²⁴ o caso Daniel Dipp

Contagiado pelos ventos da discórdia que sopravam no cenário trabalhista local, Daniel Dipp, deputado federal eleito pelo PTB em 1954, inconformado com certas atitudes que a Executiva Municipal vinha tomando a respeito de sua candidatura à reeleição no pleito eleitoral de outubro de 1958, e também, em vista de apelos recebidos em relação a uma postura frente ao “intrincado e confuso quadro político municipal”, veio a público fazer sérias acusações aos dirigentes do PTB local. Justificou tal atitude por sentir como dever não só em relação ao povo em geral, mas também aos seus “bravos e valorosos companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro de Passo Fundo”.³²⁵

Sob o título, “Encontrei, por toda a parte, o rastro da traição e a marca dos traidores”, Dipp dirigiu ao povo de Passo Fundo uma prestação de contas de sua vida

³²³ D'ÁRAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.87.

³²⁴ *O Nacional*, 16 jul. 1958. “O tostão contra o milhão” foi o *slogam* da candidatura Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo em 1953. Infere-se que Daniel Dipp tenha se utilizado desse lema na campanha a deputado federal de 1958, procurando ressaltar, também, “a desproporção dos recursos” que dispunha em relação a outras candidaturas apoiadas pelo PTB local.

http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4387_1.asp Página acessada em 21jun.2006.

³²⁵ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

pública, relatando também, certos acontecimentos que estavam há vários meses latentes, à espera de uma oportunidade para serem expostos, esclarecidos, reclamados.³²⁶

Iniciando longo relato esclareceu que sua vida político-partidária,

remonta à própria origem do Partido Trabalhista Brasileiro. Nele ingressei no dia exato de sua fundação, em Passo Fundo, a 10 de novembro de 1.945. Nele ingressei poucos dias depois que o seu imortal chefe era apeado do poder, pelo nefando golpe militar de 29 de outubro de 1945. Nele ingressei, portanto, em hora amarga, difícil e incerta, quando os getulistas eram proscritos e banidos da vida pública do País. Não tive, pois, em mira, ao abraçar a causa trabalhista, a conquista de vantagens materiais ou satisfação de vaidades políticas.³²⁷

Justificando as razões de sua opção pela causa trabalhista, Daniel Dipp em palavras onde transparecia sentimentos de mágoa acrescentou:

Abracei, por idealismo, um conjunto de princípios que me pareciam, como ainda me parecem, os únicos capazes de proporcionar dias melhores e mais felizes ao povo, especialmente aos trabalhadores, aos humildes e aos desamparados. Por eles lutei, luto e lutarei, fiel às diretrizes programáticas do Partido Trabalhista Brasileiro.³²⁸

Demonstrando humildade e reconhecimento, referiu-se aos cargos políticos que granjeou em sua trajetória política, “por generosidade dos meus companheiros e conterrâneos”³²⁹, Daniel Dipp prosseguiu em sua narrativa, fazendo um apanhado geral de todas as suas realizações em benefício de Passo Fundo, destacando-se as seguintes:

Auxílios e subvenções às entidades beneficentes, hospitalares e assistenciais, à Faculdade de Direito, a elevação da dotação destinada ao prosseguimento da ferrovia Passo Fundo-Caí, a construção da ponte ferroviária sobre o rio Uruguai, no Passo do Goyoen, a criação da Escola Agrícola no distrito de Sertão, auxílios para a festa do 1º Centenário de Passo Fundo, a reinstalação do Posto do Sandu, a elevação da potência da Rádio Municipal de 250 para 1000 watts, a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho entre outras.³³⁰

Continuando, explicou que quando seu nome foi escolhido na Convenção Municipal de outubro de 1957, realizada pelo PTB, para reeleição ao cargo de deputado federal, não se encontrava na cidade, não sendo, portanto consultado nem ouvido sobre tal

³²⁶ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

³²⁷ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

³²⁸ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

³²⁹ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

³³⁰ Para ver mais detalhadamente sobre as realizações de Daniel Dipp: *O Nacional*, 2 set. 1958.

indicação que não mais aspirava, uma vez que depois de tantas lutas pretendia abandonar a vida pública após o término de seu mandato em janeiro de 1959, sentindo-se com o dever tranqüilo e desse modo, “retornar ao trato dos interesses de minha profissão e ao convívio carinhoso de minha família”.³³¹

Também na cidade não se encontrava quando dos acontecimentos que sucederam a tumultuada reunião de escolha da ala moça do PTB - a do episódio da *jarra* - da qual afirma não ter participado nem direta nem indiretamente, qualificando-os de “deploráveis acontecimentos”, através dos quais

se pretendeu, com a renovação de métodos totalitários já banidos do Mundo Ocidental e democrático, vilipendiar e massacrar a valorosa bancada de Vereadores do Partido, que tem sido pela sua operosidade, pela sua eficiência e pelo seu desassombro, o verdadeiro sustentáculo da administração de Passo Fundo”.³³²

Prosseguindo, Daniel Dipp enfatizou que

aqui chegando, repito, encontrei tudo consumado. Consumada estava a Convenção partidária e consumadas estavam, também, as dissensões internas do partido. Procurei conservar-me como ainda me conservo, à margem dos acontecimentos e equidistante dos grupos em litígio, na esperança ainda de que, um clarão de bom senso ilumine, não tarde demais, os espíritos dos responsáveis maiores pelos destinos do Partido neste Município.³³³

Sobre o procedimento da Executiva Municipal em relação ao seu caso em particular, afirmou Daniel Dipp que ficou à espera de que lhe fosse comunicada a decisão acordada em Convenção de outubro de 1957, ou seja, um pronunciamento oficial de que seu nome fora indicado à reeleição pelo partido. Em vão esperou. Nada lhe foi comunicado. Ao mesmo tempo em que sua presença na cidade era ignorada, conversas surgiram, segundo Dipp, por parte de membros do partido, “alguns dos quais de reputação moral e política duvidosa”, de que seu nome não sairia como candidato, sendo indicado por sua vez, nomes esses que, “teriam dinheiro para dar ao Partido”.³³⁴

Continuando, disse que começou a achar estranha as atitudes “dos chamados donos da Executiva”, atitudes essas que contrariavam as decisões do Diretório trabalhista, uma vez que pelo Diretório tinha sido escolhido representante do PTB à deputação federal. E “à

³³¹ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

³³² *O Nacional*, 16 jul. 1958. A Administração Municipal em 1958 encontrava-se a cargo de Wolmar Antônio Salton, eleito prefeito pelo PTB em novembro de 1955.

³³³ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

³³⁴ *O Nacional*, 16 jul 1958.

medida que me retraia, mais crescia a audácia dos traidores”, que confundiam serenidade com covardia. Convenciam-se talvez, segundo Dipp,

de que aquele lutador que em 1947 ajudou a derrubar a oligarquia administrativa que infelicitava o Município e que mais tarde, na Prefeitura, destruiu os seus remanescentes, já não mais tivesse forças para enfrentar a **oligarquia política** que se pretende instalar em Passo Fundo.³³⁵ (grifo nosso).

Vale recordar que a “oligarquia administrativa” a que se referiu Dipp era liderada por Arthur Ferreira Filho do PSD, que por três ocasiões esteve no comando do executivo municipal e detinha sob sua guarda o controle político local. Em 1947, quando Armando Annes e Daniel Dipp eleitos, respectivamente, prefeito e vice-prefeito, o PTB passou a assumir o controle político e a consolidar uma hegemonia que se estenderia mesmo sob fortes contradições até 1964. Sobre a “oligarquia política”, sua menção relacionou-se a César Santos e Ney Menna Barreto à frente da Executiva Municipal e suas atitudes e posicionamentos diante dos conflitos com a ala rebelde do partido. Para Robert Michels, a oligarquia nascida numa democracia, enfrenta em sua existência perigos, podendo um deles refletir-se nos partidos modernos populares sob a forma de “uma completa ausência de verdadeira fraternidade, vale dizer de confiança recíproca sincera e cordial”.³³⁶

Nesse sentido, já não havia um clima amistoso no partido. Daniel Dipp, juntamente com César Santos, fundou e participou de maneira expressiva na consolidação política do PTB, através da forte liderança que exercia. Por essa razão, a longa espera de Dipp - mais de oito meses - de uma tomada de atitude em relação aos estranhos procedimentos da Executiva, foi tempo demais, o que vem reforçar a existência de um clima de constrangimentos e desconfiança entre os fundadores do PTB local.

Afirmou, porém, que sem, no entanto, recuar diante das circunstâncias, e encontrando nos lugares por onde andou, apoio solidário de velhos amigos, traição daqueles a quem em outros tempos prestou auxílio, assim também como inconformismo diante da tão injusta atitude a ele dirigida, prosseguiu na luta, pois “a felania não pode ficar impune, nem a traição deve constituir-se em galardão dentro do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro”³³⁷

Referindo-se também a Múcio de Castro, cujo nome sequer foi submetido a Convenção Municipal, como candidato à reeleição - representatividade essa delegada a

³³⁵ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

³³⁶ MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Editora Senzala, [s.d.], p.96.

³³⁷ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

Menna Barreto -, ponderou que assim também poderiam ter agido em relação a sua candidatura, “procedimento talvez mais decente e menos condenável”,³³⁸ do que eleger e depois desconsiderar.

A declaração de Dipp trouxe à tona um problema que até então não havia se mostrado entre aqueles que movimentavam de forma conturbada a *grei* trabalhista local.

Quando Menna Barreto, na Convenção Municipal, recusou a indicação de seu nome à Assembléia Legislativa, após a primeira votação, buscando uma solução para o problema, Múcio de Castro foi consultado por uma comissão composta por Gonorvan Guedes, Mário Menegaz e Nelson Petry, representantes da alta direção trabalhista, para que seu nome fosse apreciado pelo Diretório local como candidato ao cargo eletivo estadual. Alegando “compromissos atinentes à sua profissão, que o inibem de voltar a prestar o seu concurso à causa do Trabalhismo de Getúlio Vargas”, recusou o convite, após agradecer pelo mesmo.³³⁹

Firmando a recusa, Múcio de Castro enviou correspondência à Direção do PTB local, que entre palavras de agradecimento afirmou não ter

pretensões ou ambições políticas. Se é verdade que a missão dos homens bem intencionados, imbuídos de idealismo é a preocupação constante pelas legítimas reivindicações sociais, correspondendo às aspirações populares, ao desejo de harmonia social de todas as classes, também é verdade que tal missão tanto cabe a um parlamentar quanto a um jornalista consciente de seus deveres. Assim renovo nestas linhas, a minha posição: nada pretendi e nem pretendo.³⁴⁰

A recusa de Múcio de Castro e o tom das palavras dirigidas à Executiva como “nada pretendi e nada pretendo”³⁴¹ são portadoras de um significado mais amplo. No caso das palavras, essa expressão foge ao sentido denotativo, vão mais além, assim como sua recusa demonstra um comportamento inspirado por ressentimentos, mágoas. Essas ponderações se justificaram e se esclareceram, quase um ano após, quando Múcio de Castro em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* em Porto Alegre, ao posicionar-se sobre a crise no trabalhismo local, entre outras considerações, afirmou que João Caruso, presidente da Executiva Estadual, “nunca deu importância mínima a pronunciamentos da Bancada do PTB na Assembléia Legislativa”, nem sobre o caso de Passo Fundo e nem “sobre a indicação feita pela Bancada, ainda em dezembro de 1957 e reiterada nos meses

³³⁸ *O Nacional*, 16 jul. 1958

³³⁹ *O Nacional*, 16 nov. 1957.

³⁴⁰ *O Nacional*, 16 nov. 1957.

³⁴¹ *O Nacional*, 16 nov. 1957.

posteriores”, numa referência à escolha de seu nome pelos deputados trabalhistas para concorrer à reeleição na campanha eleitoral de 1958³⁴². Ficava desse modo esclarecido que a bancada trabalhista estadual, havia indicado Múcio de Castro como representante do PTB à Assembléia Legislativa, e que foi segundo o depoente, tal indicação desconsiderada por João Caruso, comportamento que teria possibilitado a escolha na Convenção Municipal de outubro de 1957, de Menna Barreto como representante do partido ao cargo. Pelo exposto, inferimos que esse descaso de João Caruso fizesse parte talvez, de um acordo entre a Executiva Municipal e Caruso, no sentido de viabilizar a indicação de Menna Barreto à Assembléia Legislativa com algum propósito político ou até pessoal.

As declarações de Múcio de Castro ainda são elucidativas de mais peças nesse intrincado jogo de interesses. Quando João Caruso esteve em Passo Fundo, após as declarações de Daniel Dipp sobre o comportamento da Executiva Municipal a seu respeito, as confabulações políticas aqui estabelecidas não vieram ao conhecimento público. Caruso, após conferenciar somente com a Executiva Municipal sobre a crise intrapartidária, enviou um telegrama a João Goulart, Presidente Nacional do PTB, “considerando impotente o diretório estadual para resolver o caso de Passo Fundo” Caso esse, como demonstra a notícia publicada em *O Nacional*, centrado em Menna Barreto, candidato oficial do Diretório Municipal ao cargo legislativo estadual mesmo contando “com acirrada oposição entre seus companheiros de diretório”.³⁴³

Por sua vez, a bancada estadual diante desses acontecimentos, tendo como primeiro signatário Wilson Vargas, enviou também telegrama a João Goulart com o seguinte teor que veio reforçar também, as considerações acima expostas sobre as anteriores indicação de Múcio de Castro como representante do PTB ao cargo Legislativo Estadual :

Os deputados abaixo-assinados, respeitosamente, apelam para V. Excia., ratificando solicitação já feita pela Executiva Estadual e pela totalidade da nossa representação nesta Assembléia, no sentido de ser incluído na relação de candidatos à Assembléia Legislativa, como imperativo de justiça e considerando o alto interesse partidário, o nome do valoroso colega deputado Múcio de Castro [...].³⁴⁴

Assim é que, desse modo, ficam explicadas as declarações de Múcio de Castro, sua recusa, embora todas as deliberações de seus colegas partidários, para a inclusão de seu nome como candidato a reeleição. O depoimento do jornalista Meirelles Duarte sobre o

³⁴² *O Nacional*, 23 set. 1958. Para ver mais sobre o assunto: *O Nacional*, 17 abr. 1958.

³⁴³ *O Nacional*, 21 ago. 1958.

³⁴⁴ *O Nacional*, 21 ago. 1958.

assunto vem colaborar no sentido de justificar de uma certa maneira, as declarações de Múcio de Castro em relação a César Santos e demais dirigentes do partido quando disse que “a velha guarda firmou pé e escolheu o Dr.Menna Barreto”,³⁴⁵ numa clara menção a uma indicação imposta e decidida.

Inferimos que o depoimento de Múcio de Castro veio também contribuir para entendermos o porquê da recusa de Menna Barreto a principio, sobre a indicação de seu nome como candidato trabalhista à Assembléia Estadual, vindo a aceitar tal escolha somente na segunda eleição, acontecimento que provocou sérios atritos com Romeu Martinelli como bem podemos lembrar. Esse vai e vem de Menna Barreto poderia ser demonstrativo de que as contrariedades na “família trabalhista” já estavam ocorrendo há mais tempo e que tiveram como ponto culminante a Convenção Municipal de outubro de 1957, como demonstrou em sua carta aberta de 20 de maio de 1958.

Assim é que, todas as considerações acima apontadas, como a de Martinelli Canfield e Trein sobre os acontecimentos que envolveram a eleição da ala moça, aquelas pronunciadas por Daniel Dipp sobre o estranho comportamento da Executiva a seu respeito, assim como as ponderações de Múcio em relação à indicação do candidatura trabalhista ao legislativo estadual, ao mesmo tempo em que são elucidativas no sentido de melhor compreensão dos fatos, são também ilustrativas como forma de se perceber como a ala rebelde foi se agrupando em torno de problemas comuns, ou seja, divergências com a Executiva Municipal do PTB local.

Em janeiro de 1958, portanto no período em que se manteve afastado da política local, Daniel Dipp enviou correspondência a César Santos, solicitando demissão do cargo de 1º Vice-presidente da Executiva, assim como seu desligamento do Diretório Municipal. Sobre as razões, afirmou que se situavam na esfera pessoal e que tal atitude não se configurava num abandono partidário uma vez que permaneceria “sempre fiel à bandeira desfraldada pelo saudoso presidente Getúlio Vargas”.³⁴⁶ Ao reiterar tal decisão, deixou transparecer um certo ressentimento, numa demonstração de que suas razões iam além daquelas até então expostas, consubstanciadas, portanto nas contrariedades que já permeavam sua relação com a direção trabalhista local. Essas foram suas palavras:

continuo o mesmo companheiro de sempre, o mesmo soldado do Partido, o mesmo propagador das idéias de Getúlio Vargas. Prefiro, entretanto, por imperativo da consciência, ficar aqui fora e

³⁴⁵ Entrevista de Antônio Augusto Meirelles Duarte em 28 set. 1958.

³⁴⁶ *O Nacional*, 23 jan. 1958.

lutar pelos verdadeiros ideais trabalhistas ao lado e no meio do povo, onde, estou certo, **encontrarei menos formalismo e mais sinceridade.**³⁴⁷ (grifo nosso)

Mas seu pedido não foi aceito, manifestando a Executiva Municipal, “plena e absoluta confiança [...] em suas convicções trabalhistas, jamais desmentidas e sempre comprovadas”.³⁴⁸ Daniel Dipp permaneceu no Diretório Municipal do PTB, sendo reeleito na Convenção de 7 de junho de 1958³⁴⁹ para o mesmo cargo, numa demonstração aparente da “plena unidade trabalhista neste município” conforme as palavras do presidente do partido César Santos, ao encerrar os trabalhos da Convenção.

Convém lembrar que nas eleições municipais de 1955, quando a candidatura Dipp foi lançada antes mesmo de um posicionamento oficial da direção partidária, o candidato de César Santos não era Daniel Dipp e sim Archimino Miranda, situação que poderia já demonstrar uma disputa de poder entre essas lideranças trabalhistas.

Voltando ainda aos argumentos levantados por Dipp em relação à postura da Executiva Municipal a seu respeito, finalizou suas declarações conclamando seus velhos companheiros no empreendimento de uma nova jornada que iniciava. Numa luta unida “pela decência e pela moralidade dentro do Partido” assim também como pela vitória da legenda de Brizola e Guido Mondim. Mas acima de tudo, uma luta contra “os vendilhões da legenda” no sentido “de que não se atraíçõem os ideais e a memória de Getúlio Vargas”. Numa menção à lenda bíblica sobre o pequeno David que venceu o gigante Golias, “aqui em Passo Fundo, a 3 de outubro, se Deus quiser, o Tostão há de derrotar o Milhão”.³⁵⁰

No sentido de apaziguar os ânimos trabalhistas, João Caruso, vice-presidente da Executiva Estadual e também integrante da bancada trabalhista na Assembléia Estadual, que mantinha estreita ligação com a direção partidária local, em particular com César Santos, veio a Passo Fundo. Reunido com a Executiva até altas horas da noite na sede partidária, o debate situou-se “na recente manifestação pública do deputado federal Daniel Dipp, que num pronunciamento de larga repercussão no Estado, rompeu expressamente com a direção do partido”.³⁵¹ As conclusões a que chegaram Caruso e a Executiva diante de tão intrincada situação, não vieram a público, e a crise longe de ser resolvida, evoluiu para uma pública e “oficializada” divisão do PTB local.

³⁴⁷ *O Nacional*, 21 jan. 1957.

³⁴⁸ *O Nacional*, 17 jan. 1958.

³⁴⁹ *O Nacional*, 7 jun. 1958.

³⁵⁰ *O Nacional*, 16 jul. 1958.

³⁵¹ *O Nacional*, 22 jul. 1958.

Diante dessa situação, difícil se encontrava a situação de Daniel Dipp. Numa menção aos últimos acontecimentos entre Dipp e a Executiva Municipal, agravando mais a situação, um colunista do *Diário da Manhã*, disse, em outras palavras, que Daniel Dipp estava colhendo o que plantou, pois “cometeu o “crime” de discordar dos demagogos que assaltaram o PTB, votando contrariamente à candidatura do dr. Leonel Brizola”.³⁵² Sobre o comício realizado em 7 de julho, disse que :

Numa atitude de vingança contra o deputado Daniel Dipp, o sr. Leonel Brizola veio a Passo Fundo indicar e pedir apoio para a candidatura do deputado Victor Issler (que é da sua confiança) e citou também o deputado César Prieto (da confiança do dr. César Santos). O dr. Daniel Dipp foi simplesmente esquecido. A citação do seu nome deu-se apenas para despistar, porque ele pediu apoio para Victor Issler, natural desse município, etc.³⁵³

Continuando, a mesma notícia afirmou que Dipp pertencia a “Ala Ferrari” e que num comício pró Brizola-Guido Mondin, no vizinho município de Marau, há pouco tempo realizado, disse “de mãos postas, que se penitenciava de sua atitude anterior e que dali por diante seria brizolista até o último fio de cabelo”. Porém, de nada adiantou tal procedimento. Chegou tarde seu apoio, pois “Brizola, é por natureza vingativo. Não poupa nem os seus correligionários”, e que, dentro da “‘democracia’ do seu partido, ninguém tem o direito de discordar de suas idéias”.³⁵⁴ A situação do deputado Dipp estava bem complicada. Encontrava-se assim, sem o apoio da Executiva do PTB e também sem o apoio de Brizola.

Segundo Celina D’Araújo, antes do pleito eleitoral de 1958, no Rio Grande do Sul, a relação de Ferrari com Jango e Brizola já estava marcada por divergências. “Brizola opôs-se à candidatura Loureiro da Silva, apoiada por Fernando Ferrari”, e para eleger-se governador, apoiou-se até nos integralistas. Ferrari, por sua vez, renunciou à liderança na Câmara Federal, convertendo-se “no símbolo da corrente petebista que questionava o personalismo” de Jango e Brizola no partido, exigindo por essa razão, definições mais programáticas.³⁵⁵ Podemos assim perceber, que havia de fato uma divisão no trabalhismo gaúcho, e que Dipp situava-se na corrente liderada por Ferrari.

³⁵² *Diário da Manhã*. 17 jul. 1958.

³⁵³ *Diário da Manhã*. 17 jul. 1958.

³⁵⁴ *Diário da Manhã*. 17 jul. 1958.

³⁵⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 118.

Para complicar mais ainda a situação, a primeira dama do município, D. Helena Salton, trabalhava em prol da candidatura de Victor Issler,³⁵⁶ colocando em situação difícil o prefeito Salton. No momento em que os vereadores se manifestarem a favor de Daniel Dipp, ficara o prefeito entre a cruz e a espada, ou seja, decidir-se “entre o candidato dos vereadores que lhe dão cobertura no Legislativo e o candidato de sua esposa, que lhe consegue o recebimento de auxílios para o Município”³⁵⁷. Sem sombras de dúvidas, é uma situação muito difícil. Pelo exposto, fica esclarecido o comportamento da Executiva Municipal em relação a Daniel Dipp, no sentido de ignorar sua presença na cidade e também seu apoio a outros candidatos, quem sabe, mais “fiéis” à ala liderada por Brizola.

No entanto, mais uma vez, declarações são contestadas. Menna Barreto trouxe uma versão diferenciada sobre o posicionamento e atitude da Executiva Municipal, após a escolha em Convenção, da candidatura de Daniel Dipp à reeleição, como representante do trabalhismo local a deputação federal. Especificamente sobre o assunto, essas foram suas considerações:

Indicado candidato à reeleição pela Convenção Municipal e afinal escolhido pela Convenção Estadual, não houve maneira, não existiram argumentos, ninguém foi capaz de convencê-lo de acompanhar a direção Municipal do Partido na última campanha eleitoral. Era uma atitude estranha que ninguém podia compreender. Ora dizia que não era candidato. Ora afirmava que necessitava pensar mais demoradamente a respeito. Ora outras eram as evasivas.³⁵⁸

Disse também que mesmo diante desse comportamento, numa demonstração de rigoroso cumprimento das deliberações tomadas na Convenção Municipal, “a Direção partidária local propagava sincera e lealmente seu nome, por todos os recantos do município”, assim também como a propagação de seu nome pela Rádio Passo Fundo, sob o seguinte *slogan*:

Votar em candidato a deputado que não seja de Passo Fundo, é trair
Passo Fundo;
Votar em candidato de Passo Fundo que não seja do PTB, é trair o PTB;

³⁵⁶ Victor Issler pertencia ao PSD. Aderiu à dissidência desse partido, o PSD Autonomista – PSDA, formada no início de 1950 sob a liderança de Ernesto Dornelles, partido esse que se aliou ao PTB. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p. 62.

³⁵⁷ *Diário da Manhã*. 17 jul. 1958.

³⁵⁸ *Diário da Manhã*, 28 dez. 1958. Sobre a expressão, “candidatos cadillac”, Menna Barreto, faz alusão a denominada Lei cadillac, através da qual os deputados federais podiam adquirir carros importados, sem pagamento de impostos e depois beneficiando-se dessa lei, vender esses carros adquiridos a baixo custo, transação essa que lhes rendia milhares de cruzeiros de lucros. Essa informação foi extraída das considerações de Menna Barreto publicadas pelo *Diário da Manhã* em 28 dez. 1958. Sobre a referida Lei, não foram encontradas referências no Manual Legislativo consultado.

Para deputado federal: Daniel Dipp
Para deputado estadual: Ney Menna Barreto.
São os únicos candidatos a deputado pelo PTB de Passo Fundo.³⁵⁹

Explicou ainda o secretário da Executiva que, após efetuada sua campanha pela direção local do partido, surgiu Daniel Dipp, surpreendendo a todos “com seu célebre, falso e indigno manifesto” cuja publicação em 16 de julho, em *O Nacional*, consistiu no “retrato de sua cavilosa personalidade”.³⁶⁰ Diante da atitude do deputado Dipp, entendeu a Executiva que seu nome não poderia mais ser propagado pela mesma, embora tenha aguardado ainda por mais trinta dias, antes de lançar, o manifesto resposta de 26 de Agosto³⁶¹, desnudando-lhe, assim, “a clava da mentira, da falsidade, da injúria e da difamação”.³⁶²

As eleições de outubro de 1958 foram favoráveis ao candidato rebelde Daniel Dipp, embora todos os desajustes enfrentados com a direção partidária local. Com o mesmo resultado, porém, não foi contemplado Menna Barreto o que, segundo Meirelles Duarte, constitui-se um caso ímpar até então, uma vez que “aqui todos os candidatos que o PTB indicava, sempre foram eleitos e o dr. Ney passou a ser uma exceção, porque não foi eleito”.³⁶³ Sobre os embates eleitorais travados, assim como o resultado dessas eleições veremos em maiores detalhes nos tópicos que virão a seguir.

Os fatos até aqui expostos configuram sem dúvidas nenhuma, uma crise e um rompimento entre os líderes trabalhistas mais expressivos. A militância partidária por mais um tempo ainda se processará sob a mesma legenda, mas por caminhos paralelos e profundamente antagônicos.

2.4. A campanha eleitoral de 1958: unidade dividida

A campanha política com vistas às eleições de outubro estava no auge. Seriam eleitos governadores, deputados federais e estaduais. Além de representar “a primeira grande manifestação da nacionalização da política populista”, também “pela primeira vez, o PTB empenhou-se na vitória de seus candidatos aos governos estaduais”. Para tanto, as

³⁵⁹ *Diário da Manhã*, 28 dez. 1958.

³⁶⁰ *Diário da Manhã*, 28 dez. 1958.

³⁶¹ Sobre o Manifesto a que se referiu Menna Barreto, não consta sua publicação em nenhum dos dois jornais locais, nem na data indicada, nem nos meses anteriores ou subsequentes.

³⁶² *Diário da Manhã*, 28 dez. 1958.

³⁶³ Entrevista de Antônio Augusto Meirelles Duarte em 28 set. 2004.

articulações políticas iniciaram já em 1957, quando a direção nacional do PTB empenhou apoio à candidatura de Adhemar de Barros em troca do apoio do PSP aos governos do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, ou seja, uma reedição da Frente Populista que se constituiu num acordo nacional entre o PTB e PSP, visando a eleição de Getúlio Vargas em 1950, e que de um modo geral se processou nessas eleições.³⁶⁴

Desse modo, podemos perceber diante de tanto empenho e comprometimentos, a intensidade da mobilização trabalhista em torno dessa campanha eleitoral. Leonel Brizola, por sua vez, não mediu “esforços” para chegar ao governo do Rio Grande do Sul conforme já apontamos anteriormente. Fernando Ferrari já liderava uma corrente no partido em contradição à política de Jango e Brizola. Alinhavavam-se assim contradições dentro do partido, mais especificamente entre Loureiro da Silva e Ferrari contra Brizola em nível estadual.

Essas considerações são importantes para entendermos, no desenrolar dos acontecimentos, a postura da ala rebelde de Passo Fundo, frente aos novos objetivos que buscava Fernando Ferrari dentro do partido e que vinham também de encontro aos seus, uma vez que entre as razões das contradições, das “queixas” dos revoltosos em relação a postura da Executiva Municipal, encontrava-se justamente o personalismo apregoado por Ferrari em relação a Jango e Brizola. Pode-se explicar essas “querelas” pela afirmação de Celina D’Araújo de que o PTB desde sua criação em 1945 ligou-se a figura de Vargas.³⁶⁵ Permeado pelas idéias e personalidade do grande líder, esse “getulismo se converteu em uma organização afeita ao culto da personalidade”, fosse ela Getúlio, João Goulart ou Brizola”,³⁶⁶ e no caso de Passo Fundo, na figura de César Santos. Constituem-se esses, exemplos expressivos, de uma “rotinização tradicional do carisma”,³⁶⁷ que se consolidou, após o suicídio de Vargas, como apontou a trajetória do PTB até sua extinção em 1965.

Assim é que, o processo eleitoral iniciado em 1958, surge no cenário político local, com importantes e expressivas singularidades impostas por alguns fatores em particular e a outros de um modo geral, como poderemos perceber ao longo desse processo.

A campanha política do PTB teve como primeiro ato público, a vinda de Brizola a Passo Fundo, evento esse que foi portador de novos direcionamentos na política trabalhista

³⁶⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.118.

³⁶⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.19.

³⁶⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.87.

³⁶⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.19.

local, uma vez que foi em decorrência de atitudes tomadas, observadas e sentidas nessa oportunidade, que mais contradições, mágoas e rancores vieram à tona, se mostraram, tornaram-se públicas.

Leonel Brizola à frente da coligação PTB-PRP-PSP, que disputava o governo com Walter Perachi Barcellos da aliança PSD-PL-UDN, veio a Passo Fundo em 7 julho de 1958. Grande e concorrido comício foi realizado com vistas à sua eleição, assim também como a de Guido Mondin, candidato ao Senado pela coligação PTB-PSP, em frente à sede do PTB, localizado na rua Independência. Para a ocasião, foi armado um coreto de honra “ocupado pelos membros da caravana Leonel Brizola, visitantes dos municípios vizinhos e membros da Executiva Municipal do PTB”.³⁶⁸

Em saudação a Brizola e Mondin, falaram Menna Barreto, candidato trabalhista à Assembléia Legislativa, Lamaison Porto, deputado estadual e representante do PSP, Vitor Issler deputado federal pelo PTB, o prefeito Wolmar Salton, assim também como César Santos, presidente da Executiva Municipal do Partido. Brizola recebeu também, cumprimentos do Diretório do PSD local, que se fez representar por Túlio Fontoura, candidato à Assembléia Legislativa. Entre os diversos discursos ouvidos, os candidatos visitantes foram homenageados “com oferta de lindos ramalhetes de flores e corbelhas, entregues pelo Comitê Feminino “Getúlio Vargas” de Passo Fundo, e Ala Feminina de Carazinho”.³⁶⁹

Brizola, então prefeito de Porto Alegre, encerrando o comício, dirigiu ao povo presente, vibrantes palavras carregadas de ardor político, estilo esse que segundo Bodea, “o faria ascender rapidamente, tanto na estrutura interna do partido, quanto na penetração popular e eleitoral”,³⁷⁰ já manifestado desde sua primeira campanha eleitoral a deputado estadual em janeiro de 1947. Ao indicar os candidatos do PTB à Câmara Federal, disse que “ao lado de Daniel Dipp e César Prieto, que por motivos alheios às suas vontades não se fizeram presentes” ali encontrava-se Victor Issler, lutador incansável da causa trabalhista, devendo por esse motivo, ser reeleito à Câmara Federal. Em relação aos deputados estaduais, sua recomendação recaiu sobre Ney Menna Barreto, Carlos de Danilo Quadros, Lamaison Porto, respectivamente do PTB, PRP e PSP representantes locais³⁷¹, assim como

³⁶⁸ *O Nacional*, 8 jul. 1958.

³⁶⁹ *O Nacional*, 8 jul. 1958.

³⁷⁰ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 45.

³⁷¹ *O Nacional*, 8 jul. 1958.

os demais candidatos presentes como Jairo Brum, Victor Hugo Leal, Romeu Barlese de Carazinho, João Caruso e outros.

Ao concluir sua aplaudida oração, ressaltou

o clima de ordem e segurança com que se realizam os comícios hoje transformados em verdadeiras reuniões de famílias, com esposas e até crianças de colo, numa demonstração de civismo e democracia, a par da ordem pública e do clima de liberdade que vem sendo assegurado pelo Estado, no regime democrático em que vivemos.³⁷²

No entanto, por trás dessa vibração política toda, um caldeirão de mágoas e rancores borbulhava. Será que passou despercebido pelos integrantes da comitiva de Brizola e dos presentes ao evento, certas ausências? Dificilmente, pois Jorge Cafruni, há mais de um mês anunciava em suas costumeiras crônicas que “se abespinham os políticos de Passo Fundo, com casos e mais casos; partidários, jornalísticos, pessoais, impessoais, envolvendo alas moças e velhas, femininas e masculinas”.³⁷³ Era um estopim aceso que vinha por aí e a derrocada não deveria ser subestimada. Cafruni, com tendências nitidamente pró- rebeldes, devia muito bem saber a extensão desses antagonismos.

Nos dia seguinte, oito de julho, nos dois jornais locais as notícias mostraram somente a repercussão e o êxito do comício trabalhista. Nenhuma nota sequer sobre as “ausências”, a não ser uma evidência disfarçada sob a alusão clara e detalhada das presenças. Esse comportamento constitui-se apenas numa amostra de algumas das facetas incorporadas pela imprensa no que se referia à divulgação de notícias sobre as divergências domésticas do PTB

Rompendo esse clima silencioso, Arthur Canfield, vereador trabalhista, integrante da ala rebelde, utilizando-se do microfone da ZYF-5 Rádio Passo Fundo, esclareceu os motivos pelos quais a bancada trabalhista não participou do comício Brizola-Mondin na noite de 7 de julho de 1958.

Disse o eloqüente edil em sua acalorada preleção, publicada por um grupo de trabalhistas no jornal *O Nacional*, o seguinte:

Os vereadores não estavam ausentes daquele memorável conclave. Eles estavam junto com o povo, no descampado, porque este é o seu lugar e porque os citados **donos da Executiva** não permitiam a sua presença na tribuna policiada e capangueada. Lá no meio do povo se encontravam os vereadores, firmes nas suas convicções partidárias, ao lado da enorme

³⁷² *Diário da Manhã*, 16 jul. 1958.

³⁷³ *O Nacional*, 6 jun. 1958.

massa popular que se reuniu para ouvir e aplaudir o invencível candidato da causa trabalhista, Leonel Brizola.³⁷⁴ (grifo nosso).

Reforçando sua justificativa, prosseguiu Canfield:

Realmente, os vereadores não mereceram a distinção de fazer companhia à caravana do futuro governador do Estado, E não foram só eles. Lá também não estavam o deputado Múcio de Castro, os membros da Executiva Gonorvam Guedes, Nelson Petry e Verdi De César. Lá também não se encontravam os nossos destemidos líderes Daniel Dipp, Paulo Fragomeni, Simões Pires, Romeu Martinelli, Augusto Trein, Telmo Corrêa, Orestes Mozzato, João Freitas, Paulo Totti, Trajano Salinet, Felipe da Cunha, todos os líderes sindicais e um número sem par de legítimos e autênticos batalhadores da causa trabalhista.³⁷⁵

Arthur Canfield, em nome da bancada trabalhista, com palavras onde se evidenciava mágoa e revolta, declarou que em lutas cívicas anteriores, “quando o PTB era governado por uma direção partidária que agia coletivamente, a tribuna de honra nos comícios cívicos não tinha muros e guardas, era aberta, franca e acessível” para todos aqueles que imbuídos de ardor trabalhista, quisessem transmitir a seus companheiros de ideais e lutas, seu pensamento, suas palavras. Afirmou também, que ódios e agressões aqueles tempos não comportavam, pois os que assim procedessem encontrariam nas tribunas trabalhistas, “uma autêntica bazuca que destruía e inutilizava as suas investidas injuriosas e difamadoras”. Mas, os tempos são outros, estão mudados, hoje, “os coretos dos comícios têm muros e guardas. Neles têm acesso mais fácil os inimigos de ontem do que os companheiros de todos os tempos”, desabafou Canfield, numa alusão à presença de representantes da Frente Democrática ao comício, visitas essas que fariam sangrar velhas cicatrizes de lutas e refregas de outrora dos companheiros que auxiliaram na construção e a formação da grandeza do PTB, caso estivessem no coreto oficial. Em relação ao sangramento de “velhas cicatrizes”, referiu-se Canfield, no possível encontro entre Túlio Fontoura - presente ao comício - com Múcio de Castro caso esse último tivesse comparecido ao evento.³⁷⁶ Tratava-se de antigas “diferenças” entre ambos, assunto já apontado anteriormente.

As declarações de Canfield mostraram que os conflitos no seio petebista fugiam completamente à esfera doméstica, mostram-se publicamente, oficializando-se perante a comunidade política local. A ausência da bancada trabalhista no comício de Brizola em campanha eleitoral no município constituiu-se sem dúvida nenhuma, num fato, intrigante e

³⁷⁴ *O Nacional*, 19 jul. 1958.

³⁷⁵ *O Nacional*, 19 jul. 1958.

³⁷⁶ *O Nacional*, 19 jul. 1958.

questionável. Uma bancada legislativa em qualquer nível de atuação, federal, estadual ou municipal, por mais inexpressiva que fosse, constituía-se sem dúvida nenhuma na força, no amparo, na base, enfim, no respaldo de uma agremiação partidária. Ainda mais se tratando do PTB de Passo Fundo que, não fugindo à regra de fervorosa militância, constituía-se numa bancada de maioria no legislativo, atuante, presente e notadamente “barulhenta”, difícil seria passar despercebida em algum acontecimento político daquele porte. Esse comportamento veio demonstrar que o grau das divergências que imperava no partido era de tal intensidade, que nem mesmo a presença de Brizola conseguiu arrefecer.

Não houve por parte de Brizola, nenhuma menção à ausência da bancada trabalhista no evento e esse silêncio nos aponta algumas considerações. Vejamos a situação. As relações entre as lideranças trabalhistas de um modo geral estavam conturbadas. Estavam Brizola e Jango de um lado, Ferrari e Loureiro de outro. Não era diferente a situação em Passo Fundo, o partido estava dividido e Brizola deveria saber uma vez que nenhuma atitude era tomada em nível local, sem chegar ao conhecimento da direção estadual. E Caruso já havia estado em Passo Fundo e conversado com a Executiva. Do mesmo modo, Dipp foi a Porto Alegre em conferência com aquela direção partidária.³⁷⁷

Brizola ainda mantinha com as duas alas o mesmo relacionamento, ou seja, aparentemente distante das pendengas que havia entre ambas. Em plena campanha política, não seria hora para mais divisões, desavenças, muito pelo contrário. A hora era de união, hora de somar esforços para uma vitória do partido e de Brizola logicamente. Brizola era um político com uma certa experiência e tinha não só ele, mas também o partido, como meta maior o governo do Estado, que pela primeira vez estava se empenhando “na vitória de seus candidatos aos governos estaduais”.³⁷⁸ A situação exigia ponderação e cautela, muita cautela. E foi o que aconteceu. Seguiu o PTB de Passo Fundo dividido em duas forças numa luta aberta e direta, que não convinha ainda ser resolvida pelas líderes maiores. A tomada de posição e atitudes ficaria para mais adiante.

Ilustrativa da situação exposta foi a mensagem enviada por João Caruso a Daniel Dipp comunicando “ao ilustre companheiro”, que dia 21 de setembro, Brizola chegaria a Passo Fundo com a finalidade de realizar um comício, e solicitando também, “sua colaboração, no sentido de fazermos uma manifestação popular aos nossos candidatos”.³⁷⁹ Essa atitude da Executiva Estadual veio demonstrar que as contradições entre Dipp e a

³⁷⁷ *O Nacional*, 8 ago. 1958.

³⁷⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.118.

³⁷⁹ *O Nacional*, 15 set. 1958.

Executiva Municipal se restringiam ainda no âmbito local, permanecendo a direção estadual no campo neutro em relação a posições. Num contexto de campanha eleitoral, onde estavam em jogo posições de mando estratégicas para o partido, uma tomada de posição nesse momento não convinha.

Questionável se tornou assim o problema do PTB em Passo Fundo. Mais ainda, quando no “comício monstro” realizado, à noite, no Altar da Pátria, na presença de “imensa mole humana, formada de milhares de assistentes, que aplaudiram delirantemente os candidatos ao governo do Estado e a senatoria”,³⁸⁰ todos juntos, irmanados no mesmo “ideal” ouviram, quando Dipp em seu discurso

salientou a importância daquele comício que constituía a reafirmação da unidade do PTB, demonstração de que os solapamentos intentados não destruíram a sua unidade, e que Passo Fundo continua sendo o baluarte do trabalhismo no Rio Grande.³⁸¹

Do mesmo sentido são portadoras as palavras de Brizola quando ao encerrar o evento, congratulou-se “com os dirigentes do PTB local, [...] pela maneira como vinham conduzindo a campanha eleitoral, mantendo a unidade partidária”.³⁸² De uma forma clara e direta, expondo a situação por que passava o partido, afirmou

que a divergência ocorrida entre a direção local do PTB e o dr. Daniel Dipp, não afetou e nem afetará a coesão do partido, que assim, unido, marchará às urnas para cumprir o seu dever, votando no seu candidato ao Governo do Estado.³⁸³

Pelo exposto, difícil seria entender a unidade a que se referiu Daniel Dipp e Brizola, quando era público e notório a existência de uma cisão profunda e progressiva no partido em Passo Fundo e da forma violenta que estava se processando, dificultava possíveis reconciliações. Ainda mais sob o olhar passivo da alta direção estadual do PTB.

Mais difícil se tornava essa unidade, quando mais uma vez, os nomes de Martinelli e Trein, por exemplo, expressivas lideranças do PTB local não constavam na lista de presenças ao tão aclamado comício trabalhista. Como então se explicaria a pretensa unidade partidária, sob tão violentas contradições? Essa unidade apregoada talvez pudesse ser entendida ou percebida por uma característica que diferenciou o PTB dos demais partidos nacionais. Com a morte de Vargas, Brizola reivindicou “para si a prerrogativa de

³⁸⁰ *O Nacional*, 22 set. 1958.

³⁸¹ *O Nacional*, 22 set. 1958.

³⁸² *Diário da Manhã*, 23 set. 1958.

³⁸³ *Diário da Manhã*, 23 set. 1958.

dar continuidade à obra do líder fundador, disseminando seu exemplo de ideário”, constituindo-se como o “cimento através do qual o partido obteria unidade e continuidade”.³⁸⁴ É, portanto sob esse prisma que deve ser entendida a força dessa união, declarada por Dipp e reafirmada por Brizola, mesmo sob fortes desacertos. Acontece que esse “cimento” em Passo Fundo dava mostras de não estar bem firme.

Apesar desse “comício monstro”³⁸⁵ ter se realizado “na mais perfeita ordem e com grande vibração popular”, foi permeado por cenas um tanto singulares para o contexto político-trabalhista da época, uma vez que proporcionou o referido *meeting* - como eram referidos os comícios na época -, aspectos interessantes e até certo ponto cômicos, isto é, contradições eram plenamente percebidas...

Todos os que esgotaram, durante mais de dois meses os termos desaforados do dicionário em ataques recíprocos, nesta cidade, estavam juntos no mesmo palanque, domingo à noite. Lá estavam, por duplas, dr. César Santos e vereador Arthur Canfield, dr. Daniel Dipp e César Prieto, Ney Menna Barreto e Lamaison Porto e, de contra-peso, o Prefeito Municipal com o seu candidato Victor Issler. Era realmente uma simbiose chocante entre o donismo e a rebeldia, entre o tostão de cadillac e o milhão de fraque, entre o que presta e o que paga, entre a noite das garrafadas e o grito histérico do homem dos engraxates. Enquanto o povo na rua gritava Dipp, Dipp, o orador gritava Ney Menna Barreto; enquanto um no palanque arrancava do revólver e gritava desce, o outro berrava, daqui não saio, daqui ninguém me tira.³⁸⁶

Contrário ao PTB, o *Diário da Manhã*, numa demonstração de sua inclinação político-partidária, comparou o discurso de Brizola com as palavras proferidas pelos candidatos da Frente Democrática que dias atrás haviam realizado um comício em Passo Fundo, argumentando nos seguintes termos:

Enquanto Perachi em Passo Fundo falou sobre os seus propósitos no governo, Brizola se limitou a fazer propaganda de seus camaradas; enquanto Brito Velho deu-nos uma verdadeira aula de democracia social, Mondin traçou o panegírico de Brizola, ambos num total desrespeito à cultura do povo de Passo Fundo que tem o direito de ouvir algo de mais elevado e mais profundo de seus homens públicos.³⁸⁷

O comentário do *Diário da Manhã* procurou, através de contrapontos, mostrar a superioridade da campanha pessedista e o alto nível cultural de seu candidato, mais

³⁸⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.19.

³⁸⁵ *O Nacional*, 22 set. 1958.

³⁸⁶ *Diário da Manhã*, 23 set. 1958.

³⁸⁷ *Diário da Manhã*, 26 set. 1958.

preocupado com assuntos programáticos e teóricos, do que os candidatos trabalhistas que numa demonstração de desconsideração com assuntos mais relevantes de ordem política e social, visavam unicamente cultuar e engrandecer seus candidatos. Essas considerações vinham ao encontro de uma característica marcante na militância partidária do PTB: “afeita ao culto da personalidade”.³⁸⁸

E assim, como pudemos observar, a campanha eleitoral em Passo Fundo, iniciou tendo a “família trabalhista” duas opções de pensamentos e de candidatos por conta de uma unidade dividida: Brizola, Guido Mondin e César Prieto pela Executiva Municipal e Brizola, Guido Mondin e Daniel Dipp sob a liderança dos dissidentes trabalhistas, ou seja, a ala rebelde do PTB local.

Sem perda de tempo, César Prieto com o aval do Diretório Municipal e de Brizola, aqui instalou seu Comitê em solenidade transmitida pela Rádio Passo Fundo, sob a direção de Mose Missio, ligado à direção do PTB local. Prestigiaram o acontecimento, além de César Santos, Sinval Bernardon, ligado ao diretório trabalhista; Osvaldo Vieira, prefeito de Soledade; Rui Matos, coletor federal em Sarandi, entre outros petebistas.

Como forma de evidenciar a divisão entre os partidários do PTB, chamamos a atenção para o fato de que no mesmo dia e hora sugestivos em que Dipp inaugurou seu diretório, ou seja, 24 de agosto de 1958, às 20 horas, juntamente com o deputado Múcio de Castro, Verdi de César, Paulo Fragomeni, Augusto Trein, Arthur Canfield, Romeu Martinelli, Theomiro Branco, Telmo Corrêa, Carlos de Danilo Quadros, entre outros³⁸⁹; a outra ala “em comemoração ao quarto aniversário da morte do Presidente Vargas, realizou na sede do Diretório do PTB local, uma sessão cívica, presidida pelo dr. César Santos, vendo-se presentes, entre outras pessoas” o prefeito Wolmar Salton e sua esposa Helena Annes Salton, o ex-prefeito Mário Menegaz, o vice-prefeito Benoni Rosado, Ernesto Formigheri, Ney Menna Barreto, assim também como o estudante Sólon Silva.³⁹⁰ Mostraram-se assim nitidamente duas correntes paralelas e distantes que sob a mesma legenda - o PTB, buscavam sua afirmação.

Daniel Dipp, em plena campanha pela reeleição a deputação federal, excursionou pelo interior do município, acompanhado pelos rebeldes mais fervorosos, Martinelli,

³⁸⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.87.

³⁸⁹ *O Nacional*, 25 ago. 1958.

³⁹⁰ *O Nacional*, 25 ago. 1958.

Canfield e Augusto Trein, assim como também pelo seu cunhado e correligionário, Nilo Salton³⁹¹.

Da mesma forma que Brizola, Perachi Barcelos, liderando a caravana da Frente Democrática, também veio a Passo Fundo em campanha eleitoral e segundo notícias teve uma “apoteótica recepção”³⁹² no comício realizado no Altar da Pátria. O PSD constituiu-se num partido de grande expressão no município, tendo representantes como Nicolau Vergueiro, Arthur Ferreira Filho e Túlio Fontoura, os mais constantes. À medida, porém que o PTB foi se firmando e ocupando os cargos anteriormente de posse do PSD, como por exemplo, o executivo municipal e significativa representatividade em nível estadual e nacional, o partido foi perdendo sua força, praticamente diluindo-se em coligações e alianças. Permanecia ainda a liderança de Túlio Fontoura do *Diário da Manhã*, órgão que expressava nitidamente a posição política-partidária de seu proprietário, e ainda, Nicolau Vergueiro que desde 1950 não ocupou mais cargos eletivos.

Dos grupos em confronto, não restam dúvidas, foram os rebeldes os que não esmoreceram em seus ataques quase que diários aos integrantes da ala oposta. O prefeito municipal, pela exposição natural que o cargo propicia, tornou-se alvo de graves denúncias ao ser acusado de estar infringindo dispositivos do Código Eleitoral, assim como a Lei Orgânica do município.

Essa acusação foi formulada por Martinelli, líder da bancada trabalhista, em reunião plenária, que após enaltecer a figura de Daniel Dipp por assinalados serviços em prol de sua terra e sua gente, dissertou sobre o tema ingratidão, nele situando atitudes de pessoas que, não sabendo “corresponder às atitudes superiores e benfazejas” do nobre parlamentar, estão “praticando verdadeiras iniquidades e apunhalando-o pelas costas”, após serem por ele, tiradas do “ostracismo e anonimato”.³⁹³ Num posicionamento agora mais claro e direto, declarou que o prefeito Wolmar Salton, infringiu a Lei Orgânica do Município e também dispositivos do Código Eleitoral ao determinar “que o sub-prefeito de Ciríaco, sr. Bortolini, arranje oitenta ou cem votos para determinado candidato à Câmara

³⁹¹ *O Nacional*, 19 ago.1958. Convém esclarecer que Nilo Salton era irmão do então prefeito municipal, Wolmar Salton do PTB de César Santos e que tantas reclamações recebeu dos rebeldes em sua administração.

³⁹² *Diário da Manhã*, 24 ago. 1958. O Altar da Pátria foi inaugurado em 1º de setembro de 1943 na administração de Victor Graeff. Informações concedidas por Heleno Damian que se encontram em *O Nacional*, 1 set. 1943. Destinado a abrigar o fogo simbólico e as comemorações cívicas, foi também o local onde se realizavam os comícios eleitorais e manifestações públicas em geral, que por situar-se na confluência da avenida Brasil com a rua Gal. Neto, ao lado do Clube Comercial, abrigava grande número de pessoas.

³⁹³ *O Nacional*, 3 set. 1958.

Federal”, atitude considerada pelo vereador “de gesto inqualificável, impregnado da maior ingratidão”.³⁹⁴

Arthur Canfield, endossando e reforçando as palavras de seu colega, além de acusar frontalmente o chefe municipal, denominando tal atitude de “corrupção eleitoral”³⁹⁵, como forma de comprovar a ilegalidade de tal atitude, recorreu à Lei Orgânica do município que em seu artigo 54 “diz ser vedado ao prefeito favorecer partidos ou candidatos em prélio eleitoral, sob pena de ser responsabilizado por atos dessa natureza”.³⁹⁶

Assim seguiu esse jogo de ataques, ameaças, críticas, denúncias. Era um desenrolar sem fim de notícias via imprensa, merecendo destaque, sem sombra de dúvidas, o jornal *O Nacional*, nitidamente portador dos reclames da ala rebelde, afora raríssimas exceções. Seu proprietário, Múcio de Castro, deputado estadual pelo PTB, sem grandes alardes como os demais companheiros, movimentava-se no cenário político local juntamente com os dissidentes trabalhistas, numa demonstração clara de suas inclinações políticas.

Já o *Diário da Manhã*, de Túlio Fontoura, embora pertencendo às *hostes* pessedistas e que num primeiro momento nada poderia ter em comum com as divergências domésticas do trabalhismo local, ao contrário, constituiu-se peça importante nesse intrincado jogo de denúncias e acusações em que se debateram a Executiva Municipal e a ala rebelde do PTB de Passo Fundo. Esse matutino ao tornar-se um veículo em defesa da Executiva Municipal contra as investidas da ala rebelde, não o fazia somente por concordar com ações e razões daquela direção partidária, mas por se constituir em oportunidade ideal para atingir Múcio de Castro com quem mantinha antigas rivalidades. Já existia um posicionamento praticamente alinhado de Múcio de Castro com os rebeldes, atitude essa que facilitava a prática dos propósitos revanchistas de Túlio Fontoura.

Os conflitos entre as alas em disputa se tornaram acirrados e violentos, não somente pelos motivos que os moviam em si, mas também agravados pela ressonância que essas disputas encontravam na imprensa local, através do incitamento que promovia, pela forma como eram veiculadas, pelo espaço e destaque a elas dispensados, atitudes essas que ao impulsionar tais divergências, levaram-nas a atingir a amplitude e repercussão que alcançaram.

³⁹⁴ *O Nacional*, 3 set. 1958.

³⁹⁵ *O Nacional*, 3 set. 1958.

³⁹⁶ *O Nacional*, 3 set. 1958.

Essa situação vai demonstrar nitidamente que as forças divididas em confronto, vão se movimentar ao longo do presente estudo, respaldadas pelos dois órgãos de imprensa local, ou seja, a Executiva Municipal pelo *Diário da Manhã* e a ala rebelde em uníssono com o jornal *O Nacional*.

O pensamento de Múcio de Castro em relação à crise no PTB local se mostrava pessimista, uma vez que para o deputado as controvérsias e dissensões “tomaram tal profundidade que não mais é possível nessa altura, harmonizar os bandos que ali se digladiam”. Por outro lado, ponderou que tudo poderia ter sido contornado em tempo, não fosse o desinteresse do atual presidente da Executiva Estadual, João Caruso, pelo rumo que os acontecimentos foram tomando, somente vindo a Passo Fundo, quando nada mais poderia ser feito.³⁹⁷

A ação mais grave de Caruso, segundo Múcio de Castro, foi ter ouvido somente uma das partes envolvida nos conflitos, “sem sequer visitar ou convocar para reuniões em separado, companheiros seus, componentes das facções em luta, dois grupos em atrito, há quase um ano”. Sobre as repercussões de tais atitudes, disse o deputado trabalhista que, “qualquer dano que nossa agremiação sofrer nos prélios que se aproximam – estadual, municipal ou federal – a culpa não nos caberá!”. Numa acusação frontal a João Caruso, tal responsabilidade, recairá

justamente nos ombros de quem como responsável, **não soube ou não quis** diligenciar para extirpar um quisto que surgia dentro da agremiação, e que poderia facilmente ser extirpado, sem que homens do mesmo partido se digladiassem meses a fio, desgastando-se num momento em que todos deviam permanecer coesos, unidos e batalhando pela vitória de uma causa, que é a causa de todos os trabalhistas.³⁹⁸ (grifo nosso).

Pelas notícias até aqui expostas, podemos inferir tratar-se a referência de Múcio de Castro sobre “um quisto que surgia dentro da agremiação” a Menna Barreto, uma vez que o mesmo não aderiu ao partido no momento de sua formação em 1945. Segundo suas próprias palavras “ingressei definitivamente no PTB, único Partido a que pertenci na minha vida, precisamente no dia incerto de 3 de outubro de 1950”,³⁹⁹ referindo-se ao atendimento de um caso de agressão sofrido por um correligionário, a pedido de César Santos. Somando-se a esse fato, considerado pelos rebeldes como uma intromissão devido à sua adesão tardia ao partido, mais ainda, toda a polêmica atingindo sua candidatura como

³⁹⁷ *O Nacional*, 23 set. 1958.

³⁹⁸ *O Nacional*, 23 set. 1958.

³⁹⁹ *Diário da Manhã*, 28 dez. 1958.

representante trabalhista à bancada estadual, que se constituiu em ponto importante para o acirramento das sérias desavenças envolvendo além de Martinelli – o caso da jarra -, também o próprio Múcio de Castro, preterido em favor de Menna Barreto à Assembléia Legislativa pelo partido nas eleições de 1958, como já ficou demonstrado.

Desse modo, podemos perceber que a luta entre as correntes opostas não foi fácil, e que a vitória de Daniel Dipp como representante da ala rebelde e a escolha de Menna Barreto como candidato da Executiva Municipal nas eleições de 1958 consistiam mais do que qualquer outra coisa, num ponto de honra, numa busca obstinada pela desforra. E assim, as partes em litígio buscaram naquelas eleições mais que conquistar cargos políticos simplesmente, mas o triunfo de um grupo sobre o outro como forma de consolidar seu espaço de poder, ameaçado pelas divergências em curso.

Daniel Dipp nos últimos dias de campanha centrou suas atividades eleitorais em “comícios relâmpagos” pelos bairros, vilas e distritos do município, excursionando também pelo vizinho município de Getúlio Vargas, sempre acompanhado dos vereadores Martinelli, Canfield, Augusto Trein, entre outros, assim como também pelo deputado Lamaison Porto do PSP, atividades essas amplamente divulgadas pelo jornal *O Nacional*.

400

Interessante notar que Menna Barreto, candidato a Deputado Estadual indicado pela Executiva Municipal do PTB, não fez, não divulgou - ou não foi divulgado -, campanha política própria a exemplo de Daniel Dipp e também dos demais candidatos a cargos eletivos nas eleições que se aproximavam. Limitou-se a sua presença e manifestação pública, aos comícios realizados pela caravana Brizola-Mondim em visita ao município de Passo Fundo por duas oportunidades, em julho e setembro de 1958 e também na inauguração do Comitê Brizola-Mondim-César Prieto também no mês de julho do mesmo ano. Tratou-se de um comportamento deveras estranho para um representante oficial de uma agremiação partidária, ainda mais num contexto de acirrada disputa interna, gerada pela crise que atravessava o PTB local.

Embora os ânimos tenham se acalmado um pouco mais, algumas notícias ainda despontaram no cenário político como *última cartada* em tempo de consolidar ou quem sabe reverter uma situação já estabelecida, assim também como manter acesa a chama da discórdia. No sentido de buscar alguma dessas possibilidades, foi publicado no jornal *O Nacional*, “um *fac-símile* de autorização de propaganda para a Rádio Sulina”⁴⁰¹ de

⁴⁰⁰ *O Nacional*, 29 set./ 1 out. 1958.

⁴⁰¹ *O Nacional*, 29 set. 1958.

Guaporé, enviado pelo Diretório Municipal de Passo Fundo, autorizando aquela emissora a publicar cinco vezes por dia, sendo que uma das vezes, antes da hora da Ave Maria, o seguinte texto:

Pergunta-se ao deputado Jairo Brum o seguinte: por que dos 4 candidatos à deputação federal indicados por Guaporé Fernando Ferrari, César Prieto, Wilson Vargas e Daniel Dipp, - dá ele cobertura apenas a este último, ou seja, Daniel Dipp, que é apoiado pelos comunistas de Passo Fundo?⁴⁰²

Esse *fac-símile*, enviado à imprensa local pela ala moça de Guaporé, foi assinado e devidamente reconhecido em Cartório, por Odilon Soares de Lima, que era ligado à direção local do PTB. Em contrapartida a essa autorização, a ala moça de Guaporé, através do Diretório Municipal do partido daquele município, também autorizou a publicação nas duas rádios de Passo Fundo⁴⁰³, de uma nota elucidativa sobre os referidos acontecimentos, explicando que o Partido Trabalhista de Guaporé lançou o nome de Daniel Dipp entre os candidatos a Deputado Federal, porque o mesmo sempre esteve ligado “por laços de amizade e de solidariedade política ao grande líder trabalhista, Sylvio Sanson”,⁴⁰⁴ razão exclusiva da indicação de sua candidatura naquele município.

Em continuação, dizia a nota que a indicação de Dipp não se devia a situação do PTB de Passo Fundo, que “solapado por maus trabalhistas em suas esferas dirigentes”, resolveram levar “até Guaporé uma discórdia que devia se acantonar em Passo Fundo”. Afirmava também que as atitudes desses falsos trabalhistas eram “acobertadas pela direção do PTB numa demonstração de personalismos que vão contra os mais elevados interesses trabalhistas”.⁴⁰⁵ As deliberações cima apontadas, em seu conjunto, além de evidenciar o posicionamento tanto do Diretório Trabalhista de Guaporé como da ala moça, em consonância com a ala rebelde de Passo Fundo, veio mostrar até onde chegaram os conflitos do trabalhismo local.

Sobre a denominação comumente atribuída ao PTB de “personalista” tanto por seus opositores como por seus adeptos, embora já tenha sido esclarecido anteriormente, convém

⁴⁰² *O Nacional*, 29 set. 1958. A oração da Ave Maria costumava – e continua até os dias atuais -, realizar-se às 18 horas, horário em que as pessoas normalmente reuniam-se em frente aos aparelhos de rádio para acompanhar a oração, por essa razão, era um horário de bastante audiência.

⁴⁰³ As duas Rádios que operavam em Passo Fundo eram a ZYF-5 Rádio Passo Fundo, inaugurada em 19 de agosto de 1946 e a Rádio Municipal ZYU-38 idealizada por Armando Araújo Annes e inaugurada na administração Daniel Dipp-Mário Menegaz (1951-1955) em 17 de abril de 1954. A Rádio Passo Fundo no momento de sua fundação teve como seu primeiro gerente, Maurício Sirostky Sobrinho e como colaborador o radialista José Lamaison Porto. *O Nacional*, 19 ago. 1954.

⁴⁰⁴ Sylvio Sanson, “ativista do Sindicato dos Madeireiros” de Porto Alegre, “assumiu a presidência do PTB no seu primeiro ano de existência”. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p.22.

⁴⁰⁵ *O Nacional*, 29 set. 1958.

apontar que diferente das demais instituições partidárias, “o PTB não era, a exemplo do PSD e mesmo da UDN, um partido de corte federativo”, pelo contrário, era uma organização centralizada tanto sob o ponto de vista formal como de sua prática corrente. Seus estatutos eram compostos por “um conjunto de cláusulas que permitiram o estabelecimento de um comando fechado”, que “estimulavam a intolerância no trato dos membros que discordavam das orientações traçadas pelos dirigentes”. Assim é que uma “centralização decisória, chefias pessoais e intolerância com os adversários internos, são marcas” que tinham no PTB o seu melhor exemplo.⁴⁰⁶

Em maio de 1958, Menna Barreto, secretário-geral da Executiva, através de uma longa carta publicada em *O Nacional* - já amplamente explorada - relatou ponto por ponto seu parecer sobre as razões das divergências no PTB que ainda se encontravam em fase inicial. Sua atitude esclarecedora, também serviu como ponto de partida para que outros posicionamentos viessem à tona, desmanchando pouco a pouco a teia que envolvia o Partido Trabalhista de Passo Fundo.

E foi assim, dentro desse espaço aberto pelas declarações de Menna Barreto, que os militantes rebeldes iniciaram praticamente um após o outro, a exposição dos antagonismos e dissonâncias que se alojaram no seio petebista, através de declarações e posicionamentos de recriminação à postura adotada pela direção do partido em Passo Fundo, de não dialogar, não buscar acordos, de intransigir, sob a conviência e descaso de João Caruso.

Não obstante toda a tensão política gerada por esses acontecimentos - afora a manifestação inicial já comentada, César Santos, como presidente do PTB local permaneceu à margem de tais manifestações públicas, numa espera paciente e silenciosa não somente em relação as investidas da bancada trabalhista, mas também de Daniel Dipp. Nenhuma palavra, nem ataques, nem defesas. A mesma postura adotou o executivo municipal em relação às acusações abertas e diretas sofridas continuamente, que eram desferidas pelo grupo de oposição.

Porém, após meses de silêncio,

uma reviravolta sensacional ocorreu, ontem na política trabalhista de Passo Fundo, quando o dr. César Santos, presidente do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, da sede partidária, pelo rádio, declarou que o Diretório do PTB local retirava o apoio anteriormente dado ao dr. Daniel Dipp, por ter esse político dado preferência à dissidência trabalhista local.⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 85-87.

⁴⁰⁷ *Diário da Manhã*, 11 set. 1958.

As declarações de César Santos se fixaram somente no problema que envolvia Daniel Dipp consoante a sua adesão à causa rebelde. Coerente com sua posição anti-PTB, o *Diário da Manhã*, denominou de “revelações sensacionais” aquelas em que César Santos, referindo-se à conduta de Daniel Dipp, disse que o deputado trabalhista em uma “reunião da Executiva, pronunciou palavras ofensivas e graves contra o Presidente do PTB João Goulart, e contra o candidato ao governo do Estado sr. Leonel Brizola”.⁴⁰⁸ O pronunciamento de César Santos, ocorreu sob “apupos ao nome do dr. Daniel Dipp, cuja candidatura vem de ser cancelada pelo comando municipal do PTB”, que “ontem resolveu amparar as candidaturas para a Câmara Federal, dos srs. Victor Issler e César Prieto”.⁴⁰⁹

O posicionamento de César Santos em relação a Daniel Dipp, apenas tornou-se oficial nesse momento, uma vez que sua tendência já estava evidenciada e de uma forma consolidada conforme os fatos até aqui expostos demonstram. Vale lembrar, somente a título de exemplo, a presença de César Santos na inauguração do Comitê de César Prieto, em Passo Fundo e de sua ausência no Comitê de Dipp, inaugurado na sugestiva data de 24 de agosto de 1958, entre outras oportunidades e acontecimentos sinalizadores. No jornal *O Nacional*, porém, não circulou nenhuma notícia a respeito desses pronunciamentos.

No que tange à crise estabelecida no partido, seu pronunciamento não foi revelador de informações esclarecedoras. Veio somente confirmar a veracidade das informações veiculadas pelo *Diário da Manhã*, ao evidenciar que o “esfriamento” em relação à candidatura Daniel Dipp, ligou-se à oposição do deputado à candidatura de Leonel Brizola ao governo estadual. Interessante perceber que os debates em torno do assunto entre as alas em disputa se faziam via imprensa, demonstrando dessa forma, a falta de diálogo entre as partes, que junto ao “desinteresse” e “negligência” dispensados ao caso pela direção estadual,⁴¹⁰ contribuiu sobremaneira para que se instalasse uma profunda e progressiva cisão no PTB local.

⁴⁰⁸ *Diário da Manhã*, 11 set. 1958.

⁴⁰⁹ *Diário da Manhã*, 11 set. 1958.

⁴¹⁰ *O Nacional*, 23 set. 1958.

2.5. “Quem se alista na legião trabalhista tem visão...”⁴¹¹

As eleições de outubro de 1958 em Passo Fundo ocorreram na mais perfeita ordem. Apesar dos sérios obstáculos enfrentados devido às chuvas intensas que se prolongaram por todo o dia três de outubro, eleitores e candidatos foram “cumprir o seu dever cívico”, porque “sentiram que esse prélio eleitoral era decisivo, da maior significação para as forças digladiantes”. Desse modo, justifica-se o empenho e sacrifício enfrentado, não somente por eleitores dos centros mais urbanos, mas principalmente àqueles do “*hinterland* gaúcho, desde os campos, coxilhas, canhadas, rincões até as vilas, distritos e cidades”. A prova desse sacrifício enfrentado, foi demonstrado pela baixa abstenção, menos de 5% entre os 20.937⁴¹² eleitores da 33ª zona eleitoral a qual pertence Passo Fundo.⁴¹³ Entre os fatos que contribuíram para essa pequena abstenção incluíram-se além da “rivalidade existente entre as duas correntes” e que “nunca esteve tão acesa como agora”, a preparação dos candidatos que “transportavam os eleitores em seus veículos”, a campanha eleitoral realizada em praticamente “todos os distritos e lugarejos do interior do Estado”, assim também como a obrigatoriedade do voto.⁴¹⁴

Assim, dentro de um quadro político onde até a UDN teve que popularizar-se em busca de maior apoio eleitoral, o PTB conquistou “cinco governos estaduais, o maior número em toda a sua história”. Foi vencedor no Piauí, Rio de Janeiro, Ceará, Amazonas e também no Rio Grande do Sul, elegendo Leonel Brizola. Apesar de toda essa conquista, seu crescimento eleitoral não foi muito significativo, porém as eleições de outubro de 1958, possibilitaram ao PTB, além de colocar-se como “parceiro executivo do governo federal, também à frente de “administrações estaduais os dois expressivos líderes petebistas filiados então à facção de Goulart: Leonel Brizola e Roberto da Silveira”. Esses

⁴¹¹ Verso para a campanha eleitoral de Gomercindo dos Reis. *O Nacional*, 21 out.1958.

⁴¹² *O Nacional*, 27 set. 1958.

⁴¹³ *O Nacional*, 4 out. 1958.

⁴¹⁴ *Diário da Manhã*, 5 out. 1958. Sobre a obrigatoriedade do voto, convém esclarecer o seguinte: Existem controvérsias a respeito da data em que o voto passou a ser obrigatório no Brasil. Diz o art. 109 da Constituição Federal de 1934: “O alistamento e o voto são obrigatórios para homens, e para mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”, não constituindo-se obrigatório então para todas as mulheres. CASTRO, Flávia Lages de. *História do direito: geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003, p. 458-459; Para mais informações ver: NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil* (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.74, o voto e o alistamento passaram a ser obrigatórios a partir de 1934. Entendo que para os homens sim, e não para todas as mulheres. Reza a Constituição de 1946, porém, no “Art. 133: O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei”. CASTRO, Flávia Lages de. *História do direito: geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003, P.519, o que se presume que o voto obrigatório para homens e mulheres de um modo geral passou a ser obrigatório a partir da Constituição de 1946.

dois nomes marcariam indelevelmente a política brasileira, destacando-se porém “o governador gaúcho, não só pela audácia de suas decisões no governo estadual, mas sobretudo devido à morte precoce do governador fluminense em 1961”.⁴¹⁵

A supremacia de Brizola sobre seu concorrente Perachi Barcellos do PSD, foi tão significativa, que “nunca na história política dos pampas se conheceu um resultado tão retumbante para uma das facções que se digladiara no terreno eleitoral”. Em campanha intensa desenvolvida, os dois candidatos ao governo estadual, “palmilharam o chão gaúcho, [...] doutrinando, dissertando no âmbito ideológico, pregando, indicando caminhos, traçando rumos”, transformando as eleições de outubro, “num cometimento épico, sob os fundamentos democráticos”. Desse modo, “as urnas falaram bem alto”, sendo o pronunciamento do povo “vibrante, caloroso, processando-se num índice verdadeiramente empolgante, tocando em cheio a consciência do eleitorado rio-grandense”.⁴¹⁶

O resultado das urnas constituiu-se numa exteriorização dos pendores, das tendências, da vontade e dos desejos do povo gaúcho que preferiu um governo mais evolutivo, que proporcionasse “um bem-estar mais justo, mais equânime, mais humano aos habitantes” do que a manutenção do “*status quo* consolidando um governo conservador”. Desse modo justifica-se a expressiva votação de 670.003 votos alcançando um percentual de 55,18 % recebida por Leonel Brizola em todo o território gaúcho, contra a soma de 500.944 votos e percentagem de 41,20% de seu opositor Perachi Barcellos, mesmo estando esse último candidato sob os auspícios do então governador gaúcho pessedista Ildo Meneghetti. A diferença pró Brizola ficou em torno da considerável soma de aproximadamente 170 mil votos,⁴¹⁷ assim também como uma abstenção até então recorde no estado gaúcho de 4,7%.⁴¹⁸ Porém, “a prática fiel do direito não faz brotar vencidos nem vencedores. Sempre triunfa uma causa” que incontestavelmente deverá ser a do Rio Grande, vanguarda “das causas maiores” pela unidade e glória nacional”.⁴¹⁹

Acompanhando a tendência estadual, em Passo Fundo também o resultado das urnas foi “grandemente favorável ao candidato Leonel de Moura Brizola que venceu seu competidor, sr. Walter Perachi de Barcellos, por uma contagem avantajada” de mais de 4.500 votos, “não obstante as lutas internas e a série de controvérsias, que, desde outubro

⁴¹⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.118-119.

⁴¹⁶ *O Nacional*, 7 out. 1958.

⁴¹⁷ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Edições Síntese, [s.d.] p. 298.

⁴¹⁸ *O Nacional*, 27 out. 1958.

⁴¹⁹ *O Nacional*, 7 out. 1958.

de 1957, vem lavrando no seio do Trabalhismo passo-fundense”.⁴²⁰ Podemos assim perceber que “o choque interno, nas hostes do PTB local, segundo demonstram os resultados eleitorais, não causou dano à candidatura”⁴²¹ de Leonel Brizola, muito pelo contrário, serviu de estímulo, de bandeira de lutas para que o resultado oficial das eleições de 3 de outubro atingisse a soma de 11.933 votos para Brizola e 7.388 votos para seu concorrente Perachi Barcellos, com a considerável diferença pró-Brizola de 4.555 votos.

A vitória de Brizola, muito comentada nas rodas políticas de Passo Fundo, reduziu “a nada as veleidades de uma previsão sobre os resultados alcançados”. A derrota da Frente Democrática, embora estivesse convencida de uma conquista “líquida e certa” do candidato do governo Perachi Barcellos, “notável militar, conhecido pelo seu caráter firme e inquebrantável”, consistiu num terremoto que “fez ruir o Palácio Piratini até seus alicerces”. Venceu assim um “novo poder, novas idéias, inclusive doutrinárias” expressas pelo jovem engenheiro Brizola, sobre uma política antimunicipalista⁴²² adotada pelo então Governador do Estado Ildo Meneghetti, voltando-se contra seu governo de grande parte das prefeituras.⁴²³ Muito embora os pronunciamentos sobre as possíveis causas da derrota de Meneghetti, elas se inserem na característica histórica eleitoral do Rio Grande do Sul que desde 1946 “tem a aparência de uma gangorra, sempre com alternância no poder”, tendência essa que se manterá até 1962, na última eleição antes do golpe militar de 1964.⁴²⁴

Diante desses resultados, podemos perceber que o PTB de Passo Fundo, mesmo sob uma “unidade dividida” soube sobrepor-se à crise, contradições desavenças em nome de uma orientação partidária, de um propósito, de um objetivo único que não pertencia a essa ou àquela facção intrapartidária, mas ao PTB como um todo e que nas eleições de 1958 teve como expressão maior no Estado do Rio Grande do Sul, o nome de Leonel Brizola. As considerações acima expostas podem ser explicadas tanto em relação ao objetivo maior do partido nessas eleições que se cumpriu ao conquistar, “o maior número em toda a sua história”⁴²⁵ de governos estaduais, assim também como pela representatividade da figura de Brizola, que se destacava entre as lideranças trabalhistas de maior expressão.

⁴²⁰ *O Nacional*, 7 out. 1958.

⁴²¹ *O Nacional*, 4 out. 1958.

⁴²² *O Nacional*, 7 out. 1958. As reclamações sobre a política anti-municipalista de Ildo Meneghetti, à frente do governo gaúcho, consistia no não pagamento das chamadas “quotas de retorno” aos municípios. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto ver em : *O Nacional*, 22 out. 1958.

⁴²³ *O Nacional*, 22 out. 1958.

⁴²⁴ HISTÓRIA ilustrada do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: JÁ editores, 1988, p.276.

⁴²⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.119.

Gomercindo dos Reis, com seu costumeiro humorismo encontrou uma forma um tanto original, diferenciada de demonstrar a situação política local pós-eleitoral. Mesmo sob um leve tom de zombaria, e sendo sua atitude qualificada como “um belo exemplo de democracia”,⁴²⁶ uma vez que militava nas *hostes* do Partido Liberal, expôs através de sugestivas quadrinhas, quais deveriam ser, as circunstâncias em que se encontravam os partidários frentistas derrotados nas últimas eleições de 3 de outubro:

Sou da Frente Perachina,
Tenho uma gripe danada
Mas já comprei “BRIZOLINA”
Que cura cabeça inchada.

Brito Velho e Raul Pilla
Vão passando meio mal,
Mas nenhum deles vacila
Querem chá com melhoral!

Entretanto minha gente
Melhoral já não havia,
Foi vendido para a FRENTE
Sendo enorme a freguesia!...

Pediram “CAFIASPIRINA”
Porque há uma gripe danada,
Mas levaram “BRIZOLINA”
Que cura cabeça inchada!...⁴²⁷

Mesmo combatido pela Executiva trabalhista local que pugnou por outros candidaturas a deputação federal, Daniel Dipp, da ala rebelde do partido, conseguiu reeleger-se. Obteve em Passo Fundo 7.569⁴²⁸ votos, valor esse que o distinguiu dos demais concorrentes, o mesmo não acontecendo, porém, no cômputo geral total, uma vez que os 15.770⁴²⁹ votos alcançados o colocou na décima quarta posição, ou seja, o último dos eleitos a deputação federal. Devido aos conflitos existentes no trabalhismo local, a votação de Dipp foi considerada, expressiva e significativa, justamente por essa razão, uma vez que se tivesse existido uma unidade partidária em torno de seu nome, tal resultado não teria o sentido e efeito que teve.⁴³⁰ No mesmo sentido foram as palavras de Dipp:

Em virtude da forte pressão, que exerceu sobre minha candidatura a executiva municipal do PTB, desta cidade e o sr. Prefeito Municipal, que

⁴²⁶ *O Nacional*, 21 out. 1958.

⁴²⁷ *O Nacional*, 21 out 1958. Esta poesia foi incluída na revista “Canções do Rio Grande”, com mais outras 30 canções musicadas de autoria de Gomercindo dos Reis.

⁴²⁸ *O Nacional*, 9 out. 1958.

⁴²⁹ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Edições Síntese, [s.d.], p. 295.

⁴³⁰ *O Nacional*, 4 out. 1958.

mobilizou todos os recursos e a influência do cargo, e a falta de recursos materiais a meu dispor, não esperava obter tão expressiva votação neste município. A votação que obtive em minha terra, vem comprovar mais uma vez a altivez e a independência do povo passo-fundense, que, assim, reafirma seu repúdio aos ingratos e aos traidores de Passo Fundo.⁴³¹

Mas o resultado dessas eleições que de uma certa forma favoreceu a ala rebelde, que apoiou a candidatura vitoriosa de Dipp, não serviu para acalmar os conflitos com a Executiva Municipal do PTB. Muito pelo contrário, a situação encontrava-se seriamente ameaçada, uma vez que já estava em andamento a formação de uma Comissão de Inquérito, para expulsar do partido alguns vereadores, integrantes daquela ala.

Sobre a situação do partido, após as eleições, num extenso *A Pedido*, dirigido à Executiva Municipal e à Comissão de Inquérito, declarou Daniel Dipp, que estava convencido de que as “lamentáveis dissensões” que se estabeleceram no partido, desapareceriam após o pleito eleitoral, e que acatada a decisão das urnas, “vencedores e vencidos dar-se-iam as mãos, no interesse de salvaguardar a unidade partidária e de assegurar a continuidade da vida político-administrativa do Município”. Porém, não foi isso o que aconteceu. Longe de desaparecer, as dissensões continuaram, mais por “obstinação dos vencidos” do que por “culpa dos vencedores”.⁴³²

Sobre a derrota de Menna Barreto e a reação da Executiva a sua reeleição à Câmara Federal, assim se pronunciou:

Eu pessoalmente que suportei os maiores agravos e sofri as mais duras injustiças, durante a campanha eleitoral, não festejei, nem permiti que se festejasse a minha vitória, exatamente para que não se tripudiasse sobre a derrota do Dr. Ney Menna Barreto, do Dr. César Santos e dos seus demais companheiros da Executiva Municipal do Partido. **Os dirigentes do Partido neste Município, entretanto, não tiveram nem sensibilidade para interpretar o veredito popular, nem inteligência para aproveitar a lição de 3 de Outubro. A impressão é de que ainda não reencontraram a cabeça, perdida já antes das eleições.**⁴³³ (grifo do jornal)

Disse também Daniel Dipp que, após o resultado eleitoral, esperava da Executiva Municipal, “senão um gesto de renúncia, ao menos uma atitude de conformismo” ao perceber que a maioria do trabalhismo local, já não mais sintonizava com sua orientação. Nesse sentido, se fazia necessária uma recomposição partidária, aproveitando “elementos

⁴³¹ *Diário da Manhã*, 5 out. 1958.

⁴³² *O Nacional*, 26 dez. 1958.

⁴³³ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

capazes de reconquistar a confiança do povo e de restabelecer a unidade do partido”. Mas não foi isso que aconteceu. O que houve, foi

Apenas obstinação, intolerância, prepotência, arrogância e sede de vingança.

A minoria pretendendo subjugar a maioria e os vencidos querendo tripudiar sobre os vencedores.⁴³⁴

Essa foi a versão de Daniel Dipp a respeito do “triste e desolador panorama interno do Partido Trabalhista Brasileiro de Passo Fundo”. Diante dessas considerações, se restava ainda a mais leve esperança de reconciliação entre a “família trabalhista” local, sem sombra de dúvidas, essa hipótese ficou realmente descartada, diante de tão enfáticas declarações.⁴³⁵

Diferente, porém, foi a versão de Menna Barreto sobre o resultado eleitoral. Conforme declarou, para conseguir essa vitória apregoada, Dipp “urdiu cautelosamente seu plano” que iniciou quando “acusou, embusteirantemente, seus companheiros da Executiva Municipal, de estarem traindo sua candidatura”, conforme mencionado anteriormente. Em continuação ao assunto afirmou que Daniel Dipp,

Apesar de ter traído o PTB e Passo Fundo, fazendo toda a sorte de negócios em benefício de sua candidatura, nem mesmo assim conseguiu eleger-se fora da sobra partidária, último dos eleitos do PTB, com menos de duzentos votos de diferença com o primeiro suplente, levando em sua reeleição, para a Câmara Federal, o estigma torpe e indigno dos traidores.⁴³⁶

Esclareceu também que assim procedendo, Daniel Dipp ao transformar-se “em vítima, assegurava a votação dos companheiros do Partido no Município” uma vez que sua candidatura já tinha sido anunciada pela Executiva Municipal. Sobre a menção que o deputado eleito fez sobre a sua derrota, esclareceu Menna Barreto que a mesma ao contrário, representou “uma grande e extraordinária vitória”, uma vez que

enfrentei a maior luta eleitoral de que tenho notícia alguém tenha enfrentado. Contra a minha pessoa foram urdidas as maiores e mais graves infâmias, e o ardil, a felonía e a intriga, foram instrumentos usados à vontade para iludir a consciência de companheiros de boa fé. Consegui na campanha eleitoral, contra todas as indignidades, aquilo que dificilmente alguém consegue na vida: superar-se a si próprio, vencer o seu temperamento, sobrepor aos secundários interesses particulares os

⁴³⁴ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

⁴³⁵ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

⁴³⁶ *Diário da Manhã*, 28 dez. 1958.

superiores desígnios da coletividade. Nisso constituiu, em primeiro plano, minha grande e extraordinária vitória, que me conserva como sempre estive de cabeça alta e consciência tranqüila.⁴³⁷

Os desentendimentos entre Daniel Dipp e Menna Barreto foram permeados por extrema violência, como de modo geral foram numa ascendência vertiginosa, os embates entre a Executiva e os dissidentes trabalhistas. Expressavam sem dúvida nenhuma, além de outras motivações, uma prática que consistia numa marca do partido, ou seja, a “intolerância com os adversários internos”⁴³⁸ de modo a proporcionar atitudes como as até aqui evidenciadas. Os conflitos mais diretos entre Menna Barreto e Daniel Dipp iniciaram e se acirraram após as eleições. Os demais integrantes de uma ou de outra corrente em oposição se mantiveram, no tocante a esse assunto, à margem de tais confrontos, permitindo-se o silêncio da espera de novos rumos, novos acontecimentos, novos direcionamentos que já se mostravam inevitáveis.

Apesar de Daniel Dipp ter sido uma liderança forte do trabalhismo local, seu desempenho eleitoral ao longo das campanhas foi sofrendo uma gradativa queda, um processo decrescente. Vejamos. Nas eleições de 1950 à Câmara Estadual, situou-se em terceiro lugar, abaixo somente de Brizola e Unírio Machado, nomes de expressão em âmbito estadual. Eleito pela primeira vez ao parlamento federal, em 1954, seu desempenho decaiu um pouco, o que lhe permitiu ocupar a nona posição entre os onze deputados eleitos, ficando abaixo de Brizola, Fernando Ferrari, César Prieto e Victor Issler, companheiros trabalhistas. Em 1958, ficou em último lugar e por sua vez, não se elegendo em 1962, quando já militava no MTR. Do mesmo modo aconteceu nas eleições de novembro de 1966, ficando na nona suplência à Câmara Federal pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB.

Mas em termos de representação federal, a Executiva Municipal não ficou desamparada. César Prieto, amplamente respaldado pela Executiva Municipal, e mais precisamente por César Santos, foi reeleito. Apesar de não alcançar expressividade numérica em Passo Fundo, 1.340 votos,⁴³⁹ a votação recebida no Estado de 36.059⁴⁴⁰ votos, lhe proporcionou situar-se na quarta posição entre os petebistas mais votados.⁴⁴¹

⁴³⁷ *Diário da Manhã*, 28 dez. 1958.

⁴³⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.87.

⁴³⁹ *O Nacional*, 9 out. 1958.

⁴⁴⁰ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Edições Síntese, [s.d.] p. 295.

⁴⁴¹ O economista César Prieto, natural de São Borja, não tinha em Passo Fundo seu grande reduto eleitoral. Em 1933 cursou o Instituto Ginásial de Passo Fundo, inferindo-se constituir-se por essa razão suas ligações com a cidade e também com César Santos que embora já estivesse cursando a Faculdade de Medicina em

Se a Executiva Municipal, por um lado, atingiu seus objetivos eleitorais em se tratando de César Prieto, o mesmo não se pode dizer em relação a Ney Menna Barreto. Candidato oficial do partido à Assembléia Estadual, sua votação em Passo Fundo foi 3.967⁴⁴², atingindo no Estado a soma de 5.557,⁴⁴³ quantia essa que inviabilizou sua eleição. Essa candidatura que consistia num “ponto de honra” para a Executiva Municipal devido aos graves conflitos internos que gerou e aprofundou no trabalhismo local, não só deixou o PTB sem representação estadual como também se configurou numa derrota para a direção local do partido. Por outro lado, a vitória de Daniel Dipp consistiu em ganho para a ala rebelde. Assim é que, devido à crise no trabalhismo local, o único representante passo-fundense na Câmara Estadual foi Lamaison Porto pelo PSP,⁴⁴⁴ uma vez que nem mesmo Túlio Fontoura que concorreu ao cargo pelo PSD recebeu votação suficiente para eleger-se.⁴⁴⁵

Embora a vitória de Daniel Dipp não tenha sido bem recebida pela direção local do PTB, o mesmo não aconteceu em outras esferas. Reconhecida pela Executiva Estadual, mereceu da mesma, congratulações e agradecimentos “pela magnífica votação que recebeu de seus conterrâneos, como candidato à reeleição” uma vez que colaborou de forma expressiva para que o partido recebesse a expressiva vitória que foi registrada em Passo Fundo.⁴⁴⁶ Com similar manifestação foi contemplada também a bancada trabalhista local, que ao sobrepor interesses partidários acima de competições pessoais, não só deu bom exemplo aos companheiros, como também contribuiu para o êxito do resultado eleitoral.⁴⁴⁷ A mensagem enviada pela direção estadual do partido à ala rebelde veio demonstrar no momento, que o mais importante era o ganho eleitoral do que divergências domésticas no partido. Possíveis “acertos” ficariam para mais tarde.

Nesse contexto de perdas e ganhos próprio de um final eleitoral, várias foram as manifestações sobre possíveis causas dos resultados alcançados, por uma ou outra corrente partidária, cada qual buscando razões, falhas ou acertos. Trazendo prognósticos anteriormente realizados, faziam uma retrospectiva do caminho percorrido em busca de lições e exemplos já com o olhar voltado para novas lutas que se abrem após cada

Porto Alegre, mantinha em Passo Fundo, vínculos de amizade e parentesco. Câmara dos Deputados-SILEG. Brasília: 27 abr. 2005.

⁴⁴² *O Nacional*, 9 out. 1958.

⁴⁴³ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Edições Síntese, [s.d.] p.301.

⁴⁴⁴ *O Nacional*, 27 out. 1958.

⁴⁴⁵ *O Nacional*, 27 out. 1958. Túlio Fontoura recebeu em Passo Fundo 2.303 votos e 5.155 no Estado.

⁴⁴⁶ *O Nacional*, 7 out. 1958.

⁴⁴⁷ *O Nacional*, 20 out. 1958.

campanha eleitoral. Imbuídos desse espírito, análises foram se sucedendo na imprensa local sob os mais diferentes matizes.

Para a Frente Democrática - PSD-PL-UDN -, a derrota de Perachi Barcelos ao governo do Estado deveu-se as principais questões: falta de tino político, uma vez que o PRP não foi convidado à conversações; à acusação feita a Brizola de haver se alinhado com os comunistas que não mereceu crédito popular por ser voz corrente a inimizade do PRP com os comunistas; à escolha de uma candidatura militar, num período civilista, que sem contestar a honra do candidato, este não possuía tino administrativo.

Para os libertadores, a causa da derrota da Frente foi a inexpressiva votação do PSD, devido a um recuo que houve, ocasionando perda de eleitores. Já para os trabalhistas, essa derrota foi além da força da aliança PTB-PRP-PSP. Situou-se precisamente no “lema Municipalista”, política essa adotada por Meneghetti e desprezada pela Frente, que consistiu na falta de pagamento das quotas de retorno, o que ocasionou o empobrecimento dos municípios gaúchos. A esse coro de vozes representativas, juntaram-se também os analistas apartidários numa certa convergência de opiniões.⁴⁴⁸

Múcio de Castro, ouvido ainda antes das eleições, já havia feito um prognóstico justificando a preferência do eleitorado gaúcho pelos candidatos trabalhistas. Situou em primeiro lugar a “popularidade, a ação, o dinamismo, o espírito de luta, a coragem e as realizações objetivas de Brizola” numa referência ao setor administrativo, assim também como “sua saliente atuação na vida pública, no terreno político, como homem de partido” realizador de grandes obras que visavam o bem estar público. Enumerou também, os aspectos negativos da administração de Meneghetti - já apontadas nos depoimentos anteriores, aspectos esses que contribuiriam para o descontentamento popular. Disse também Mucio de Castro que Brizola seria consagrado em Passo Fundo com uma diferença entre quatro a cinco mil votos de diferença sobre Perachi Barcellos. Esse prognóstico se confirmou uma vez que Leonel Brizola obteve uma diferença de 4.535 votos sobre Walter Perachi de Barcellos em Passo Fundo.⁴⁴⁹

Nas eleições de 1958, o PTB como um todo, confirmou sua ascendente supremacia sobre as demais agremiações partidárias. Muito embora os substanciais ganhos políticos, o trabalhismo vivia uma grave crise interna, em disputas pelo poder. Ferrari já havia se transformado no símbolo de uma corrente que questionava o personalismo de Jango e

⁴⁴⁸ *O Nacional*, 7 out. 1958.

⁴⁴⁹ *O Nacional*, 8 out. 1958.

Brizola e exigia “definições programáticas”.⁴⁵⁰ Não era diferente a situação em Passo Fundo. Partido que ascendeu politicamente desde sua formação até consolidar-se como força hegemônica local, já evidenciava graves conflitos internos, que a partir de então vão se intensificar.

⁴⁵⁰ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 118.

3. “A LUTA DE DOIS CALIFAS”:⁴⁵¹ CÉSAR SANTOS E DANIEL DIPP

O embate travado entre as duas maiores lideranças do trabalhismo local, César Santos, presidente do PTB, e Daniel Dipp, representante do partido no congresso nacional, será o fio condutor da narrativa apresentada nesse capítulo. Trata-se de uma luta aberta e direta pelo controle político local, onde poderão ser percebidos os subterfúgios utilizados pelo deputado trabalhista para desalojar César Santos da posição que detinha junto ao partido. São também evidenciadas as formas de resistência deste líder, respaldado pela Executiva Regional do PTB e pelo governador Leonel Brizola. As eleições municipais de 1959 constituíram-se no ápice do processo de disputa pelo poder no âmbito interno do partido e da cisão que se processou.

3.1. Ala rebelde: movimento de pacificação.

O desfecho do pleito eleitoral de 1958, que trouxe a vitória a Daniel Dipp, se constituiu num ponto de apoio, num baluarte, numa bandeira de lutas da ala rebelde para investidas futuras. Por outro lado, a derrota sofrida por Menna Barreto, candidato da Executiva à Assembléia Estadual, foi atribuída a Daniel Dipp, que em vez de prestigiar seu companheiro de representação, alinhou-se em campanha, à reeleição de Lamaison Porto do PSP, concorrente de Menna Barreto. O desfecho desse pleito “acirrou os ânimos e a luta de bastidores transformou-se em gravíssima crise”, cujos reflexos comprometeram de forma irreversível a unidade do PTB.⁴⁵²

⁴⁵¹O termo califas na fonte citada faz referência a origem de César Santos e Daniel Dipp, ambos de descendência libanesa. *O Nacional*, 27 mai. 1959.

⁴⁵² *Diário da Manhã*, 14 out. 1959.

Diante desse contexto, passadas as eleições, Daniel Dipp passou a agir como se a vitória conquistada nas eleições, lhe outorgasse direitos de tomar decisões unilaterais em relação ao partido, sem levar em conta sua direção constituída, ou seja, Diretório e Executiva Municipal. Numa visível desconsideração com a autoridade de César Santos como presidente do partido, passou a anunciar pela imprensa local que procederia a reestruturação do partido, uma vez que havia observado sua “completa desorganização”.⁴⁵³ Essa atitude visava a sucessão do então prefeito Wolmar Salton, nas eleições que ocorreriam ainda em outubro de 1959, inclusive lançando sua própria candidatura, vencendo ou não a Convenção Municipal do partido. Caso derrotado, seria “candidato da mesma forma, por outra legenda, talvez o PSP ou PDC”.⁴⁵⁴ Daniel Dipp já com posições e estratégias firmadas, teria como companheiro de chapa Mário Menegaz ou o vereador pessepeista, Centenário do Amaral.

No entanto, eram outros os propósitos da Executiva Municipal do PTB. Em sessão secreta “onde nada transpirou sobre as deliberações havidas”, mas que embora o sigilo, a reportagem de *O Nacional* conseguiu inteirar-se do assunto, aquela direção partidária reuniu-se com o objetivo de examinar detidamente,

sobre a posição e atuação dos vereadores trabalhistas, com destacada atuação na Câmara Municipal, e que vêm criticando acerbamente a Executiva e discordando publicamente de sua orientação.⁴⁵⁵ (grifo nosso)

Esse “exame detido” estabeleceria bases para a expulsão do partido daqueles que não concordavam com as ações da Executiva, ou também, “que integravam a ala liderada pelo deputado federal Daniel Dipp”.⁴⁵⁶ Para tanto, foi designada,

uma comissão especial, afim de proceder a um inquérito destinado a apurar eventuais responsabilidades, face às dissensões reinantes há mais de um ano nas hostes trabalhistas de Passo Fundo.⁴⁵⁷

Essa comissão, integrada por trabalhistas locais, ficou assim constituída: Ruy Rache, consultor jurídico do Banco do Brasil; Assis Brasil Macedo, Delegado de Polícia Auxiliar;

⁴⁵³ *O Nacional*, 30 out. 1958.

⁴⁵⁴ *Diário da Manhã*, 4/5 nov. 1958.

⁴⁵⁵ *O Nacional*, 25 dez. 1958.

⁴⁵⁶ *O Nacional*, 25 dez. 1958.

⁴⁵⁷ *O Nacional*, 23 dez. 1958.

Hugo Vargas, capitalista desta praça; Odomiro Silva Reis e Arquimedes Vaz Almeida, militares aqui residentes.⁴⁵⁸

Diante das deliberações em andamento, os vereadores “com destacada atuação na Câmara Municipal”,⁴⁵⁹ Martinelli, Trein e Canfield, publicaram uma nota em que acusavam a comissão instalada de não possuir “força moral” para julgá-los uma vez que aqueles que a instituíram - numa referência a Direção trabalhista local, mais especificamente, César Santos e Menna Barreto, diretamente em divergências com a ala rebelde do partido -, também estavam envolvidos nos acontecimentos. Para os vereadores trabalhistas o objetivo daquele inquérito era esmagá-los, triturá-los com o fim único de expulsá-los do partido e que a ação visando atingir somente os três, se constituiu por temor de enfrentamento com “forças mais poderosas...”, numa alusão a Daniel Dipp, cujo nome não foi cogitado pela comissão inquisitória. Mas embora a discriminação, dispunham-se a “levar sobre os ombros o peso” de tais injustiças. Podiam, pois fazer o inquérito, o julgamento, como forma de “melhor se banquetear”, mas renunciariam o “sagrado direito de defesa, que no caso seria “mera ficção”, numa referência ao julgamento que seria efetuado pela Executiva, no caso, liderada por César Santos. A atitude de Martinelli, Trein e Canfield, conforme anunciaram, seria a partir de então, “de expectativa”, prontos a sofrer aquele tipo de prepotência.⁴⁶⁰

Em defesa dos vereadores, através de declarações enfáticas dirigidas à Executiva Municipal, disse Daniel Dipp, que “esses remanescentes, os chamados donos do Partido”, com essa atitude pretendiam “restaurar o sistema inquisitorial, já superado na época contemporânea e revigorar métodos totalitários”, ao instituírem uma Comissão de Inquérito, “à semelhança do famoso Tribunal de Nuremberg, instituído na Alemanha Nazista”. Para isso, nomearam pessoas “sem tradição político-partidária” com o objetivo de expulsar do partido os vereadores Augusto Trein, Romeu Martinelli e Arthur Canfield. Mas por que somente os três, perguntou Daniel Dipp, se também os demais componentes da bancada também haviam se rebelado contra a Executiva do PTB local?⁴⁶¹ Numa alusão aos votos recebidos⁴⁶² na campanha eleitoral que o reelegeu, prosseguiu:

⁴⁵⁸ *O Nacional*, 23 dez. 1958.

⁴⁵⁹ *O Nacional*, 25 nov. 1958.

⁴⁶⁰ *O Nacional*, 24 dez. 1958.

⁴⁶¹ *O Nacional*, 24 dez. 1958.

⁴⁶² Daniel Dipp recebeu no município de Passo Fundo nas eleições de 3 de outubro de 1958, a quantia de 7.569 votos. *O Nacional*, 9 out. 1958.

Mas, por que expulsar apenas os vereadores, se são quase oito mil os trabalhistas que, nas urnas livres de 3 de Outubro, repudiaram a atual Executiva Municipal do Partido? **(grifo do jornal)**.⁴⁶³

Continuando seu interrogatório, Daniel Dipp perguntou se o crime cometido pelos vereadores havia sido o de contrapor-se à candidatura de Menna Barreto. Se assim fosse, deveriam também ser expulsos César Santos, Presidente do Partido; Wolmar Salton, Prefeito Municipal; Ernesto Formigheri, Benoni Rosado, Ney Menna Barreto, que “desrespeitando a decisão da Convenção”, haviam trabalhado “aberta e ostensivamente” contra a sua reeleição a deputado federal. Ou será, perguntou, que a responsabilidade partidária dos vereadores é maior que a do Presidente, Prefeito e “demais membros da Executiva do Partido”?⁴⁶⁴

Indo mais além, questionou Dipp o porquê da expulsão somente dos vereadores, se fora ele próprio quem havia acusado os dirigentes do trabalhismo local de se venderem por “um prato de lentilhas”, de traição ao partido e ao município de Passo Fundo, de ingratos, desmascarando assim a quem havia amparado moral, material, “política e partidariamente”.⁴⁶⁵ Também não foram os vereadores que afirmaram ter o dr. César Santos se indisposto contra mim, em razão de eu ter me recusado a conseguir-lhe, para a sua rendosa clínica particular, auxílios do Ministério da Saúde.

Assim é que “estas e outras acusações, quem as fez fui eu e não os vereadores”. Por que, então, não sou incluído também no rol dos que vão ser expulsos do Partido?” Respondendo seus próprios questionamentos, declarou que talvez a explicação se encontrasse “na pequenez e na fraqueza daqueles que se julgam grandes e fortes...”⁴⁶⁶

Ao hipotecar “integral solidariedade aos vereadores trabalhistas que o apoiaram em suas divergências com a Executiva Municipal do PTB”, afirmou que a ação não se constituiu por mera retribuição ao empenho que deram à sua candidatura, “mas como decorrência dos laços de companheirismo que devem unir todos os verdadeiros trabalhistas”. Diante dos fatos, esclareceu que não compareceria perante àquela “odiosa Comissão de Inquérito”, uma vez que não reconhecia “autoridade moral na Executiva Municipal para constituí-la, nem autoridade partidária nos homens” que compunham àquela “pequeno Tribunal”.⁴⁶⁷ Encerrou suas declarações dizendo:

⁴⁶³ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

⁴⁶⁴ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

⁴⁶⁵ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

⁴⁶⁶ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

⁴⁶⁷ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

Que funcione, pois, essa Comissão de Inquérito, ao sabor dos recalques e dos ódios desse minguado grupo que se obstina, contra a vontade da maioria incontestável, em perpetuar-se no comando da Executiva Municipal!⁴⁶⁸

As declarações de Daniel Dipp receberam de correligionários e eleitores palavras de solidariedade,⁴⁶⁹ em razão da Executiva do PTB local, “dominada pelo dr. César Santos” ter criado uma Comissão de Inquérito com o objetivo de expulsar do partido, Martinelli, Canfield e Augusto Trein, visando tão somente atingir àquele deputado, “líder incontestado do trabalhismo em Passo Fundo”.⁴⁷⁰

Após toda a polêmica que gerou a criação de tal Comissão, Ruy Rache e Assis Brasil Macedo, respectivamente, presidente e relator da mesma, publicaram uma nota esclarecendo aos trabalhistas de um modo geral, que sua incumbência não consistia em “julgar companheiros” tarefa essa dos setenta e cinco membros do Diretório Municipal, “mas somente coligir elementos e transmiti-los à agremiação do órgão julgador”,⁴⁷¹ em outras palavras, ao próprio Diretório Municipal que tinha como presidente César Santos.⁴⁷² Para tanto, solicitavam a cooperação daqueles que fossem convocados a depor, para que pudessem assim, “ventilar e esmiuçar amplamente as verdadeiras origens e o desenvolvimento da crise” que lavrava no trabalhismo local, visando desse modo, “a um retilíneo pronunciamento” do Diretório Municipal.⁴⁷³

Nada disso, porém foi necessário e todo o esforço e polêmica que suscitou tal Comissão foram em vão. Além de não ter conseguido “ouvir nenhum depoimento”, apesar de haver convocado “diversos trabalhistas para se pronunciarem”, o deputado João Caruso, vice-presidente da Executiva Estadual do PTB, mandou uma mensagem ao partido, determinando que fosse “incontinentemente sustado o trabalho da comissão de inquérito que vinha funcionando”. Diante do teor incisivo do fonograma de Caruso e como a Executiva local era “fiel à Executiva Estadual”, era de se prever que desse “por finda a missão que havia outorgado ao aludido órgão”.⁴⁷⁴ E assim foi feito.

Passada a tempestade que a Comissão de Inquérito suscitou, foram retomadas as *démarches* que vinham se alinhavando por parte da ala rebelde em torno da sucessão municipal. Nesse sentido, já corria pelo interior do município, “listas de abaixo-assinados,

⁴⁶⁸ *O Nacional*, 26 dez. 1958.

⁴⁶⁹ *O Nacional*, 27/29 dez. 1958; *O Nacional*, 3 jan. 1959.

⁴⁷⁰ *O Nacional*, 30 dez. 1958.

⁴⁷¹ *O Nacional*, 27 dez. 1958.

⁴⁷² *O Nacional*, 24 dez. 1958.

⁴⁷³ *O Nacional*, 27 dez. 1958.

⁴⁷⁴ *O Nacional*, 10 jan. 1959.

indicando para a Prefeitura Municipal”, o deputado Daniel Dipp. Também na cidade “vários elementos trabalhistas” articulavam essa candidatura, movimento que indicava ser “a única solução para o embrulhado problema político local, no que tange à sucessão municipal”.⁴⁷⁵

Essa candidatura já vinha sendo apontada como representante do PTB local logo após o pleito eleitoral de 1958 e de certa forma se constituía já em fato consumado. A exemplo do comportamento de Dipp, tomando decisões a respeito da sucessão municipal à revelia da Executiva do partido, também Múcio de Castro, pertencente à ala rebelde, assim procedia. Exemplo disso foi a declaração que prestou em Porto Alegre de que a luta sucessória já havia iniciado em Passo Fundo e que Daniel Dipp seria “o candidato do PTB” por discordar “dos métodos que a Executiva do PTB” liderada por César Santos, ” vinha já “há algum tempo, adotando”.⁴⁷⁶

Mas enquanto a candidatura Dipp estava definida e em processo de ascensão, a Executiva Municipal, que não havia ainda se manifestado sobre o assunto, recebia a notícia de mais uma “baixa” no seu quadro partidário. Innocêncio Pinto, engajado no partido desde sua fundação em novembro de 1945, enviou correspondência a César Santos na qual declarava que “decepcionado com os fatos que ora vêm ocorrendo nas fileiras do nosso Partido”, tomava a liberdade de desligar-se do PTB. Disse, porém, que este seu gesto, não deveria atingir as “velhas relações de amizade e compreensão mútua” que existia entre ambos e que César Santos não tomasse essa sua manifestação, “como uma reprovação aos vossos atos no desempenho do alto posto de Presidente do Partido”. Innocêncio Pinto a exemplo de Celso Fiori que também se desligou do PTB, logo após a sua formação, preservaram a amizade que cultivavam em relação a César Santos. Sabiam, ambos, separar o pessoal do político.

E os problemas no trabalhismo local, longe de arrefecer, aumentavam mais ainda. É que chegou até os meios políticos locais, as declarações de João Caruso recomendando para o próximo pleito eleitoral “a manutenção da aliança PTB-PRP e PSP em todos os municípios gaúchos”, aliança essa estabelecida por ocasião das eleições de outubro de 1958 que deram inclusive vitória a Leonel Brizola ao governo gaúcho. Se obedecida essa orientação em Passo Fundo, deveria “mudar completamente os rumos da campanha municipal”, uma vez que “o PSP local, vinha mantendo posição de independência, e até hostilidade, em relação à Executiva Municipal petebista. O problema maior dessa notícia,

⁴⁷⁵ *O Nacional*, 17 fev. 1959.

⁴⁷⁶ *O Nacional*, 21 fev. 1959.

se concentrou “nas *hostes* da ala rebelde”, liderada por Dipp que até então “vinha tendo cobertura do deputado José Lamaison Porto e do vereador Centenário Índio do Amaral, líderes do PSP neste município”⁴⁷⁷ e muito ligados à bancada trabalhista. Inclusive Daniel Dipp contava com essa legenda caso não fosse escolhido candidato ao executivo na Convenção municipal do partido. De fato, essa notícia colocava em *cheque* os rumos até então almejados e propagados pela ala divergente do PTB local.

A recomendação de Caruso colocou a ala rebelde em crise no tocante à escolha do candidato majoritário nas próximas eleições municipais. Os ânimos já andavam acirrados, uma vez que Dipp insistia em sua candidatura, e os vereadores preferiam o advogado Verdi De César, “nome que estava em cogitação desde muito tempo antes do último pleito”.⁴⁷⁸ Por sua vez, mesmo com a recomendação de Caruso, os vereadores tinham o apoio do PSP em relação à escolha do candidato. O fato, porém, é que aquele partido não apoiaria Daniel Dipp, “o único nome vetado pelo PSP”, por razões que não foi possível apurarmos. Se os rebeldes insistissem nessa candidatura, perderiam esse apoio que poderia ser dado a outros partidos ou à própria Executiva Municipal do PTB.⁴⁷⁹ Diante dessa situação, novas diretrizes deveriam ser traçadas e de fato, foram.

Um dia após transparecer a existência de uma divergência na ala rebelde, no tocante à candidatura Dipp, mais um acontecimento veio sacudir o cenário político local:

Estourou como uma verdadeira bomba entre os adversários, o movimento pacifista no PTB, iniciado pelo deputado Daniel Dipp e pela bancada trabalhista da Câmara Municipal. **Esses líderes, buscando a harmonia partidária**, renunciaram, em caráter irrevogável, aos seus postos, em documento já dirigido à Executiva Estadual.⁴⁸⁰ (grifo nosso).

Segundo informou ainda *O Nacional*,

esse gesto de desprendimento e dedicação, encontrou a mais ampla ressonância em todo o Município, havendo já se solidarizado com o mesmo, a maioria dos membros do Diretório Municipal do PTB, que tomando idêntica atitude, renunciaram aos cargos que vinham ocupando.⁴⁸¹ (grifo nosso).

⁴⁷⁷ *Diário da Manhã*, 25 fev. 1959.

⁴⁷⁸ O advogado Verdi De César militou na Aliança Nacional Libertadora - ANL local em 1932. Após 1945, filiou-se primeiramente no Partido Social Progressista - PSP, ingressando posteriormente no PTB.

⁴⁷⁹ *Diário da Manhã*, 1 mar. 1959.

⁴⁸⁰ *O Nacional*, 2 mar. 1959.

⁴⁸¹ *O Nacional*, 2 mar. 1959.

Em relação ao caso anteriormente apontado, de acordo com os Estatutos do partido, se houvesse renúncia coletiva de seus membros, ficava praticamente dissolvido o Diretório municipal e extinta a Executiva, fazendo-se necessária a recomposição de seus quadros dirigentes. Pela renúncia coletiva liderada por Daniel Dipp, constava que dos onze membros que formavam a Executiva municipal do partido, restaram somente quatro ou cinco, uma vez que já haviam se afastado em caráter irrevogável anteriormente, Múcio de Castro e Gonorvam Guedes. Com a desistência de Mário Menegaz, Verdi De Césaró, Daniel Dipp e Nelson Petry entre outras, ficou aquele “órgão dirigente sem número legal para funcionar, pois restou uma minoria”. Alcançando o número total de quarenta e uma desistências sobre uma composição atual do Diretório de sessenta e oito membros, ficava assim demonstrada a permanência de uma minoria de integrantes.⁴⁸²

Baseando-se nesses cálculos que Daniel Dipp e os vereadores lançaram o movimento de pacificação, após a renúncia coletiva, buscando, segundo consta no documento firmado e enviado à direção regional do PTB,

encerrar as divergências e desarmonias reinantes no seio de nossa agremiação partidária e com o objetivo de ensejar a renovação do órgão dirigente, afim de que o Partido possa, unido e coeso, enfrentar, com êxito, o próximo pleito municipal, de conformidade com os Estatutos.⁴⁸³

Esse documento enviado a Porto Alegre, “foi recebido com simpatia pelos dirigentes do partido no Estado”, e que segundo declarações da ala rebelde, dariam “uma solução compatível com o movimento encetado” com vistas a “rearticulação partidária e a renovação do órgão dirigente”. Essas eram as esperanças de Daniel Dipp e da bancada trabalhista.

Tanta era a fé na “fórmula” encontrada pela ala rebelde para resolver não só as suas divergências com a direção do partido, mas também em relação à candidatura sucessória profundamente comprometida com a renovação da aliança PTB-PSP-PRP, que indo além, e continuando a falar em nome do partido, colocaram como fato consumado e aceito tal “movimento pacifista” ao informar que permaneceria

o PTB de Passo Fundo acéfalo, por alguns dias, para em breve reorganizar-se, afim de iniciar imediatamente, as *démarches* da sucessão municipal.⁴⁸⁴

⁴⁸²*O Nacional*, 6 mar. 1959. A composição inicial do Diretório Municipal do PTB era de 75 membros, mas houve transferências de residência e falecimentos, atingindo sua formação nesse período, 1959, o total de 68 integrantes.

⁴⁸³*O Nacional*, 6 mar. 1959.

⁴⁸⁴*O Nacional*, 2 mar. 1959.

Obedecendo a ordem natural que a situação política local impunha, as informações publicadas nas páginas do *Diário da Manhã*, se mostraram por outro prisma. Sob a ótica daquele matutino,

A chamada “Ala Rebelde”, chefiada pelo deputado federal Daniel Dipp, organizou uma sortida contra o Diretório Municipal do PTB, com o propósito de pacificação ao estilo russo.⁴⁸⁵

Segundo declarações de um membro do Diretório que se relacionava com as duas correntes trabalhistas, a ala rebelde do partido “levou a efeito um movimento envolvente com o objetivo de conseguir uma nova convenção para escolher novo Diretório do PTB”. Com esse intuito, após a renúncia dos vereadores rebeldes, Dipp procurou vários membros do Diretório Municipal, obtendo por escrito suas renúncias. Desse modo, o deputado trabalhista “que suplantaria Maquiavel se este o tivesse conhecido, dourou a pílula da renúncia dos rebeldes no forno da pacificação do partido”. Logo que ficou “conhecida a manobra urdida”, César Santos juntamente com outros componentes da direção do partido “entraram em campo e conseguiram levar avante o contra-golpe com o recuo dos membros do Diretório”, que haviam sido “vítimas das artimanhas dos rebeldes”,⁴⁸⁶ concluiu o declarante.

Embora já tivesse sido enviada a Porto Alegre pelos rebeldes o termo da renúncia coletiva que lideraram, César Santos sem perda de tempo, também seguiu para a capital do Estado de posse não só de “uma declaração formal dos que haviam renunciado”, tornando “sem efeito suas renúncias” mas também de um documento onde registraram sua firme e “integral solidariedade aos membros do Diretório e à pessoa de seu presidente César Santos”.⁴⁸⁷

Em Porto Alegre, César Santos conversou com João Caruso, e no Palácio Piratini, “foi imediatamente recebido pelo governador Leonel Brizola, com quem conferenciou demoradamente”, sobre as últimas ocorrências políticas no trabalhismo local. Segundo informações do *Diário da Manhã*, colhidas junto a um prócer trabalhista, “César Santos havia regressado satisfeito com o resultado de sua viagem a Porto Alegre, afirmando que, ainda dessa vez, os “rebeldes” erraram o pulo ...”⁴⁸⁸

⁴⁸⁵ *Diário da Manhã*, 4 mar. 1959.

⁴⁸⁶ *Diário da Manhã*, 4 mar. 1959.

⁴⁸⁷ *Diário da Manhã*, 4 mar. 1959.

⁴⁸⁸ *Diário da Manhã*, 6 mar. 1959.

Assim, segundo informou a Rádio Passo Fundo, através de nota transmitida por César Santos, os signatários da renúncia apresentada pelo deputado Dipp tornaram as mesmas inexistentes, continuando assim o órgão municipal do partido com maioria absoluta. A tentativa golpista dos rebeldes caiu por terra e o partido continua coeso e disciplinado.⁴⁸⁹

O resultado da tentativa de pacificação liderada por Daniel Dipp, ao contrário do esperado, que era a dissolução do Diretório municipal e posterior estruturação do mesmo foi a posição do Diretório Regional - favoravelmente à Executiva trabalhista local -, determinando que os rebeldes não poderiam “mais falar em nome do PTB de Passo Fundo”. A mesma nota também informou “com absoluta segurança”, que segundo deliberações “do alto comando regional do trabalhismo”, também ficou assentado que as direções do PSP e PRP locais, receberiam instruções para prestigiarem o Diretório municipal trabalhista, assim como dar o apoio a Executiva e ao Prefeito Municipal pela representação desses partidos na Câmara de Vereadores de Passo Fundo. Viram-se assim os rebeldes perdendo espaço junto ao partido e distanciando-se cada vez mais de uma possibilidade de pacificação entre as partes em litígio, embora Daniel Dipp e Verdi De Césaro tivessem mantido conversações⁴⁹⁰ com a alta cúpula trabalhista estadual, sobre o assunto.

A tentativa de pacificação liderada por Daniel Dipp, imediatamente após a declaração de João Caruso, orientando os municípios sobre a manutenção da aliança PTB-PRP-PSP, demonstrou nitidamente que não havia intenção de pacificação das partes em divergência, mas sim um ato extremo para se apossar daquela direção partidária que se escondia sob a anunciada “reestruturação do partido”. Subestimou, porém, a força de César Santos que imediatamente deu o contragolpe, evidenciando-se nas ações de ambos uma disputa pelo poder de mando no PTB local. Cada qual apresentou suas peculiaridades em busca dessa prática, distinguindo-se, ambos pelo esforço engendrado: um “para tornar-se príncipe”; o outro, “para manter-se príncipe”.⁴⁹¹ Diante do exposto, podemos observar que o PTB local não se encontrava acéfalo, pelo contrário, continuava sob a autoridade de César Santos e em febris *démarches* políticas.

⁴⁸⁹ *Diário da Manhã*, 4 mar. 1959.

⁴⁹⁰ *O Nacional*, 9 mar. 1959.

⁴⁹¹ NIVALDO JÚNIOR, José. *Maquiavel: o poder*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 25.

3.2. O caso de Passo Fundo: mediadores da Executiva Regional.

Podemos perceber que diante do desfecho da frustrada “pacificação trabalhista”, liderada pela ala rebelde, a situação conflitante entre as partes, se acirrou ainda mais. Desse modo, tendo em vista a gravidade que “o chamado caso de Passo Fundo” exigia, foi o mesmo amplamente debatido em reunião pela Comissão Executiva Estadual do PTB, “visando a harmonia da família trabalhista no município”. Nesse sentido, foi designado “para essa importante incumbência, o deputado Wilson Vargas da Silveira, secretário da Energia e Comunicações” do governo Brizola, como mediador, na tentativa de buscar um entendimento entre as correntes em confronto. Com esse objetivo, e, “munido de vasto dossiê”, Wilson Vargas veio até Passo Fundo, para sentir “de perto a questão”, que há quase dois anos enfrentavam os trabalhistas locais, numa “luta interna como jamais se registrou nas *hostes* dessa corrente partidária”, numa comunidade onde o PTB era “considerado um verdadeiro baluarte”.⁴⁹²

Reunido com a Executiva Municipal do partido, sob a presidência de César Santos, na presença de “dezenas de trabalhistas, inclusive presidentes de sub-diretórios e líderes sindicais”, Wilson Vargas “lamentou o alastramento da dissidência e recomendou que o assunto fosse aprofundado e focalizado em conjunto e isoladamente”. Acentuou, inclusive que “toda e qualquer iniciativa harmonizadora que mantivesse o dr. César Santos na presidência do partido”, seria bem-vinda.⁴⁹³ Na ocasião, “Daniel Dipp foi duramente atacado, sendo acusado de ser o principal culpado da indisciplina partidária de alguns membros do Diretório”.⁴⁹⁴

Após a chegada de Wilson Vargas a Passo Fundo, foi publicada pelo *Diário da Manhã*, uma detalhada nota oficial da direção trabalhista local, esclarecendo a origem do “chamado caso político do PTB de Passo Fundo”, na qual Daniel Dipp inclusive foi acusado “de golpismo”.⁴⁹⁵ Segundo a nota, tudo começou na “época da recomendação da candidatura Brizola pela executiva do partido”, ao governo do Estado em 1958. Daniel Dipp chegando do Rio de Janeiro, contrário a essa indicação, convocou uma reunião, na qual dirigiu graves insultos a João Goulart, Presidente Nacional do Partido, e também a Leonel Brizola, insistindo para “que aqueles líderes fossem definitivamente abandonados”. A Executiva Municipal não aceitou tal acusação, “lançando dentro de alguns dias,

⁴⁹² *O Nacional*, 11 mar. 1959.

⁴⁹³ *Diário da Manhã*, 13 mar. 1959.

⁴⁹⁴ *Diário da Manhã*, 12 mar. 1959.

⁴⁹⁵ *Diário da Manhã*, 13 mar. 1959.

unanimemente a recomendação do nome de Leonel Brizola à governança do Estado”. Em razão dessa atitude, Dipp chegou a demitir-se “afrontosamente das suas funções” - conforme apontamos no capítulo anterior -, junto à direção do partido. Com o objetivo de apaziguar os ânimos do deputado trabalhista, este foi “novamente atraído para as suas antigas funções” junto àquela agremiação partidária.⁴⁹⁶

Esse teria sido, segundo a versão do Diretório Municipal do PTB local, o ponto inicial das divergências que se mostraram na Convenção de 1957, quando foram escolhidos os candidatos do partido ao pleito eleitoral de outubro de 1958. Nessa ocasião, segundo a nota publicada, “as feridas debaixo de suas crostas se reavivaram como oportunidade para o acerto de contas” que vieram na indicação do “nome de um jovem e exaltado vereador para a deputação estadual com o fito especial de se opor ao nome de Ney Menna Barreto “candidato nato do partido”. O apoio a essa candidatura foi coordenado por um amigo de Daniel Dipp que infere-se tenha sido Verdi de César,⁴⁹⁷ consistindo esse comportamento, no “estopim que deliberadamente ia se acender”.⁴⁹⁸ O vereador mencionado, apoiado na Câmara Municipal, era Romeu Martinelli que foi derrotado por Menna Barreto na Convenção Municipal, resultado esse que contribuiu não só para o acirramento dos conflitos, mas também para o afastamento das partes em divergência.

Em continuação, declarou a direção trabalhista local que “agora, esse mesmo grupo tentou um golpe contra o diretório do partido para dele se apossar”. Pretendiam a sua dissolução, arrancando de qualquer modo “a renúncia da maioria do diretório”, mas vários retiraram sua demissão, mais de quarenta membros, ficando solidários com o diretório e “contra o golpismo”.⁴⁹⁹ Ao finalizar a mensagem explicativa, os signatários da mesma, lançaram sutis acusações no sentido de que “pagaria a pena estudar a dissidência e seus motivos”, assim como “o exame do projeto do pinho” e da “Presidência da Comissão do Trigo”, numa alusão que se infere, relacionar-se à atuação de Daniel Dipp na Câmara Federal,⁵⁰⁰ assunto esse que viria sobrecarregar as já pesadas nuvens que pairavam sobre os trabalhistas de Passo Fundo.

O posicionamento de Daniel Dipp contrário à candidatura Brizola e a liderança de João Goulart apontava para um alinhamento com a corrente ideológica liderada por

⁴⁹⁶ *Diário da Manhã*, 13 mar. 1959.

⁴⁹⁷ O advogado Verdi De César ocupava o cargo de 2º vice-presidente da Executiva Municipal do PTB de Passo Fundo no ano de 1959.

⁴⁹⁸ *Diário da Manhã*, 13 mar. 1959. Essa nota foi publicada primeiramente no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, posteriormente divulgada pelo *Diário da Manhã* de Passo Fundo.

⁴⁹⁹ *Diário da Manhã*, 13 mar. 1959.

⁵⁰⁰ *Diário da Manhã*, 13 mar. 1959.

Fernando Ferrari. O deputado trabalhista que começara a fazer oposição à direção nacional do PTB ainda em 1957, “criticava a estrutura unipessoal do poder decisório” do partido.⁵⁰¹ O candidato de Fernando Ferrari ao governo do Rio Grande do Sul era José Loureiro da Silva, derrotado por Brizola na Convenção Estadual do partido. Ficou, portanto explicado o posicionamento de Daniel Dipp em relação a Brizola e Jango.

Voltando à atuação do emissário da Executiva Estadual, tal foi a intensidade das divergências encontradas por Wilson Vargas entre as duas alas trabalhistas, que após estabelecer “contato com seus companheiros, ouvindo atentamente a todos e auscultando a série de problemas” já não pensou mais numa solução pacificadora que mantivesse César Santos na presidência do partido, contrário à posição adotada quando de sua chegada a Passo Fundo. Ao retornar a Porto Alegre, levou à direção regional do partido, o parecer de que “somente uma renúncia coletiva dos membros da Executiva e do Diretório Municipal haveria caminho para a pacificação” entre os membros do PTB de Passo Fundo. Para tanto, deveria ser organizada “uma comissão provisória que teria incumbência de reorganizar o partido”, que seria constituída “de sete membros, escolhidos entre os elementos moderados com relações entre as duas correntes em luta”.⁵⁰² Essa proposição, porém, foi rejeitada por César Santos e demais membros do Diretório, alegando que não abandonariam “seus postos, enquanto houvesse luta interna, pois poderia parecer um recuo”.⁵⁰³

Em relação à decisão que encontrou para a solução do problema, acentuou Wilson Vargas:

É preciso desprendimento, renúncia; é preciso que todos se sobreponham a questões de ordem pessoal, afim de que possamos unificar e tornar coeso o partido, nesse município que é um legítimo baluarte do Trabalho.⁵⁰⁴

A fórmula de Wilson Vargas para a pacificação já era dada como certa pela ala rebelde, como “um documento irretratável, definitivo” assim como “o ato de renúncia é líquido e certo”, inclusive já sendo acatado esse parecer pela Executiva Estadual do partido.⁵⁰⁵ Essa solução, porém, se adotada mesmo pela direção regional do PTB, longe de proporcionar um consenso, daria “margem ao recrudescimento da luta entre as duas alas”, uma vez que promessas já circulavam de que haveria renúncias não só de vereadores e sub-

⁵⁰¹ AS ELEIÇÕES de 1958 e a expansão do PTB. <http://www.pdt.org.br/partido/ptbvargas2.asp#div>. Página acessada em 21 nov. 2005.

⁵⁰² *O Nacional*, 19 mar. 1959.

⁵⁰³ *O Nacional*, 16 mar. 1959.

⁵⁰⁴ *O Nacional*, 12 mar. 1959.

⁵⁰⁵ *O Nacional*, 19 mar. 1959.

prefeitos fiéis da ala liderada por César Santos, mas também de Wolmar Salton e Benoni Rosado, prefeito e vice, respectivamente. E mais ainda, “se por um golpe de força”, for dissolvido o Diretório Municipal do PTB, “os elementos fiéis à orientação do dr. César Santos tomarão atitude pública contra o Governo do Estado e o Diretório Regional, segundo informações de um “destacado líder trabalhista local.”⁵⁰⁶

Em difícil situação se encontrava o Diretório Regional do PTB. Pressionado pelas duas alas em litígio, não conseguiu, apesar de permanecer em reunião até as cinco horas da madrugada, decidir “quanto a dissolução do Diretório de Passo Fundo”,⁵⁰⁷ apesar de integrantes da ala rebelde jurarem que essa decisão havia sido tomada na ocasião. O que ficou resolvido é que seria enviado outro emissário, cabendo desta vez a difícil tarefa de apaziguamento dos ânimos trabalhistas locais a Paranaguá de Andrade, vice-presidente da Executiva gaúcha.⁵⁰⁸

Para Daniel Dipp, que já propalava como extinta a direção trabalhista local, “Paranaguá de Andrade deverá vir a Passo Fundo para assistir o “enterro” do Diretório dissolvido”, declaração essa discutida entre cochichos no Café Haiti, “onde a política estava fervendo”, e o assunto predominante era o caso do PTB local. “Está dissolvido afirmavam uns; não está dissolvido, adiantavam outros”.⁵⁰⁹

Porém, mal chegou a Passo Fundo, “num trabalho incansável”, Paranaguá ouviu atentamente, “dos próprios interessados, na questão partidária passo-fundense, os seus sentimentos e as suas restrições recíprocas”, chegando por essa razão, ao completo conhecimento do “chamado caso da direção do PTB” local.⁵¹⁰

Impressionado com a intransigência “mantida pelos condutores da “chamada ala rebelde”, Paranaguá sugeriu na tentativa de um acordo entre as partes, que cada uma “apresentasse uma relação de cinco nomes, para nesse total de dez, a Executiva Regional escolher o presidente da Executiva Municipal”. César Santos e Daniel Dipp aceitaram a sugestão, porém as demais lideranças contrárias a corrente do Diretório, não concordaram, voltando tudo, “à estaca zero”.⁵¹¹

⁵⁰⁶ *Diário da Manhã*, 25 mar. 1959.

⁵⁰⁷ *Diário da Manhã*, 26 mar. 1959.

⁵⁰⁸ *Diário da Manhã*, 26 mar. 1959. Paranaguá de Andrade também era o presidente da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul.

⁵⁰⁹ *Diário da Manhã*, 27 mar. 1959.

⁵¹⁰ *O Nacional*, 23 mar. 1959.

⁵¹¹ *Diário da Manhã*, 29 mar. 1959.

O caso de Passo Fundo repercutiu na imprensa porto-alegrense.⁵¹² Por intermédio do *Diário da Manhã*, chegaram na cidade as declarações de Paranaguá de Andrade em seu regresso àquela capital, após a tentativa de unificação dos trabalhistas locais. Atribuindo extrema gravidade à situação de Passo Fundo, Paranaguá afirmou que:

as divergências extravasaram o setor político-partidário, invadindo o terreno pessoal. Em tais circunstâncias, afloraram acusações que nada têm a ver com os problemas políticos. Pesando a gravidade da situação, não medi esforços para encontrar uma solução, que não consegui. [...] Caberá, pois, a Executiva Estadual a *démarche* definitiva para resolver uma situação que considero muito grave.⁵¹³

E assim, numa situação que se mostrava cada vez mais tensa, uma vez que os dois grupos pressionavam o Diretório no sentido de fazerem prevalecer suas opiniões, viveu a direção regional do PTB “o drama que se situou entre dois fogos”. Não sabendo como agir e “sem clima para uma atitude firme”, teria - em que pese a situação estabelecida - tomar uma decisão. Paranaguá de Andrade sugeriu então, “a adoção de medidas enérgicas para evitar maiores desentendimentos”, não indicando, porém, quais seriam elas.⁵¹⁴

A vinda de Paranaguá a Passo Fundo, após se mostrarem infrutíferas as *démarchés* aqui desenvolvidas por Wilson Vargas, foi resultado da intervenção do governador Brizola no caso dos trabalhistas de Passo Fundo. A informação que chegou foi de que os dissidentes encontravam-se em difícil situação, uma vez que Brizola havia cientificado a João Caruso, presidente do Diretório Regional, que

continuará emprestando todo o apoio do seu governo ao dr. César Santos, trabalhista dos mais dedicados, nome dos mais ilustres no cenário político rio-grandense, e com quem estava solidário na luta que sustenta em Passo Fundo, em defesa dos interesses do seu partido.⁵¹⁵

Diante das declarações do governador gaúcho, resolveu a direção estadual do PTB, enviar Paranaguá a Passo Fundo na tentativa de buscar elementos que proporcionassem uma decisão “com mais perfeito conhecimento de causa” no sentido de que talvez novas possibilidades de pacificação se apresentassem. Pelo exposto, pode-se perceber que não estava nada fácil a situação da direção estadual do partido. Afora a pressão sofrida pelas duas alas em combate, também o governador do Estado ao posicionar-se a favor de César

⁵¹² Notícias sobre as divergências no PTB de Passo Fundo, também foram publicadas pelos jornais de Porto Alegre, *A Hora* e jornal *Do Dia*. *Diário da Manhã*, 29/31 mar. 1959. Também pelo *Diário de Notícias*. *O Nacional*, 31 mar. 1959.

⁵¹³ *Diário da Manhã*, 31 mar. 1959.

⁵¹⁴ *Diário da Manhã*, 31 mar. 1959.

⁵¹⁵ *Diário da Manhã*, 29 mar. 1959.

Santos, foi mais além, não só pressionou, como também “sugeri” decisões, ao dar ciência de suas inclinações.

Assim é que, após as considerações recebidas de Paranaguá, mais uma vez reunida, a direção regional do PTB terminou com a expectativa que tomava conta das partes em confronto à espera da solução que viesse, cada uma, satisfazer anseios e objetivos respectivos. A decisão encontrada, “que estourou como uma bomba nos círculos políticos desta cidade”, principalmente em relação à ala dissidente liderada por Daniel Dipp, “para os quais nem a Comissão Executiva e nem tampouco o diretório existiam”,⁵¹⁶ foi a seguinte:

RESOLVE a Comissão Executiva Regional determinar à Comissão Executiva Municipal de Passo Fundo que convoque, para o dia 12 de abril, às 10 horas, na sede social, o Diretório Municipal do PTB, com a seguinte ordem do dia: escolha em votação secreta, dos candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, e de 12 vereadores à Câmara Municipal. RESOLVE, também, que a Presidência da referida reunião será efetuada pelo Presidente em exercício da Comissão Executiva Regional.⁵¹⁷

Essa decisão tomada pela cúpula regional do PTB tinha como objetivo - uma vez que todos os esforços foram feitos no sentido de apaziguar uma situação que se agravava ainda mais com a aproximação da disputa municipal entre as alas divergentes -, a necessidade de averiguar “quais as tendências reais do Partido, para após, em consonância com ela, adotar as medidas necessárias”.⁵¹⁸ Não foi, porém, assim entendida a intenção pela ala rebelde, acirrando-se, com essa decisão, ainda mais os ânimos que já se encontravam em ebulição.

O jornal *Diário da Manhã* atribuiu a decisão da Executiva Regional a uma tomada de posição frente as partes divergentes do trabalhismo local. Além de desconsiderar as renúncias coletivas lideradas por Daniel Dipp, reconhecendo assim a existência do Diretório Municipal que os rebeldes propalavam encontrar-se acéfalo, essa decisão veio também mostrar que entre César Santos e Daniel Dipp, “o governador e o órgão regional decidiram apoiar o atual presidente do trabalhismo passo-fundense”. Por sua vez, afirmava em nota, que teriam os demissionários, atendendo os termos do edital de convocação, comparecer à Convenção “para se submeterem à decisão da maioria”. Dessa maneira, João

⁵¹⁶ *Diário da Manhã*, 2 abr. 1959.

⁵¹⁷ *O Nacional*, 1 abr. 1959.

⁵¹⁸ *O Nacional*, 1 abr. 1959.

Caruso, traria “ao aprisco as ovelhas desgarradas”, ocorrendo a tão esperada “pacificação da família trabalhista”.⁵¹⁹

A versão dada pelo jornal *O Nacional*, no entanto, era outra. A solução encontrada pela Executiva Regional do PTB em vez de trazer harmonia ao partido provocou “maior discórdia entre os grupos, estabelecendo uma linha divisória entre as alas em luta”. Ao sobrepor “uma vontade sobre a outra”, por intermédio de um teste na forma da convocação para a escolha dos candidatos ao próximo pleito eleitoral, em vez de unir, desagregou os trabalhistas de Passo Fundo.⁵²⁰ A mesma reportagem apontou para o fato de que a Executiva Estadual havia acatado a decisão emitida por Wilson Vargas “pela extinção pura e simples do Diretório Municipal de Passo Fundo”. Porém, alguns dias após, “por influências estranhas” - numa ilusão que se infere relacionar-se a interferência de Brizola no caso -, pronunciou-se de forma contrária.

Diante dessas circunstâncias, Daniel Dipp, líder dos rebeldes, enviou uma “incisiva mensagem” a João Caruso, manifestando sua discordância e inconformidade com a decisão tomada, a qual denominou de “infeliz decisão”. Num flagrante desrespeito aos Estatutos partidários, decepcionou profundamente a maioria dos eleitores de Passo Fundo, “cuja vontade soberana ficou patenteada no último pleito eleitoral” - numa alusão à sua reeleição à Câmara Federal -, colocando-os assim, “completamente à margem da atividade partidária neste Município”, desobrigando-os por essa razão “de qualquer compromissos com a atual direção estadual do Partido”. Nada mais resta a fazer, continuou Dipp, senão prosseguir lutando pelos “ideais trabalhistas” e aguardar o resultado do próximo pleito municipal, com a certeza de que

O brioso e altivo povo desta terra, que nunca silenciou diante da injustiça e jamais se curvou frente à prepotência, saberá repelir a afrontosa manobra dessa pobre e dócil Executiva. Vale lembrar que esta terra tem dono: o povo passo-fundense. Não há de ser, portanto um órgão estranho, como é essa Executiva, que irá decidir sobre o futuro político de Passo Fundo.⁵²¹

Para Verdi De César, ex-integrante do Diretório municipal do PTB local, a solução encontrada pela alta direção trabalhista, “não veio ao encontro dos superiores interesses partidários”, mas sim buscou “solucionar problemas pessoais, quando a meta devia ter sido a harmonia do partido”. Com essa atitude, continuou De César, ao

⁵¹⁹ *Diário da Manhã*, 2 abr. 1959.

⁵²⁰ *O Nacional*, 3 abr. 1959.

⁵²¹ *O Nacional*, 3 abr. 1959.

abandonar os Estatutos aquela direção partidária optou e “optando dividiu, em vez de unir”,⁵²² as alas em divergência no trabalhismo local.

Outras expressões de solidariedade foram recebidas por Dipp, com as de Arthur Canfield, Trein, Martinelli e também do médico e integrante do Diretório Municipal do PTB, Paulo Fragomeni.⁵²³

A mensagem incisiva de Daniel Dipp soou como um rompimento oficial com a Executiva Estadual, dando “a impressão que de fato agora a luta está travada”, passando os trabalhistas rebeldes, a “constituir dissidência contra o Diretório Municipal, contra o Diretório Regional e contra o Governo do Estado”.⁵²⁴

A respeito da decisão tomada pela direção estadual do partido, convém lembrar o seguinte: Os conflitos que surgiram no PTB de Passo Fundo, segundo a direção local, tiveram como causa inicial a recusa de Daniel Dipp em apoiar a candidatura de Leonel Brizola ao governo do Estado, apoio esse mantido e defendido por César Santos. As razões apontadas por Dipp são outras. Derivam de prepotência, desmandos e personalismos, tanto de Brizola como de César Santos. A intervenção do governador e a conseqüente solução encontrada pela direção regional apontam para as razões defendidas por César Santos, por outro lado, não excluem aquelas apontadas por Daniel Dipp. A ingerência do governador no caso teria vindo em retribuição a fidelidade do líder trabalhista local, mas poderia também evidenciar uma das marcas inconfundíveis da vida partidária do PTB: “uma estrutura organizacional exclusivista, desenhada a dedo para impedir a emergência de líderes que pudessem contestar as lideranças tradicionais”.⁵²⁵

3.3. Divisão no trabalhismo local: Executiva e ala rebelde

Apesar da demonstração clara de seu posicionamento em relação aos conflitos no PTB local, na véspera da realização da Convenção Municipal, marcada pela direção estadual do PTB para 12 de abril, onde seriam escolhidos os candidatos ao pleito municipal de outubro de 1959, o governador Leonel Brizola enviou uma mensagem a todos os membros do Diretório Municipal, “indistintamente, acima de divergências ou quaisquer desentendimentos”. Suas palavras foram no sentido de que houvesse um entendimento pelo

⁵²² *O Nacional*, 4 abr. 1959.

⁵²³ *O Nacional*, 6/7/8 abr. 1959.

⁵²⁴ *Diário da Manhã*, 4 abr. 1959.

⁵²⁵ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 116.

caminho importante de “decisões livres, através do voto consciente e secreto”, marca histórica do partido desde Getúlio Vargas. Numa sutil referência a possíveis intransigências, disse que “não há e não pode haver qualquer humilhação em todos acompanharem as decisões da maioria”, uma vez que “quem não se submete ao princípio democrático, perde a razão”, fica sem condições de conviver entre “homens livres”. Tinha certeza, porém, que “os trabalhistas de Passo Fundo darão ao Rio Grande um exemplo de coesão e unidade, acima de tudo de amor e dedicação impessoal à causa que abraçamos”. Convocou a todos os membros do Diretório Municipal que comparecessem à reunião – que devido à gravidade da situação conflituosa do PTB local, seria presidida por João Caruso - e que prestigiassem os resultados dali advindos.⁵²⁶

Mas os conselhos e recomendações do governador, a quem de fato foram dirigidos, não surtiram efeito. A Convenção foi realizada e escolhidos os candidatos através do voto secreto. Para concorrer ao Executivo Municipal, foi eleito o então vice-prefeito Benoni Rosado e para o Legislativo, Wolmar Salton, prefeito em exercício; Celso Busato, advogado; Wilson Garay e Rodolfo Lara, à reeleição; o operário Odilon Soares de Lima, assim como o comerciante Ernesto Scortegagna, entre outros. Mas essa votação ocorreu, sem a presença da ala rebelde, isto é, sem a participação de Daniel Dipp e da bancada trabalhista, não havendo por essa razão concorrência para as candidaturas indicadas pela direção municipal do partido.

Apesar das ausências, realizou-se a Convenção e João Caruso, após o encerramento dos trabalhos de votação, congratulou-se com a escolha de Benoni Rosado, ressaltando o trabalho que César Santos vinha realizando “pela coesão e pujança do trabalhismo local”, elogiando também com entusiasmo sua personalidade. Sem mencionar os faltosos, mas de uma certa forma o fazendo, adiantou o apoio à direção partidária local e aos seus candidatos eleitos, tanto por parte do Governo Estadual como pelo Diretório Regional uma vez que não “reconheciam ou apoiavam dissidências do partido, cujos elementos não seriam reconhecidos como correligionários”.⁵²⁷

À revelia do chamamento de Brizola concitando todos à conciliação e em resposta às advertências de Caruso, numa demonstração de ruptura total, a ala rebelde liderada por Daniel Dipp organizou o Movimento de Renovação Trabalhista - MRT, “fundado para

⁵²⁶ *O Nacional*, 11 abr. 1959; *Diário da Manhã*, 11 abr. 1959.

⁵²⁷ *Diário da Manhã*, 14 abr. 1959.

apoiar o deputado Daniel Dipp”⁵²⁸ em torno do qual se agruparam os dissidentes trabalhistas de Passo Fundo.

Organizado o MRT, “caracterizada a cisão no PTB de Passo Fundo”, logo foram lançadas “por uma proclamação espontânea do povo” as candidaturas do industrialista Mário Menegaz e do deputado federal Daniel Dipp, para prefeito e vice-prefeito, respectivamente. Mais uma vez uniram seus nomes,⁵²⁹ concorrendo às eleições municipais de novembro de 1959, convictos de sua vitória, por aquela nova organização política.

Paralelas às atividades eleitorais e em decorrência delas, num contra-golpe às referências de irregularidades sofridas por Dipp em relação ao Instituto do Pinho e comissão do Trigo, apontadas pela direção do trabalhismo local,⁵³⁰ foram transcritas pelo *O Nacional*, declarações anteriormente publicadas pelo *Correio do Povo* de Porto Alegre, através das quais, pela tribuna da Câmara Federal, o deputado Daniel Dipp acusava duas entidades fantasmas de Passo Fundo, de estarem se “beneficiando com auxílios e subvenções orçamentárias da União”. A primeira teria como destino o Hospital Dr. César Santos Ortiz,⁵³¹ cujo nome não foi encontrado entre as instituições locais, e a segunda, a Clínica César Santos que existe “apenas no nome, pois não possui internamento de doentes, nem ambulatório para tratamento de indigentes”.⁵³²

O assunto, que já havia ultrapassado as fronteiras municipais, recebeu o repto de César Santos, segundo o qual, estaria sendo alvo de “calúnias, injúrias exifâneas”, pois nunca havia dito nem escrito que tivesse algum hospital, assim com também, nunca havia solicitado “direta ou indiretamente a qualquer deputado subvenção para minha clínica”. A essas justificativas de César Santos, juntou-se um documento proveniente do Ministério da Saúde – Serviço Nacional do Câncer - solicitado pelo próprio -, que atestava, entre outras informações, que a Clínica de sua propriedade havia recebido a quantia de cem mil cruzeiros em 1955, e em 1958 havia sido contemplada com quatrocentos mil cruzeiros a título de Convênio, recursos esses motivados pelo “fato de vir a citada clínica dando

⁵²⁸ *O Nacional*, 16 abr. 1959.

⁵²⁹ Daniel Dipp e Mário Menegaz foram eleitos prefeito e vice-prefeito de Passo Fundo respectivamente, durante o período correspondente aos anos de 1951-1955 pelo PTB.

⁵³⁰ *Diário da Manhã*, 13 mar. 1959.

⁵³¹ César dos Santos Ortiz, foi nomeado prefeito de Soledade em 1946 e eleito para o mesmo cargo pelo PSD no período compreendido entre os anos de 1951-1955. *O Nacional*, 30 jan. 1946; VERDI, Valdemar Cirilo. Soledade: das sesmarias dos monges barbudos e das pedras preciosas. Não Me Toque: Gesa-Prefeitura Municipal de Soledade, 1987. Pelas informações obtidas junto aos familiares de César Santos em Soledade, César Ortiz era primo em segundo grau de César Santos e nunca existiu no município um hospital com esse nome. Da mesma forma em Passo Fundo.

⁵³² *O Nacional*, 22/27 abr. 1959.

ininterrupta assistência a cancerosos indigentes no Estado do Rio Grande do Sul, tendo prestado conta dos auxílios recebidos”.⁵³³

A fim de que fossem devidamente esclarecidas e justificadas as razões das subvenções recebidas por César Santos, ressaltou Hugo Pinheiro Guimarães, diretor do Serviço de Câncer, que aquele departamento de saúde tinha “pleno conhecimento das muitas meritórias atividades de assistência gratuita prestada aos cancerosos pela Clínica César Santos, no correr dos anos”. As informações contidas no documento enviado pelo Ministério da Saúde, de acordo com César Santos comprovaram de forma definitiva e “irretorquível que Daniel Dipp é caluniador vulgar”.⁵³⁴

Mas embora as confirmações acima, através de um *A Pedido* publicado pelo *Diário da Manhã*, César Santos não só justificou as acusações recebidas de Dipp, como também reforçou aquelas que havia feito ao deputado:

Por enquanto, não pretendo acusar o deputado Dipp, porque quando alguém está desesperado por derrota espetacular semelhante à sofrida por ele na última convenção do PTB nesta cidade, quando está intoxicado por ódios e vingança insopitáveis, quando é incapaz de superar as próprias fraquezas, deve ser deixado ao léu de seu infortúnio. E “o fato sumamente indecoroso” denunciado na arenga do deputado Dipp, julgado o mais ineficiente deputado do Brasil pela imprensa Nacional, por certo ainda veio da s/autoria, mesma fonte inspiradora do célebre “PROJETO DO PINHO”, em que ficou tão bem representado “o tostão contra o milhão”.

E o “desvio criminoso” a que refere o famoso deputado, deve estar vinculado à vigência do tempo que ocupara a presidência da importante “Comissão do Trigo” em que proliferou a escabrosa indústria do trigo-papel e outras grossas patifarias... sob seu olhar “vigilante”.⁵³⁵

Embora Daniel Dipp estivesse sendo acusado de práticas irregulares na vigência de seu mandato parlamentar, conforme acima mencionamos, não ficou evidenciado na documentação consultada, fatos que possibilitassem esclarecer as acusações que vinha sofrendo, primeiramente em nome do Diretório do PTB e mais diretamente de César Santos.

Em outra oportunidade inquirido ainda sobre o assunto, reafirmando sua posição já anteriormente mencionada, César Santos disse acreditar que as verbas - que Dipp o acusava de ter recebido indevidamente do poder público -, talvez tivessem “sido consignadas maliciosamente [...], pelo próprio deputado”, pretendendo com essa atitude desviar para algum hospital fantasma, recursos específicos para a cura do câncer, tirando

⁵³³ *Diário da Manhã*, 7 out. 1959.

⁵³⁴ *Diário da Manhã*, 7 out. 1959.

⁵³⁵ *Diário da Manhã*, 28 abr. 1959.

de “dezenas de cancerosos pobres, a verba que para eles é destinada”,⁵³⁶ invertendo o sentido das acusações. Fez então, na oportunidade, “um repto de honra” para que Daniel Dipp provasse o recebimento de alguma importância pela sua clínica, uma vez que não era ele que precisava de verbas, mas sim “os humildes, os pobres, os trabalhadores”, todos aqueles que “na sua santa boa-fé”, elegeram Dipp “no último pleito” eleitoral.⁵³⁷

Ao falar especificamente de suas atividades, disse César Santos que a sociedade de Passo Fundo era testemunha de sua dedicação quase integral ao “tratamento de tão terrível doença”. Assim, não conhecia festas, não participava de bailes, nem conhecia “o pano verde”,⁵³⁸ numa alusão a jogos de cartas. Dedicava-se,

inteiramente ao estudo e à profissão que abracei. Se fiz política e nela me mantenho por injunções estranhas à minha vontade, tem sido apenas para melhor servir ao meu semelhante, àqueles que mais necessitam de quem por eles olhe.⁵³⁹

O assunto, pelas réplicas e tréplicas que o caso exigiu, foi tomando vulto e espaço nas páginas da imprensa local. Daniel Dipp, também lançou um desafio em resposta às acusações que lhe foram dirigidas. As palavras iniciais foram no sentido de não renovar acusações a César Santos, pelas “maldosas insinuações” sofridas, quando “pisando como gato em brasa fez ligeiras alusões ao Projeto do Pinho e à Comissão do Trigo”. Esclareceu a seguir o deputado trabalhista, que embora tenha lutado com todas as suas forças, para o êxito do Projeto e da Comissão mencionados, seus esforços foram em vão, razão pela qual convidava César Santos, a sair do campo das insinuações e entrar no “terreno das afirmações”. Para tanto, Daniel Dipp lançou um apelo “aos seus brios de homem, se é que ele é digno desse nome”, e assim comprovar algum procedimento menos digno de sua parte. Caso ficasse provado

o mínimo deslize, comprometendo minha honorabilidade, renunciarei imediatamente ao meu mandato e à vida pública, porque já não mais serei digno da confiança do povo.⁵⁴⁰

Se, entretanto, o contrário ocorrer “irei processá-lo e tentar metê-lo na cadeia - lugar, aliás, em que já deveria estar, depois das tentativas de assalto que fez às verbas do

⁵³⁶ *Diário da Manhã*, 1 mai. 1959.

⁵³⁷ *Diário da Manhã*, 1 mai. 1959.

⁵³⁸ *Diário da Manhã*, 1 mai. 1959.

⁵³⁹ *Diário da Manhã*, 1 mai. 1959.

⁵⁴⁰ *O Nacional*, 6 mai 1959. Essa primeira publicação saiu em primeira página, sendo posteriormente editado pelo mesmo jornal em 9 de maio de 1959, constando, porém, na segunda página.

Ministério da Saúde”.⁵⁴¹ As acusações trocadas entre ambos, depois da polêmica que resultou, ficou na seguinte situação: acusado formalmente César Santos fez sua defesa através de documentos comprobatórios, Daniel Dipp demonstrou através de declaração pública suas intenções a respeito da Comissão do Trigo e Projeto do Pinho, sem documentação mais consistente que fundamentasse suas explicações.

Assim é que após essa investida mais aberta e direta entre as duas maiores lideranças do PTB local que provocou uma onda de calor em pleno mês de maio, “a temperatura política caiu em virtude do frio reinante”, fazendo com que diminuísse um pouco a intensidade do borbulhante caldeirão em que se transformou a política passo-fundense.⁵⁴²

3.4. Fomos expulsos!

Na tentativa de reverter ainda a difícil e comprometedora situação do trabalhismo local, mesmo em meio, aos “duelos de artilharia, de grosso calibre”, entre César Santos e Daniel Dipp, o governador Brizola, chamou a Porto Alegre o candidato da ala rebelde ao Executivo Municipal, Mário Menegaz, para mais uma vez tentar “a pacificação da companheirada”. Esse encontro, que paralisou as atenções da política local e que causou certa apreensão entre os rebeldes, prendeu-se ao fato de que no decorrer da conversa com Brizola, Menegaz poderia voltar a prestigiar a Executiva Municipal, com a qual havia rompido para solidarizar-se “com seu amigo Daniel Dipp”.⁵⁴³ As apreensões, porém, foram em vão. Apesar de Brizola procurar com muita “cautela e habilidade” modificar a opinião de Menegaz, não conseguiu. Da mesma forma João Caruso, que chegou a trocar palavras ríspidas com o candidato rebelde, ao ameaçar com expulsão aqueles trabalhistas que persistissem na hostilidade contra o Diretório Municipal do partido, mesmo após a convenção de 17 de maio, quando seriam escolhidos os demais para a escolha dos candidatos ao pleito eleitoral de outubro de 1959.⁵⁴⁴ A situação ficou na mesma. Não houve acordos nem entre Menegaz e a cúpula partidária, nem tampouco conseguiu Menegaz pacificar a ala rebelde.

⁵⁴¹ *O Nacional*, 6 mai 1959.

⁵⁴² *Diário da Manhã*, 13 mai. 1959.

⁵⁴³ *Diário da Manhã*, 28 abr. 1959.

⁵⁴⁴ *Diário da Manhã*, 5 mai. 1959.

Após a realização da segunda Convenção, quando foram eleitos somente candidatos que faltavam para preencher o quadro ao Legislativo Municipal, João Caruso esteve em Passo Fundo e falou ao *Diário da Manhã*. Do Diretório Municipal do partido, onde se reuniu com César Santos e demais membros da direção trabalhista local, com palavras claras, diretas e firmes, dirigiu-se aos presentes e a todos os ouvintes de Passo Fundo, afirmando que não havia e nem poderia haver dois candidatos trabalhistas. Haveria somente um candidato e este seria Benoni Rosado, escolhido por maioria de votos do Diretório Municipal, sendo por essa razão o candidato oficial do partido. Falando sobre a ação partidária, assim se expressou:

um partido não pode sofrer as injunções dos personalismos; não pode ser submetido aos caprichos de alguns; o Partido é uma organização democrática, em que determinados cidadãos se unem e, decidem, tomar uma determinada orientação e essa orientação não podendo ser fixada nem por um nem por outro, só pode ser determinada pela maioria das vontades; quando a maioria se estabelece de uma ou de outra forma, e essa é condição fundamental da vida democrática e da organização partidária.⁵⁴⁵

Referindo-se à questão de maioria num partido - notadamente ao grupo rebelde - disse que aqueles que não se beneficiam do favor de se constituírem em maior grupo, “devem estender lealmente a sua mão, declarar a sua derrota, e ir lutar lado a lado para que a idéia de partido se firme, se concretize e se torne vitoriosa”. Inexistindo essas práticas, seguiu Caruso, também não existiria um partido, seria apenas “um simulacro”, um “arremedo de organização”, mas um partido “não poderia ser”.⁵⁴⁶

E sobre as diligências políticas dos dissidentes, disse saber que:

não se pensa assim em determinados arraiais, sei que se afirma até que sairão alguns com outra candidatura dissidente, candidatura acolhida à sombra de outra legenda, que não aquela legenda que Getúlio Vargas nos deu, que Jango Goulart e Brizola defendem com tanto afã; uma legenda diferente, estranha, portanto adversa à nossa legenda do PTB.⁵⁴⁷

Mais incisivo ainda, com palavras nitidamente de advertência, disse aos que assim deliberavam agir que pensassem “três vezes antes de fazê-lo”, pois mesmo com grande pesar, sem haver outro caminho, “nós os expulsaremos do partido”.⁵⁴⁸ Ao concluir, reforçou o apoio ao Diretório Municipal, tanto por parte de Leonel Brizola, como da

⁵⁴⁵ *Diário da Manhã*, 19 mai 1959.

⁵⁴⁶ *Diário da Manhã*, 19 mai 1959.

⁵⁴⁷ *Diário da Manhã*, 19 mai 1959.

⁵⁴⁸ *Diário da Manhã*, 19 mai 1959.

Executiva Regional do partido. O alerta de Caruso aos dissidentes trabalhistas de Passo Fundo, não deixou dúvidas, foi claro, direto e firme.

Como seria de se esperar, diante da situação conflituosa reinante, o pronunciamento de Caruso agitou os círculos trabalhistas locais, mais precisamente a ala dissidente, que em declaração pública contestou os pontos principais abordados pelo presidente da Executiva Regional. Em relação à orientação ditada por uma maioria a que se referiu Caruso, disseram os rebeldes que Caruso, nesse sentido, “usou de dois pesos e duas medidas”, uma vez que não viam maioria na composição do Diretório Municipal, após a renúncia coletiva que lideraram visando a pacificação do partido. No que se refere à ameaça de expulsão ditada por Caruso, os seguidores de Menegaz e Dipp, informaram que aceitavam o desafio que para eles significaria “o desmantelamento do trabalhismo em Passo Fundo, uma vez que a maioria do eleitorado” seguirá as candidaturas Menegaz- Dipp.⁵⁴⁹

A esses contrapontos, outros surgiram. Martinelli ao pronunciar-se sobre o assunto, não somente refutou as ameaças de João Caruso, mas também o desafiou ao declarar que “ninguém aqui se intimida diante dessas ameaças de um estrangeiro,⁵⁵⁰ que nem brasileiro é e que mesmo assim “iremos com Menegaz e Dipp. E iremos porque o povo de Passo Fundo os escolheu”.⁵⁵¹

Já Arthur Canfield, sobre o assunto de expulsão, alçando vãos mais altos, enviou mensagem telegráfica ao governador Brizola com o seguinte teor:

Levo ao conhecimento de V. Excia. que ante às ameaças feitas pelo sr. João Caruso Scuderi Mac Donald, de expulsão das fileiras do nosso Partido, nem por isso sinto qualquer arrependimento por ter contribuído para a esmagadora vitória de V. Excia.⁵⁵²

Outras foram as manifestações, envolvendo o assunto pela imprensa local⁵⁵³, e o cenário político já um tanto conturbado pelos acontecimentos conflituosos que permeavam a ação política do PTB em Passo Fundo há quase dois anos, foi se agravando cada vez mais. Assemelhava-se a um barril de pólvora. Bastava uma simples fagulha para explodir e por pouco isso não aconteceu.

⁵⁴⁹ *O Nacional*, 19 mai. 1959.

⁵⁵⁰ João Caruso Scuderi não nasceu no Brasil, foi naturalizado brasileiro, razão pela qual não podia candidatar-se por impedimento de Lei, por exemplo, à Câmara Federal.

⁵⁵¹ *O Nacional*, 20 mai. 1959.

⁵⁵² *O Nacional*, 20 mai. 1959. O acréscimo de Mc Donald ao nome de João Caruso, infere-se ter sido uma iniciativa da ala rebelde como forma de evidenciar sua natureza estrangeira, pelo que se presume, escocesa.

⁵⁵³ *O Nacional*, 22/27 mai. 1959.

Numa determinada sessão legislativa, por exemplo, foram tantos os ataques proferidos pelo vereador da ala rebelde Arthur Canfield, contra o prefeito Wolmar Salton - de quem era ferrenho opositor -, chamando-o de “incapaz e perguntando por que o mesmo não renunciava ao seu mandato”, que ao descer da tribuna, desentendeu-se com Wilson Garay - vereador fiel à Executiva -, e numa “ligeira troca de “elogios” mútuos”, investindo ambos, um contra o outro, tentaram sacar seus revólveres, no que foram impedidos pelos demais companheiros de bancada. Essa atitude ocasionou não só um “corre-corre” entre as pessoas que ali se encontravam, mas também entre os ouvintes de casa, uma vez que as sessões eram transmitidas pela Rádio Passo Fundo, fazendo com que “atraídos pela agitação dos debates”, assim também como “apreensivas, ante o estado de paixão e animosidade que vem dominando os debates políticos”, corressem para frente da Câmara em busca de informações.⁵⁵⁴

Nesse conturbado panorama, até então, marchavam em campanha para o Executivo Municipal, somente as duas alas trabalhistas divergentes com seus respectivos candidatos, ou seja, Benoni Rosado representante oficial do PTB local e Mário Menegaz-Daniel Dipp, ainda sem legenda definida, pelo grupo rebelde do partido. Surpreendendo as forças que já se encontravam em campanha, surgiu no cenário político, a terceira força liderada por Bittencourt de Azambuja e Anildo Sarturi para prefeito e vice, respectivamente. Concorreriam ao pleito de outubro, sob a composição partidária, PL-PDC-UDN-PSD, denominada de Coligação Democrática Passo-fundense. Essa candidatura, amparada por poderosa coligação de partidos, entrou na corrida ao Executivo Municipal, causando verdadeiro pânico entre os dissidentes trabalhistas chefiados pelo deputado Daniel Dipp, que viu assim, ameaçada por essa nova força política, as suas “já escassas esperanças de vitória”.⁵⁵⁵

Diferente, porém, era o pensamento dos rebeldes a respeito do assunto. Para estes, essa candidatura, não se constituía em ameaça, mas veio clarear, desanuviar, tornar mais nítido o jogo político, mostrando desse modo, que a vitória do trabalhismo local, só poderia “ser conquistada com a bandeira já consagrada de Mário Menegaz e Daniel Dipp”. Como forma de comprovar essas declarações argumentavam os rebeldes, que bastava “olharmos o passado, com a vitória de Daniel Dipp, sobre as posições oficiais no pleito de 3 de outubro último...”⁵⁵⁶ Interessante perceber como o grupo rebelde se apoiava na vitória

⁵⁵⁴ *Diário da Manhã*, 27 mai. 1959.

⁵⁵⁵ *Diário da Manhã*, 30/31 jul. 1959.

⁵⁵⁶ *O Nacional*, 1 ago. 1959.

de Dipp, em defesa de suas posições. Foi assim quando se rebelaram com a instalação da Comissão de Inquérito pela Executiva, nas acusações trocadas entre Dipp e César Santos, refutando declarações de João Caruso, assim como na participação de Azambuja na presente disputa eleitoral. Quando se sentiam ameaçados por qualquer circunstância, esse era o trunfo ao qual se agarravam. A candidatura Azambuja poderia se constituir numa força alternativa aos intensos e contínuos conflitos que permeavam a ação do PTB em Passo Fundo, mas embora a seriedade da vida pública que caracterizava a figura de Azambuja, o PSD mesmo ligado ao PDC não era concorrente mesmo para um PTB dividido por conflitos internos.

Se uma ou outra posição estava correta, somente as urnas iriam mostrar. Mas o fato é que anteriormente ao lançamento da candidatura Azambuja-Sarturi, já corriam boatos de investidas por parte do grupo rebelde de uma aproximação com a Executiva Municipal. Vários foram os indícios que apontavam tentativas de pacificação. Corriam notícias de que após lançamento da candidatura, Azambuja-Sarturi, alguns rebeldes como Canfield, Martinelli, Augusto Trein e o próprio candidato Mário Menegaz, andavam de conversações com Avelino Andreis, membro do Diretório local do PTB, examinando a possibilidade dos rebeldes retornarem ao partido. Centrava-se essa intenção, inclusive no afastamento da luta de uma destacada liderança dissidente, que se infere ser Daniel Dipp que seria “sacrificado em benefício da harmonia do partido”.⁵⁵⁷ Esse encontro que se constituiu “na nota de sensação do dia”, apontou para a possibilidade segura - segundo observadores políticos,

de que os “rebeldes” cansaram de ser “rebeldes”, e desejam agora, sob o pretexto do surgimento da terceira candidatura, voltarem ao aprisco, arrependidos e vencidos pelo pulso forte do dr. César Santos.⁵⁵⁸

No mesmo sentido, notícias davam conta que também Daniel Dipp, no Rio de Janeiro, procurava com insistência o presidente do Diretório Nacional do PTB, João Goulart, a fim de conseguir sua mediação, solicitando inclusive sua vinda a Passo Fundo, para “tentar com seu prestígio, a pacificação”. Recebido também como sintoma de pacificação, foi o comparecimento de Daniel Dipp, à recepção oferecida por Brizola no Rio de Janeiro e a longa conversa que manteve na ocasião com João Caruso. Porém, os dirigentes do PTB local, não viam com bons olhos o retorno dos rebeldes ao partido, a não ser, “como simples eleitores”.⁵⁵⁹

⁵⁵⁷ *Diário da Manhã*, 1 ago. 1959.

⁵⁵⁸ *Diário da Manhã*, 1 ago. 1959.

⁵⁵⁹ *Diário da Manhã*, 11 ago. 1959.

Não estava nada fácil a situação da ala dissidente trabalhista. Seu problema maior, além do processo de expulsão já em vias de ser remetido a Porto Alegre para apreciação da direção regional do partido, centrava-se na questão da legenda. Rememorando os fatos, logo após a reeleição de Dipp em 1958 que representou sua vitória sobre a Executiva Municipal, movido por aquela conquista, já nos primeiros dias do novo ano, sua candidatura à sucessão municipal circulava na imprensa local. Sabendo que não teria o apoio total do partido nessa empreitada, contava, porém, com o apoio do PSP na figura do líder da bancada municipal, Centenário do Amaral, aliado de todas as horas.

Acontece que, nesse meio tempo, João Caruso reafirmou e aconselhou aos municípios a manutenção da aliança anteriormente estabelecida nas eleições ao governo estadual, PTB-PSP-PRP, que proporcionou a vitória de Leonel Brizola. Esse acordo, não estava nos planos de Daniel Dipp, daí, a imediata e frustrada tentativa de pacificação que liderou pela via coletiva de renúncia dos cargos que ocupavam, junto à direção do PTB local. Esse fato, longe de amainar a situação, acirrou ainda mais os ânimos das partes em conflito, uma vez que além de resultar na vinda de mediadores de Porto Alegre, gerou descontentamento com a solução tomada pela Executiva Regional que beneficiou o grupo liderado por César Santos.

O apoio suposto do PSP, porém, estava em compasso de espera, uma vez que segundo declarações de Centenário do Amaral, líder do partido na Câmara Municipal e Presidente do Diretório Municipal, aguardava-se a orientação nacional, antes de pronunciar-se por um ou outro candidato trabalhista local. Acontece que Adhemar de Barros, presidente Nacional do partido, já era um dos candidatos em potencial a Presidência da República, razão essa que o levava a ter cautela, evitando de colocar o partido em situação melindrosa.⁵⁶⁰

Assim, viu-se Daniel Dipp, sem o apoio do PSP e também do PDC em torno dos quais esgotou todos os recursos possíveis em busca da legenda.⁵⁶¹ Procurou nessa investida utilizar o mesmo recurso de Loureiro, que após romper com o PTB no Estado, se abrigou sob o PDC em busca da prefeitura de Porto Alegre. Estava se tornando comum a utilização dessa prática pelos dissidentes trabalhistas.

Em Passo Fundo, porém, o partido entrou na composição da Coligação Democrática Passo-fundense na chapa de Azambuja, através de Anildo Sarturi na vice-prefeitura, fechando assim mais uma porta às pretensões do líder da ala rebelde, Daniel

⁵⁶⁰ *O Nacional*, 8 ago. 1959.

⁵⁶¹ *Diário da Manhã*, 12 set. 1959.

Dipp. Sem outras opções, voltaram-se para o Partido Trabalhista Nacional - PTN do também dissidente trabalhista do Rio de Janeiro, Hugo Borghi, mas sem condições de abrigar candidaturas uma vez que não possuía ainda no Estado um Diretório organizado. Essa era a situação da ala rebelde na disputa pelo Executivo Municipal e diante de um processo iminente de expulsão do partido.

Enquanto Daniel Dipp lutava em busca de uma legenda para abrigar o grupo que liderava, o governador Brizola, disposto pessoalmente na pacificação trabalhista local, chamou novamente a Porto Alegre, o candidato da ala rebelde ao executivo municipal, Mário Menegaz. Recebido friamente pelo governador que direto ao ponto e “criticando a conduta dos rebeldes”, solicitou que Menegaz reconsiderasse sua conduta e voltasse ao partido, pedido esse recusado.⁵⁶² Diante dessa nova tentativa frustrada de um acordo, disse Brizola:

Pois então, Mário, você vai me obrigar a ir a Passo Fundo para fazer a campanha do meu correligionário Benoni Rosado.⁵⁶³

César Santos, ao contrário do governador trabalhista, não via possibilidades - nessas alturas dos acontecimentos - de um apaziguamento entre as partes em conflito. Para ele, nunca foi recusada a volta dos dissidentes ao partido, porém, “a fase diplomática” já havia passado. A preocupação maior do partido naquele momento era intensificar a campanha de Benoni Rosado, candidatura essa “legítima e definitiva”.⁵⁶⁴

Mas nem tudo estava perdido para os rebeldes. Depois de intensas deliberações tanto de Daniel Dipp, assim como de Martinelli e Augusto Trein, finalmente foi conseguido não só o registro do Partido Nacional Trabalhista – o PTN no Estado, como também da Comissão Organizadora dessa legenda partidária em Passo Fundo. Deferido o registro pelo Tribunal Regional Eleitoral, a presidência no Rio Grande do Sul do novo partido, ficou a cargo de Martinelli. A Comissão em Passo Fundo, porém, ficou assim constituída: na presidência o médico Eclérion Trein, irmão de Augusto Trein, Nelson Petry como secretário e demais membros, Homero Horn, Nagippe Kraide, Natalício Martinelli, César Finardi e Nilo Salton.⁵⁶⁵

⁵⁶² *Diário da Manhã*, 28 ago. 1959.

⁵⁶³ *Diário da Manhã*, 28 ago. 1959.

⁵⁶⁴ *Diário da Manhã*, 2/4 set. 1959.

⁵⁶⁵ *O Nacional*, 1/5 out. 1959.

Organizado o PTN, foi marcada a Convenção através de edital público⁵⁶⁶, quando foram homologadas nesse evento, as candidaturas - agora sob nova legenda partidária oficializada -, de Mário Menegaz para prefeito e Daniel Dipp para a vice-prefeitura de Passo Fundo no próximo pleito eleitoral de outubro de 1959. Escolhida também a representação para a Câmara Legislativa que entre outros nomes, contou com os seguintes: Antônio Augusto Meirelles Duarte, contabilista; Arthur Canfield, funcionário público; os advogados Augusto Trein e Romeu Martinelli; João Freitas, radialista; Nagippe Kraide e Theomiro Branco comerciantes; o industriário Nelson Petry, Trajano Oliveira Salinet, viajante comercial e o médico Afonso Simões Pires.⁵⁶⁷

O Partido Trabalhista Nacional - PTN, “o mais getulista dos partidos políticos brasileiros” foi fundado por Hugo Borghi,⁵⁶⁸ empresário paulista que pertencia à corrente petebista favorável a Dutra. Sua liderança no PTB, “tornou-se fonte de conflito, o que motivou sua expulsão do partido em 1947”, quando fundou o PTN. Borghi concorreu sob essa nova sigla ao governo do Estado de São Paulo, sendo derrotado por Adhemar de Barros⁵⁶⁹ do PSP nas eleições de outubro de 1950. Abrigado “na mania do rótulo trabalhista”, o PTN sobreviveu através de alianças até o Ato Institucional nº2, mal equilibrado no apoio de alguns parlamentares.⁵⁷⁰

Assim, sob nova legenda e direção, retomou o grupo rebelde, com mais ênfase e empenho à campanha eleitoral em busca da sucessão municipal em visitas não só no interior do município, como também nas vilas e bairros da cidade. Num comício improvisado, vários foram os oradores a se pronunciar diante de “verdadeira multidão”⁵⁷¹ que enchia completamente os canteiros da Avenida Brasil. A voz corrente que se fazia ouvir, centrava-se em ofensas dirigidas à Executiva Municipal que estaria “ludibriando a boa fé de todos os eleitores”, ao fazer falsas promessas, falou João Freitas. Meirelles Duarte ao condenar a prepotência e os desmandos da direção trabalhista local, disse que “não seriam com pressões e ameaças que se afogariam as consciências livres e democráticas do nosso povo”. Já as palavras de Daniel Dipp, se dirigiram à campanha eleitoral prejudicial ao povo realizada pela ala adversária, que em vez de trazer algo de construtivo, “menciona ataques pessoais, aliás, sem consistência e nenhuma repercussão”.

⁵⁶⁶ *O Nacional*, 1 out. 1959.

⁵⁶⁷ *O Nacional*, 5 out. 1959.

⁵⁶⁸ *O Nacional*, 28 out. 1959.

⁵⁶⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1966, p.34.

⁵⁷⁰ CHACON, Vamirech. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 150.

⁵⁷¹ *O Nacional*, 8 out. 1959.

Assim se expressando o líder da dissidência trabalhista, talvez não tenha percebido que à frente da multidão de ouvintes que se concentrou no local do comício as palavras ouvidas na sua maioria, foram de acusação à Executiva Municipal pelos que ali se fizeram ouvir. Portanto, dois pesos e duas medidas.

Em febril campanha e no prazo determinado em lei, após ser organizado o PTN no Estado e em Passo Fundo, os rebeldes “entraram com o pedido de registro de seus candidatos”.⁵⁷² Essa solicitação colocava um ponto final em qualquer possibilidade de volta dos rebeldes ao partido, sinalizando para um decisivo e oficial rompimento. E assim entendeu a Executiva Regional do Partido Trabalhista Brasileiro, que apenas esperava por essa ação. Em Porto Alegre, na presença do representante da Executiva local, Ney Menna Barreto, reuniu-se a Executiva Regional e conforme anunciou em suas páginas o *Diário da Manhã*, “a guilhotina trabalhista funcionou ontem, fazendo rolar uma dúzia de cabeças”.⁵⁷³

Foram expulsos do PTB, além de Daniel Dipp e Mário Menegaz, também Theomiro Branco, Arthur Canfield, Augusto Trein, Romeu Martinelli, Nelson Petry, Nagippe Kraide, Afonso Simões Pires Neto, Floro José da Silveira e Trajano Salinet, todos candidatos ao pleito eleitoral de 8 de novembro de 1959, pelo recente partido fundado em Passo Fundo, o PTN.

Diretamente da Rádio Passo Fundo, no programa reservado à Executiva Municipal do PTB, a notícia de expulsão da ala rebelde dissidente do trabalhismo local foi transmitida “sob aplausos da assistência que superlotava o estúdio da ZYF-5”. Nessa noite, foi realizado um grande comício pelos trabalhistas, na Vila Petrópolis, de propaganda de seus candidatos e também em “regozijo pela expulsão dos dissidentes. Saíram após em carreata pelas ruas centrais da cidade e entre espocar de foguetes, davam “morras aos traidores do partido de Getúlio Vargas”.⁵⁷⁴

Atingidos pela grave notícia, junto aos demais companheiros expulsos, assim se expressou Daniel Dipp:

Recebi com surpresa a notícia da minha expulsão, sem que me tivesse sido assegurado o mais elementar direito de defesa. Eu, como autoridade que penso ter, como um dos fundadores do PTB, vou me dirigir à Executiva Estadual, pedindo que ela me informe se essa violência resultou de qualquer ato menos digno por mim praticado no exercício do meu mandato; se decorreu de qualquer desvio meu da linha programática do partido, ou se foi simplesmente consequência da minha

⁵⁷² *Diário da Manhã*, 10 out. 1959.

⁵⁷³ *Diário da Manhã*, 14 out. 1959.

⁵⁷⁴ *Diário da Manhã*, 14 out. 1959.

desconformidade com a prepotência e a corrupção que envolvem a Executiva do PTB de Passo Fundo.⁵⁷⁵

O deputado trabalhista, concluiu suas declarações dizendo que se sua expulsão se deu em razão da última hipótese levantada, ou seja, de sua desconformidade com as práticas da Executiva local do partido, dela não recorreria, uma vez que preferia continuar lutando ao lado do povo de Passo Fundo contra os aventureiros que comprometiam não só “as tradições de nossa terra”, mas também “os ideais de Getúlio Vargas”.⁵⁷⁶

Depois desse ato de expulsão, “as facções em luta aberta”⁵⁷⁷ tornaram ainda mais tenso o panorama político, através de continuadas e presentes trocas de ofensas entre si, que seriam reforçadas devido a anunciada presença do governador Leonel Brizola em Passo Fundo.

3.5. Política acima do poncho: as eleições municipais de 1959

Antes, porém, do ato de expulsão do grupo rebelde, já havia sido anunciada a vinda do governador a Passo Fundo. A movimentação em torno das eleições municipais naquele momento, era a grande preocupação de Brizola que enfrentava uma oposição dissidente “em casa” através de Loureiro da Silva. Abrigado pela sigla do PDC, disputaria com o candidato situacionista Wilson Vargas a prefeitura municipal da capital gaúcha. João Goulart também veio ao Estado para visitas ao interior com o objetivo não só de apoio às candidaturas trabalhistas, mas também de tentar a pacificação em alguns municípios, entre eles, Passo Fundo.⁵⁷⁸ Tarde, porém, no que se refere aos rebeldes do PTB local, uma vez que já haviam sido expulsos do partido.

No calor da revolta que a expulsão provocou entre o grupo rebelde, Daniel Dipp não acreditava que um “homem de envergadura e consciente de suas altas responsabilidades”⁵⁷⁹ como Brizola deixasse o governo do Estado para vir a Passo Fundo fazer campanha eleitoral. Ao contrário do que pensava, porém, Brizola não só veio a Passo Fundo, como também não foram nada condescendentes as palavras que frontalmente dirigiu à ala rebelde, em pronunciamento público. Acompanhado de sua comitiva e

⁵⁷⁵ *O Nacional*, 14 out. 1959.

⁵⁷⁶ *O Nacional*, 14 out. 1959.

⁵⁷⁷ *Diário da Manhã*, 15 out. 1959.

⁵⁷⁸ *O Nacional*, 17 out. 1959.

⁵⁷⁹ *Diário da Manhã*, 15 out. 1959.

representantes do PTB local como César Santos, Benoni Rosado e Sinval Bernardon, candidatos oficiais da coligação PTB-PSP-PRP, denominada Coligação Popular, entre outros, liderou um comício diante de “considerável massa popular que se encontrava estacionada”⁵⁸⁰ em frente à sede do partido. Após serem ouvidos vários oradores, foi a vez do governador, pronunciamento aguardado com grande expectativa e ansiedade devido a situação política delicada depois da recente expulsão da ala rebelde do PTB.

Após traçar um panorama de sua administração no governo do Rio Grande, indo direto ao ponto que motivou sua vinda, passou a culpar os dissidentes trabalhistas pela demora de sua visita ao município. Esse fato deveu-se, segundo declarações de Brizola, primeiramente ao fato de que

fora obrigado a aguardar a data para registro dos candidatos e a expulsão dos dissidentes dos quadros do trabalhismo, para certificar-se que na verdade elementos que se dizem pertencer ao PTB haviam se registrado pelo PTN, partido que, segundo, a opinião do governador, é uma “verdadeira arapuca que funciona em São Paulo”, cujos dirigentes cedem sua legenda por dinheiro e além disso, é partido inimigo do PTB, partido que está lutando pela candidatura do “vassourinha”, referindo-se ao sr. Jânio Quadros, cuja candidatura atacou com veemência.⁵⁸¹

Afirmou também em seu claro pronunciamento que

Os dissidentes não pertencem mais ao PTB e devem ser combatidos. Citou, o governador, nominalmente, o deputado Daniel Dipp, a quem acusou de “ambicioso e falso getulista” que está tentando, em vão, dividir a família trabalhista, intento que não conseguirá, de vez que ninguém tem prestígio para quebrar a unidade e coesão dos getulistas que se abrigam sob a bandeira do partido, fundado pelo sr. Getúlio Vargas.⁵⁸²

Em relação aos comentários sobre sua intervenção na política local, disse que aquele era mesmo um comício do governo, porque não fazia “política debaixo do poncho”, enganando-se “com o governo quem quer se enganar”. Numa referência à fidelidade partidária, afirmou ainda que “mesmo quando o partido erra, temos que obedecer e votar no partido”.⁵⁸³

Disse também que os dissidentes deviam ser combatidos, pois “quem vota neles, vota contra mim”. Necessário se faz, continuou o governador, “que votem nos candidatos meus amigos e de minha confiança”, ou seja, Benoni Rosado e Sinval Bernardon, pois

⁵⁸⁰ *Diário da Manhã*, 18 out. 1959.

⁵⁸¹ *Diário da Manhã*, 18 out. 1959.

⁵⁸² *Diário da Manhã*, 18 out. 1959.

⁵⁸³ *O Nacional*, 19 out. 1959.

“não quero na prefeitura de Passo Fundo um prefeito com quem eu precise de andar me cuidando ou que ele ande me olhando atravessado”.⁵⁸⁴ Essas referências, notadamente dirigidas a Menegaz, se explicam pela resistência do candidato rebelde, em atender às duas tentativas que Brizola fez, por seu intermédio, de pacificar o PTB local. Concluindo seu extenso pronunciamento público, Brizola rendeu homenagens a César Santos,

elogiando sua conduta partidária, o seu desprendimento, a sua dedicação aos ideais trabalhistas afirmando: “os ataques e as infâmias assacadas contra o dr. César Santos, cidadão digno e respeitável, médico humanitário, pelos políticos ambiciosos e insinceros, não atingem seus objetivos, de vez que a sociedade passo-fundense e todos os trabalhistas, estavam punindo os caluniadores”.⁵⁸⁵

O discurso do governador definiu posições e oposições, marcou nitidamente o território das diferenças políticas, numa demonstração clara de que a fase da conciliação já havia passado.

Em resposta às enérgicas e diretas declarações do governador gaúcho, Daniel Dipp ao referir-se à questão levantada por Brizola sobre fidelidade partidária, defendeu que correto seria assim proceder, quando as decisões fossem tomadas em conjunto, “mas nunca como imposição de um grupinho contra a vontade da maioria”. Já sobre a alusão feita ao candidato dissidente, disse que em vez de se cuidar de Mário Menegaz, “que era um homem pacato, probó, honesto”, deveria isso sim, se cuidar de determinados elementos que o acompanharam de Porto Alegre até Passo Fundo - numa referência a João Caruso - “homem que faz a política do ódio” -, e também de outros que estiveram junto ao palanque no comício realizado na cidade,⁵⁸⁶ numa clara menção a César Santos, candidatos e demais componentes da direção trabalhista local.

A vinda de Brizola a Passo Fundo movimentou ainda mais os círculos políticos locais, já conturbados pelas desavenças que há mais de dois anos vinham mantendo as alas em que se dividiu o PTB de Passo Fundo.

Bittencourt de Azambuja, candidato da Coligação Democrática (PSD-UDN-PL-PDC) traçou um panorama da campanha eleitoral que se desenvolvia no município e também manifestou sua posição em face da interferência de Brizola nos assuntos políticos locais.

⁵⁸⁴ *O Nacional*, 19 out. 1959.

⁵⁸⁵ *Diário da Manhã*, 18 out. 1959.

⁵⁸⁶ *Diário da Manhã*, 15 out. 1959; *O Nacional*, 22 out. 1959.

Segundo suas palavras, quando iniciou a campanha da Coligação, se deparou com um “inédito espetáculo de degradação cívica, sem antecedentes na história do Brasil republicano”. Veículos e funcionários da prefeitura, além de recursos administrativos eram utilizados na campanha em favor das candidaturas situacionistas, afora o envolvimento do prefeito com esses candidatos. Também “a campanha de insídias, intrigas, falsidades, compressão e subornos”, que com promessas de empregos, e ameaças de represálias, vinha, “conturbar, silenciar e corromper nos arraiais democráticos os homens livres, independentes e dignos” de Passo Fundo. Ao falar sobre Brizola disse que não sendo suficiente as declarações acima,

Foi preciso, também, descesse da alta dignidade de seu cargo, esse novo demiurgo, que prometeu a terra e o céu aos rio-grandenses desprevenidos, que transformaria a face do Rio Grande nos primeiros três meses de seu governo e viesse assumir aos olhos de uma cidade culta, brava e cônica dos seus direitos e deveres cívicos do direito inauferível de se governar por si mesma, o comando efetivo desta campanha eleitoral que é do município e só do município, cuja autonomia e capacidade na escolha de seus dirigentes, não podem admitir, e muito menos festejar, a intromissão tutelar, indébita, abusiva e ilegal do sr. Governador do Estado.⁵⁸⁷

O pronunciamento de Azambuja, favorável à ala rebelde do PTB, trouxe também o prognóstico de que o resultado do quadro de desprestígio do governo municipal que se mostrava, não traria benefícios às candidaturas democráticas, mas viria “fortalecer a ação política dos rebelados contra o governo e o grupo que o sustenta”. Afirmou, porém, que mesmo “diante dessa ostentação pública de irresponsabilidade moral e política”, não recuaria em seu propósito, uma vez que preferia “quinhentos votos conscientes, a dez mil votos conquistados pela fraude, pela compressão, e pelo suborno”.⁵⁸⁸

Além das desvantagens eleitorais que sofria a Coligação Democrática, apontada pelo seu próprio candidato - Bittencourt de Azambuja -, mais um acontecimento viria tumultuar a já difícil situação política local. Procurando acirrar ainda mais os ânimos exaltados que a campanha eleitoral e a vinda de Brizola provocavam na oposição, Daniel Dipp, através dos microfones da Rádio Passo Fundo, atacou a conduta política de Túlio Fontoura, afirmando que a Executiva do PTB local, com o intuito de atacar os rebeldes, estaria confeccionando “boletins anônimos, infames e mentirosos”, nas oficinas do *Diário da Manhã*, e que seriam lançados às vésperas do pleito eleitoral de 8 de novembro. Declarou também que, assim procedendo, Túlio Fontoura, como presidente da Coligação

⁵⁸⁷ *O Nacional*, 22 out. 1959.

⁵⁸⁸ *O Nacional*, 22 out. 1959.

Democrática, estaria traindo seu candidato Bittencourt Azambuja, ao unir-se a César Santos. Estariam assim, “adversários aparentes de mãos dadas, traindo seus próprios companheiros”. Ao tomar conhecimentos das declarações de Daniel Dipp, disse Túlio Fontoura que tais acusações só poderiam partir de um “louco, e louco perigoso”. Afirmou também, que essas acusações vinham acompanhadas certamente do desejo que “rompesse as minhas relações pessoais com o dr. César Santos, meu velho amigo, de quem somente tenho recebido atenções e considerações”, amizade da qual tenho orgulho, “como se orgulham todos os seus amigos”.⁵⁸⁹

Túlio Fontoura pertencia ao PSD desde sua formação em 1945, e disso não fazia segredos a ninguém. O *Diário da Manhã*, órgão de imprensa de sua propriedade, difundia claramente seu posicionamento, através de suas páginas diárias, como também sua oposição às lideranças maiores do PTB, como Vargas, João Goulart, Brizola e outros. Inclusive, vale lembrar, que por ocasião da morte de Vargas em 1954, as instalações daquele vespertino foram duramente atacadas pelos trabalhistas revoltados com o desaparecimento de seu líder maior. Interessante perceber, porém, que a despeito dessa ferrenha oposição aos trabalhistas em geral, não se percebeu, no decorrer das pesquisas efetuadas no *Diário da Manhã* para o presente estudo, que a mais leve repreensão pesasse diretamente a César Santos, como presidente do PTB em Passo Fundo desde a fundação do partido.

Em relação, porém, à traição que teria sofrido Bittencourt Azambuja pelo diretor do *Diário da Manhã*, outras foram as considerações. O fato é que Azambuja já havia passado por situação similar nas eleições à Câmara Federal em 1947. Vale lembrar o episódio do modelo das cédulas eleitorais que sofreram um certo “arranjo”, constando em primeiro lugar e em destaque o nome de Nicolau Vergueiro, vindo em seqüência os nomes dos demais candidatos àquele pleito eleitoral. Consta, porém, que as cédulas eram individuais e o modelo que circulou vinculava as demais candidaturas ao primeiro colocado, voto que se dado ao primeiro candidato, eliminava os demais concorrentes. Bittencourt Azambuja acusou publicamente Túlio Fontoura, Nicolau Vergueiro e Ferreira Filho, afastando-se por essa razão da direção do PSD. Se a situação estava se repetindo ou não, o fato é que alguns dias após essas declarações das partes, um acusando, outro explicando, Túlio Fontoura exonerou-se da presidência da Coligação Democrática, passando o controle da mesma ao

⁵⁸⁹ *Diário da Manhã*, 6 out. 1959.

seu vice-presidente Victorino Reveilleaux⁵⁹⁰. Ao afastar-se do cargo, “reafirmou, todavia, a sua integral e irrestrita solidariedade às candidaturas” Azambuja-Sarturi.⁵⁹¹

E assim, com as cartas na mesa, seguiram as três forças em busca do poder executivo de Passo Fundo. Para tanto, foram realizados comícios nos bairros e vilas da cidade, visitas domiciliares, até uma prévia eleitoral foi instituída pelo jornal *O Nacional*, a exemplo do que vinha realizando a Rádio Passo Fundo. Os resultados, porém, favoráveis aos candidatos dissidentes do PTN, resultaram em reclamação por parte das candidaturas oficiais do PTB, no que foi “atacado maldosamente *O Nacional*, só porque” estava fazendo a sua prévia eleitoral, inclusive sendo denominado aquele órgão de imprensa de “ninho” dos “traidores do PTB”.⁵⁹² Difícil se encontrava a situação da política local. Mesmo após a adesão de Daniel Dipp e seu grupo rebelde ao PTN, persistiu a característica dobradinha acusação/defesa, com o PTB. Não perdiam uma oportunidade sequer para constante renovação dos conflitos, sem tréguas, sem descanso.

Mas a nuvem de desavenças não pairava somente sobre os trabalhistas de Passo Fundo. No Rio de Janeiro, também a situação não era das melhores. Após desentendimentos numa sessão do Diretório Nacional em virtude de não ser apreciada pela mesa, na ocasião, a indicação de seu nome como candidato do partido à vice-presidência da República às eleições que se realizariam em 1960, Fernando Ferrari renunciou ao cargo que ocupava junto àquela direção partidária.⁵⁹³

Após esse episódio, Ferrari veio a Porto Alegre e ofereceu “apoio aberto e irrestrito ao movimento de rebeldia irrompido há meses no PTB”. Iniciou apoiando a candidatura Loureiro da Silva que em dissidência do PTB, concorria à prefeitura municipal de Porto Alegre, abrigado sob a sigla do PDC em oposição ao candidato trabalhista - apoiado por Brizola - Wilson Vargas da Silveira.⁵⁹⁴

A promessa de apoio aos rebeldes, estendeu-se a Passo Fundo. Foi então preparado o Altar da Pátria para receber o “grande líder trabalhista nacional” deputado Fernando Ferrari. Um fato pitoresco, porém, aconteceu. Na noite que antecedeu a realização desse comício de propaganda das candidaturas Menegaz-Dipp, segundo publicação em *O Nacional*, “elementos a serviço da executiva municipal do PTB”, em flagrante desrespeito cívico e político, “forraram o Altar da Pátria, inclusive a Pira Sagrada, de propaganda” das

⁵⁹⁰ Victorino Reveilleaux pertencia ao Partido Libertador- PL.

⁵⁹¹ *Diário da Manhã*, 27 out. 1959.

⁵⁹² *O Nacional*, 23 out. 1959.

⁵⁹³ *O Nacional*, 26 out. 1959.

⁵⁹⁴ *O Nacional*, 29 out. 1959

candidaturas Benoni-Bernardon. Fixaram também, segundo a nota, “panfletos atrevidos e maldizentes, dirigidos acintosamente ao ilustre brasileiro Fernando Ferrari”. O fato foi comunicado ao plantão policial e ao Juiz Eleitoral para que fosse providenciada a retirada do material de campanha da oposição, inclusive sendo solicitado também pelos rebeldes, para a ocasião, “força estadual ou policial” em virtude de andarem correndo boatos na cidade de que a transmissão da Rádio Passo Fundo, naquele evento, seria boicotada “por agentes a serviço da desordem”,⁵⁹⁵ o que nos leva a crer haver nessa possibilidade a participação dos dirigentes do PTB local.

Afinal, apesar dos contratemplos, “conduzido nos braços do povo”, Ferrari realizou um comício “somente comparável”⁵⁹⁶ ao realizado por Vargas em 1950. As preleções ouvidas pelos diversos oradores que subiram no palco do altar cívico foram na sua maioria, de veladas acusações tanto à Executiva municipal do PTB como ao Governador Leonel Brizola. Não destoando dos demais, Daniel Dipp falou da luta dos rebeldes, uma luta, segundo ele, “da verdade contra a mentira”, de uma situação não só “de aproveitamento dos inescrupulosos”, mas também de “opressão e de desmando”, principalmente “de um governador transformado em cabo eleitoral”.⁵⁹⁷

Seguindo o ritual protocolar de praxe nesses eventos políticos, falou encerrando o evento, o deputado Fernando Ferrari declarando aos presentes que passada a tempestade, numa referência aos conflitos do trabalhismo de um modo geral, “faremos um novo trabalhismo, um trabalhismo respeitador”. “Me incorporo agora, à luta de rebeldia de Passo Fundo”, solicitando aos que confiavam em sua pessoa e em suas idéias que votassem em Mário Menegaz e Daniel Dipp.⁵⁹⁸ Pronunciou também, “um verdadeiro libelo acusatório aos dirigentes do PTB nacional, acusando-os de inimigos do trabalhador, ineptos, incapazes e desonestos”.⁵⁹⁹ Mas embora tenha vindo a Passo Fundo e prestado seu apoio público à causa rebelde que também era a sua, já em Porto Alegre, consultado sobre a possibilidade eleitoral das candidaturas dissidentes, disse: “Não tenho certeza da vitória!”

600

Considerada uma das campanhas eleitorais “das mais acirradas, talvez a maior e a mais intensa da história municipal”, suplantando até a de 1922 - quando concorreram ao governo do Estado Borges de Medeiros e Assis Brasil -, devido “à dissensão lavrada no

⁵⁹⁵ *O Nacional*, 3 nov. 1959.

⁵⁹⁶ *O Nacional*, 4 nov. 1959.

⁵⁹⁷ *O Nacional*, 4 nov. 1959.

⁵⁹⁸ *O Nacional*, 4 nov. 1959.

⁵⁹⁹ *Diário da Manhã*, 4 nov. 1959.

⁶⁰⁰ *Diário da Manhã*, 6 nov. 1959.

seio do PTB de Passo Fundo” entre os dois maiores expoentes do trabalhismo local, sem dúvida alguma, o pleito eleitoral de outubro de 1959, foi uma batalha travada entre “elementos do PTB local”,⁶⁰¹ ou seja, entre César Santos pela Executiva Municipal e Daniel Dipp, liderando os dissidentes também denominados de ala rebelde.

Apesar dos profundos e por vezes acintosos conflitos entre as partes digladiantes, a vitória do PTB mais uma vez confirmou a supremacia do partido em Passo Fundo. Diante da situação desfavorável em que se encontravam os rebeldes, difícil mesmo seria uma vitória. E o resultado das urnas confirmaram a incerteza de Ferrari. A vitória conquistada por Daniel Dipp nas eleições de 1958 não se repetiu. Sofreu o deputado trabalhista, “espetacular derrota eleitoral”, perdendo para o candidato oficial do PTB a vice-prefeitura, Sinval Bernardon, pela diferença de mais de quatro mil votos.⁶⁰² Já de passagem reservada, seguiu para o Rio de Janeiro, dois dias após se efetivarem as eleições.

Num contingente de 22.365 eleitores distribuídos entre 97 urnas em todo o município, Benoni Rosado e Sinval Bernardon foram eleitos pela aliança intrapartidária formada pelo PTB-PSP-PRP, denominada Coligação Popular com 9.546 votos contra 6.918 favoráveis a Mário Menegaz e Daniel Dipp pelo PTN e 2.721 da Coligação Democrática Passo-fundense que congregava os partidos PSD-UDN-PL e PDC tendo como candidato Bittencourt de Azambuja. A votação recebida pelos candidatos a vice-prefeitura foi a seguinte: Sinval Bernardon do PSP, 8.420, Daniel Dipp do PTN, 4.289 e Anildo Sarturi do PDC, 5.785 votos. Percebe-se que Daniel Dipp foi derrotado não somente por Sinval Bernardon, mas também por Anildo Sarturi que formara a chapa junto a Bittencourt Azambuja.

A formação da Câmara Legislativa Municipal, entre outros, contou com maioria trabalhista, sendo eleitos Carlos de Danilo Quadros, Moacyr Motta Fortes, Glicério Menin, Ernesto Scortegagna, Rodolfo Rodrigues de Lara, Odilon Soares de Lima e reeleito Wilson Corrêa Garay. A ala rebelde contou com três representantes agora reeleitos sob a nova sigla partidária, o PTN, a saber: Afonso Simões Pires, Augusto Trein e Romeu Martinelli. Arthur Canfield, Meirelles Duarte e Nelson Petry que também integravam a dissidência trabalhista ficaram na suplência. Também foi reeleito Centenário Índio do Amaral, líder da bancada do PSP no legislativo municipal,⁶⁰³ e aliado do PTB.

⁶⁰¹ *O Nacional*, 7 nov. 1959.

⁶⁰² *Diário da Manhã*, 10 nov. 1959.

⁶⁰³ *O Nacional*, 13 nov. 1959.

Diferente, porém, foi o resultado na capital do Estado. O dissidente trabalhista, José Loureiro da Silva, expulso do PTB que concorreu à prefeitura de Porto Alegre abrigado sob a sigla do PDC, apoiado por Fernando Ferrari, derrotou Wilson Vargas candidato do governador Leonel Brizola. Essa conquista, “espetacularmente comemorada em Passo Fundo” consistiu na “vitória dos trabalhistas rebeldes sobre os trabalhistas da executiva”, principalmente sobre João Goulart, Leonel Brizola e João Caruso. Para tanto foi realizado um comício em frente à sede do Movimento de Renovação Trabalhista, “sob intenso espocar de foguetes”.⁶⁰⁴ Já que os rebeldes locais foram derrotados em Passo Fundo, fizeram sua a vitória de Loureiro da Silva à prefeitura de Porto Alegre.

Interessante perceber que após o resultado eleitoral, nenhuma das lideranças que por meses a fio se chocaram através de intensos e constantes embates, se pronunciaram. Houve um silêncio total. Daniel Dipp seguiu para a capital federal logo após o pleito, e não houve por parte de César Santos qualquer manifestação a respeito dos resultados que trouxeram a vitória política à sua causa. Somente Cafruni, através de uma série de crônicas, veio em defesa da causa rebelde, causa essa conforme informou, partiu daqui de Passo Fundo e serviu de modelo a todo o Rio Grande do Sul, “para logo empolgar todo o Brasil”. Daniel Dipp, segundo Cafruni, não foi derrotado, porque não cai “quem tomba de pé,” quem soube compreender através de um desprendimento ímpar a grandiosidade de sua luta, da causa que continuará através do povo de Passo Fundo até a vitória da justiça, da liberdade, do bem estar, da ordem e do respeito. A exemplo do colunista, também o governador Brizola se manifestou e segundo dizem, sorrindo, “satisfeito quando recebeu a notícia do esmagamento em Passo Fundo, com a vitória de suas hostes sobre o homem contra o qual lançou a sua ira”, ou seja, Daniel Dipp.⁶⁰⁵

⁶⁰⁴ *O Nacional*, 13 nov. 1959.

⁶⁰⁵ *O Nacional*, 12 nov. 1959.

4.O ENFRAQUECIMENTO E A QUEDA DO PTB LOCAL, A SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO – SPU.

O quarto e último capítulo deste estudo focaliza o processo da perda do poder político de César Santos. Esse processo dividiu-se em duas partes: a primeira no espaço do partido político mostra o gradativo enfraquecimento do PTB local através de derrotas consecutivas de âmbito nacional e estadual, as quais agregadas a outros fatores, tiveram repercussão local, culminado com queda definitiva do partido nas eleições municipais de novembro de 1963; outra, num contexto diferenciado que teve como cenário um regime ditatorial imposto pelo golpe civil-militar de 1964, quando forças situacionistas locais com o apoio de lideranças estaduais conseguiram levar as divergências políticas até o espaço acadêmico e desse modo, realizar seu objetivo maior que era derrubar também, César Santos da presidência da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo - SPU.

4.1. Perdendo a vez: as eleições de 1960

A posse de Benoni Rosado em janeiro de 1960 contou com a presença, entre outras autoridades, do governador Leonel Brizola que no discurso que proferiu, emprestou apoio ao prefeito recém eleito, com a promessa de “tudo fazer em prol de Passo Fundo”.⁶⁰⁶ Em Porto Alegre, seu rival político, Fernando Ferrari também prestigiou a posse de Loureiro da Silva, dissidente trabalhista, que derrotou o candidato *brizolista*, Wilson Vargas à prefeitura da capital gaúcha.

⁶⁰⁶ *O Nacional*, 2 jan. 1960.

Antes mesmo das eleições municipais de Porto Alegre em 1958, num comício pró Loureiro, Fernando Ferrari, lançou o Movimento Trabalhista Renovador – MTR⁶⁰⁷, “entidade cívico-apartidária” que se constituiu na “trincheira de resistência, num instrumento de luta política que abrigaria todos os trabalhadores revoltados contra a ditadura instalada no PTB”.⁶⁰⁸ Esse movimento viria transformar-se em partido em abril de 1962, após a expulsão de Ferrari do PTB em 1960. O MTR, pequeno partido de pouca expressão parlamentar, não representou uma alternativa partidária, não tendo também como característica, segundo Suely Bastos, o personalismo tão condenado por Ferrari em relação ao PTB.⁶⁰⁹ Diferente, porém, é o pensamento de Celina D’Araújo, para quem o MTR criado por Fernando Ferrari, foi “tão personalista e centralizador quanto o PTB”, o que fica demonstrado pelos Estatutos do partido que “em grande parte são cópia dos do PTB”, justamente no que se relaciona “à centralização e aos métodos excludentes”,⁶¹⁰ aponta a autora.

Adepto do trabalhismo reformista de Ferrari, Daniel Dipp, lançou também o MTR em Passo Fundo sob sua direção. A formação local desse partido tinha como objetivo não só o apoio a Ferrari nas eleições presidenciais quando disputaria com Jango a vice-presidência, mas também o abrigo de uma legenda partidária afim, uma vez que após a expulsão do PTB aderiram ao PTN de Borghi somente para viabilizar uma candidatura própria nas eleições municipais de 1959. Esse esforço, porém, foi em vão já que a candidatura do ex-rebelde Mário Menegaz foi derrotada pelo trabalhista Benoni Rosado através de uma disputada e conflituosa campanha.

A situação do PTB no Rio Grande do Sul às portas da campanha presidencial que se realizaria em outubro de 1960, era preocupante. Havia, mais de cinquenta focos de rebeldia em municípios do Estado, e o MTR recém criado, já recebia a adesão de mais de sessenta diretórios petebistas.⁶¹¹ Em Porto Alegre, Loureiro da Silva havia derrotado o candidato governista Wilson Vargas,⁶¹² perdendo Brizola o controle político no município para a dissidência trabalhista. Já existiam, assim, duas correntes distintas e formalizadas no PTB gaúcho “de ressonância nacional”: Brizola e Jango de um lado, Ferrari e Loureiro da

⁶⁰⁷ *O Nacional*, 5 nov. 1959.

⁶⁰⁸ FERRARI, Fernando. *Minha campanha*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1961, p.76.

⁶⁰⁹ BASTOS, Suely. A cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David Verge. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 114.

⁶¹⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 129.

⁶¹¹ *O Nacional*, 5 nov. 1959.

⁶¹² *O Nacional*, 14 jan. 1959.

Silva de outro.⁶¹³ A corrente liderada por Ferrari apoiaria a candidatura presidencial de Jânio Quadros que praticamente já havia ganhado às ruas. O general Teixeira Lott, apontado pelo PSD, mais tarde receberia o apoio do PTB. João Goulart e Ferrari disputariam a vice-presidência, o primeiro compondo a chapa de Lott e o segundo a de Jânio registrado pela sigla do PDC. Em Passo Fundo, o pleito eleitoral de 1958, havia deixado o partido sem representação na Câmara Estadual com a derrota de Ney Menna Barreto, o mesmo acontecendo na Câmara Federal após a expulsão de Daniel Dipp do partido. O resultado dessas eleições seria, portanto, o termômetro através do qual se mostraria a realidade trabalhista nacional, a gaúcha e a municipal em particular.

Assim é que, nesse contexto um tanto desfavorável para o trabalhismo regional, a campanha presidencial iniciou timidamente pela visita de Edna Lott Costa, que empenhada na campanha de seu pai, Teixeira Lott, veio a Passo Fundo, sendo recepcionada por César Santos e demais componentes da direção trabalhista local.⁶¹⁴ Essa candidatura apoiada pelo PTB suscitou por parte da oposição em geral, e da local em particular, comentários desabonadores devido a contribuição do marechal no acontecimento que enlutou a família trabalhista nacional, ou seja, o suicídio de Getúlio Vargas.⁶¹⁵ É que entre os “vinte e sete generais do Exército” que assinaram o Manifesto exigindo a renúncia de Vargas, constava o nome de Henrique Lott.⁶¹⁶

A chegada de Leonel Brizola, mais ruidosa, motivou cenas contrastantes. De um lado, saudado na entrada da cidade com “espocar de foguetes”, por outro, recebido com “acenar de vassouras” pelo povo que se concentrava na via pública. No comício em frente ao Diretório do PTB, com forte policiamento, num tom mais “ardoroso” do que os demais oradores como César Prieto e Odalgiro Corrêa que direcionavam suas falas em prol das candidaturas Lott-Jango, o governador atacou violentamente Fernando Ferrari “um rapaz sem qualquer valor, senão para vender livros” e no qual somente “elementos degenerados” poderiam votar.⁶¹⁷

⁶¹³ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.123.

⁶¹⁴ *O Nacional*, 25 jan. 1960.

⁶¹⁵ *O Nacional*, 16 set. 1960.

⁶¹⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 179.

⁶¹⁷ *O Nacional*, 1 out. 1960. Em suas declarações, Brizola se referiu a obra *Mensagem Renovadora* de autoria de Ferrari, que era vendida em todo o Brasil com a finalidade de conseguir subsídios para a sua campanha à vice-presidência.

Jânio Quadros, Fernando Ferrari e Loureiro da Silva e também Adhemar de Barros em campanha,⁶¹⁸ vieram a Passo Fundo. Jânio veio de trem especial e foi recepcionado com um comício no largo fronteiro à Estação da Viação Férrea. O ambiente de grande vibração ficou também por conta da singularidade que simbolizava aquela candidatura, uma vez que “vassouras de verdade” ornamentavam a área pública onde foi recebido o candidato do PDC. Saudado inicialmente pelo vereador do PTN, Augusto Trein seguido pelos demais oradores, ao dirigir a palavra aos presentes, Jânio foi muito aplaudido pela grande concentração de populares que em sua homenagem, erguiam, faixas, flâmulas, assim como cartazes com suas fotografias.⁶¹⁹ Ferrari e Loureiro foram recepcionados pela dissidência trabalhista local, através de concorrido comício realizado no Altar da Pátria. Loureiro da Silva, prefeito de Porto Alegre, em campanha pró-Ferrari, justificou a rebeldia do trabalhismo local como “culto de sua própria história e da história da gente gaúcha”.⁶²⁰

O PTB local já mostrava sinais de esgotamento. Com uma recepção mais modesta, Jango foi recebido na sede do PTB juntamente com sua comitiva que contava entre outros com deputados, militantes trabalhistas e também pessedistas. Reverenciaram o candidato à vice-presidência, diversos oradores entre eles, Menna Barreto, Celso Busato, vereador trabalhista e João Caruso. Finalizando a ágape, Jango dirigiu-se aos presentes mencionando a força invencível da aliança PTB-PSD, através da qual havia sido eleito Juscelino e nesse pleito consagraria o candidato Teixeira Lott. Declarou também “que com exceção do Rio Grande do Sul, onde ainda existiam incompreensões entre trabalhistas e pessedistas”, nos demais estados havia uma “perfeita unidade de vistas” entre aqueles partidos fundados por Getúlio Vargas. Solicitou também a votação em massa no marechal, embora sabendo que muitos trabalhistas possuíam restrições em relação a sua pessoa.⁶²¹

O pleito eleitoral de outubro, sem incidentes de maiores repercussões no que tange aos conflitos políticos locais que marcaram os últimos anos da década de 1950, foi de uma certa forma, marcado por uma campanha “mais contida”, e o resultado das urnas trouxe com surpresa a derrota trabalhista local. Jânio Quadros foi vencedor não só em Passo Fundo, mas em nível nacional, chegando a presidência da República. João Goulart eleito vice-presidente, foi derrotado em Passo Fundo pelo líder rebelde Fernando Ferrari. A votação local recebida pelas chapas Lott-Jango foi de 7.031 e 8.022 votos respectivamente,

⁶¹⁸ *O Nacional*, 3 mai.1960.

⁶¹⁹ *O Nacional*, 27 mai.1960.

⁶²⁰ *O Nacional*, 30 jun. 1960.

⁶²¹ *Diário da Manhã*, 23 ago. 1960; *O Nacional*, 22 ago. 1960.

Jânio-Ferrari, 8.693 e 9.609 votos. A diferença pró Jânio foi de 1.662 votos, já entre Ferrari e Jango situou-se na casa dos 1.587 votos.⁶²²

No Rio Grande, o PSD não acatou a “aliança com o PTB, conforme decidida em nível nacional”,⁶²³ apoiando assim a candidatura de Jânio Quadros que venceu também no Estado com a quantia de 541.331 votos, atingindo o percentual de 42,84%, e o marechal Teixeira Lott a soma de 431.497, totalizando 34,15%.⁶²⁴ A diferença entre ambos foi de 109.834 votos. Ferrari derrotou Jango pela quantia de 557.425 com 44,11% dos votos contra 472.902 conferidos a João Goulart atingindo 37,42 %, ⁶²⁵ numa diferença pró-Ferrari de 84.523 votos.

No Rio Grande, o PSD A vitória de Jânio e Ferrari em Passo Fundo representou para as forças situacionistas locais, uma grande derrota equiparando-se segundo a oposição, a “Queda da Bastilha”.⁶²⁶ Com o resultado dessas eleições, os protestos lançados pelos rebeldes liderados por Daniel Dipp - segundo afirmavam -, já se estendia não só pelo Rio Grande, mas também por todo o Brasil.⁶²⁷

Essa conquista mesmo que parcial, trouxe regozijo por parte da ala rebelde de Passo Fundo, sendo festejada como sua - e talvez fosse -, a vitória da candidatura presidencial fora dos quadros petebistas. Comemorada com “comício monstro” e banda de música no Altar da Pátria, vários foram os oradores a pronunciarem-se no evento comemorativo, entre eles os vereadores Canfield, Martinelli, Trein, o jornalista Cafruni entre outros. A oposição como forma de esfriar um pouco os entusiasmos lançou “ovos podres sobre o povo, manchando os trajes dos manifestantes”. Mesmo revoltados com tal ação, as lideranças rebeldes e o povo ali concentrado prosseguiu de forma pacífica sua manifestação, sem policiamento que garantisse ou assegurasse proteção ao evento, situação contrária ao comício de Brizola e Jango na cidade, “fortemente policiado”.⁶²⁸ Mas apesar de toda a euforia que trouxe esse resultado, não houve por parte do grupo rebelde nenhuma demonstração isolada que ficasse evidenciada. As manifestações individuais ficaram por conta da intelectualidade de Cafruni pelas páginas de *O Nacional*.⁶²⁹ O resultado final, porém, contemplou a todos: a presença de Jânio na presidência se constituiu num trunfo do

⁶²² *O Nacional*, 27 out. 1960.

⁶²³ CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: as articulações dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 295.

⁶²⁴ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Edições Síntese, [s.d.], p. 311.

⁶²⁵ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Edições Síntese, [s.d.], p. 312.

⁶²⁶ *O Nacional*, 4 out. 1960.

⁶²⁷ *O Nacional*, 4 out. 1960.

⁶²⁸ *O Nacional*, 1 out. 1960.

⁶²⁹ *O Nacional*, 4/5/6/7 out. 1960.

grupo rebelde, e por sua vez, não ficou completamente desprestigiada a Executiva liderada por César Santos com a vitória de Jango. Mas apesar disso, a derrota dos candidatos trabalhistas num reduto de supremacia petebista como Passo Fundo e no Rio Grande do Sul de um modo geral, vinha demonstrar também que espaços estavam sendo tomados por isso o abatimento⁶³⁰ de Brizola com mais uma derrota sofrida.

A derrota de Jango para Ferrari em Passo Fundo deve levar em consideração que o PTB local já não apresentava o mesmo vigor que o alçou a maior força política do pós-1945. Estava enfraquecido pela cisão que o desfalcou de consistentes lideranças que se agruparam na ala rebelde do partido. César Santos também não mostrava o mesmo envolvimento com o partido, prova disso foi a tímida recepção de Jango na cidade em comparação ao ruidoso comício de Ferrari. Somado a esses fatores, também a restrição trabalhista a candidatura de Teixeira Lott, companheiro de chapa de Jango, contribuiu para esse resultado desfavorável não somente em âmbito local, mas também estadual.

Para César Santos, a vitória a Jânio Quadros foi um acontecimento comum em países democráticos, onde os resultados de pleitos eleitorais deviam ser recebidos com naturalidade por homens normais. A vitória de Jânio no município constituiu-se, conforme suas palavras, num reflexo dos acontecimentos de âmbito nacional principalmente no que se referia a “simpatias pessoais para com o candidato vitorioso”. Utilizando-se de “discursos bonitos e aproveitamento de motivos de interesse do povo, com a promessa de solucioná-los, exercia elevada fascinação sobre o eleitorado”. A atuação do PTB nessa disputa eleitoral - segundo suas palavras -, “foi sempre das mais corretas e superiores – completamente alheia ao espírito de ódios e de vinganças”.⁶³¹

De fato, o início da década de 1960 prenunciava, pelo desenrolar dos acontecimentos, ventos mais amenos no que tange a exposição das divergências políticas entre os trabalhistas, tão acirradas desde os últimos anos. Vez por outra, porém, algumas fagulhas reacendiam os embates. Assim aconteceu na Câmara Municipal, entre o vice-prefeito Sinval Bernardon, e o vereador do PTN Romeu Martinelli que protagonizaram, segundo o *Diário da Manhã*, uma autêntica “Noite das Garrafadas”,⁶³² naquela Casa Legislativa. Ao solicitar apoio dos vereadores para um novo traçado da rodovia Passo Fundo-Porto Alegre, passou a ser aparteado com certa insistência por Martinelli que

⁶³⁰ *O Nacional*, 8 out. 1960.

⁶³¹ *Diário da Manhã*, 9 out. 1960.

⁶³² *Diário da Manhã*, 10 dez.1960.

usando palavras de baixo calão, passou a desmoralizá-lo pessoalmente.⁶³³ Como os apartes insistentes continuaram, perdendo a compostura Bernardom passou a atingir Martinelli com garrafas, copos, cinzeiros, tudo enfim que encontrava pela frente, atingindo o vereador do PTB com uma garrafada, jorrando o seu sangue pelo chão do Legislativo. Bem lembrado o articulista quando disse que Martinelli tinha “qualquer diferença com a garrafa”⁶³⁴ uma vez que já foi alvo do mesmo objeto na tumultuada sessão da ala moça do PTB em 1958, quando a garrafa arremessada por Menna Barreto em sua direção, desviada do alvo, atingiu o acadêmico Paulo Totti. Para Martinelli, porém, o que houve, foram ofensas gratuitas: “o vice-prefeito não foi ofendido, mas ofendeu. Não foi desrespeitado, mas desrespeitou. Não foi agredido, mas agrediu”.⁶³⁵

Mas embora as tensões estivessem em permanente latência, mais controlados estavam os rigores da disputa. Nem mesmo a renúncia⁶³⁶ de Jânio Quadros, o Movimento da Legalidade⁶³⁷ liderado por Brizola no Estado e a posse de João Goulart num sistema parlamentarista acordado às pressas, que proporcionaram dias tensos no cenário político nacional, provocaram ou motivaram pronunciamentos individuais ou coletivos das partes em disputa. É bom lembrar, porém, que Daniel Dipp que mais acirradamente se posicionava contra a Executiva local do partido, especificamente contra César Santos, andava nesses tempos, um tanto afastado das pelejas políticas mais diretas, em decorrência, infere-se, do fracasso sofrido nas eleições municipais de 1959.

Os jornais locais, *O Nacional* e *Diário da Manhã*, foram pródigos em publicações de notícias a respeito do assunto. Deixando questiúnculas políticas de lado, ambos foram favoráveis a posse de Jango, ao Movimento deflagrado por Brizola no Rio Grande do Sul e contrários a forma arbitrária de implantação do sistema parlamentarista no Brasil, muito embora ambos favoráveis a esse tipo de regime político.⁶³⁸

A situação do PTB de um modo geral estava enfrentando tempos difíceis. Afora os acontecimentos conturbados oriundos da renúncia de Jânio Quadros, também no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo o partido vinha pouco a pouco perdendo sua hegemonia.

⁶³³ *Diário da Manhã*, 11 dez. 1960.

⁶³⁴ *Diário da Manhã*, 10 dez. 1960.

⁶³⁵ *O Nacional*, 12 dez. 1960.

⁶³⁶ Sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros e suas conseqüências consultar: SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁶³⁷ Para informações sobre o assunto ver: LABAKI, Amir. *A crise da resistência e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986; FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1998.

⁶³⁸ *O Nacional*, 4 set. 1961.

4.2. A sucessão estadual de 1962

As eleições para a o governo do Estado em setembro de 1962, “última da fase multipartidária” vieram reforçar as considerações acima expostas. Leonel Brizola não conseguiu acabar com a “tradição gaúcha” e fazer seu sucessor. Respalhado por uma ampla coligação, PSD-UDN-PL-PRP-PDC-PSP, denominada Ação Democrática Popular – ADP, a vitória do engenheiro Ildo Meneghetti, mais uma vez fez valer o “ritmo de rigorosa alternância no poder entre PTB e forças anti-PTB”,⁶³⁹ derrotando o candidato trabalhista Egidio Michaelson.

Enquanto César Santos era reeleito para o triênio 1962/1965, na direção do PTB local, na disputada corrida ao “Forte da Legalidade”,⁶⁴⁰ pleito que se realizaria em setembro de 1962, muitos foram os candidatos apontados, poucos, porém, os escolhidos. Ainda em início de 1961, para César Santos o nome do deputado Victor Issler, seria o ideal como candidato ao governo estadual visto ser “uma das figuras de maior projeção e significado do PTB”.⁶⁴¹ Um ano após, também César Santos teve sua candidatura articulada por trabalhistas da região, chegando até a ser “lançada oficialmente pelo PTB local”.⁶⁴² Mas tanto um quanto o outro retirou suas candidaturas em favor do candidato de consenso do Diretório Estadual, Egidio Michaelson.⁶⁴³ Victor Issler por sentir da cúpula partidária “uma verdadeira barreira ao seu nome”.⁶⁴⁴ César Santos por pretender lutar pelo ensino superior em Passo Fundo, e devotado a sua profissão de médico”.⁶⁴⁵ Numa alusão ao poder político do líder trabalhista, para Jorge Cafruni, porém, a candidatura César Santos ao governo estadual não foi articulada por correligionários, mas lançada por ele mesmo, baseando-se na conhecida expressão “Dê-se a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”.⁶⁴⁶ Os adversários rebeldes, em alerta constante, não perdiam a oportunidade em fazer oposição, através de sutis alfinetadas, por vezes, às atitudes da direção do PTB local sempre que a ocasião se fizesse

⁶³⁹ TRINDADE, Hélijo. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)* Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/sulina, 1991, p. 75.

⁶⁴⁰ *O Nacional*, 8 mar. 1962.

⁶⁴¹ *Diário da Manhã*, 17 fev. 1961.

⁶⁴² *Diário da Manhã*, 27 mar. 1962.

⁶⁴³ *Diário da Manhã*, 6 mai. 1962.

⁶⁴⁴ *O Nacional*, 7 abr. 1962.

⁶⁴⁵ *Diário da Manhã*, 6 mai. 1962. Desde 1950 César Santos era presidente da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo - SPU, assunto que abordaremos no presente capítulo.

⁶⁴⁶ *O Nacional*, 27 mar. 1962.

Ao legislativo federal e estadual, o PTB local contou com a candidatura estreante do desembargador Reissoly José dos Santos, irmão de César Santos, e do ex-prefeito e vereador Wolmar Salton, respectivamente. A ala rebelde, já sob a sigla do MTR, concorreu com as candidaturas de Daniel Dipp a Câmara Federal e Múcio de Castro a Assembléia Estadual. Afastado das lutas eletivas desde 1954 quando foi eleito para o mesmo cargo pelo PTB, Múcio buscava repetir o feito agora sob nova agremiação partidária.

Em campanha ao governo estadual, mais uma vez o Altar da Pátria foi palco para ruidosas manifestações aos candidatos que um após outro, recebiam sob os mais intensos aplausos as homenagens de seus correligionários. Ali passaram, Fernando Ferrari acompanhado de sua esposa d. Elza, que recebeu “monumental demonstração de apreço”⁶⁴⁷ Recebido com vibração, também veio a Passo Fundo Ildo Meneghetti, candidato pela ADP. Ao contrário das demais candidaturas, Michaelsen não participou dos comícios realizados pelo PTB em prol de sua candidatura.⁶⁴⁸ As duas tentativas que fez de chegar a Passo Fundo, foram impedidas pelas fortes chuvas que caíam, impedindo que o avião que o conduzia, aterrizasse no aeroporto de São Miguel. Viabilizada outra oportunidade, porém, dirigiu sua saudação ao povo de Passo Fundo através do *Diário da Manhã*, pronunciando também uma palestra na Faculdade de Direito, ocasião em que foi argüido pelos acadêmicos das escolas superiores locais respondendo a todas perguntas formuladas.⁶⁴⁹

O debate político do candidato trabalhista realizado no espaço acadêmico e não no espaço do partido político, ou seja, no Diretório do PTB - prática que seria normal -, vem apontar para um deslocamento da área de atuação de César Santos. Presidente da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo desde sua formação em 1950 - assunto esse que abordaremos em separado ainda no presente capítulo -, estaria centrando sua atuação mais no espaço acadêmico, o que viria de uma certa forma, justificar o baixo rendimento eleitoral do PTB em nível local. Essas considerações podem ser explicadas não só pela diminuição do acirramento da contenda política com a ala rebelde, mas também por haver a percepção de que não estava mais havendo o mesmo comprometimento político que caracterizou até então o PTB local: de lutas, enfrentamentos, enfim, de intensa militância político-partidária.

⁶⁴⁷ *Diário da Manhã*, 30 set. 1962.

⁶⁴⁸ *O Nacional*, 3 out. 1962.

⁶⁴⁹ *Diário da Manhã*, 10 jul. 1962.

E assim, “num clima de absoluta ordem” realizou-se o pleito eleitoral de 1960. Apesar de ser derrotado em nível estadual, Egidio Michaelson saiu vitorioso em Passo Fundo. Os mais de vinte e cinco mil eleitores que compareceram as urnas, trouxeram os seguintes resultados: Michaelson 8.490, Meneghetti, 7.360 e Ferrari, 5.519 votos.⁶⁵⁰ A diferença entre os dois primeiros candidatos foi de 860 votos. Em nível estadual diferente foi o resultado. O ex-governador Meneghetti que havia passado o governo a Brizola em 1958, recebia de volta com a votação de 502.356 votos perfazendo 37,10 sobre o percentual de votantes contra 480.131 votos recebidos pelo candidato trabalhista Michaelson que atingiu a casa dos 35,46 % de votos. Os 290.384 votos recebidos por Ferrari situaram-se na casa dos 21,45%.⁶⁵¹ A ruptura entre Brizola e Ferrari mostrou assim suas conseqüências. Em relação a deputação estadual e federal o resultado desse pleito eleitoral trouxe uma fragorosa derrota para Passo Fundo que não conseguiu eleger nenhum de seus candidatos. Para a Câmara Federal ficaram na suplência Reissoly Santos, Victor Issler do PTB - com chances de assumir ocasionalmente a representatividade - e Daniel Dipp do MTR. Da mesma forma o candidato trabalhista Wolmar Salton, Múcio de Castro do partido ferrarista e Anildo Sarturi do PDC, candidatos esses ao Legislativo Estadual. Esse resultado que deixou Passo Fundo sem representação política em nível estadual e federal, deveu-se ao fato, segundo a imprensa local -, de que não houve por parte dos eleitores a preocupação de se unificarem em torno de uma candidatura, pensando nos interesses de Passo Fundo “que são muito maiores do que as paixões e a ignorância de um apreciável número de pessoas inscritas no rol dos cidadãos eleitores”.⁶⁵²

Interessante perceber que Reissoly Santos mesmo estreando na política, recebeu expressiva votação se comparada com o veterano líder político local, Daniel Dipp que sofreu fragorosa derrota. Foram 10.568 votos de Reissoly, contra apenas 4.644 de Daniel Dipp. Mas o candidato mais votado foi Victor Issler com a soma de 12.335 votos, embora tenha ficado na suplência. Wolmar Salton do PTB e Anildo Sarturi do PDC, candidatos ao Legislativo Estadual, chegaram praticamente juntos situando-se a diferença entre ambos de apenas 52 votos já que as urnas apontaram para ambos, a quantia de 5.885 e 5.832 votos respectivamente.

Esses resultados vem demonstrar que apesar de não ter conseguido fazer a sucessão governamental e a representação local no legislativo federal e estadual, o petebismo era

⁶⁵⁰ *O Nacional*, 10 out. 1962.

⁶⁵¹ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Edições Síntese, [s.d.], p. 318.

⁶⁵² *Diário da Manhã*, 7 nov. 1962.

ainda a maior força política, em particular no Rio Grande do Sul e em Passo Fundo, constituindo-se sem dúvida alguma, no partido “que mais raízes deitou em nossa tradição política”.⁶⁵³

A vitória de Meneghetti mesmo militando em campo oposto ao MTR, vinha de uma certa forma, desafogar a pressão exercida por Brizola sobre a ala rebelde local. Por outro lado, deixava César Santos e demais integrantes da cúpula do PTB local e regional sem o respaldo, sem o apoio de sua influência mais direta, uma vez que fora eleito “deputado federal pelo PTB da Guanabara”⁶⁵⁴ e numa fase fragilizada em que se encontrava o partido permeado por disputas internas e mostrando sinais de enfraquecimento. João Goulart como herdeiro de Vargas e líder do partido, “preso a dicotomia getulista-antigetulista”⁶⁵⁵ se debatia num governo sem amplos poderes, à espera do plebiscito de janeiro de 1963 que viria lhe delegar maior autonomia política sobre as instituições nacionais. Essa era, grosso modo, a situação do PTB em linhas gerais e a paisagem que se mostrava para o partido no município, em particular.

4.3. As eleições municipais de 1963 e a derrota do PTB local

O referendun popular de janeiro de 1963 trouxe ao país a volta do regime presidencialista. A nação brasileira optou pelo sim derrubando o Ato Adicional nº4 que “alterou o texto constitucional, adotando o regime de gabinete, o Parlamentarismo”.⁶⁵⁶ Em Passo Fundo, 21.427 eleitores disseram não ao regime vigente e contribuíram para que Jango recuperasse os poderes presidenciais.

Animados talvez pelos ventos que trouxeram a vitória a Meneghetti e ao abrigo dessa fórmula engendrada, as oposições em Passo Fundo vinham já há algum tempo, estabelecendo negociações com o objetivo de estabelecer uma se uma ampla coligação de partidos, para de comum acordo escolherem seus candidato visando a sucessão municipal no pleito eleitoral de outubro de 1963. Essa coligação teve por intuito unir as forças

⁶⁵³ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167.

⁶⁵⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 276.

⁶⁵⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 262.

⁶⁵⁶ *O Nacional*, 5 jan. 1963.

políticas de oposição servindo-se da “racionalidade eleitoral” que possibilitaria definir resultados tendo como objetivo principal vencer as eleições e assim alcançar o poder.⁶⁵⁷ Essa era a intenção da coligação oposicionista: subtrair o poder político em mãos do PTB e de César Santos desde sua formação em 1945.

As *demarchés* que ocorriam entre o MTR, a ADP⁶⁵⁸ e o PSP, visando uma candidatura única, tinham como preocupação maior, - segundo a oposição local -, os superiores interesses da comuna e da população passo-fundense, equidistante de disputas de facções e de interesse de ordem personalista”.⁶⁵⁹ Nesse sentido o nome por unanimidade, recaiu no industrialista Mário Menegaz pertencente ao MTR, com capacidade de aglutinar as forças de oposição em Passo Fundo. Dessa ampla coligação partidária ímpar na história local assim também como da candidatura que a representaria, já estava ciente o governador Meneghetti, assim também como o presidente do Diretório Regional do PSD, deputado Tarso Dutra.⁶⁶⁰ Compondo a chapa majoritária, a vice-prefeitura caberia a João Adolpho Floriani - do comércio local -, integrante do Partido Libertador.⁶⁶¹ Denominada de Coligação Popular Passo-fundense – CPP, essa ampla união de partidos de oposição ao PTB local, saiu na frente organizada em comissões de coordenação, propaganda e finanças representativas de cada partido integrante e sob o comando geral do advogado Antônio F. Knoll, presidente do PSD de Passo Fundo.

No primeiro pronunciamento público como candidato, disse Menegaz que essa coligação se vitoriosa, entregaria a prefeitura de Passo Fundo “a homens dispostos a governar sem ódios, sem discriminações, sem facciosismos”.⁶⁶² Entre a extensa nominata dos candidatos a Câmara Municipal composta pelos partidos que integraram a coligação, constava os nomes de Arthur Canfield, Romeu Martinelli, Nelson Petry, o acadêmico Paulo Pires, Rodolfo Rodrigues de Lara,⁶⁶³ todos do trabalhismo reformador de Fernando Ferrari,⁶⁶⁴ o MTR.⁶⁶⁵

⁶⁵⁷ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 141.

⁶⁵⁸ A ADP era formada pela coligação dos seguintes partidos: PSD-UDN-PL-PRP-PDC-PSP.

⁶⁵⁹ *O Nacional*, 14 fev. 1963.

⁶⁶⁰ *O Nacional*, 14 fev. 1963.

⁶⁶¹ Eleições de outubro de 1963. *O Nacional*, 16 mar. 1963.

⁶⁶² *O Nacional*, 6 abr. 1963.

⁶⁶³ Rodolfo Rodrigues de Lara depois de militar durante muitos anos no PTB local, inclusive como líder do partido, vereador e presidente da Câmara Municipal, abandonou o partido em meados de julho de 1963 aderindo a ala rebelde do PTB e ingressando após no MTR.

⁶⁶⁴ Fernando Ferrari faleceu tragicamente em acidente aéreo, nas proximidades de Torres – RS, no morro Chimarrão em 25 de maio de 1963. *O Nacional*, 27 mai. 1963; *Diário da Manhã*, 26 mai. 1963.

⁶⁶⁵ *O Nacional*, 18 jul. 1963.

Enquanto a candidatura Menegaz já andava em febril atividade, o candidato trabalhista ainda estava em cogitação. A demora na indicação, conforme boatos irônicos correntes, longe de pensar que fosse por precaução em concorrer com partidos e nomes oposicionistas, ligavam-se por certo a “impossibilidade particular, como negócios, família etc...”⁶⁶⁶ Mas finalmente após longo e democrático processo, onde se procurou ouvir a preferência do eleitorado local, foi vitoriosa em Convenção, a escolha de Sinval Bernardon,⁶⁶⁷ industrial, atual vice-prefeito e João Andrade, líder dos trabalhadores passo-fundenses e presidente do Círculo Operário local, para prefeito e vice respectivamente.

O PTB local tinha uma característica própria no que tange a indicação das candidaturas a prefeitura e vice-prefeitura. O candidato a vice de determinada legislatura, seria rigorosamente o próximo candidato a prefeito indicado pelo partido. Essa prática ocorreu em 1951, 1959 e 1963, quando foram indicados os vice-prefeitos Dipp, Benoni e Sinval Bernardon ao executivo municipal. Chama, porém, a atenção o fato que essa fórmula corrente somente foi quebrada nas eleições de 1955 quando em vez de ser escolhido Menegaz, foi indicado Wolmar Salton. Infere-se que essa *quebra* comportamental do PTB local, prendeu-se ao fato de que Salton havia sido o vereador trabalhista mais votado nas eleições de 1951, mais respaldado politicamente para o sucesso eleitoral do PTB local, como de fato ocorreu.

Ao contrário das demais campanhas, foi fraca a propaganda eleitoral da candidatura trabalhista Bernardon-João Andrade tanto em relação a aparições públicas como em relação a publicação na imprensa local. Não tinha a cobertura de *O Nacional*, nitidamente de oposição, e a propaganda que se mostrava pelo *Diário da Manhã* era muito tímida, aparecendo vez ou outra alguma notícia referente as candidaturas do PTB. Prova disso foi que o partido somente iniciou a campanha visando o pleito eleitoral de 10 de novembro, nos últimos dias de outubro com um comício realizado em frente a residência de Sinval Bernardon, na Avenida Presidente Vargas.⁶⁶⁸ Túlio Fontoura permaneceu distante das *demarchés* políticas nessa campanha eleitoral. Essa atitude nos leva a concluir, ligar-se as acusações que sofreu por parte de Daniel Dipp nas eleições de 1959, de estar apoiando César Santos do PTB em detrimento do candidato de seu partido o PSD. Esse fato

⁶⁶⁶ *O Nacional*, 28 mar. 1963.

⁶⁶⁷ Sinval Bernardon pertencia ao PSP, assim como José Lamaion Porto, ex-líder da bancada do PSP na Assembléia Legislativa, Secretário da Saúde do governo Brizola, (1958-1962) por conta da aliança PTB-PSP-PRP e o vereador passo-fundense Centenário Índio do Amaral, presidente do Legislativo Municipal. Em 18 de abril de 1962, em sessão especial presidida por César Santos, desligaram-se daquele partido e ingressaram no PTB local. *O Nacional*, 19 abr. 1962.

⁶⁶⁸ *Diário da Manhã*, 25 out. 1963.

culminou com seu desligamento do partido e da política. Viu-se assim o PTB sem apoio da imprensa local para as candidaturas trabalhistas.

No início de novembro, Brizola incansável em seu apoio ao trabalhismo local, mesmo militando em terras distantes⁶⁶⁹, veio a Passo Fundo quando - conforme palavras do articulista -, liderou o maior comício já realizado em Passo Fundo. Prestigiu o evento, além de aproximadamente cinco mil pessoas, também a comitiva que acompanhava Leonel Brizola como o deputado José Lamaison Porto, representante do PTB na Assembléia Legislativa, Unírio Machado, representante do partido na Câmara Federal e César Prieto, presidente da Comissão de Finanças no Legislativo Federal. Leonel Brizola, sob aplausos da multidão, além de pronunciar-se sobre a situação nacional, concitou a todos “a cerrarem fileiras em torno dos candidatos do PTB” ao Executivo Municipal.⁶⁷⁰

Diferente foi a campanha de Menegaz-Floriani intensamente divulgada nas páginas de *O Nacional*, permeada de comícios e inauguração de diretórios em bairros e vilas da cidade. As amplas propagandas com fotos dos candidatos da chapa majoritária⁶⁷¹ que tomavam parte expressiva da página do jornal eram publicações praticamente diárias. As seguidas viagens a Porto Alegre, já em tratativas com o governador e secretários do Estado acerca de assuntos referentes a Passo Fundo, ligados a administração que pretendia realizar se eleito prefeito,⁶⁷² assim como a prestação de contas⁶⁷³ que fazia ao povo desses encontros, eram destacadamente divulgadas pelo jornal de Múcio de Castro como parte da propaganda eleitoral.

Por outro lado, essa campanha eleitoral, sem enfrentamentos mais substanciais entre as partes na corrida ao executivo municipal - marca presente das disputas eleitorais no município -, demonstrava uma certa prevalência das candidaturas de oposição assim também como um descaso, uma falta de envolvimento do PTB local, um certo desencantamento até depois de tantos anos de embate contínuo e presente. Esse comportamento demonstrava que o foco de atenção do presidente do PTB local, César Santos, centrava-se, em assuntos que aparentemente fugiam da área política e situava-se na esfera da educação superior, como, por exemplo, a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo do qual era também presidente. Outra causa que pode ter contribuído para esse tipo

⁶⁶⁹ Brizola foi eleito deputado federal pelo Estado da Guanabara em 1962, com a maior votação já recebida por um candidato ao Congresso em todo o Brasil, ainda mais por não ter qualquer ligação com aquele estado. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 281.

⁶⁷⁰ *Diário da Manhã*, 5 nov. 1963.

⁶⁷¹ Somente a título de exemplo ver em: *O Nacional*, 4 set. 1963.

⁶⁷² *O Nacional*, 6 set. 1963.

⁶⁷³ *O Nacional*, 10 set. 1963.

de comportamento passivo do PTB local, seria o distanciamento, pelo menos aparente, de Daniel Dipp do cenário político desde a última derrota sofrida nas eleições municipais de 1959. Afora uma que outra tímida menção de seu nome ligada a algum acontecimento político, não ficou evidenciado seu envolvimento direto na campanha municipal de 1963. Os confrontos mais acintosos estabelecidos com a corrente trabalhista liderada por César Santos e Brizola, geralmente partiam do ex-deputado trabalhista como bem podemos lembrar, pelos relatos anteriormente expostos.

Assim é que nesse quadro apresentado e depois de dezoito anos de ininterrupta inviolabilidade o PTB de Passo Fundo foi derrotado pela ampla aliança composta por sete partidos ADP-MTR-PDC, consubstanciada na força “anti-PTB”, que trouxe finalmente a vitória incansavelmente perseguida por Mário Menegaz e a derrota ao candidato trabalhista Sinval Bernardon.

O pleito de 10 de novembro de 1963 em Passo Fundo ao Executivo Municipal foi portador dos seguintes resultados: Mário Menegaz, 12.267 votos e Sinval Bernardon, 9.986.⁶⁷⁴ O prefeito eleito foi favorecido pela diferença de 2.281 votos. Menor foi a diferença em relação aos candidatos a vice-prefeitura. Adolpho João Floriani do PL, nome desconhecido na política, e João Andrade chefe do Posto do Ministério do Trabalho por muitos anos em Passo Fundo, ligado assim aos sindicatos. Floriani atingiu a quantia de 11.278 votos contra 10.349 recebidos por João Andrade,⁶⁷⁵ ficando a diferença entre ambos de 929 votos. O pleito eleitoral marcou a presença de 23.607 eleitores⁶⁷⁶ e o resultado total dos votos válidos ficou assim distribuído: o PTB obteve 10.231 votos e a CPP-MTR e PDC, 12.734,⁶⁷⁷ situando-se a diferença pró Coligação Popular de 2.503 votos.

Para a oposição local, o resultado do pleito eleitoral de 10 de novembro de 1963 que trouxe a derrota ao trabalhismo não só de Passo fundo, mas também do Rio Grande do Sul, “foi um puxão de orelhas nos líderes sem sinceridade e sem coerência, bem como uma ensaboada nas velhas cúpulas partidárias”.⁶⁷⁸ Para isso, basta lembrar, por exemplo, “a quantos anos preside o PTB nacional o senhor João Goulart, o senhor João Caruso o Estadual e o senhor César Santos o Municipal”.⁶⁷⁹

⁶⁷⁴ *O Nacional*, 3 dez. 1963.

⁶⁷⁵ *O Nacional*, 3 dez. 1963.

⁶⁷⁶ *O Nacional*, 11 nov. 1963.

⁶⁷⁷ *O Nacional*, 3 dez. 1963.

⁶⁷⁸ *O Nacional*, 21 nov. 1963.

⁶⁷⁹ *O Nacional*, 22 nov. 1963.

A candidatura João Andrade, por outro lado, veio de uma certa forma, definir a posição partidária desse líder dos trabalhadores locais, que não havia ainda ficado nitidamente comprovada. Sua efêmera ligação com a ala trabalhista do PSD em 1945 apontava para um alinhamento político, porém nada de mais definido se mostrou. Foi exonerado por duas vezes do cargo que ocupava junto ao Posto do Ministério do Trabalho local, em 1955 e 1959 e posteriormente reintegrado ao cargo. A responsabilidade de tais atos recaiu sobre o governo Brizola⁶⁸⁰ e na Executiva Municipal do PTB.⁶⁸¹ Também era voz corrente nos círculos políticos locais que João Andrade havia sido exonerado “em virtude de suas atividades políticas favoráveis à dissidência do PTB local, chefiada por Daniel Dipp”.⁶⁸² Já pelos lados situacionistas sua exoneração devia-se ao fato de não ter prestado concurso público, embora tenha sido convidado a fazê-lo, e que inclusive, tanto o governador como a Executiva local, estavam trabalhando por sua readmissão.⁶⁸³ Pelo exposto, infere-se que após tantos anos e já esquecidos os fatos, resolveu definir-se politicamente, pelo partido que representava a classe que presidia: os trabalhadores.

Na Câmara Legislativa, embora o PTB tenha conseguido eleger a maioria dos vereadores, a saber, Delmo Alves Xavier, Odilon Soares de Lima, o médico Gilberto Tubino da Silva, Ernesto Scortegagna e Wilson Garay, totalizando cinco vereadores trabalhistas eleitos, a oposição na soma das legendas também elegeu cinco vereadores, Romeu Martinelli e Rodolfo Rodrigues de Lara, pelo MTR, Anildo Sarturi pelo PDC e Fidêncio Franciosi e Octacílio de Moura Escobar pelo PSD, o que vai se constituir numa ferrenha disputa entre as partes, sob constante vigília em relação a possíveis divergências.⁶⁸⁴

Foram grandes as comemorações pela vitória que a oposição alcançou contra o PTB. Em janeiro de 1964, sob o olhar vigilante do governador gaúcho Ildo Meneghetti, o novo prefeito de Passo Fundo, Mário Menegaz foi empossado, enfim.

Mesmo antes da derrota sofrida, o PTB local que já vinha passando por um gradativo processo de enfraquecimento, sofreu uma grave crise de representatividade sendo inclusive levantada a possibilidade de uma reestruturação partidária visando o reerguimento do partido sob novas lideranças, fato esse que não ocorreu. Embora os embates enfrentados, mesmo sem maiores envolvimento, César Santos se manteve no

⁶⁸⁰ *O Nacional*, 6,7,8,10,11,12,13 jan. 1955.

⁶⁸¹ *O Nacional*, 27 jul. 1959.

⁶⁸² *Diário da Manhã*, 21 jul. 1959.

⁶⁸³ *O Nacional*, 27 jul. 1959.

⁶⁸⁴ *O Nacional*, 3 dez. 1963.

comando do partido até sua extinção pelo AI-2 em 1965. O PTB de Passo Fundo sucumbiu fraco e combalido politicamente, sem apresentar resquícios sequer da expressão e supremacia que o havia distinguido sobremaneira entre as demais agremiações partidárias locais.

4.4. “Coimbra brasileira?”:⁶⁸⁵ a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo – SPU.

Quem escreve história tem que possuir muita coragem para dizer quem foi o autor da idéia genial (DELENDIA CAESAR) e quais, exatamente as razões que tiveram.⁶⁸⁶

Foi na esteira da fermentação cultural que caracterizou o pós-1945 - período de expressivo interesse e credibilidade da universidade no Brasil, ⁶⁸⁷ que iniciou no Rio Grande do Sul, “o fenômeno da interiorização do ensino superior”, em reação ao centralismo das grandes cidades.⁶⁸⁸ E foi também nesse contexto, no início de 1950, que a sociedade passo-fundense se viu envolvida com um assunto que se tornou imperativo na sociedade como um todo, amplamente divulgado pela imprensa local e que começou a ganhar corpo através de um “grandioso movimento liderado pelas mais expressivas mentalidades”⁶⁸⁹ em busca da implantação do ensino superior em Passo Fundo.

Existem controvérsias a respeito do assunto, tanto em relação à idéia que o gerou, como também relacionadas ao processo de sua formação. O idealizador da iniciativa foi o jornalista, poeta e professor, Antônio Donin, idéia essa que segundo o jornalista Cafruni, teria se revelado ainda nos últimos dias do ano de 1949. Essa idéia, encampada imediatamente por Múcio de Castro, contou também com a colaboração do então redator de *O Nacional*, Jorge Cafruni. Em busca de apoio político para a causa, Múcio e Donin, ambos filiados ao PTB, saíram à procura do então deputado trabalhista César Santos, que recebeu a idéia, a princípio, com certo ceticismo até, assim se pronunciando sobre o assunto: “Vocês são um tanto visionários. A criação de uma universidade nessa região é remota. Vejo pouca viabilidade no “sonho” dos amigos...”. Embora a descrença, admitiu a

⁶⁸⁵ *Diário da Manhã*, 29 jan. 1950.

⁶⁸⁶ *Diário da Manhã*, 9 fev. 1967.

⁶⁸⁷ ROSSATO, Ricardo. *Universidade: nove séculos de história*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p.118.

⁶⁸⁸ GUARESCHI, Elydo Alcides. *O processo de construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 2001, p.11.

⁶⁸⁹ *O Nacional*, 11 mar. 1950.

possibilidade de uma ou duas faculdades de início. Foi assim, segundo Cafruni, que César Santos, aderiu ao movimento como quarto integrante.⁶⁹⁰ Lançada a idéia, porém, passou César Santos a ser citado como um dos elementos mais entusiasmados com o assunto, fato esse de peso que deve ser levado na devida consideração.⁶⁹¹

Favorável à descentralização do ensino superior, como único meio de facilitar acesso àqueles que aspiram títulos e cultura, Antonio Donim enviou para Getúlio Vargas, ainda candidato à presidência em 1950, uma mensagem acentuando a premente necessidade de instalação de uma Universidade em Passo Fundo que reunisse faculdades de direito, agronomia, ciências políticas e econômicas e, quem sabe até de Medicina.⁶⁹²

A primeira reunião, já preparada para tratar do assunto, realizou-se em 24 de janeiro de 1950 no Clube Comercial. Aberta a sessão pelo advogado Rômulo Cardoso Teixeira perante representantes das classes culturais, comerciais e industriais, César Santos ali presente, foi convidado para presidir os trabalhos que iniciaram com sua exposição sobre a finalidade e também da possibilidade de fundar a Universidade de Passo Fundo. Várias foram as manifestações e sugestões apresentadas no tocante à iniciativa pelos presentes, sendo escolhida então, por César Santos, uma comissão que teria como incumbência estudar o assunto e ver quais faculdades seriam viáveis fundar no município. Para essa atribuição foram designados, “Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Dr. Frederico Morsch, Irmão Paulo Maria, Dr. Celso da Cunha Fiori, Pe. Ernesto e Ver. Sadi Machado”.⁶⁹³

Participaram também dessa primeira reunião, Túlio Fontoura, Lourival Almeida Guedes, Antonino Xavier e Oliveira, Moisés dos Santos Salti, Verdi De César, Jorge Bigois, Sabino Santos, César Santos, Irmão Paulo Maria, Paulo Ferreira Leite, Gomercindo dos Reis, Rômulo Teixeira, Padre Ernesto Greiner, Irmão Gregório, Basílio Osmundo Rambo, Celso Fiori, Frederico Morsch, Antonio Donin,⁶⁹⁴ Múcio de Castro, Antonio Augusto Corrêa e Jorge Edethe Cafruni.⁶⁹⁵

⁶⁹⁰ *O Nacional*, 31 out. 1964.

⁶⁹¹ *O Nacional*, 31 jan. 1950.

⁶⁹² *O Nacional*, 14 ago, 1951.

⁶⁹³ Acervo César Santos. Ata da primeira reunião do Movimento Pró-Universidade de Passo Fundo. 24 jan. 1950.

⁶⁹⁴ Antonio Donin em 1950 residia na cidade de Rio Grande-RS, onde desempenhava suas atividades profissionais ligadas ao magistério. Entretanto, apesar da distância, seu apoio se fazia presente através de artigos que escrevia para a imprensa local, de Rio Grande, algumas publicadas também na capital do Estado como forma de arregimentar adeptos e apoio à causa do ensino superior de Passo Fundo. *O Nacional*, mai. 1950/jan. 1951.

⁶⁹⁵ Acervo César Santos. Ata da primeira reunião do Movimento Pró-Universidade de Passo Fundo. 24 jan. 1950.

No sentido de formalizar o movimento em prol da universidade local, foram elaborados os Estatutos pelos advogados Celso Fiori e Diogo Morsch, com a participação do historiador passo-fundense Antonino Xavier, passando a denominar-se então o movimento civil de Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.⁶⁹⁶ O próximo passo seria a escolha da direção, cuja eleição realizada em 3 de fevereiro,

processou-se dentro da maior harmonia, e, apesar de ser por votação secreta, todos procuraram um denominador comum, de forma que não houve quase divergências. Foi eleito presidente da entidade o Dr. César Santos, professor da Faculdade de medicina de Porto Alegre.⁶⁹⁷

Celso Fiori, Frederico Morsch e Antonino Xavier foram eleitos vice-presidente, secretário e tesoureiro, respectivamente, compondo assim a primeira diretoria eleita da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.

Esse trabalho de equipe foi tomando consistência e amplitude, colhendo inúmeros elogios, mas necessitando para melhor intensificar suas atividades, um espaço físico apropriado. Nesse sentido, após o reconhecimento da Sociedade pelo governo municipal através do decreto nº 12 de 4 de agosto de 1953,⁶⁹⁸ foi adquirida pelo então prefeito municipal Armando Annes, por CR\$ 300.000,00, “a mansão da Família Barbieux” na Av. Brasil, situada no local então denominado “calçada alta” em frente à Antiga Prefeitura Municipal, local onde seria instalada a parte física da SPU.⁶⁹⁹

O imóvel recém adquirido necessitava de reformas para que pudesse se adaptar aos objetivos da Sociedade, como salas de aulas, áreas administrativas, outras instalações. Para tanto Herculano Annes conseguiu da empresa uruguaia “Estancias Julio Mailhos SCL”, de quem era advogado, um financiamento de CR\$ 200.000,00, figurando como fiador da importância, César Santos. Meses mais tarde, porém, independente do pagamento, a firma uruguaia devolveu a promissória quitada no valor financiado.⁷⁰⁰ Havia também, a princípio, a contribuição dos sócios, renda essa que vinha auxiliar nas primeiras despesas.⁷⁰¹

Como parte das deliberações em busca de recursos financeiros foi formada uma comissão intrapartidária local, no sentido de buscar apoio junto às bancadas representativas

⁶⁹⁶ *O Nacional*, 3 fev. 1950.

⁶⁹⁷ *O Nacional*, 4 fev. 1950.

⁶⁹⁸ Acervo César Santos. Livro de Atas nº 1 da SPU.

⁶⁹⁹ Dossiê Murilo Annes. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986. Passo Fundo, nov.1999.

⁷⁰⁰ Dossiê Murilo Annes. 1999. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986. Passo Fundo, nov.1999.

⁷⁰¹ O valor das anuidades era de sessenta cruzeiros, conforme consta em ata. Acervo César Santos.

no Estado, para a liberação de apólices no valor de dez milhões de cruzeiros, cujos rendimentos reverteriam em favor da SPU. Esse projeto, apesar de todo o empenho empreendido de César Santos, lideranças partidárias locais e estaduais, inclusive do então governador Ernesto Dornelles, não foi aprovado pela Câmara Estadual.⁷⁰²

Após a aquisição da área física para a Sociedade, o próximo passo foi a decisão sobre qual escola funcionar em primeiro lugar. Recaindo a escolha na Faculdade de Direito, a promessa de instalação já para o ano de 1951, foi anunciada da tribuna da Assembléia Estadual pelo então deputado trabalhista César Santos. Para o cargo de diretor, foi nomeado pelos membros do diretório e Conselho da Sociedade, o jurista passofundense João Junqueira da Rocha, incumbido de promover a instalação e o funcionamento daquela Escola de Ensino Superior.⁷⁰³

Mas não foi fácil o caminho percorrido até a autorização de funcionamento da Faculdade de Direito. De acordo com Junqueira da Rocha, a coleta dos documentos para preencher os requisitos exigidos por lei, e a busca de apoio de órgãos administrativos locais, de municípios vizinhos, dos poderes executivo e legislativo do Estado, foi um trabalho penoso de vários meses. Esse esforço, porém, não foi solitário, contou além do amparo de César Santos e Isaac Melzer, presidente e vice da Sociedade, também de um vasto grupo de colaboradores empenhados na concretização do mesmo ideal. Foi inclusive Nicolau Vergueiro, então deputado federal quem, entregou em mãos o requerimento de oficialização com setenta e dois documentos comprobatórios, ao diretor da Divisão do Ensino Superior. Em princípios de 1954, já havia sido consignado também, o primeiro auxílio federal no orçamento federal para a Sociedade, ficando desse modo, “vencidas todas as grandes dificuldades e percorrido o caminho doloroso para a oficialização”.⁷⁰⁴

Após esse árduo trabalho depreendido, foi escolhido em fevereiro de 1954 para o cargo de diretor da futura Faculdade de Direito em substituição a Junqueira da Rocha que havia até então desempenhado interinamente as funções de direção - segundo suas declarações -, o Juiz de Direito, Reissoly José dos Santos, que havia sido removido para a Comarca de Passo Fundo e era irmão de César Santos.⁷⁰⁵

⁷⁰² Acervo César Santos. Livro de Atas nº 1 da SPU. A comissão intrapartidária foi assim constituída: PSD-Túlio Fontoura, PSP-Centenário do Amaral, PL-Victorino Reveilleau, PTB-Menna Barreto, PRP-Ervin Crusius e pela UDN seria solicitado o apoio do deputado Victor Graeff. O autor do projeto das apólices foi do então deputado estadual pelo PTB, eleito em 3 de outubro de 1950, Wilson Vargas da Silveira. AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Editora Síntese, [s.d.], p. 271.

⁷⁰³ *O Nacional*, 10 jul. 1950.

⁷⁰⁴ *Diário da Manhã*, 4 abr. 1956.

⁷⁰⁵ *Diário da Manhã*, 4 abr. 1956; *O Nacional*, 9 fev. 1954.

Sob as ordens de Reissoly, mais vozes se juntaram a mobilização intensa e incansável dos setores representativos da sociedade em geral, em busca da autorização daquela escola superior de ensino. Após todas as inúmeras deliberações tomadas, passados dois anos desde que assumiu o cargo, Reissoly foi ao Rio de Janeiro com o objetivo de acelerar o processo de autorização. E sua incursão na capital federal foi profícua, sendo finalmente assinado pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek, o decreto nº 38.911 de 21 de março de 1956, autorizando o funcionamento da Faculdade de Direito de Passo Fundo. Mais uma vez, foi propugnador da causa, junto ao presidente da República, o deputado César Prieto.⁷⁰⁶ Segundo Cafruni, o deputado trabalhista Victor Issler, também foi incansável na batalha em prol do ensino superior em Passo Fundo.⁷⁰⁷

A cidade viveu dias de euforia e Reissoly dos Santos foi alvo de significativa homenagem por uma grande multidão na Faculdade de Direito. Aquela reunião em regozijo pelo expressivo acontecimento, marcaria os “anais da história de Passo Fundo e do Rio Grande do Sul” e representaria “um marco de progresso” desenvolvido pela SPU, declarou César Santos.⁷⁰⁸ Na cerimônia de bênção episcopal da nova Faculdade, pelo bispo diocesano D. Cláudio Colling, foi inaugurado no salão nobre o retrato de Reissoly dos Santos, “na qualidade de primeiro diretor e batalhador da causa”.⁷⁰⁹

Também foram destacadas as homenagens⁷¹⁰ recebidas pelo professor João Carlos Machado que, no Conselho Nacional de Educação, foi o advogado da causa de Passo Fundo, proferindo a aula inaugural da Faculdade de Direito cujo Grêmio Estudantil levou o seu nome.

Voltando ao cargo de direção ocupado por Reissoly, houve um certo desagrado a essa indicação por parte de Junqueira da Rocha. Ao solicitar da Câmara Municipal⁷¹¹ um voto de congratulações por ocasião da autorização da faculdade de Direito, teceu rápido histórico da caminhada “dolorosa” que percorreu junto a um grupo de colaboradores, inclusive César Santos, quando à frente da organização daquela futura escola superior. Seu descontentamento se mostrou, quando após essa breve exposição feita, declarou sutilmente

⁷⁰⁶ *O Nacional*, 24 mar. 1956.

⁷⁰⁷ *O Nacional*, 31 out. 1964.

⁷⁰⁸ *O Nacional*, 26 mar. 1956.

⁷⁰⁹ *O Nacional*, 23 abr. 1956.

⁷¹⁰ *O Nacional*, 23/ 25 abr. 1956.

⁷¹¹ Junqueira da Rocha havia sido eleito vereador pelo PDC em 1955 e desempenhava também o cargo de presidente do Conselho da SPU, para o qual fora eleito em agosto de 1953.

que “acertadamente” César Santos havia recomendado ao Conselho da SPU o nome de seu irmão Reissoly dos Santos, em substituição ao seu.⁷¹²

Essa declaração suscitou rápida contestação por parte de César Santos, que através de um texto publicado, fez “alguns reparos” às palavras de Junqueira da Rocha. Pontuou o presidente da SPU que a nomeação de Reissoly se processou num período em que devido à demora da autorização da faculdade de Direito pelo governo federal, houve a intenção de criar então, uma faculdade livre à margem da lei, intenção essa que se infere, tenha partido de Junqueira da Rocha. Sobre a indicação de Reissoly Santos para o cargo de direção da referida faculdade, disse César Santos que foi uma indicação sugerida por Celso Fiori e alguns membros do Conselho, inclusive contra sua vontade e de Reissoly, portanto à revelia do desejo de ambos. Também na oportunidade, havia sido verificado que a eleição de Junqueira da Rocha ao cargo de diretor da futura Faculdade de Direito, não constava no livro de atas da Sociedade. Sobre o processo de autorização da referida faculdade, afirmou César Santos que o mesmo foi elaborado pela atual direção, ou seja, pelo vice-diretor Mário Braga Júnior com a colaboração do atual diretor Reissoly e que se a faculdade de Direito era uma realidade, foi “graças à equipe de bravos e sinceros lutadores do ideal” e não a “favoritismos de quem quer que seja”. Ao finalizar seu esclarecimento, lamentou que tais fatos viessem determinar esses reparos, justo num momento em que a cidade rejubilava-se por “tão magna conquista cultural”.⁷¹³ A nomeação de Reissoly, segundo um articulista da imprensa local, teria se processado por ele não pertencer aos círculos jurídicos locais, com a finalidade justamente de evitar “ciumeiras”.⁷¹⁴

Na sessão de votação de Reissoly ao cargo de diretor da Faculdade de Direito, o único voto contrário a essa indicação foi do advogado Verdi De César, em homenagem ao trabalho incansável do diretor Junqueira da Rocha para que se efetivasse a Faculdade de Direito de Passo Fundo.⁷¹⁵ Convém salientar, porém, que a eleição de Reissoly dos Santos se processou nos mesmos moldes daquela que elegeu Junqueira da Rocha: não consta no livro de Atas nº 1 da SPU.

Dez anos mais tarde, quando desavenças já permeavam a ação da Sociedade Pró-Universidade - assunto que abordaremos mais adiante -, o jornalista Cafruni declarou, reportando-se ao caso da direção da Faculdade de Direito, ocorrido em 1954, que “o dr.

⁷¹² *Diário da Manhã*, 4 abr. 1956.

⁷¹³ *Diário da Manhã*, 5 abr. 1956

⁷¹⁴ *Diário da Manhã*, 14 abr. 1956.

⁷¹⁵ *Diário da Manhã*, 4 abr. 1956.

Junqueira foi derrubado por um “golpe de estado”, entrando assim no cenário o dr. Reissoly”,⁷¹⁶ irmão de César Santos, presidente da SPU.

Com a oficialização da Faculdade de Direito e o funcionamento dos cursos de Filosofia e Economia que iniciaram as atividades em 1957 e 1958, respectivamente, mais um passo estava sendo dado para a criação da Universidade local. Com esse objetivo, buscou a SPU, encontrar a área física para o seu estabelecimento. Várias foram as ofertas gratuitas de glebas de terras destinadas a esse fim, como por exemplo, do prof. Willian Schisler, Same Chedid, César Santos, e também de Antônio Bittencourt de Azambuja. Foi escolhida a oferta desse último, área de terra situada “entre as vilas Petrópolis e São José, num dos mais aprazíveis locais suburbanos de Passo Fundo”. Nessa transação realizada ainda em 1957, foram doados à Sociedade 50 mil metros quadrados e por compra, foram adquiridos mais 550 mil metros, perfazendo um total de 600mil metros quadrados.⁷¹⁷

Representando o presidente Juscelino Kubitschek, especialmente convidado para o ato, o vice-presidente João Goulart inaugurou, em 20 de outubro de 1957, “o marco fundamental da Cidade Universitária de Passo Fundo, no Bairro São José, descerrando o laço de fita verde e amarelo que cingia a bandeira nacional, envolvendo o monumento”. Presentes na ocasião, altas autoridades municipais, estaduais e nacionais, que vieram também para os festejos do Primeiro Centenário de Passo Fundo ocorrido nesse mesmo ano, na administração do prefeito trabalhista Wolmar Salton. Ao finalizar o ato, João Goulart proferiu aplaudida oração “exortando o empreendimento”.⁷¹⁸ Na ocasião a Sociedade Filatélica da Serra, presidida por César Santos, lançou uma Folhinha Filatélica Comemorativa, através da qual a SPU obsequiou as autoridades nacionais como forma de registro do acontecimento.⁷¹⁹

Em franca atividade e realizações a SPU com esse evento conquistava mais um dos propósitos que haviam nascido timidamente em 1950 com um grupo de “incansáveis

⁷¹⁶ *O Nacional*, 31 out. 1964.

⁷¹⁷ *O Nacional*, 2 jul. 1957.

⁷¹⁸ Acervo César Santos. Ata de lançamento do marco inaugural da “Cidade Universitária” de Passo Fundo. 20 out. 1957. A ata foi assinada pelas seguintes autoridades presentes ao evento: João Goulart, vice-presidente, Persival Barroso, Ministro do Trabalho, Mário Meneghetti, Ministro da Agricultura, D. Cláudio Colling, Bispo Diocesano de Passo Fundo, Wolmar Salton, Prefeito Municipal, César Santos, presidente da SPU, Leonel Brizola, Prefeito de Porto Alegre, Orlando Carlos, Secretário da Agricultura, representante do governador do Estado, Ildo Meneghetti, Reissoly Santos, Diretor da Faculdade de Direito, Salim Buaes, Diretor da Faculdade de Economia, entre outros.

⁷¹⁹ *O Nacional*, 6 nov. 1957

desbravadores”, liderados por César Santos, que mais uma vez no final de 1957 havia sido reeleito presidente da Diretoria da Sociedade.⁷²⁰

Em março de 1961 foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Agronomia, cuja aula inaugural foi ministrada pelo então governador do Estado, Leonel Brizola, recebendo na ocasião o diploma *honoris causa* do desembargador Reissoly dos Santos, em retribuição ao apoio à causa do ensino superior em Passo Fundo. Brizola havia destinado ainda em 1960, cinquenta milhões de cruzeiros, para a instalação da Faculdade de Agronomia.⁷²¹ Recebido também pelo prefeito Benoni Rosado, foi-lhe prestada significativa homenagem, com a inauguração de seu retrato, descerrado por César Santos, no salão nobre da prefeitura.⁷²² Em 1964, na administração municipal de Mário Menegaz, a foto de Brizola foi substituída através de similar manifestação, pela do então governador Ildo Meneghetti.⁷²³

Com a finalidade de lutar pela descentralização do ensino e pela disseminação do saber, foi fundado em março de 1961 o Instituto Liberdade de Conhecer, sob a presidência de César Santos, cuja iniciativa, tinha como destino não só amparar a mocidade estudantil, mas também contra todos aqueles que pensavam poder manter “preso aos grilhões da ignorância” grande parcela da população brasileira.⁷²⁴

Em suas viagens ao Rio de Janeiro e Brasília, Reissoly dos Santos conseguiu em maio de 1961, a oficialização da Escola de Belas Artes e também a assinatura do decreto de funcionamento da Faculdade de Odontologia pelo presidente Jânio Quadros, empossado no cargo em janeiro daquele mesmo ano.⁷²⁵ Coube a César Santos ministrar a aula inaugural da Faculdade de Odontologia, e ao traçar a caminhada até então realizada, disse que o movimento que surgiu em Passo Fundo em busca do ensino superior, “nasceu do idealismo, da compreensão e desenvolveu-se graças a esforços abnegados” que força nenhuma poderia deter.⁷²⁶

⁷²⁰ *O Nacional*, 4 dez. 1957. Os demais membros reeleitos dessa diretoria que cumpriam um mandato há cinco anos consecutivos, eram os seguintes: Rômulo Cardoso Teixeira, vice-presidente; Mario Braga Júnior, Tesoureiro e Sabino Santos, Secretário. O Conselho da SPU eleito na mesma ocasião estava assim constituído: Salim Buaes, Diretor da Faculdade de Economia, Reissoly Santos, Diretor da Faculdade de Direito, Cônego José Gomes, Diretor da Faculdade de Filosofia, Wolmar Salton, Prefeito Municipal, Dino Lângaro, Prof. Ítalo Goron, Prof. Murilo Annes, General Henrique Geisel e o aluno Tenente Wilson Lopes.

⁷²¹ *O Nacional*, 2 jan. 1960.

⁷²² *O Nacional*, 27 mai, 1961.

⁷²³ *O Nacional*, 28 jan. 1964.

⁷²⁴ *Diário da Manhã*, 26 mar;16/19/jul. 1961.

⁷²⁵ *Diário da Manhã*, 13 mai. 1961.

⁷²⁶ *Diário da Manhã*, 6 jun. 1961.

Como parte das deliberações em busca da formação de uma faculdade de medicina e da criação da universidade local, foram doadas à SPU a Rádio e o Hospital Municipal, bens do município, criados em 1954 na gestão do então prefeito Municipal Daniel Dipp. Para Reissoly, a doação da Rádio Municipal consistia, não só num “instrumento de divulgação da cultura por excelência”, mas também, um dos meios necessários para a criação da universidade local, sem o qual seriam precárias as possibilidades. A Rádio passou para as mãos da SPU sem maiores problemas, sendo aprovado por unanimidade na Câmara Municipal o projeto nº 7/61 de autoria do vereador trabalhista Celso Busato. Em histórica solenidade e na presença de César e Reissoly Santos, vereadores, médicos, jornalistas, acadêmicos entre outros, o prefeito Benoni Rosado sancionou a lei nº 938/61 através da qual, a Rádio Municipal incorporava-se ao patrimônio da SPU.⁷²⁷

Diferente, porém, se constituiu o processo de doação do Hospital Municipal à Sociedade Pró-Universidade, originando acirrado debate pela imprensa local. Jorge Cafruni, contrário a essas doações, que denominava “malbarato dos bens públicos”⁷²⁸ sem maiores debates e consulta ao povo, iniciou uma acirrada campanha através de *O Nacional*,⁷²⁹ sendo por essa razão, denominado de “inimigo da universidade” pelas forças favoráveis a essa doação.⁷³⁰ Diante do impasse que se formou, houve uma mobilização geral, promovendo médicos e vereadores um debate público sobre o assunto. Os municípios vizinhos de Erechim e Carazinho, que acompanhavam as *démarches* em torno do polêmico assunto das doações, ofereceram inclusive todos os recursos necessários à SPU para a criação da referida Faculdade naqueles municípios. Integrando-se ao movimento, D. Cláudio Colling colocou à disposição as instalações do Hospital São Vicente de Paulo para o funcionamento das aulas práticas da futura Escola de Medicina”,⁷³¹ decisão essa, que influenciou sobremaneira a solução do problema.⁷³² De fato, através da Lei nº 942/61, o prefeito autorizou a doação do Hospital Municipal a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.

⁷²⁷ *Diário da Manhã*, 15 jun. 1961. No texto do projeto de doação da Rádio Municipal à SPU, em síntese, foram aprovados os seguintes artigos: a doação compreendia todo o patrimônio ativo e passivo; o uso seria exclusivamente para fins culturais e comerciais de interesse dos cursos superiores de Passo Fundo, ficando proibida a propaganda político-partidária; a publicação gratuita de decretos e leis dos poderes Executivo e Legislativo do município; a doação foi feita em caráter inalienável, revertendo ao município por extinção da Sociedade, salvo se incorporada pela União Federal pela federalização da futura Universidade; destinar ao Executivo cinco vagas nos cursos superiores para alunos pobres; ceder no espaço da emissora uma hora para divulgação de assuntos de interesse dos órgãos universitários locais.

⁷²⁸ *O Nacional*, 19 jun. 1961.

⁷²⁹ *O Nacional*, 16/19/22/27/28 jun. 1961.

⁷³⁰ *O Nacional*, 28 jun. 1961.

⁷³¹ Acervo César Santos. 10 jul. 1961.

⁷³² *Diário da Manhã*, 13 jul. 1961.

O caso, porém, tomou tal amplitude, originando um esclarecimento da classe médica⁷³³ envolvida no processo de criação da Faculdade de Medicina, em repúdio às atitudes não só de Cafruni, mas também de *O Nacional*, a quem denominaram de “órgão da imprensa que vem interpretando maldosamente o nosso objetivo altruístico na sua essência”.⁷³⁴

Passados os tumultuados acontecimentos em relação às doações públicas, a situação política nacional passou também a viver dias difíceis com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, ato que traria sérias conseqüências para o Brasil.

Mas embora o conturbado cenário vivido de um modo geral, para César Santos que liderava um grupo de cidadãos idealistas que em 1950 compreenderam e buscaram a implantação de Escolas Superiores em Passo Fundo, as realizações mais difíceis já haviam sido vencidas. Superado também, estava o tabu da inviabilidade de desenvolvimento do ensino superior no interior, assim como o pessimismo inicial. Como prova desse processo, citou a Faculdade de Direito, já oficializada, Economia, Belas Artes, Odontologia e Agronomia em processo de reconhecimento. Em organização, as faculdades de Medicina e Arquitetura.

A Cidade Universitária será mais um encanto da nossa cidade e o admirável centro de cultura e saber desta opulenta região do nosso Estado. Os seus estudos já foram ultimados; as suas obras já foram iniciadas, os primeiros recursos já foram obtidos, esperando-se em breve possa se fazer o ataque frontal à sua construção.⁷³⁵

Esse era o quadro do ensino superior local, segundo César Santos, presidente da SPU, quando irrompeu a crise na Faculdade de Agronomia em 1963. De repercussão nacional, essa crise de sérias e irreversíveis conseqüências, reavivou divergências políticas e rivalidades pessoais num confronto intenso e constante que movimentou a sociedade local como um todo e se arrastou até o final da década de 1960.

⁷³³ Os representantes da classe médica envolvida no processo de criação da Faculdade de Medicina em Passo Fundo era composta pela seguinte comissão: Alberto Lago, Diretor do Hospital Municipal, Mário Lopes, médico-chefe do Centro de Saúde, Paulo Azambuja, Inspetor Regional da Secretaria da Saúde, Firmino Duro, Sérgio Lângaro, Telmo Ilha e Admar Petraco. *O Nacional*, 22 jun. 1961.

⁷³⁴ *Diário da Manhã*, 26 jul. 1961.

⁷³⁵ *Diário da Manhã*, 20 abr. 1960.

4.5. A crise na Faculdade de Agronomia

O ano eleitoral de 1963 iniciou com as forças políticas de oposição ao PTB local já preparadas e organizadas. A ponta de lança dessa oposição, era a candidatura de Mário Menegaz que além de amparar-se numa ampla coligação sob a denominação de CPP⁷³⁶, contava também com o respaldo do então governador gaúcho do PSD, Ildo Meneghetti, ao qual alinhou-se politicamente. O PTB local, partido até então situacionista, vinha se mostrando enfraquecido não só pelas sucessivas derrotas eleitorais de 1960 e 1962 à presidência da República com o marechal Lott e o governo estadual através da candidatura de Egydio Michaelen, mas também por demonstrar um certo descomprometimento com a campanha eleitoral vigente que faria a sucessão do então prefeito municipal, Benoni Rosado.

Importante salientar que as animosidades entre a ala rebelde do PTB - já filiada ao MTR -, e a direção trabalhista não haviam ainda cessado. Vez ou outra algum sinal se mostrava via imprensa numa demonstração clara de que embora mais sucintas e esparsas, as divergências estavam ali, latentes e atentas.

Nesse contexto, a crise na Faculdade de Agronomia, que vinha se alinhavando desde meados de 1962, se evidenciou através de um desfile de calouros em que os alunos apresentaram cartazes e quadros alusivos aos problemas internos que enfrentava aquela Escola. Essas críticas se constituíram nos primeiros sinais de insatisfação,⁷³⁷ em relação ao Ensino Superior local, sob o comando da SPU, entidade presidida por César Santos.

As reivindicações dos acadêmicos centravam-se na falta de estrutura para o funcionamento do curso, como salas de aulas, transporte para assistir aulas práticas, laboratórios, entre outras necessidades, assim também como o reconhecimento da faculdade pelo governo federal que não havia ainda se efetivado, e a federalização dos cursos superiores locais. Nesse contexto, reavivou-se o movimento pró-federalização do ensino superior local, com a participação mais efetiva do mundo acadêmico, o que de início, gerou polêmica.

Após o último Congresso da Federação Universitária Passo-fundense- FUP, quando ficou decidido iniciarem os estudantes a luta mais decisiva pela federalização das

⁷³⁶ A Coligação Popular Passo-fundense era composta pela Ação Democrática Nacional (ADP) que agregava o PSD-UDN-PL-PRP-PDC, mais o MTR, partido de Menegaz e também do PSP. Ildo Meneghetti, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul, em setembro de 1962, pela ADP, mesma aliança partidária que apoiou Menegaz, daí o amparo político do governador ao candidato oposicionista local.

⁷³⁷ BOTH, Agostinho. *A criação da Universidade de Passo Fundo*. Ediupf, 1993, p. 56.

Escolas Superiores de Passo Fundo, passou esse órgão que congregava os centros de estudantes das faculdades locais, a sofrer represálias, inclusive não só com a ameaça, mas já com a perda,⁷³⁸ de bolsas de estudos por estudantes engajados no movimento, segundo informações de líderes estudantis. Em virtude desses acontecimentos, o acadêmico de direito e candidato a vereador pelo MTR, partido da ala rebelde do PTB, Paulo Roberto Pires, fez um chamamento à sociedade em geral para manifestar-se sobre a necessidade efetiva da federalização dos cursos superiores locais. Conclamou a todos que falassem, que se pronunciassem, que reclamassem irregularidades, que abandonassem o silêncio temeroso que havia acerca do assunto. Mas por outro lado, proclamassem também, os benefícios e o impulso vigoroso que determinou o ensino universitário local.⁷³⁹

Sobre a federalização em si, ao mesmo tempo em que defendia as vantagens que traria ao mundo acadêmico local, como por exemplo, a gratuidade do ensino entre outras, direcionava sua opinião no sentido de que não havia interesse por parte de alguns membros da direção da SPU para que tal fato se concretizasse. Apontava nesse sentido, a existência na Sociedade de “mais comércio e indústria do que propriamente ensino”, uma vez que contava com olaria, restaurante, padaria, serraria, marcenaria, rádio e hospital, sete estabelecimentos comerciais contra cinco escolas, a saber: Direito, Economia, Odontologia, Belas Artes e Agronomia. Justificava assim que o quadro de funcionários era muito maior que o de professores, além dos baixos salários recebidos pelo corpo docente, contra “polpudas importâncias” de um pequeno grupo de funcionários da Rádio Universitária, por exemplo, distorções essas que a federalização viria corrigir.⁷⁴⁰

Em resposta às declarações de Pires, César Santos traçou um amplo relato sobre a SPU, inclusive apontando o caráter particular da instituição, “com personalidade jurídica, regida por um Estatuto e administrada por uma Diretoria e um Conselho”. O patrimônio da Sociedade de mais de um bilhão de cruzeiros, cujos recursos recebidos do governo, não atingiam a dez por cento desse valor, foram adquiridos com trabalho árduo,

graças ao devotamento e patriotismo de um admirável pugilo de ilustres passo-fundenses e rio-grandenses que se dispuseram a lutar e estão lutando em prol da cultura da nossa juventude.⁷⁴¹

⁷³⁸ Segundo as mesmas informações, Paulo Pires, presidente da FUP, teve cortada a bolsa de estudos de que dispunha para todo o curso na Faculdade de Direito.

⁷³⁹ *O Nacional*, 26 jun. 1963.

⁷⁴⁰ *O Nacional*, 16 set. 1963.

⁷⁴¹ *Diário da Manhã*, 29 set. 1963.

Em relação à prática comercial e industrial apontada, justificou César Santos a necessidade de “montar um verdadeiro parque industrial destinado a tornar exequível o atendimento das construções” que serviriam às Escolas, devido justamente aos poucos recursos financeiros que contava a Sociedade. A padaria e a horta comunitária vinham baratear o abastecimento não só do Hospital das Clínicas, mas também do Restaurante Universitário.⁷⁴²

Sobre o Hospital das Clínicas que já vinha sofrendo um processo de reversão instaurado por Martinelli, declarou César Santos que o atendimento aos indigentes, havia atingido ao máximo em contrapartida ao baixo atendimento de pacientes particulares. Mas que apesar dessas dificuldades, ao receber a doação do município, foram pagas elevadas dívidas existentes e que mesmo assim, foi procedida a instalação do serviço de oxigênio em todos os quartos e também já estava sendo providenciada a construção do necrotério que serviria não só à futura faculdade de Medicina, mas também à de Odontologia.⁷⁴³

Em relação à federalização do ensino superior local, afirmou César Santos que a grande meta e preocupação da Sociedade desde sua fundação, era a de poder

um dia transferir, na condição de Universidade, todo o seu patrimônio ao Governo Federal, para que ele continue mantendo seu desenvolvimento e remunerando condignamente todos os seus servidores professores e funcionários burocráticos.⁷⁴⁴

Mas afirmou também que este era um assunto da direção da SPU e como uma sociedade particular, “só ela ou pessoas por ela credenciadas poderão tratar do seu interesse”. Os comentários e boatos que surgiram em torno do assunto, qualificou de “pregações demagógicas de politiqueiros que pretendem envolver a classe acadêmica nas malhas da politicagem municipal”.⁷⁴⁵

Reforçando as declarações de César Santos em relação ao comprometimento da Sociedade com a federalização, Reissoly, diretor da faculdade de Direito e administrador da SPU, citou a campanha que havia feito em 1961, quando conseguiu a assinatura de mais de oitenta prefeitos e presidentes das Câmaras de municípios vizinhos, reivindicando não só a federalização dos cursos superiores de Passo Fundo, mas também a criação da Universidade local.⁷⁴⁶ Esse empenho inclusive ocasionou o envolvimento do então

⁷⁴² *Diário da Manhã*, 29 set. 1963.

⁷⁴³ *Diário da Manhã*, 29 set. 1963.

⁷⁴⁴ *Diário da Manhã*, 29 set. 1963.

⁷⁴⁵ *Diário da Manhã*, 29 set. 1963.

⁷⁴⁶ *Diário da Manhã*, 23 nov. 1963.

primeiro Ministro Tancredo Neves, quando através de correspondência ao Ministro da Educação Oliveira Brito, assim se manifestou a respeito do assunto:

Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, é centro de vitalidade econômica e de vigor intelectual que honra o Brasil. Os seus líderes estão empenhados na federalização da sua Universidade que já existe, prestando os seus relevantes serviços à mocidade de 80 municípios do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná.

A causa é das mais justas e por ela se empenham o Presidente João Goulart e o governador Leonel Brizola. Coloco-a sob sua assistência e patrocínio, na esperança de podermos, o mais rapidamente possível, enviar à Câmara dos Deputados a mensagem, solicitando o beneplácito do Congresso para tão alto quanto justo cometimento.⁷⁴⁷

Paralela à crise da Agronomia, surgiram também problemas na Faculdade de Odontologia que se arrastou por alguns meses, mas que foram contornados. Alegando dificuldades no atendimento às reivindicações dos professores, o diretor Mário Frediani demitiu-se sendo substituído pelo professor daquela faculdade, Joaquim Gomes.⁷⁴⁸

Imediatamente após vir a público os problemas surgidos na Agronomia e dando início às investidas oposicionistas, Romeu Martinelli - pertencente à ala rebelde do PTB e vereador pelo MTR -, entrou com projetos de lei na Câmara Municipal, solicitando a reversão dos bens públicos - Rádio e Hospital Municipal, doados em 1961 para a SPU, em razão de não estarem correspondendo às finalidades que originaram a doação: a Rádio⁷⁴⁹ por estar fazendo política e não promovendo cultura; o Hospital, por já haverem decorridos dois anos da data da doação e não ter sido ainda criada a Faculdade de Medicina. Cumpre ressaltar que a direção da emissora na ocasião estava a cargo de Túlio Fontoura, proprietário do *Diário da Manhã*, ferrenho opositor não só da ala rebelde do PTB, mas também de Múcio de Castro, proprietário do jornal *O Nacional*, órgão porta-voz dessas posições. Desse modo, ao “tocar” na Rádio Municipal, Martinelli e Paulo Pires desencadearam acirrado embate com Túlio Fontoura.⁷⁵⁰ A reversão pretendida por Martinelli, só ocorreu - apesar das tentativas e divergências -, na administração de

⁷⁴⁷ Acervo César Santos. 30.10.1961.

⁷⁴⁸ *O Nacional*, 21/22/25/ mai/25set/9 out.1963.

⁷⁴⁹ A Rádio Municipal, ZYU-38, doada a SPU em julho de 1961, passou a ser denominada Rádio Universitária sob nova aparelhagem, em março de 1963.

⁷⁵⁰ *O Nacional*, 28/29 out/4 nov. 1963. *Diário da Manhã*, 23/26 out. 1963.

Menegaz em abril de 1964,⁷⁵¹ compromisso que o prefeito havia assumido ainda na campanha eleitoral de 1963.⁷⁵²

Para João Freitas, porém, mais importante que a reversão dos bens públicos “tema explosivo, explorável”, era indiscutivelmente a federalização solução única para salvar o ensino superior local da “estagnação, do rotineiro, das anuidades, dos messianismos”.⁷⁵³ Podemos observar pelos fatos narrados, que a crise da Agronomia serviu de porta de entrada para que as divergências políticas entre a ala rebelde e César Santos se instalassem na SPU, tomando forma, nesse estágio, mais precisamente através de Martinelli e Paulo Pires, este último, canal de ligação oposicionista com os meios estudantis.

De nada valeram, portanto, as explicações de César Santos, uma vez que pelo cerco que se formou ao redor da SPU, percebe-se que as forças oposicionistas locais, já estavam organizadas para interferir na Sociedade e já havia comprometimentos nesse sentido. Outros fatos foram se somando e a partir de então recrudesceu a crise na Agronomia. Os estudantes acusavam ameaças de expulsão, de represálias por estarem denunciando publicamente o precário funcionamento das escolas, o pedido de reconhecimento, de federalização, a reforma dos estatutos da SPU que permitia admitir e expulsar os estudantes contrários às suas conveniências, atitude essa que passariam por cima das direções das faculdades. Essas providências teriam como objetivo, segundo os estudantes - de preparar ambiente para “uma série de expulsões”, visando assim anular suas posições em favor das melhorias do ensino, e também a criação e federalização da universidade.⁷⁵⁴

Já com o terreno preparado, os acontecimentos tomaram tal proporção e intensidade que em final de outubro de 1963, a Congregação dos professores da Faculdade de Agronomia, liderada pelo seu diretor Flávio Annes e com o apoio dos alunos, tomou a medida extrema de suspender as atividades escolares. Através de nota oficial, foram publicadas as decisões que consistiam entre outras de manter em sessão permanente e suspensão das atividades didáticas até que fosse cumprida a reivindicação maior que tinha como ponto central, o encaminhamento do processo de reconhecimento daquela escola e a solicitação de intervenção Federal pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV.⁷⁵⁵

⁷⁵¹ Leis n. 1070 e 1071 de 24 de abril de 1964. Decretos constantes em documentação da Câmara Municipal.

⁷⁵² *O Nacional*, 10 ago. 1963. O compromisso assumido por Menegaz de reverter a Rádio e o Hospital aos bens da municipalidade demonstra que já havia “acertos” pré- estabelecidos de invasão política no espaço da SPU.

⁷⁵³ *O Nacional*, 27 ago. 1963.

⁷⁵⁴ *O Nacional*, 24 out. 1963.

⁷⁵⁵ *O Nacional*, 1 nov. 1963; *Diário da Manhã*, 2 nov. 1963.

A resposta da SPU à paralisação da Agronomia, denominada pelo *Diário da Manhã* de “greve comunista”, sob a liderança do “conhecido agitador vermelho Jesuíno D’Ávila”,⁷⁵⁶ não se fez esperar. Através também de nota oficial foi comunicada a exoneração de Flávio Annes do cargo de direção da Agronomia e também a dispensa do professor Jesuíno D’Ávila, e - repetindo o ato da Congregação dos professores da Agronomia – também de suspender as atividades didáticas daquela Escola. Tais medidas basearam-se na explicação de que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o reconhecimento de um estabelecimento de ensino superior somente poderia ser solicitado após no mínimo dois anos de pleno funcionamento, que no caso da Agronomia, havia acontecido em julho último. Considerou também a SPU, que tal solicitação cabia ao diretor da Faculdade, no caso, Flávio Annes, fato que não ocorreu. Constava também na nota, que a SPU havia efetivamente recebido solicitação da referida faculdade no sentido de providências quanto ao reconhecimento e que em nenhum momento ausentou-se de tal procedimento, esperando apenas o momento propício para tal ação. Por outro lado, afirmava também a comunicação, de que a iniciativa de suspensão e fechamento das faculdades mantidas pela SPU competia exclusivamente àquela Sociedade.

Em resposta, a Comissão⁷⁵⁷ eleita para representar a Congregação dos professores e alunos, atribuiu uma série de qualificativos à nota da SPU. Denominou de “leviana” quando apontou como ponto central das decisões somente o reconhecimento daquela faculdade, quando na verdade havia também a solicitação de intervenção federal; de “contraditória” quando disse caber ao diretor Flávio Annes o pedido de reconhecimento, numa demonstração de haver autonomia de decisões, logo após fulminando tal possibilidade ao dizer que somente à SPU competia a suspensão e fechamento das faculdades que mantinha; de “ilegal”, quando determinou a suspensão das atividades didáticas por quinze dias, contrariando o regimento interno daquela instituição de ensino; de “provocativa”, quando exonerou e dispensou respectivamente seu diretor e professor.⁷⁵⁸

No sentido de buscar solução dos problemas que enfrentavam de forma autônoma, sem passar pela jurisdição da SPU, o Centro de Estudantes Universitários da Agronomia (CEUA) - já alinhado com a direção da Faculdade - enviou ao presidente da República, Ministro da Educação e demais autoridades federais, circular narrando os fatos que antecederam a suspensão das atividades escolares, ao mesmo tempo em que faziam um

⁷⁵⁶ *Diário da Manhã*, 25 jul. 1964.

⁷⁵⁷ A Comissão representante da Congregação dos professores e alunos da Faculdade de Agronomia era formada por Flávio C. Annes, Leônidas Shell, Ruy Shardong e pelo estudante Leopoldo Feldens.

⁷⁵⁸ *O Nacional*, 4 nov. 1963.

apelo pela intervenção federal e reconhecimento naquela instituição de ensino.⁷⁵⁹ Autoridades locais, lideranças políticas, sociais e econômicas, em apoio ao movimento estudantil, enviaram telegramas solicitando o reconhecimento da Escola de Agronomia. César Santos e o candidato trabalhista recusaram-se em participar de tal campanha.⁷⁶⁰

Para completar o quadro que já se mostrava conturbado para a SPU, as eleições de 10 de novembro trouxeram a vitória de Mário Menegaz, que desde as eleições de 1959, aspirava junto com a ala rebelde do PTB a derrota de César Santos. Esse resultado eleitoral esquentou o ambiente político e veio selar de forma incontestável não só os destinos da política local, mas da SPU, em particular, e as ações que vieram a seguir se tornaram mais francas e abertas.

A Congregação dos professores e estudantes da Agronomia ao denominar a SPU de “sociedade fantasma” passaram a questionar a sua estruturação e procedimentos administrativos, levantando uma série de indagações tais como: quem eram os membros da Sociedade e do Conselho que demitiram um professor e um diretor, por que diziam querer a federalização, quando boicotavam a ação dos que lutavam pela sua efetivação, por que não haviam ainda requerido o reconhecimento da Agronomia, porque não especificavam onde haviam sido gastos os recursos financeiros, destinados àquela Escola, por que as terras destinadas às pesquisas agrônômicas haviam sido arrendadas a terceiros, por que as conduções eram usadas para outros fins que não o de conduzir os alunos às aulas práticas, enfim, por que se negava a esclarecer publicamente suas reais atividades?⁷⁶¹ Ao supervalorizar os recursos financeiros da SPU, os alunos colocaram em dúvida a aplicação dos cinquenta milhões doados por Brizola para aquela escola, tendência essa que ocorreria freqüentemente e que segundo Agostinho Bott, poderia derivar das seguintes circunstâncias:

ou porque existiam interesses em desmerecer tal iniciativa, ou por abusada ingerência de posturas político-partidárias, ou porque regiões pobres e abandonadas têm natural dificuldade de possuir o desvelo em suas realizações. Os conflitos manifestaram-se constantes.⁷⁶²

⁷⁵⁹ *O Nacional*, 19 nov. 1963.

⁷⁶⁰ *O Nacional*, 31 out. 1963. Envolveram-se nessa cruzada em prol do reconhecimento da Faculdade de Agronomia, as seguintes lideranças locais: Benoni Rosado prefeito municipal, presidente da Câmara Municipal, Bernardino Guimarães, Fioravante Magrin, Vigário Geral do Bispado, Mário Menegaz e Adolfo Floriani, candidatos ao executivo municipal, João Andrade, candidato à vice-prefeitura pelo PTB e demais lideranças políticas partidárias passo-fundenses.

⁷⁶¹ *O Nacional*, 12 dez. 1963.

⁷⁶² BOTH, Agostinho. *A criação da universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo:Ediupf, 1993, p. 57.

Mário Menegaz já como prefeito eleito, em audiência mantida com o governador Ildo Meneghetti em Porto Alegre, expôs não só a situação da Agronomia, mas também o desejo de alunos e professores, assunto que vinha movimentando a sociedade local e acirrando os ânimos das partes envolvidas nos fatos. Ciente da situação, Meneghetti resolveu enviar imediatamente a Passo Fundo o assessor, Ari Caldeira, com a finalidade de observar a situação *in loco* e realizar um levantamento.⁷⁶³

Após realizar minuciosa vistoria na área física da Agronomia e manter contato com elementos diretamente ligados à questão, não foi nada abonador o resultado a que chegou. Segundo suas palavras, pelo simples fato de não estar ainda reconhecida pelo governo federal, portanto sem personalidade jurídica, a Faculdade de Agronomia era uma entidade que não existia. A precariedade, e a improvisação de suas instalações e aparelhamento demonstrava a inexistência de algo didático e prático que permitissem a existência e funcionamento de uma faculdade. Pelo que observou, entendia a demora da solicitação de reconhecimento, uma vez que a inspeção nada encontraria que justificasse a tão almejada oficialização por alunos e professores. Nesse sentido, compreendia a preocupação que sentiam por “constituírem o corpo de uma entidade tão rica de deficiências técnicas quanto ricas e magníficas” eram as possibilidades da região de possuir uma escola técnica-agrícola dados os recursos que haviam sido fornecidos pelo governo estadual,⁷⁶⁴ referindo-se à verba de cinquenta milhões doadas pelo ex-governador Brizola.

Ari Caldeira pontuou outras situações observadas, entre elas, o vulto que tomou o movimento pró-federalização e oficialização da Faculdade de Agronomia, envolvendo a sociedade como um todo. Citou também a participação no movimento, da Coligação vencedora nas urnas - numa menção a ampla aliança partidária que apoiou a eleição de Menegaz -, cuja campanha eleitoral, segundo suas palavras, foi feita politicamente na tese de que o prefeito recorreria a todos os meios necessários para resolver o problema da faculdade em crise. Acentuou a decisão definitiva tomada pela Comissão de Reivindicação⁷⁶⁵ unicamente aceita pela maioria da população, que consistia no afastamento total da direção da SPU daquela Escola de Ensino, diante da alegação de que estaria havendo “desvio de verbas, má vontade quanto ao atendimento das mínimas

⁷⁶³ *O Nacional*, 23 nov. 1963.

⁷⁶⁴ ANNES, Murilo Coutinho. Relatório ao Governador do Estado: situação da Faculdade de Agronomia - SPU. Cópia autêntica. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999, p. 3.

⁷⁶⁵ Não ficou esclarecido no documento consultado, os integrantes da referida Comissão de Reivindicação mencionada por Ari Caldeira. Infere-se, porém, constituir-se pelos professores e alunos da Faculdade de Agronomia, por Mário Menegaz, prefeito municipal eleito, Romeu Martinelli e Paulo Roberto Pires, vereador e suplente do MTR respectivamente, demais vereadores componentes da bancada do MTR.

exigências escolares, falta de autonomia da direção da faculdade, perda de autoridade”, irregularidades essas perpetradas por aquela direção. Constatou por último Ari Caldeira, de que a SPU durante os três anos que manteve a Faculdade de Agronomia, não proporcionou ensino, mas “sim andou brincando de proporcionar tal ensino”.⁷⁶⁶

Diante do exposto, sugeriu atitudes que poderiam ser tomadas pelo governo, caso desejasse atender às justas reivindicações que fazia a população, sugestões essas que não realizaram. O assessor do governo estadual finalizou o relatório, dizendo que o assunto era delicado juridicamente devido ao caráter particular da Sociedade, embora sobrevivesse com recursos federais e estaduais e também das anuidades escolares.⁷⁶⁷

Nessa fase das divergências, sobre o relatório de Ari Caldeira, nada transpirou pela imprensa local a respeito do conteúdo do mesmo, assim também como ficaram sem respostas as indagações dos professores e alunos sobre a estruturação da SPU. Mas outro fato veio contribuir para polemizar mais ainda a já tumultuada situação: a notícia da criação da Universidade de Passo Fundo pela SPU em 30 de outubro de 1963. O fato que veio a público somente em dezembro, e causou sensação na cidade. Para a Congregação de professores e alunos da Agronomia, a Universidade criada por César e Reissoly dos Santos era uma “universidade-particular-fantasma” uma vez que eram “frios” os quinze estabelecimentos de ensino que dizia agregar, e entre os quais não constava a Faculdade de Agronomia, que foi substituída por uma Escola de Agricultura e Pecuária.⁷⁶⁸

Para César Santos, porém, essa foi uma atitude tomada no cumprimento de determinações legais, através da mudança dos Estatutos da Entidade, necessários para que fosse acrescentada uma emenda ao projeto de criação da Universidade do Mato Grosso, que já tramitava na Câmara Federal, medida que possibilitaria também a criação da Universidade local e sua posterior encampação pelo Governo Federal. Nesse sentido, sobre o movimento pró-federalização que vinha se processando fora do âmbito da SPU, mais uma vez, foram taxativas suas palavras:

⁷⁶⁶ANNES, Murilo Coutinho. Relatório ao Governador do Estado: situação da Faculdade de Agronomia - SPU. Cópia autêntica. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999, p.5-6.

⁷⁶⁷ Foram duas as modalidades sugeridas por Ari Caldeira ao Governador Ildo Meneghetti: diante de um Convênio e cláusulas rígidas, o Estado chamaria a si o controle da Faculdade de Agronomia, com o controle das verbas pelo Conselho Diretivo da Faculdade e da Superintendência do Ensino Agrícola do Estado. Essa modalidade foi aceita em parte por Reissoly dos Santos, administrador da SPU, havendo rejeição, porém, no tocante ao controle das verbas pelo Conselho da Faculdade. A outra fórmula apontada seria a do funcionamento da Agronomia junto à Escola Agrícola do Ministério da Agricultura mantida no Desvio Engº Luiz Englert com autonomia financeira, mas sob a orientação da SPU. ANNES, Murilo Coutinho. Relatório ao Governador do Estado: situação da Faculdade de Agronomia - SPU. Cópia autêntica. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999, p. 6-7.

⁷⁶⁸ *O Nacional*, 26 dez. 1963.

Fiel aos objetivos da SPU, quem está pleiteando a criação da Universidade Federal é única e exclusivamente a sua direção que não permite a intromissão indébita de pessoas alheias aos quadros da Sociedade, num assunto de sua exclusiva competência como entidade de direito privado e cônica de seus deveres e responsabilidades.⁷⁶⁹

Embora a firmeza das palavras do diretor da SPU, o movimento pró-intervenção naquela Entidade, solução essa apontada como capaz de desobstruir os obstáculos à federalização, ganhava contornos bem mais amplos, uma vez que já circulavam nas ruas da cidade, veículos portando o slogan: “O povo exige intervenção na SPU”.⁷⁷⁰

É importante observar nas divergências havidas entre alunos e professores da Agronomia e a SPU, embora num âmbito diferenciado de representatividade - o acadêmico -, a similaridade com as contrariedades que se estabeleceram no PTB entre a ala rebelde e a direção daquele partido, também em mãos de César Santos. Quando as críticas que ocasionaram a crise na Faculdade de Agronomia centraram-se entre outras, em represálias, em falta de diálogo, de autonomia da direção das Escolas, de posturas mais claras e abertas por parte daquela direção de ensino, trouxeram além do traço marcante do litígio com a ala rebelde, também as fortes características que pautaram a vida político-partidária do PTB: autoritarismo, centralismo, personalismo.

4.6. A “revolução saneadora”⁷⁷¹ e a intervenção na SPU

Quem escreve história tem que possuir, além de talento e erudição profunda, coragem. Muita coragem mesmo, para contar porque fizeram o que fizeram com a SPU. [...]. Por que tomaram aos Santos o fruto do seu milagre, o “filho” que eles “geraram” e estavam criando no espírito da pedagogia indicada?⁷⁷²

Em meio à crise instalada na Faculdade de Agronomia, que não mostrava sinais de resolução, ao contrário, mais se aprofundava, o ano de 1964 iniciou com a posse do novo prefeito eleito, Mário Menegaz. Na ocasião, ao saudar o governador Ildo Meneghetti presente ao ato solene, o vereador Martinelli, em nome da situação, apelou ao chefe estadual que sem perda de tempo, “adotasse a corajosa medida de intervir na Sociedade

⁷⁶⁹ *Diário da Manhã*, 31 dez. 1963.

⁷⁷⁰ *O Nacional*, 27 dez. 1963.

⁷⁷¹ *Diário da Manhã*, 16 mai. 1964.

⁷⁷² *Diário da Manhã*, 9 fev. 1967.

Pró-Universidade, regularizando a situação do ensino superior de Passo Fundo e abrindo caminho para a federalização”. Respondendo ao apelo, disse Meneghetti, que “melhor que a intervenção do Estado” seria a federalização, procedimento que já estava providenciando.⁷⁷³ Mas não foi isso que aconteceu, uma vez que essa era a situação política estadual e municipal:

No início de 1964 era governador do Estado do Rio Grande do Sul o engenheiro Ildo Meneghetti; Prefeito Municipal de Passo Fundo, Mário Menegaz; e, Vereador (sic) Romeu Martinelli, todos inimigos ferozes do Partido Trabalhista Brasileiro, que articulavam a derrubada dos irmãos César e Reissoly José dos Santos da direção da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo - SPU.⁷⁷⁴

De um modo geral, o ano de 1964, prenunciava dias difíceis para os trabalhistas. Em nível nacional, conspirações civis e militares foram minando pouco a pouco o sistema, e em meio à crise que passou a enfrentar o governo democrático de Jango, encontrava-se o PTB, que além de ser o partido do presidente, também era o maior do Congresso.⁷⁷⁵ No âmbito estadual, notícias circularam que um golpe havia sido arquitetado contra o governo estadual por organizações subversivas das quais fazia parte o ex-governador Leonel Brizola. Conforme declarações feitas numa sessão na Assembléia Legislativa, inclusive sustentadas pelo Secretário do Interior e Justiça do Estado, Antônio Pires, Leonel Brizola fazia parte de um grupo, cujo chefe era conhecido pela alcunha de “Oswaldo”. O referido golpe foi marcado para 31 de dezembro de 1963, ocasião em que seria vitimado o governador Meneghetti e após, tomado de assalto o Palácio Piratini. Descoberto o perigo iminente, foram avisadas as Forças Armadas do Estado que permaneceram em alerta, impedindo que a ação se processasse.⁷⁷⁶ Se houve na realidade tal intento, não ficou apurado na documentação consultada.

Não menos difícil, era o quadro que se desenhava para o PTB local. Afastado do poder político ora ocupado por um ex-integrante da ala rebelde do partido com a qual vinha travando cerrado embate desde meados de 1957. Menegaz, de posse do poder

⁷⁷³ *O Nacional*, 2 jan. 1964. A posse de Mário Menegaz foi filmada por Daniel Czamanski, que veio a Passo Fundo especialmente para a ocasião. Czamanski que residiu por muitos anos em Passo Fundo atuando no meio fotográfico, transferiu residência para Porto Alegre onde dirigia a organização cinematográfica Leopoldis-Som Ltda, responsável pelo documentário da solenidade, cujo acontecimento ímpar, se constituiu num fato “histórico na vida administrativa e política” de Passo Fundo.

⁷⁷⁴ ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁷⁷⁵ D'ARAÚJO. Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 159.

⁷⁷⁶ *O Nacional*, 9 jan. 1964.

executivo local, tinha o amparo da força política estadual, com a qual havia se aliado pela coligação que o elegeu e não mediria esforços para consolidar sua posição. Havia, enfim, chegado a hora para tal possibilidade.

Nesse contexto propício, o relatório de Ari Caldeira enviado ao governador em novembro de 1963 - de conteúdo desabonador à administração de César e Reissoly dos Santos na direção da SPU -, serviu para que outras providências fossem tomadas como a vinda de uma comissão da Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV, designada pelo Ministro da Agricultura, com o objetivo de realizar uma inspeção na Faculdade de Agronomia.⁷⁷⁷ Realizada a vistoria, ficou decidida a complementação do currículo escolar, a realização dos exames e a suspensão após do funcionamento daquela escola.⁷⁷⁸ Os alunos com o curso ainda incompleto foram enviados para as faculdades de Agronomia de Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria. Ficava assim, por hora, resolvido o problema mais premente da Agronomia.

Em meio a essas deliberações, em final de janeiro, Meneghetti transferiu o governo estadual durante quatro dias para Passo Fundo. Recebido com expressivas homenagens junto a sua comitiva,⁷⁷⁹ instalou-se no Turis Hotel, dali concedendo audiências em que foram ouvidas as classes políticas, sociais e econômicas, do município e região. Embora não se constituísse num método novo, foi, segundo suas palavras, a maneira mais fácil e prática “para ouvir as reivindicações e conhecer os problemas do interior”.⁷⁸⁰

A reviravolta política local com a vitória de Menegaz trouxe alguns contratemplos às sessões da Câmara Municipal. Os vereadores trabalhistas como forma de obstruir os trabalhos, aproveitavam o máximo os prazos regimentais das matérias em votação, em longas discussões, esgotando-se assim o prazo regimental, fazendo com que a matéria retornasse às comissões. Essa prática irritou, além do prefeito, também o vereador Martinelli, que ameaçou com a renúncia de seu mandato caso esse expediente

⁷⁷⁷ *O Nacional*, 11 jan. 1964. A referida Comissão foi integrada pelos Engº Agrº Carlos Taylor da Cunha Mello e Lúcia Nóbrega de Lemos e o Veterinário Hélio Lobato do Valle.

⁷⁷⁸ ANNES, Murilo Coutinho. Relatório do Gabinete do Governador: situação da SPU – intervenção; Reinício das atividades Faculdade de Agronomia. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999, p.2.

⁷⁷⁹ A comitiva que acompanhou o governador Meneghetti constou das seguintes autoridades: Hélio Helbert dos Santos, Secretário da Saúde, Adolpho Fetter, Secretário da Agricultura, general Almir Borges Fortes, Secretário de Energia e Comunicações, Ariosto Jaeger, Secretário da Educação, Elízio Telli, diretor Geral do DAER, coronel Orlando Pacheco, Chefe da Casa Civil, coronel Gonçalo Curio de Carvalho, alto assessor do governo, Ari Caldeira, assessor de administração do Gabinete de Administração e Planejamento, Hipólito Kunz, superintendente do Ensino Médio da Secretaria da Educação, Dolmy Antonio Tarasconi, diretor-geral da Secretaria de Administração, outros assessores. *O Nacional*, 25 jan. 1964.

⁷⁸⁰ *O Nacional*, 25 jan. 1964.

continuasse.⁷⁸¹ Essa foi a forma que os edis trabalhistas encontraram para fazer sua oposição, porém, alguns dias mais tarde recuaram em seus propósitos e tudo voltou aparentemente ao normal.⁷⁸²

Enquanto o quadro político demonstrava - com a tomada do poder político pela oposição-, que não seria fácil a situação para o PTB estadual e, em particular, para o local, como já estava acontecendo, um fato de grande repercussão, veio acelerar as deliberações que já se alinhavavam de modo a neutralizar o poder das lideranças trabalhistas locais. O golpe civil-militar de 31 de março de 1964, “afastou o presidente João Goulart do poder e marcou o fim do regime populista”.⁷⁸³ Esse movimento autoritário precipitou os acontecimentos, e veio derrubar as barreiras que porventura existiam aos intentos situacionistas locais, se constituindo em terreno fértil para que fossem resolvidas as divergências que há tempos vinham permeando e minando as relações entre as partes.

A situação em Porto Alegre ficou tensa. A Brigada Militar sob o comando do III Exército manteve-se fiel ao presidente e às instituições. Mais uma vez se formou a “cadeia da Legalidade”⁷⁸⁴. Brizola que encontrava-se na capital, numa proclamação ao povo brasileiro, afirmou: “Os golpistas querem fazer agora o que não puderam, pela resistência do povo, fazer em agosto de 1961”.⁷⁸⁵

Nessas circunstâncias, “frente à ameaça clara e aberta de intervenção”⁷⁸⁶ por Brizola no Estado, o governador Meneghetti - que já havia sido ameaçado de golpe -, com uma pequena comitiva, abandonou Porto Alegre, chegando inesperadamente e sigilosamente a Passo Fundo em primeiro de abril. Novamente aqui aportando, escolheu desta vez a cidade “como trincheira para a manutenção da ordem, da disciplina e da tranquilidade no Estado”, atitude recebida com muita honra e agradecimentos pelo poder público local.⁷⁸⁷ Sediado, desta vez no 2º Batalhão Policial da Brigada Militar, ali instalou o governo provisório do Rio Grande do Sul, permanecendo até que se normalizasse a

⁷⁸¹ *O Nacional*, 29 jan. 1964.

⁷⁸² *O Nacional*, 31 jan. 1964.

⁷⁸³ DEIFRUS, René, 1964: a conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 397. Ver também sobre o assunto: Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004.

⁷⁸⁴ *O Nacional*, 2 abr. 1964.

⁷⁸⁵ *O Nacional*, 1 abr. 1964.

⁷⁸⁶ *O Nacional*, 2 abr. 1964.

⁷⁸⁷ *O Nacional*, 2 abr. 1964. Os exemplares de 3 a 10 de abril de 1964 do jornal *O Nacional*, assim como todos os do mês de abril do *Diário da Manhã*, não constam no acervo dos referidos órgãos da imprensa local, lacunas essas que dificultaram informações mais precisas sobre os acontecimentos passados em Passo Fundo durante esse período. O museu de Comunicação José Hypólito da Costa de Porto Alegre-RS possui em seu acervo, seis exemplares do *Diário da Manhã* referentes ao mês de abril de 1964.

situação, logo controlada ao assumir a presidência Ranieri Mazzilli⁷⁸⁸ cargo esse entregue alguns dias mais tarde ao general Humberto de Allencar Castelo Branco, pelo Congresso Nacional⁷⁸⁹ Em perfeita consonância com o governador e o golpe deflagrado “em defesa da liberdade e da democracia”, Menegaz enviou congratulações em nome do povo de Passo Fundo a Carlos Lacerda e Adhemar de Barros sobre a atuação dos referidos governadores no movimento de 1964.⁷⁹⁰

Apesar de muito tímida, dadas às circunstâncias políticas locais, houve uma ligeira pressão contra o golpe de algumas lideranças trabalhistas. Segundo informações,

elementos brizolistas e janguistas de Passo Fundo, sob o comando político do dr. César Santos, presidente do PTB, preparavam-se para a reação, em face dos acontecimentos que vinham se desenrolando no resto do País.⁷⁹¹

Nesse sentido, deslocaram-se até o quartel do I/20º R.C. do Exército, solicitando ao seu comandante, capitão Grey Belles cobertura para uma concentração de ferroviários e populares, assim como pressionando o mesmo comandante ao cumprimento da Constituição, que rezava ser João Goulart, presidente do Brasil e comandante das Forças Armadas. Houve também nessa movimentação, a participação de Paraguassu Brizola, irmão do ex-governador Leonel Brizola. Foram, porém, todos persuadidos por Grey Belles a abandonar esses intentos, uma vez que “não seria Passo Fundo que iria decidir sobre os acontecimentos do panorama nacional”.⁷⁹²

Antes mesmo do golpe, como forma de resistência, forças situacionistas locais já se haviam mobilizado em defesa da cidade em consonância com a conspiração que arquitetava a derrubada de Jango. Um grupo de civis liderados por Ademar Cabeda e com a participação de autoridades civis, militares e até religiosas,⁷⁹³ formaram o “grupo dos vinte” que se infere tenham sido denominados também de “Vigilantes da Liberdade” como forma de neutralizar a ação do “grupo dos onze”, organização liderada por Brizola. Nesse

⁷⁸⁸ *O Nacional*, 2 abr. 1964.

⁷⁸⁹ *O Nacional*, 13 abr. 1964.

⁷⁹⁰ *O Nacional*, 14/15 abr. 1964. Os estados de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais, apoiaram em primeira mão o golpe civil-militar de 1964, governados respectivamente por Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

⁷⁹¹ Dossiê Mário Menegaz.

⁷⁹² Dossiê Mário Menegaz.

⁷⁹³ O grupo “Vigilantes da Liberdade” era formado entre outros pelas seguintes pessoas: Mário Goelzer, João de Quadros, Anísio Silva, João Jacques, Antonio Moraes Gentil, Padre Geraldo (da Igreja Santo Antônio, na Vila Petrópolis), Raul Domingues, Cícero Teixeira, André Luiz Crusius, Alfredo Torriani, Noé Dornelles de Oliveira, Dudu De César, Gentil “Barbeiro” e Raul Luiz da Silva Filho. Entre as autoridades, constavam os nomes de: Mário Menegaz, prefeito municipal, Adolpho João Floriani, vice-prefeito, D. Cádio Colling, Bispo Diocesano, General Henrique Geisel, Delegado Regional de Polícia, Firmino Pereira. (Dossiê Mário Menegaz).

sentido, realizaram reuniões secretas em residências particulares e igrejas, mantendo um “policiamento volante”, permanecendo em vigília dia e noite, onde observavam todos os movimentos na cidade. A exemplo do que ocorria em nível nacional, quando os proprietários rurais se armaram, uma vez que viam na reforma agrária uma catástrofe,⁷⁹⁴ também em Passo Fundo houve uma movimentação similar. Os ruralistas,⁷⁹⁵ empenhados na causa formaram grupos em defesa de suas propriedades, no sentido de repelir qualquer tentativa de invasão,⁷⁹⁶ por conta do decreto da Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA, assinada por Jango em março de 1964.⁷⁹⁷

Consumado o “ato saneador” - assim denominado pela imprensa local o golpe de 1964 -, começaram exílios, prisões e cassações. Lideranças nacionais maiores como João Goulart, Jânio Quadros, Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes, exilados, tiveram seus mandatos políticos cassados por dez anos.⁷⁹⁸ No estado, João Caruso, Wilson Vargas, Lamaison Porto, entre outros, também perderam seus mandatos.⁷⁹⁹ Não foi diferente a situação em Passo Fundo, embora menos radical. Os vereadores trabalhistas “seriamente comprometidos com a antiga situação”,⁸⁰⁰ eram presos e enviados a Porto Alegre. Wilson Garay, um dos primeiros da lista, acusado de organizador do “grupo dos onze” em Passo Fundo, foi recolhido ao Batalhão Policial local, para prestar declarações e informações “por determinação superior”.⁸⁰¹ A essa detenção, seguiram-se outras: Ernesto Scortegagna, Meirelles Duarte, Odilon Soares de Lima, Gilberto Tubino, Benoni Rosado, respectivamente vereadores e ex-prefeito do PTB local. Embora os trabalhistas tenham passado pelo constrangimento da detenção, não tiveram, por sua vez, seus mandatos políticos cassados, continuando suas atividades junto à Câmara Municipal.

A situação foi tão propícia a ajustes de contas que inclusive houve a prisão de Paraguassu Brizola que pertencia ao PSP, mas que tinha como agravante, ser irmão de Leonel Brizola. Informações chegaram também de que o ônibus que conduziu os “detidos” a Porto Alegre ficou durante várias horas à espera de que fosse encontrado também o presidente do PTB local, César Santos, para juntamente com seus correligionários ser

⁷⁹⁴ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 252.

⁷⁹⁵ Os ruralistas que participaram dessa ação foram os seguintes: Gaspar Stangler, Victor Menna Barreto, Noé Mello, Balduino Gehn, Genuíno Mafacioli, Romeu Azeredo, João Jacques, Gil Monteiro, Sebastião Monteiro, Ítalo Benvegnú, Arthur Wairich, João Grazziotin, Tranquilo Grazziotin, entre outros. Dossiê Mário Menegaz.

⁷⁹⁶ Dossiê Mário Menegaz.

⁷⁹⁷ Dossiê Mário Menegaz.

⁷⁹⁸ *O Nacional*, 11 abr. 1964.

⁷⁹⁹ *O Nacional*, 13 abr. 1964.

⁸⁰⁰ *O Nacional*, 17 abr. 1964.

⁸⁰¹ *O Nacional*, 25 abr. 1964.

remetido àquela capital para averiguações. O intento só não foi alcançado, porque César Santos já se encontrava “nos grandes centros do país”, dedicando-se a estudos científicos, de onde regressou somente em 4 de julho de 1964.⁸⁰²

No inquérito enviado a Porto Alegre por um grupo de vereadores situacionistas locais, - “peça eivada de ódios, de recalques e cheia de inverdades e mistificações”⁸⁰³ denunciando os vereadores trabalhistas, constava também o nome do presidente do Legislativo local, Octacílio de Moura Escobar que pertencia ao PSD, partido do governador e integrante da Coligação que elegeu Mário Menegaz. Essa acusação ao vir a público rendeu acalorados e graves debates pela imprensa local.

Inconformado com a acusação de “esquerdista e subversivo” que lhe havia sido imputada, Octacílio deslocou-se a Porto Alegre no sentido de tomar providências a respeito do caso. Sua volta, anunciada com grande expectativa, trouxe a confirmação já anteriormente aventada, de que a acusação havia partido do então prefeito Mário Menegaz. Sem poder esquivar-se de esclarecimentos, diante da proporção que o caso tomou, declarou o prefeito que somente havia mencionado “a participação indireta, mas solidária” de Escobar nos movimentos esquerdistas. Afirmou, outrossim, que essa versão se constituía na “verdade dos fatos, cuja responsabilidade” assumia integralmente.⁸⁰⁴ A atitude do chefe do executivo local em prevalecer-se do golpe para denunciar seus adversários políticos,⁸⁰⁵ se arrastou por vários dias, perdendo-se depois no emaranhado dos arranjos políticos.

Alternadamente as prisões dos petebistas que iniciaram a se processar no município, o quadro político também serviu para que atitudes fossem tomadas e promessas fossem cumpridas. Finalmente foi aprovada pelo Legislativo local a reversão da Rádio e do Hospital Municipal aos bens do município,⁸⁰⁶ tarefa essa incansavelmente perseguida por Martinelli, e que deu por finda sua missão na Câmara Municipal.⁸⁰⁷ Também havia chegado a hora para que Meneghetti cumprisse a promessa feita a Menegaz⁸⁰⁸ de intervir de fato na SPU e assim realizar um dos objetivos maiores do grupo liderado por aquele prefeito de afastar César Santos da direção daquela Sociedade de ensino. E foi, segundo declarações de Murilo Annes, o que na realidade aconteceu:

⁸⁰² *Diário da Manhã*, 5 jul. 1964.

⁸⁰³ *Diário da Manhã*, 1 jul. 1964.

⁸⁰⁴ *Diário da Manhã*, 14 jul. 1964.

⁸⁰⁵ *Diário da Manhã*, 14 jul. 1964.

⁸⁰⁶ *O Nacional*, 18 abr. 1964.

⁸⁰⁷ *O Nacional*, 2 mai. 1964.

⁸⁰⁸ *O Nacional*, 26 dez. 1963.

Embalado pela crise na Agronomia e decidido pelo quadro político que em 1964 derrubou Jango e Brizola e o Trabalhismo, adversários ferrenhos de Ildo Meneghetti, o governador solicitou ao ministro (sic) da Educação, a intervenção na SPU, que foi concedida.

E assim, nesse contexto, passados apenas vinte dias da decretação do golpe civil-militar de março de 1964, Meneghetti enviou ao Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda um ofício solicitando “a suspensão da autonomia da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, por infringência da Lei dos Estatutos”. Apontou como causas, não só as irregularidades encontradas por seu assessor, mas também porque a direção daquela instituição de ensino, estava “sendo feita por pessoas nitidamente suspeitas de idéias e ações extremistas”.⁸⁰⁹ Ao referir-se a César e Reissoly dos Santos, presidente e administrador da SPU respectivamente, percebe-se na justificativa usada por Meneghetti, como causa da ação, a utilização de expressões que se tornaram correntes no período pós-64: “pessoas nitidamente suspeitas” e “idéias e ações extremistas”.

Dois dias após, veio a resposta de Flávio Suplicy ao governador, solicitando que tomasse as providências “que lhe parecessem adequadas no sentido de sanar as irregularidades mencionadas em seu ofício”.⁸¹⁰ Optando pela ação mais conveniente, sem perda de tempo, o governador Meneghetti determinou que a partir de vinte e cinco de abril de 1964, a SPU ficasse sob regime de intervenção. Murilo Annes nomeado interventor,⁸¹¹ recebeu a notícia com enorme surpresa, ligando o fato evidentemente, “a um trabalho político” do prefeito Menegaz e do vereador Martinelli. Sua indicação ocorreu, segundo suas palavras, por ser professor da Faculdade de Direito, “sem participação ativa em nenhuma agremiação partidária e com livre trânsito na SPU”.⁸¹²

De fato, dado o empenho que dispensavam ao caso, Menegaz e Romeu Martinelli, foram ao Rio de Janeiro e Brasília tratar do assunto diretamente junto ao Ministro da Educação. Segundo declarações do prefeito - em atenção às suas ponderações -, as razões que levaram aquele Ministério, assim como o governador a decidir pela intervenção

⁸⁰⁹ ANNES, Murilo Coutinho. Ofício G-92 – do governador do Estado Ildo Meneghetti ao Ministro da Educação. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸¹⁰ ANNES, Murilo Coutinho. Aviso Nº 693 – do Ministro da Educação ao Governador do Estado. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸¹¹ ANNES, Murilo Coutinho. Ordem de Serviço Nº 6. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸¹² ANNES, Murilo Coutinho. *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999. Murilo Coutinho Annes era filho de Herculano de Araújo Annes, um dos primeiros proprietários do jornal local *O Nacional* e irmão de Armando de Araújo Annes, líder político regional que por duas vezes governou Passo Fundo, inclusive durante os anos de 1948-1952, eleito pela coligação PTB-UDN, herdeiro político de seu pai Gervásio Luccas Annes. Embora os antecedentes políticos, o nome de Murilo Annes não se mostrou vinculado a partidos políticos.

baseou-se nos seguintes pontos: espírito e objetivos do ato institucional⁸¹³, reconhecimento da Faculdade de Agronomia e federalização dos cursos superiores locais; averiguação do destino e aplicação de verbas públicas, em particular da quantia de cinquenta milhões doados por Brizola, para o funcionamento da Agronomia; esclarecer e definir responsabilidades pelo destino dos duzentos hectares de terras cedidas pelo Estado para a instalação e funcionamento da Agronomia; facilitar a reabertura da Faculdade de Agronomia com condições de funcionamento; dar caráter cultural ao ensino superior local, uma vez que em contrapartida ao reconhecimento somente da Faculdade de Direito, eram mantidas várias indústrias.⁸¹⁴

A repercussão de tal ação foi intensa. Para César Santos, ao decretar a intervenção, “querendo agravar uma situação inexistente” o governador usou “de todos os meios, nem sempre condizentes com seu cargo, para satisfazer a ambição política de um prefeito que procurava atribuir a outros, **idéias e relações políticas** que adotava como suas até bem pouco antes da Revolução de 31 de março de 1964”.(grifo no documento)⁸¹⁵ Referia-se César Santos à posição política-partidária de Menegaz, filiado ao MTR, partido que se formou através de uma dissidência trabalhista e pelas características naturais do quadro político gaúcho, de oposição ao PSD e por extensão ao governador do Estado.

Entre a forte pressão sofrida por César e Reissoly dos Santos, que vinha desde a crise irrompida na Agronomia, e que passou a agravar-se após o ato de intervenção, dois relatórios chegaram até Meneghetti alternadamente: o de Reissoly, ex-administrador da SPU, por solicitação do governador; o do interventor Murilo Annes, por conta das responsabilidades que o cargo lhe atribuía. De conteúdo divergente e contestatório, apresentaram diferentes versões sobre os pontos mais polêmicos que justificaram e também contribuíram para que se processasse a interferência numa instituição particular.

Ao analisar o ato de intervenção baixado pelo governador, através dos argumentos “eivados de inexistência”, proclamados pelo prefeito Menegaz, Reissoly passou a fazer uma prestação de contas, pontuando os principais objetivos que originaram aquela ação. Sobre a

⁸¹³ Dentre as determinações do Ato Institucional, constava a suspensão da Constituição da República por seis meses, e com ela, todas as garantias constitucionais dos indivíduos. Os fundamentos sobre os quais baseou-se, tinha como um dos objetivos principais, “tomar as medidas urgentes destinadas a drenar o boia-fria comunista” buscando desse modo “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”. (Preâmbulo do Ato Institucional nº1- Fundação Perseu Abramo - www.fpabramo.org.br. Acesso em 26 abr. 2006. Infere-se ter se baseado nesse ponto as justificativas que o governador Meneghetti, juntamente com o grupo situacionista de Passo Fundo, liderado pelo prefeito Mário Menegaz, tenham se utilizado para intervir na SPU, uma vez que os dirigentes daquela Sociedade que pertenciam ao PTB eram considerados “líderes brizolistas e janguistas”, e por consequência, comunistas.

⁸¹⁴ *O Nacional*, 27 abr. 1964.

⁸¹⁵ Acervo César Santos.

aplicação dos cinquenta milhões, por exemplo, informou Reissoly que “existia uma restrição ao arbítrio do emprego daquela importância, traduzida na obrigação de organizar e fazer funcionar a Faculdade de Agronomia”, o que foi feito, uma vez que exercia suas atividades desde 1961. Cumprida a obrigação restrita, o restante poderia ser usado no patrimônio da SPU, onde melhor conviesse, sendo utilizada, após o emprego da verba naquela Escola, também na aquisição de móveis, imóveis e utensílios, biblioteca, pagamento do corpo docente, entre outras que foram incorporadas ao patrimônio da Sociedade. Restavam ainda, aproximadamente dezoito milhões em apólices no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.⁸¹⁶ Diferente, porém, foi a interpretação de Murilo sobre a aplicação da verba para quem a quantia se destinava especificamente para a fundação e manutenção da Faculdade de Agronomia, de cujo valor, foram gastos para esse fim, somente pouco mais de três milhões, o restante em aplicações não identificadas. As verbas federais eram recebidas em espécie pelo procurador da SPU, ou por ordem bancária, assim também como diretamente recebidas nesta cidade.⁸¹⁷

Sobre o reconhecimento das faculdades locais, que a ação de intervenção viria facilitar, esclareceu Reissoly, que a SPU nunca deixou de providenciar tal medida e que a federalização do ensino superior local fugia da competência da prefeitura, por se tratar de processo técnico sem qualquer participação político-partidária.⁸¹⁸ O relato de Murilo sobre esse ponto veio reforçar as declarações de Reissoly, uma vez que as cinco faculdades existentes estavam autorizadas e duas também já reconhecidas pelo governo federal. Sobre a federalização, segundo suas palavras, tramitava no Congresso Nacional uma emenda ao projeto de criação da Universidade do Mato Grosso, que talvez possibilitasse também a federalização da Universidade local.⁸¹⁹ Convém lembrar que para possibilitar essa emenda, foi criada a Universidade de Passo Fundo, assunto que gerou acirrado debate entre a Congregação e alunos da Agronomia e César Santos, anteriormente citado.

No item que apontou como uma das causas da intervenção, procurar impor um caráter mais cultural ao ensino superior local em detrimento do industrial, Reissoly afirmou não compreender em que se apoiou Menegaz, ao “ditar o conceito de cultura em

⁸¹⁶ *Diário da Manhã*, 13 mai. 1964.

⁸¹⁷ ANNES, Murilo Coutinho. Relatório da Interventoria. 23 jun. 1964. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸¹⁸ *Diário da Manhã*, 13 mai. 1964.

⁸¹⁹ ANNES, Murilo Coutinho. Relatório da Interventoria. 23 jun. 1964. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

uma universidade!” um homem que nem havia concluído o curso primário.⁸²⁰ Ao contrário do que afirmou, todas as faculdades estavam autorizadas e duas já reconhecidas, conforme foi apontado anteriormente. Em relação ao parque industrial mantido pela Sociedade, mais uma inverdade se mostrava, reforçando as declarações já emitidas sobre o assunto por César Santos: eram indústrias básicas, que viriam baratear as construções em curso.⁸²¹ E foi nesse aspecto que se centrou a divergência entre Reissoly e Murilo, no sentido de que havia quatro faculdades instaladas em praticamente dois prédios – da Faculdade de Direito e Belas Artes com sedes próprias –, contra um verdadeiro “parque industrial” deficitário.

Baseando-se no “espírito e objetivo do Ato Institucional”, conforme declarações de Murilo, foram averiguadas possíveis infiltrações comunistas e subversivas nas faculdades. O resultado não chegou ao seu conhecimento, mas deduziu mesmo assim – pelo seu convívio com o meio acadêmico –, não se constituir em fator de preocupações, uma vez que essa incidência, não seria maior do que a encontrada normalmente nas faculdades estaduais. Desse modo, mesmo reconhecendo haver “foco de agitação comunista”, não encontrou fundamento na acusação dos ex-dirigentes da SPU de que a paralisação daquela Escola tivesse ocorrido por procedimentos daquela ordem.⁸²² Contraditória foi a posição de Reissoly no que tange a esse ponto, pois para ele foi público e notório que a paralisação da Agronomia amparou-se na “greve comunista, deflagrada às vésperas da eleição”⁸²³

Ao concluir seu extenso relatório, ficaram firmadas, segundo Reissoly, que nenhuma das causas que fundamentaram a intervenção denotavam realidade e assim, “com a devida licença”, não podiam subsistir. Ressaltou ainda que os motivos que vieram à presença do governador não consultaram os superiores princípios do ensino, mas foram obra de

mesquinhos, indisfarçáveis interesses personalíssimos e políticos, de uma pequeníssima minoria, eventualmente no poder, de transinudaram em exército de salvação do ensino superior de Passo Fundo, visando o descrédito de homens, por caprichos inconfessáveis.⁸²⁴

⁸²⁰ ANNES, Murilo Coutinho. Relatório: fatos que envolveram a SPU antes e depois da intervenção estadual de 26.4.64. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸²¹ *Diário da Manhã*, 13 mai. 1964.

⁸²² ANNES, Murilo Coutinho. [Relatório da Interventoria]. Passo Fundo, 23 jun. 1964. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸²³ *Diário da Manhã*, 13 mai. 1964.

⁸²⁴ *Diário da Manhã*, 13 mai. 1964.

Afirmou também Reissoly não entender aonde a sintonia entre os motivos que levaram a intervenção, e o ato institucional em seu espírito e objetivo. Se antes não havia enviado um relatório ao Governo Estadual, é porque entendia ser a SPU, uma entidade particular que devia prestação de contas apenas aos seus sócios, razão pela qual, “lei alguma o compelia a isso”. Mas diante das circunstâncias e por ter dedicada ao governador sempre especial distinção, mesmo antes de ser eleito ao cargo que ocupava, sentia que o dever moral sobressaía ao jurídico, concordando dessa forma com tal realização.⁸²⁵

No relatório enviado por Murilo Annes ao governador, ficou constatado o desaparecimento do livro de atas da SPU. Cientificado de que estariam na residência de César Santos, foi solicitado que o mesmo fizesse a fineza da devolução, o que não aconteceu. O silêncio de César Santos em relação ao aludido livro que soou de forma suspeita, impediu que Murilo conhecesse “com validade e autenticação” os atos e as resoluções da SPU, isto é, saber quem eram os sócios e também os membros do Conselho. Essa atitude o levou a entender ser a Sociedade administrada discricionariamente por César e Reissoly Santos e veio reforçar também as declarações dos professores e alunos da Agronomia de que a SPU era mesmo uma “espécie de sociedade secreta”.⁸²⁶ No sentido, porém, de dar uma conformação legal, a uma agremiação que parecia reduzir-se a somente um nome, admitiu aquela interventoria como sócios, os professores de todas as faculdades mantidas por àquela Instituição.⁸²⁷

Interessante as conclusões de Murilo Annes em seu relatório ao governador, ao pretender demonstrar desconhecimento dos atos e atitudes da SPU. Era professor da Faculdade de Direito, irmão do diretor da Faculdade de Agronomia deposto e, não tinha livre trânsito na Sociedade?

Sobre o assunto, declarou César Santos⁸²⁸ não saber a quem atribuir o fato, mas mesmo que tivesse em seu poder o livro de Atas “não os entregaria a Murilo-Interventor, uma vez que estava desvirtuando a verdade dos fatos em seu tendencioso relatório”. Afirmou também que Murilo estava “traindo os interesses da SPU a serviço de vinditas pessoais” assim como defendendo indiretamente seu irmão, Flavio Annes, exonerado da direção da Agronomia, após a greve que redundou no fechamento daquela escola. Assim

⁸²⁵ *Diário da Manhã*, 13 mai. 1964.

⁸²⁶ ANNES, Murilo Coutinho. [Relatório da Interventoria]. Passo Fundo, 23 jun. 1964. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸²⁷ ANNES, Murilo Coutinho. [Relatório da Interventoria]. Passo Fundo, 23 jun. 1964. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸²⁸ Convém lembrar que logo após iniciarem as cassações dos vereadores do PTB local, César Santos ausentou-se da cidade pelo período que, infere-se, tenha se situado entre os meses de maio e julho.

agindo, seguiu César Santos, mostrava Murilo Annes, até onde ia seu escrúpulo, ao assumir o cargo de interventor e se manter no mesmo.⁸²⁹

Depois dos relatórios⁸³⁰ serem enviados ao governador, e de chegarem ao conhecimento público, passaram César e Reissoly Santos a sofrer as mais desabonadoras contestações, através de manchetes depreciativas que circulavam em *O Nacional*, seguidas por artigos de conteúdo forte, muitas vezes extrapolando os limites de uma postura ética e moral. As denominações impostas aos ex-dirigentes da SPU foram expressas nos seguintes termos: “santos esquerdistas”, “líder brizolista”, “ex-donos da SPU”, “detratores”, a “casa dos Santos”, “cínicas alegações”, “atos condenáveis dos dirigentes depostos”, “a verdade sobre a mentira da SPU”, “farsa dos irmãos Santos”, entre outras...⁸³¹

O envio da prestação de contas de Reissoly, refutando ponto por ponto as alegações que provocaram a intervenção, colocou o governador - segundo o *Diário da Manhã* -, numa situação um tanto melindrosa, uma vez que ficava no “dever de contestar com provas, a cerrada argumentação dos fatos” que recebeu e dos quais se utilizou para intervir numa sociedade numa sociedade de direito privado.⁸³² A exposição explicativa de Murilo Annes, todavia, não acrescentou fundamentos mais consistentes que a situação exigia, uma vez que consistiu numa repetição mais elaborada das alegações dos professores e alunos da Faculdade da Agronomia por ocasião da crise naquela Escola.

Em meio a essa troca de relatórios, estabeleceu-se uma verdadeira batalha sem igual. De um lado, César Santos - recém chegado a Passo Fundo após uma ausência de praticamente dois meses -, em continuação às deliberações já tomadas por Reissoly, passou a comandar, através de trâmites legais, ações visando reverter a situação. Nesse sentido, denunciou que a Comissão Superior de Ensino não sabia da atitude extrema tomada pelo governador.⁸³³ Através de relatórios bem fundamentados, fez conhecer ao Ministro da Educação “o embuste e a falsidade usadas pelos requerentes da intervenção”.⁸³⁴ Solicitou também um Inquérito militar para apurar as causas da greve na Faculdade de Agronomia, e

⁸²⁹ *Diário da Manhã*, 30 jul. 1964.

⁸³⁰ O relatório do ex-administrador da SPU, Reissoly José dos Santos, ao governador do Estado foi publicado pelo *Diário de Notícias* de Porto Alegre e também no *Diário da Manhã* de Passo Fundo. O relatório do interventor Murilo Annes, porém, não foi publicado na íntegra pela imprensa local, somente partes do conteúdo através de *O Nacional*, como forma de contestação e acusação às declarações emitidas por Reissoly e César Santos, ao refutar as atribuições sofridas pela ala situacionista local.

⁸³¹ *O Nacional*, ago./set. 1964.

⁸³² *Diário da Manhã*, 13 mai. 1964.

⁸³³ *Diário da Manhã*, 26 jul. 1964.

⁸³⁴ ANNES, Murilo Coutinho. Anexo 10. Relatório. Fatos que envolvem a SPU antes e depois da intervenção estadual de 26.4.64. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

da intervenção que incansavelmente questionava,⁸³⁵ através de extensas declarações pela imprensa local.⁸³⁶ Unindo-se à causa de César Santos, da tribuna da Assembléia Estadual e da Câmara Federal vozes se levantaram, solicitando não só o fim do ato extremo decretado pelo governador, mas também solicitando enérgicas informações ao Ministro da Educação a respeito do caso.⁸³⁷ A Congregação dos professores da Faculdade de Direito decidiu também lutar pela suspensão da intervenção na SPU.⁸³⁸ De outro, as forças oposicionistas reforçavam e batiam em cima dos mesmos pontos que moveram a intervenção, mesmo sobre aqueles que reconhecidamente comprovaram o contrário do que declaravam.

Em meio a esse rigoroso debate e “choques desagradáveis”⁸³⁹ como forma de buscar solução para os problemas que justificaram o ato de intervenção e que até então nada havia se realizado de concreto, surgiu a idéia de encampação da SPU pelo Estado. Ari Caldeira, que se constituiu num anteparo da situação local como representante oficial do governador, “e que tem dado a Passo Fundo o prazer de suas várias visitas”,⁸⁴⁰ defendia e fomentava a criação de uma Universidade Estadual como forma de conseguir a federalização do ensino local, assunto que em diversas oportunidades ressurgia prestes a se concretizar. Para César Santos, porém, essa era uma “tática que acenavam os incautos” porque o governo federal com falta de recursos, não estava federalizando universidades e o Estado, pobre, recebia auxílios federais. Nessas condições, como poderia ser criada uma universidade estadual, perguntou.⁸⁴¹ Nessa situação, em que por vezes “quase” se concretizava o ato, o governador foi levando o assunto por um longo tempo, sem, no entanto, chegar a termo.

Nesse contexto em que a situação já era de conhecimento nacional, e sob pressão, Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação, enviou um ofício em 23 de setembro de 1964 ao governador Meneghetti, solicitando **“a imediata suspensão da intervenção, reintegrando o Presidente César Santos, na entidade mantenedora”**.⁸⁴² (grifo nosso).

Essa solicitação teve como base processos, representações e peças do Mandato de Segurança movidos por César Santos, e também, nos termos da ordem de serviço nº 6,

⁸³⁵ *Diário da Manhã*, 19 ago. 1964.

⁸³⁶ *Diário da Manhã*, 23 jul./11/13/15 ago. 1964.

⁸³⁷ *Diário da Manhã*, 26 ago. 1964.

⁸³⁸ *Diário da Manhã*, 1 ago. 1964.

⁸³⁹ BOTH, Agostinho. *A criação da universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1993, p. 59.

⁸⁴⁰ *Diário da Manhã*, 23 mai. 1964.

⁸⁴¹ *Diário da Manhã*, 13 ago. 1964.

⁸⁴² ANNES, Murilo Coutinho. Anexo 10. Aviso nº1826 – do Ministro da Educação ao governador do Estado Ildo Meneghetti. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

com especial destaque para o item 3, publicada pelo governador no ato de intervenção. Afirmou também, Suplicy de Lacerda,⁸⁴³ que aquele ministério não havia autorizado a intervenção e que através de estudos realizados, concluiu que não existia “a propalada Universidade de Passo Fundo, mas sim uma entidade mantenedora” de cinco faculdades. “Nessa hipótese, a intervenção se faria nos estabelecimentos isolados e não na entidade mantenedora”,⁸⁴⁴ conforme havia se constituído a ação do governador.

O aviso do ministro ao governador, de repercussão local⁸⁴⁵ e estadual⁸⁴⁶ trouxe distintas posições a respeito. Reagindo com violência pela imprensa, os políticos locais responsáveis pelo ato de intervenção na SPU, inclusive o prefeito Menegaz, desmentiram as informações divulgadas, chegando ao ponto lógico de afirmar, dada a amplitude e o nível de envolvimento e comprometimento do governador Meneghetti no caso, de que essa suspensão “representaria o seu **desprestígio**”.⁸⁴⁷ (grifo nosso) Por outro lado, para aqueles que não ignoravam que a intervenção na SPU foi obra arquitetada por aqueles “que viram no Ato Institucional, a oportunidade aberta para darem vazão a seus ódios e malquerenças” acreditavam na certeza de que seria cumprido o aviso recebido, e também esclarecido pelo governador o “delicado assunto”, não só ao Ministro, mas também à opinião pública.⁸⁴⁸ “E agora sr. governador?”⁸⁴⁹

Túlio Fontoura posicionava-se ferrenhamente contra o ato de intervenção na SPU. E disso não fazia segredos através de artigos claros, diretos e contestatórios às ações empreendidas não só pelo governador, mas também pelos políticos locais a respeito do caso. Diante dos insistentes e contundentes questionamentos que publicava pelo *Diário da Manhã*, Meneghetti não se furtou em responder ao “velho amigo jornalista”, numa longa

⁸⁴³ *Diário da Manhã*, 25 abr. 1965.

⁸⁴⁴ ANNES, Murilo Coutinho. Anexo 10. Aviso nº1826 – do Ministro da Educação ao governador do Estado Ildo Meneghetti. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999. O mandado de segurança presta-se para a correção de ato e omissão administrativa e é concedido “para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou hábeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público”. FÜRER, Maximiliano Cláudio Américo; FÜRER, Maximiliano Roberto Ernesto. *Resumo de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores, 1997, p.81. Os termos da ordem de serviço nº 6 a que se referiu o Ministro da Educação, e que também justificou a sua solicitação, publicada pelo governador, determinava que “o regime de intervenção e da Reitoria provisória terá seu termo quando o Ministro da Educação determinar Providências diretas endereçadas a normalização institucional da entidade”. ANNES, Murilo Coutinho. Anexo 10. Ordem de Serviço nº 6 – do Ministro da Educação ao governador do Estado Ildo Meneghetti. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999.

⁸⁴⁵ *O Nacional*, 26/28 set. 1964; *Diário da Manhã*, 26/27 set. 1964.

⁸⁴⁶ *Correio do Povo*, 27 set. 1964.

⁸⁴⁷ *Diário da Manhã*, 27 set. 1964.

⁸⁴⁸ *Diário da Manhã*, 29 set. 1964.

⁸⁴⁹ *Diário da Manhã*, 2 ago. 1964.

carta explicativa expondo seu posicionamento. Sobre as atitudes tomadas referentes ao assunto assim se pronunciou:

A minha consciência está plenamente tranqüila, pois julgo que as atitudes do meu governo bem como dos homens de bem, interessados pelo bom nome e honestidade do ensino em Passo Fundo, são no sentido de acertar. Nunca pensei em errar. [...].
A intervenção procedida em 1964 foi necessária e justa e propiciou uma real feição moralizadora às atividades educacionais naquela Sociedade. Os fatos e a situação econômica encontrada comprovaram o acerto da medida do Sr. Ministro da Educação.⁸⁵⁰

Através de extensa e pormenorizada correspondência, foi firme e contestadora a resposta de Túlio Fontoura às justificativas apontadas por Meneghetti. Afirmou inicialmente lamentar que a intervenção do governador em assuntos de economia interna da SPU os tivesse colocado em campos opostos, ao discordar da medida adotada que continuava considerando “ilegal, violenta e até mesmo abusiva”. Sobre as considerações apontadas de que não quis ainda entender a real situação do ensino superior local, disse Túlio Fontoura que o mesmo poderia dizer em relação ao governador uma vez que:

não privando da intimidade de Passo Fundo, longe de seu cenário, não sentindo o problema do ensino superior como nós o sentimos, decidiu baseado em informações que recebeu de determinado círculo de pessoas que aqui residem, interessadas em perseguições mesquinhas, em ajuste de velhas contas por questões políticas, envolvendo o ensino universitário nas malhas da politicagem, para seu descrédito público.⁸⁵¹

Nesse sentido, era incorreto o conceito que tinha de sua pessoa e em relação ao ensino superior, tanto atual, como antes da intervenção, uma vez que continuava

ministrado por eméritos educadores, autênticos sacerdotes empenhados, com renúncias pessoais, no fomento da cultura do povo. Comprovo o que estou afirmando com o amparo que venho dando, gratuitamente, diariamente, aos dirigentes atuais das Escolas de ensino superior, aos seus professores e a própria qualidade de ensino que honra qualquer Universidade.⁸⁵²

Sobre o ato de intervenção em si, declarou Túlio Fontoura:

A minha posição nada tem a ver com o ensino e sim com o ato violento da intervenção na SPU, sem razão alguma, sem motivo defensável amparado pela moral e pela justiça. [...].

⁸⁵⁰ *Diário da Manhã*, 25 abr. 1965.

⁸⁵¹ *Diário da Manhã*, 25 abr. 1965.

⁸⁵² *Diário da Manhã*, 25 abr. 1965.

A intervenção do Governo na SPU foi decretada por solicitação de elementos que aderiram ao seu Governo, após a revolução de 31 de março, por motivos exclusivamente políticos, pelo fato de ser o Presidente da SPU, também Presidente do PTB local.⁸⁵³

Em relação ao aviso do Ministro da Educação solicitando ao governador a imediata reintegração de César Santos na direção da SPU, “confessando nas entrelinhas que havia sido ludibriado na sua boa fé”, afirmou Túlio Fontoura que experimentou grande alegria, diante da oportunidade que se apresentou ao governador de uma saída honrosa para o estranho fato.⁸⁵⁴

Mas embora as contestações, alguma atitude teria que ser tomada no sentido de resolver a questão definitivamente e as forças situacionistas locais não iriam proclamar sua derrota e o desprestígio do governador, seguindo a determinação de Suplicy de Lacerda. Segundo Túlio Fontoura, a solução encontrada demonstrou que “lamentavelmente a oportunidade não foi aproveitada” pelo governador.⁸⁵⁵

Meneghetti enviou imediatamente um emissário ao Ministério da Educação, e o rumo que o caso tomou, a partir de então, assumiu “aspecto de comédia, descambando para o ridículo”, fugindo não só de atitudes esperadas, mas também de ordem legal. Passados pouco mais de setenta e duas horas do envio do documento do Ministro da Educação ao governador, declarando que não havia autorizado a intervenção e que César Santos fosse reintegrado na direção daquela Sociedade, Suplicy de Lacerda voltou atrás, declarando “enfaticamente” a manutenção da intervenção “agora pelo governo federal, através do governo do Estado”.⁸⁵⁶

A atitude “incoerente, inconstante e volúvel” do ministro que num dia condena e suspende a intervenção e no outro revoga seu ato sem maiores explicações, fez com que o governador perdesse uma boa oportunidade, segundo o *Diário da Manhã*, “de sair de mãos limpas” no caso da SPU. E ao que parece por culpa própria. Vamos ver agora, como enfrentará o problema.⁸⁵⁷

Mantida a intervenção, como primeiro passo para posteriores deliberações, com prévia convocação pelo interventor Murilo Annes, foi realizada uma Assembléia, cujos sócios presentes – integrantes na sua maioria, por professores das Escolas mantidas pela Sociedade - destituíram a antiga diretoria da Sociedade, afastada desde a intervenção em

⁸⁵³ *Diário da Manhã*, 25 abr. 1965.

⁸⁵⁴ *Diário da Manhã*, 25 abr. 1965.

⁸⁵⁵ *Diário da Manhã*, 25 abr. 1965.

⁸⁵⁶ *Diário da Manhã*, 2 out. 1964.

⁸⁵⁷ *Diário da Manhã*, 6 out. 1964.

abril de 1964. Esse ato se constituiu para o grupo situacionista, no sepultamento da antiga administração, tornando mais distante para César e Reissoly Santos, a volta ao comando da SPU.⁸⁵⁸

Também, nesse contexto, como forma de desviar o foco de atenção das resoluções e medidas que estavam sendo tomadas e como forma de consolidar posições já conquistadas no processo litigioso envolvendo a SPU, reavivou-se as deliberações em torno da criação da Universidade Estadual, possibilidade essa que se mostrou, no momento, na eminência de se concretizar.⁸⁵⁹ Também o resultado do Inquérito Policial Militar solicitado por César Santos e efetuado pelo Comando do Exército sediado em Passo Fundo – cujas conclusões tornaram-se públicas nesse momento -, veio justificar, de uma certa forma, não só as atitudes que estavam sendo tomadas, mas também os objetivos das forças situacionistas de que a SPU não mais voltasse aos seus antigos dirigentes.

Em relação à greve promovida pela Congregação de professores da Agronomia, ficou comprovado através do inquérito, não ter caráter comunista, mas um protesto apoiado pela sociedade em geral, contra a direção da SPU. Também não houve dilapidação dos bens patrimoniais da SPU, devido à “lisura e correção” com que se comportou Murilo Annes à frente daquela operação. Pelo exposto, consistiu a intervenção num “ato legítimo e necessário” com o objetivo de resguardar e defender o ensino superior local por delegação do Ministério da Educação. Quanto às considerações sobre a possibilidade de retorno de César e Reissoly dos Santos para a direção e ao comando dos bens da Sociedade, o IPM apontou as seguintes inconveniências:

1.-) Os irmãos Santos, são elementos ligados ao governo deposto, mantinham ligações com João Goulart e Leonel Brizola. 2.-) Dr. César Santos, no dia 1º de abril, apesar de não ter feito qualquer intervenção, prestigiou com a sua presença a ação de NEY MENNA BARRETO que, no gabinete do CMT do 1/20ºRC, solicitou a defesa de João Goulart e pediu armas, e logo após a prisão de Menna Barreto, o Dr. César afastou-se da cidade, só regressando em princípios de junho (sic). 3.-) O Dr. Reissoly José dos Santos, elemento mais atuante na SPU, e provavelmente o redator das denúncias nas quais aproveita sua longa experiência de Chefe de Polícia e juiz de Direito, não goza de bom conceito na cidade de Passo Fundo, conforme verificou o encarregado do IPM e essa observação é confirmada pelo Comandante do 1/20ºRC.⁸⁶⁰

⁸⁵⁸ *O Nacional*, 5 out. 1964.

⁸⁵⁹ *O Nacional*, 30 set. 1964.

⁸⁶⁰ ANNES, Murilo Coutinho. Anexo 14. In: *Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo: 1950-1986*. Passo Fundo, 1999. Esse relatório não se constitui na cópia fiel do documento emitido pelo comando do Exército local, uma vez, que entre as conclusões emitidas, constam apartes de autor sem identificação. A IPM se equivocou em relação à data divulgada no relatório. Na realidade, pela

Foram empregadas também, práticas mais graves e abertas. César Santos foi acusado de roubo, contrabando e falcaturas, inclusive pelo prefeito Menegaz.⁸⁶¹ Uma testemunha que afirmou ter presenciado desvio de verbas e materiais pelos “irmãos Santos”, entrou no cenário para reforçar, legitimar as acusações até então imputadas aos ex-dirigentes da SPU.⁸⁶²

Após esses acontecimentos, foi enfim, suspensa a intervenção na SPU. De uma certa forma, o aviso do Ministro da Educação veio mostrar que se esgotara o tempo do impasse que se arrastava desde que eclodiu a crise na Agronomia, em fins de 1963. Nesse sentido, desconsiderando uma Diretoria e um Conselho juridicamente constituídos – antiga direção da SPU, que já havia sido destituída - uma nova Assembléia elegeu como novo presidente da SPU, o padre Alcides Guareschi, diretor da Faculdade de Filosofia, mantida pelo Consórcio Universitário Católico - CUC.⁸⁶³ Essa solução encontrada veio beneficiar as forças políticas locais e estaduais que até então haviam lutado e se empenhado profunda e febrilmente com vistas à destituição de César Santos da direção daquela sociedade Universitária. Parecia enfim, que o intento havia se concretizado. De posse do cargo, como primeira promessa, Guareschi anunciou a normalização da SPU e a criação da Universidade Estadual.⁸⁶⁴

Mesmo depois dessas deliberações todas - que se infere irreversíveis -, ficou ainda uma questão fundamental: decretada a intervenção - baseada em uma série de razões apontadas por Menegaz⁸⁶⁵ - foi procedida uma devassa na SPU. Questionando essa ação, vale aqui a seguinte citação:

E o que apurou a intervenção? Encontrou alguma irregularidade na administração da Sociedade? Apontou o responsável ou responsáveis, para a punição da Justiça? Promoveu modificações no quadro dos educadores? Criou condições para a Federalização? Providenciou para melhorar a remuneração dos professores? Conseguiu o reconhecimento das escolas que estavam funcionando com autorização do Ministério?

documentação consultada, César Santos teria voltado em princípio de julho e não de junho, conforme consta no documento. *Diário da Manhã*, 5 jul. 1964.

⁸⁶¹ *O Nacional*, 17 out. 1964.

⁸⁶² *O Nacional*, 15 out. 1964.

⁸⁶³ *O Nacional*, 16 out. 1964. O CUC, sob a liderança de D. Cláudio Colling, funcionava em Passo Fundo desde março de 1957, oferecendo à comunidade acadêmica os cursos de Filosofia, Pedagogia, História, Geografia e Línguas Germânicas. Foi autorizado pelo decreto nº 40.490 de 4 de dezembro de 1956 no governo do presidente Juscelino Kubitschek, cujo Ministro da Educação era Clóvis Salgado. Both, Agostinho. *A criação da universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo, Ediupf, 1993, p.42.

⁸⁶⁴ *O Nacional*, 27 out. 1964.

⁸⁶⁵ *O Nacional*, 27 abr. 1964. As razões que justificaram a intervenção apontadas pelo prefeito Menegaz, se encontram relacionadas na página 51 deste trabalho.

Fez funcionar a faculdade de Agronomia? Apurou algum desvio das verbas públicas recebidas pela Sociedade?⁸⁶⁶

Mas essas questões, mesmo sem solução, não vinham mais ao caso agora. César e Reissoly Santos foram afastados de vez da SPU. Perderam também, a única possibilidade que havia se apresentado de retomarem os postos que ocupavam junto àquela Sociedade, desde que foram destituídos pelo ato de intervenção em abril de 1964: o aviso efêmero do Ministro da Educação ao governador, solicitando que cessasse a intervenção e que César Santos fosse reintegrado na direção da SPU. Esse aviso ao sofrer arranjos políticos não foi cumprido pelo governador e pouco mais tarde desconsiderado pelo próprio Ministro que o enviou.

4.7. O cerco à SPU

“...a história não se escreve com timidez, omissões ou perplexidade”.⁸⁶⁷

O período pós 1964 de um modo geral foi protagonista de novas atitudes no sentido de consolidar o golpe que implementou o regime militar no Brasil. Em Passo Fundo, a data festivamente comemorada sob o empenho do poder executivo local e com a convivência e participação de autoridades, civis, religiosas, jurídicas, estudantes e o povo em geral,⁸⁶⁸ silenciou a apreensão da edição do jornal *O Nacional* de 29 de março e conseqüente prisão de seu jornalista e funcionário da Câmara municipal João de Mello Freitas.⁸⁶⁹ Interessante perceber que nenhuma manifestação pública se mostrou em relação à ação – contrária ou a favor -, dos correligionários de longa data como Daniel Dipp, o prefeito Menegaz, Martinelli, Augusto Trein, Canfield, entre outros, que juntos formaram a ala rebelde do PTB local. Somente após a publicação do pronunciamento do deputado Cândido Norberto na Câmara Estadual, condenando o ato, algumas tímidas manifestações se mostraram via imprensa local.⁸⁷⁰

⁸⁶⁶ *Diário da Manhã*, 25 abr. 1965.

⁸⁶⁷ Fragmentos da mensagem do governador Ildo Meneghetti enviadas a Mário Menegaz, por ocasião das comemorações do primeiro aniversário do golpe-civil militar de 1964 em Passo Fundo. *O Nacional*, 1 abr. 1965.

⁸⁶⁸ *O Nacional*, 1 abr. 1965; *Diário da Manhã*, 1 abr. 1965.

⁸⁶⁹ *O Nacional*, 24 abr. 1965; *Diário da Manhã*, 2 abr. 1965.

⁸⁷⁰ *O Nacional*, 23/26 abr. 1965.

Em nível estadual, o resultado das eleições diretas de outubro de 1965 que deram vitória à oposição em estados importantes como Minas Gerais e Guanabara, “alarmou os meios militares”. Foi então baixado pelo presidente Castelo Branco o AI-2, que entre outras medidas repressivas, extinguiu os partidos políticos, forçando a organização de duas agremiações partidárias: a Aliança Renovadora Nacional - ARENA, partido que reuniu os adeptos do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, partido em que se agrupou a oposição. Determinou também, a eleição indireta para presidente e vice, pela maioria do Congresso Nacional. Essas medidas vieram reforçar ainda mais os poderes presidenciais, que poderia governar através de decretos-lei, ampliando sem limites “o conceito de segurança nacional”.⁸⁷¹

Em 1966, porém, ocorreram eleições diretas e indiretas nos Estados. Walter Perachi Barcellos, candidato situacionista, foi eleito pela maioria da Câmara Estadual, sucedendo o então governador Ildo Meneghetti.⁸⁷² Foram eleitos também, nesse mesmo ano, senadores, deputados estaduais e federais. A representatividade de Passo Fundo nesse pleito ficou por conta de Victor Issler, único eleito, sendo derrotados as candidaturas pelo MDB de Daniel Dipp, Múcio de Castro e Ernesto Scortegagna.⁸⁷³

Sob o gradativo fechamento político, o ano de 1967 foi marcado por outros acontecimentos de substancial importância. Em substituição à Constituição de 1946, foi aprovada pelo Congresso, a nova Carta Constitucional, que agregou maiores poderes ao Executivo. Logo após, em março, o general Arthur da Costa e Silva, representante da linha dura do Exército – apesar de não ter incorporado totalmente essa posição no governo -, veio substituir Castelo Branco no comando da Nação. Esse era, de modo geral, o contexto em 1967, quando novos acontecimentos vieram pautar a já conflituosa situação no ensino superior local.

Embora se constituísse já um fato consumado a intervenção e o afastamento da antiga direção da SPU, convém lembrar que entre as principais justificativas usadas para que tais atos se processassem, como, por exemplo, a regularização da Faculdade de Agronomia e a federalização das escolas superiores locais, não haviam ainda sido concretizadas, afora, logicamente, a derrubada de César Santos da direção daquela Sociedade, fato esse sim, até então, realizado com pleno êxito.

⁸⁷¹ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 261-262.

⁸⁷² *O Nacional*, 20 jul. 1966.

⁸⁷³ Victor Issler foi eleito pela soma em todo o Estado do Rio Grande do Sul de 21.307 votos, correspondendo a 1,34 sobre o percentual de votantes. Já a votação alcançada por Daniel Dipp situou-se em torno de 9.477 votos, não alcançando percentagem representativa. AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Edições Síntese, [s.d.], p.333.

Mas tal situação, não seria aceita de forma definitiva e pacífica por César e Reissoly Santos. Agravando ainda mais os conflitos e a difícil situação em que se encontrava a Faculdade de Agronomia, César Santos, usando folhas timbradas da SPU enviou um documento ao Conselho Federal de Educação, denunciando o precário funcionamento e solicitando o fechamento daquela faculdade.⁸⁷⁴ A ação considerada “criminosa” e também “o caso mais característico de subversão ocorrido em Passo Fundo”⁸⁷⁵ causou grande barulho na cidade e foi descoberto através de uma solicitação enviada por aquele órgão federal de maiores explicações sobre as acusações recebidas, endereçada à direção “de direito e de fato”, da SPU exercida por Alcides Guareschi.⁸⁷⁶

A tentativa “confucionista” de César Santos, entre debates acalorados das partes,⁸⁷⁷ redundou na exclusão de Reissoly não só do quadro de sócios daquela Sociedade, mas também das funções de professor que exercia junto à Faculdade de Direito, uma vez que a ele, juntamente com seu irmão, foi atribuída tal ação.⁸⁷⁸ Foram enviadas também nos mesmos moldes, correspondências ao diretor da Divisão de Orçamento do MEC e ao Presidente do Banco do Brasil, solicitando o não pagamento de auxílios e subvenções à SPU que após passar pelo regime de intervenção estava no momento “ilegalmente constituída, em virtude de ter o interventor atuado abusivamente”. Solicitava César Santos, ao assinar o documento como presidente da SPU, que essas providências se mantivessem até o julgamento final do Mandado de Segurança impetrado contra aquela Sociedade.⁸⁷⁹ Reissoly confirmou o envio dos requerimentos e a assinatura de César Santos nos mesmos como presidente da SPU que era, mas tomou a si a responsabilidade da confecção dos mesmos. Na ocasião em que tal ação se tornou pública, César Santos encontrava-se em viagem à Europa, participando de importantes congressos.⁸⁸⁰

Inconformado com a situação vigente, e entendendo injusta uma atitude passiva de espera judicial, depois de três mandados de segurança e uma ação de nulidade da intervenção tramitando na justiça, em 2 de fevereiro de 1967, César Santos, retomou a direção da SPU. Amparado nas leis civis- segundo informou -, a ação se deu em conjunto com Reissoly Santos, Mário Daniel Hoppe e o Cel. Wilson Lopes, antigos dirigentes daquela Sociedade, no momento em que os membros administrativos da SPU

⁸⁷⁴ *O Nacional*, 11 jun. 1965.

⁸⁷⁵ *O Nacional*, 12 jun. 1965.

⁸⁷⁶ *O Nacional*, 11 jun. 1965.

⁸⁷⁷ *Diário da Manhã*, 16/19 jun. 1965.

⁸⁷⁸ *O Nacional*, 16 jun. 1965.

⁸⁷⁹ Acervo César Santos. 22 jan. 1965.

⁸⁸⁰ *Diário da Manhã*, 16 jun. 1965.

encontravam-se em férias e ausentes de Passo Fundo.⁸⁸¹ O acontecimento, de grande repercussão deveu-se à ilegalidade da intervenção estadual-municipal numa sociedade privada, e não a “sentimentos subalternos de vindita ou do ódio ou da vaidade nem interesses inconfessáveis”, mas tendo como pensamento único “a prosperidade do ensino superior de Passo Fundo, constante invariável” desde sua criação.⁸⁸²

Foi outra, porém, a versão do prefeito Mário Menegaz. Em nota oficial, declarou constituir-se a ação de César Santos e demais companheiros num assalto “*manu militari*” às dependências da SPU, que através de um ofício assinado intitulado-se presidente da SPU, havia requisitado forças para ampará-lo na investida, inclusive usando indevidamente o nome de autoridades governamentais, ao afirmar que os atos praticados foram com a devida autorização e conhecimento do então governador Walter Perachi Barcellos⁸⁸³ e João Dêntice, Chefe da Casa Civil Estadual. Na mesma nota, Menegaz, referiu-se a César Santos, nesses termos:

ex-presidente do PTB e elemento ligado ao brizolismo gaúcho, elemento subversivo que, no dia 31 de março de 64, foi ao quartel do I/20RC do Exército, solicitar forças para tomarem conta da prefeitura, e na lista dos que deviam ser sacrificados, em primeiro lugar, estava D. Cláudio Colling, D.D. Bispo Diocesano.⁸⁸⁴

No mesmo tom, não foram menos “elogiosas” as palavras dirigidas ao irmão de César Santos:

Homem conhecido por suas violências, Reissoly dos Santos, cometeu agora sua última arbitrariedade, com o assalto faccioso à SPU, jogando com as próprias autoridades, utilizando-se delas de má fé, conseguindo ainda falsificar atas ou prepara-las a seu modo, tendo em vista justificar sua falsa posição frente aos processos judiciais, relativamente à legalidade da SPU.⁸⁸⁵

A resposta de Reissoly às acusações de Menegaz, situou-se mais ou menos no mesmo tom àquelas recebidas:

As injúrias e referências caluniosas a respeito do cientista prof. César Santos, Presidente da SPU, em que manifesta a intriga infantil do assassinio de um bispo, só pode sair da cabeça de tarados, mentecaptos,

⁸⁸¹ *Diário da Manhã*, 3 fev. 1967.

⁸⁸² *O Nacional*, 8 fev. 1967; *Diário da Manhã*, 3 fev. 1967.

⁸⁸³ Walter Perachi Barcellos, foi eleito pela Assembléia Legislativa Estadual - voto indireto - ao governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1966, substituindo Ildo Meneghetti que se encontrava no poder desde 1963.

⁸⁸⁴ *O Nacional*, 3 fev. 1967.

⁸⁸⁵ *O Nacional*, 3 fev. 1967.

semelhantes a alguns que o socorrem e instruem a sua reconhecida imbecilidade.

Quanto às infâmias dirigidas a mim, porque tenho lutado para que não fechem as faculdades que fiz funcionar, aprecio-as como expressivas manifestações do caráter baixíssimo do infeliz Mário Menegaz falsário, estelionatário, contrabandista, etc.

[...]

Quanto à injúria de que sou violento a maior prova em contrário é a de quanto tenho tolerado, com suas ofensas e insultos, a ele e a seus poltrões capangas.⁸⁸⁶

Inconformado com a situação que fugiu ao seu controle, Menegaz foi a Porto Alegre e “praticamente amanheceu no Palácio Piratini”, com a finalidade de avistar-se com o governador Perachi Barcellos, que se recusou a recebê-lo. Através de um assessor, determinou que procurasse o Secretário da Segurança, Ibá Ilha Moreira, já que o assunto fugia à alçada do governo por se tratar a SPU de uma instituição de direito privado, cuja competência cabia ao poder judiciário julgar.⁸⁸⁷ De volta a Passo Fundo, enquanto esperava as resoluções estaduais que buscou, Mário Menegaz procurou resolver a situação a seu modo, para impedir que o grupo liderado por César Santos retornasse às dependências da SPU, de onde havia se ausentado.

Por volta das 19 horas, do dia 4 de fevereiro de 1967, por determinação do prefeito, veículos da prefeitura de Passo Fundo – patrôas, máquinas rodoviárias e caminhões -, assim como funcionários cercaram o quarteirão, onde se situavam os prédios da SPU, localizados no cruzamento das ruas Paissandu, Teixeira Soares, XV de Novembro e Avenida Brasil, no centro da cidade. A polícia ordenou o isolamento da área e os soldados, popularmente denominados de “Pedro e Paulo” (Brigada Militar), passaram a dirigir o trânsito nas imediações.⁸⁸⁸

Dois dias depois, na madrugada de 6 de fevereiro, depois de firmar acordo com as partes - César Santos e Mário Menegaz -, de que não entrariam nas dependências da SPU, o Delegado Regional de Polícia, Ataulfo de Freitas, conteve a situação e as máquinas foram retiradas das ruas.⁸⁸⁹ Mas o “aparato bélico”⁸⁹⁰ usado pelo prefeito local como forma de resolver a questão da retomada da SPU por César Santos e seu grupo, e a

⁸⁸⁶ *Diário da Manhã*, 5 fev. 1967.

⁸⁸⁷ *Diário da Manhã*, 4 fev. 1967.

⁸⁸⁸ *O Nacional*, 6 fev. 1967; *Diário da Manhã*, 5 fev. 1967.

⁸⁸⁹ *O Nacional*, 6 fev. 1967.

⁸⁹⁰ *Diário da Manhã*, 12 fev. 1967.

decretação de luto oficial em todo o município, enquanto perdurasse a situação,⁸⁹¹ teve grande repercussão e extrapolou os limites municipais e estaduais, envolvendo prefeitos da região, autoridades civis, militares e religiosas.

Segundo um articulista local,

o prefeito Menegaz, vai passar à história como herói de duas “revoluções” como costuma pronunciar o nome dos movimentos intestinos dos quais participou, direta ou indiretamente, como no caso da revolução de março de 1964, quando, em companhia do então governador Ildo Meneghetti, que aqui apareceu para organizar a resistência.

Entusiasmado com o feito bélico de seu amigo e meio colega do Piratini, o prefeito Mário Menegaz, face à retomada da SPU pelos seus fundadores e antigos dirigentes, resolveu colocar os seus “tanques” na rua e mobilizar as suas forças para a nova “revolução”, desta feita de seu único e exclusivo comando.⁸⁹²

Mas a posição do então governador estadual Perachi Barcellos acerca do caso, no momento, foi enérgica e imparcial e dirigiu-se às duas partes em confronto. Considerando ser a SPU uma entidade de direito privado e ter a intervenção já cessado há dois anos, consistia num assunto de caráter exclusivo da Sociedade que deveria ser resolvida “amigavelmente entre os seus associados ou através de decisão” judicial. Alertou também que o Governo do Estado, fiel ao cumprimento de seu dever, não admitiria “quaisquer atitudes ostensivas, ou movimento de particulares ou autoridades”, que viessem provocar agitação e desordem ameaçando “a paz social”.⁸⁹³

O parecer de D. Cláudio Colling ao lamentar os fatos ocorridos que evidenciavam interesses de grupos ou pessoais, movidos por parcela considerável de paixões políticas, foi de que “ninguém é juiz em causa própria” e que um ato extremo, como a retomada da SPU, só teria razão se viesse em contraposição a uma decisão judicial, o que de fato não aconteceu. Sobre a presidência da SPU estar a cargo de um sacerdote, considerou o Bispo Diocesano que esse era um direito civil que possuía Alcides Guareschi, embora sua eleição contrariasse sua própria vontade. Por outro lado, afirmou, que se havia posteriormente concordado com tal situação, deveu-se ao fato de que todos deviam contribuir para a “elevação cultural de nossa Mocidade”.⁸⁹⁴ Em total conformidade com os acontecimentos,

⁸⁹¹ *Diário da Manhã*, 5 fev. 1967.

⁸⁹² *Diário da Manhã*, 12 fev. 1967. O termo “revolução” usado pelo articulista era uma alusão ao modo com que o prefeito pronunciava a palavra revolução, uma vez que o mesmo era de origem italiana.

⁸⁹³ *Diário da Manhã*, 7 fev. 1967.

⁸⁹⁴ *O Nacional*, 8 fev. 1967.

os prefeitos da região trouxeram integral solidariedade à atitude “bonita, viril e máscula” do prefeito ao interditar com máquinas da prefeitura os prédios da SPU.⁸⁹⁵

Por ocasião da retomada das dependências da SPU, César Santos baixou portaria reintegrando em seus cargos todos os diretores que exerciam essa função por ocasião da intervenção decretada em abril de 1964, ficando desse modo, destituídos aqueles que foram nomeados pela direção da então “Sociedade homônima”, formada após a solicitação da cessação da intervenção pelo Ministro da Educação.⁸⁹⁶ Não concordando com tal ação que o destituiu do cargo de diretor da Faculdade de Direito, Celso Fiori entrou com um mandado de segurança, que julgado, lhe garantiu o pleno exercício do cargo, estendido às demais direções, alguns dias após esse julgamento. Essa decisão judicial veio colocar um fim na conturbada situação do ensino superior local desde os primeiros dias de fevereiro, seguindo as faculdades seu expediente normal.⁸⁹⁷

Praticamente fechando o cerco às pretensões de César e Reissoly de retomar os destinos da SPU, foi proferida mais uma sentença judicial que por um “interdito proibitório”, os impedia, assim como seus companheiros, Mário Hoppe e Wilson Lopes de penetrar nos bens da SPU.⁸⁹⁸ Poucos meses mais tarde, sofriam mais uma derrota ao ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado mais dois mandados de segurança que impetraram. O primeiro contra a intervenção sofrida pela SPU, o TJ declarou-se incompetente para apreciar tal ação, cujo foro seria da alçada do Supremo Tribunal Federal. O segundo, contra a criação da Fundação Universitária do Planalto em vias de se processar, entendeu o Tribunal Estadual não ser César e Reissoly dos Santos, parte legítima para proceder tal ação.⁸⁹⁹ Essas decisões vinham de uma certa forma, encerrar a questão em torno da legitimidade da atual direção da SPU,⁹⁰⁰ embora assim não pensassem aqueles que julgavam de fato e de direito ser os legítimos dirigentes da Sociedade.

Enquanto César e Reissoly buscavam ainda em último recurso, decisão judicial na maior instância, visando justamente impedir que novos obstáculos se interpusessem aos

⁸⁹⁵ Dossiê Mário Menegaz. Os prefeitos solidários com a ação de Menegaz, contra a SPU, foram os seguintes: Eduardo Pinto, prefeito de Erechim e presidente da Associação do Alto Uruguai; Elui Pinto, prefeito de Guaporé; José Maria Vigo da Silveira, prefeito de Tapejara; João Xavier, prefeito de Carazinho em exercício; Arnildo Scheibe, prefeito de Não-Me-Toque; Uivaldo Pegato, prefeito de Irai; Rubi Wolff, prefeito de Gaurama entre outros.

⁸⁹⁶ *Diário da Manhã*, 3 fev. 1967.

⁸⁹⁷ *O Nacional*, 11 fev. 1967. A garantia do exercício do cargo de direção junto a Faculdade de Direito a Celso Fiori foi concedida pelo Juiz de direito da comarca de Carazinho, Nelson Costi.

⁸⁹⁸ *O Nacional*, 25 fev. 1967. Essa sentença proibitiva foi proferida pelo Juiz de Direito de Getúlio Vargas-RS, Almengo Echevarria Medeiros.

⁸⁹⁹ *O Nacional*, 11 abr. 1967.

⁹⁰⁰ *O Nacional*, 13 abr. 1967.

objetivos que moveram as forças situacionistas locais, houve a fusão da SPU com o Consórcio Universitário Católico - CUC, formando o primeiro Conselho Diretor da Fundação Universitária de Passo Fundo, em junho de 1967.⁹⁰¹ Em janeiro de 1968, foi criada a Universidade de Passo Fundo. Havia enfim - embora por outras mãos -, se concretizado o objetivo maior de um grupo de “visionários” que nos idos de 1950, juntos, criaram a SPU, sob a liderança de César Santos.

César Santos era contrário à transformação da SPU em Fundação Universitária. Segundo suas palavras, a legítima SPU que representava, assim como sua diretoria, Conselho e sócios, não aceitava a fusão de espécie alguma, fosse com outra congênere ou não. Seu desejo era de manter uma organização de ensino leigo como sempre havia sido, “onde homens de todos os credos filosóficos, religiosos ou políticos”, pudessem conviver num ambiente sem constrangimentos. Nesse sentido, a fundação de uma “Universidade à custa de despojos, de extorsões, de esbulhos e ilícitos fere a dignidade humana. É um despudor!” E continuou:

Vencemos a dura batalha da criação do ensino superior na Serra. E cada aluno, ou diplomado das faculdades de Passo Fundo, somente teve essa oportunidade graças à nossa luta, ao nosso idealismo e ao nosso sacrifício. Vencemos também a batalha da interiorização do ensino superior. E continuaremos lutando para que o princípio do esbulho e do ilícito não prevaleça, nem continue, maculando a história e a cultura do Rio Grande.⁹⁰²

Mas sua luta em retomar os destinos do ensino superior local foi em vão. Processos foram arquivados e perdidos nas instâncias maiores. Mas essa verdadeira “guerra” travada entre as partes que se debateram por anos a fio – desde 1957 – arrastando atrás de si divergências consubstanciadas em disputa conflituosa e sem tréguas pelo poder político local, e que só teve seu final no âmbito do espaço acadêmico - na SPU -, “passará às gerações futuras como um dos aspectos negativos e primários da nossa História”.⁹⁰³

Nesse momento do processo todo de litígio em relação à SPU, alguns objetivos que justificaram a intervenção na Sociedade, foram realizados com êxito, como por exemplo: o afastamento de César e Reissoly dos Santos da SPU, o reconhecimento do Curso de Belas Artes e Odontologia em 1965 e 1966, respectivamente. Quanto ao ponto principal que

⁹⁰¹ *Diário da Manhã*, 17 jun. 1967. O primeiro Conselho Diretor foi constituído por Murilo Annes, Eurípedes Fachini, Celso da Cunha Fiori e Bruno Markus, nomes indicados pela SPU e por Alcides Guareschi, João Patalon e Juarez Diehl, representantes do CUC. *O Nacional*, 12 jun. 1967; *Diário da Manhã*, 17 jun. 1967; BOTH, Agostinho. *A criação da universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1993, p. 68.

⁹⁰² *Diário da Manhã*, 13 mai. 1967.

⁹⁰³ *Diário da Manhã*, 12 fev. 1967.

desencadeou todo o processo litigioso entre as partes - a Faculdade de Agronomia -, a autorização para seu funcionamento, somente se operou em abril de 1967 e o reconhecimento só foi efetivado em fevereiro de 1972.⁹⁰⁴ No tocante à federalização dos cursos superiores, nunca foi viabilizada tal hipótese, inclusive a Universidade Estadual, assunto tão propalado, após a intervenção pelo Estado na SPU.

Mas os entrechoques entre as partes não se esgotaram nesses acontecimentos. Posteriormente, houve uma acirrada discussão quando foi questionada a administração do prefeito Menegaz. Para tanto, César Santos, Mário Hoppe, Wilson Lopes, alguns vereadores trabalhistas e também com a participação de Túlio Fontoura, foram acertadas medidas com a finalidade de cassar o mandato do prefeito.⁹⁰⁵ Os debates entre as partes tomou tal proporção, que houve interferência de representantes dos mais variados segmentos sociais, solicitando

às partes em litígio, para que em nome dos supremos interesses comunitários, transfiram suas divergências ao sereno julgamento do Poder Judiciário, abandonando de vez a troca de críticas e acusações pessoais, confiando que, inspirados pelo mais alto espírito público, atenderão a presente conclamação.⁹⁰⁶

Ante a intensa polêmica que se estabeleceu mais diretamente entre o prefeito e o *Diário da Manhã* no tocante ao assunto,⁹⁰⁷ houve solicitação dos magistrados da comarca local, para que o prefeito se abstinhasse de qualquer pronunciamento que vinha sustentando com o *Diário da Manhã*.⁹⁰⁸ Cessando de uma certa forma o embate direto, passou o legislativo municipal à apreciação das contas da administração Menegaz- Adolfo Floriani – foco de origem da acusação ao prefeito -, com a finalidade de esclarecimento dos fatos. Após um processo que se estendeu por aproximadamente dois meses - devido ao expediente usado pela bancada trabalhista de obstrução das votações -, e após um longo e “exaustivo estudo”, foram, enfim, aprovadas as contas do prefeito Menegaz, encerrando dessa forma um assunto de nítida conotação política.⁹⁰⁹

Em relação ao embate político que teve como cenário final o ensino superior local, cumpre levar alguns fatos em consideração. Sem justificar atos e atitudes das partes comprometidas no processo litigioso que se estendeu desde a dissidência trabalhista que

⁹⁰⁴ Para maiores informações sobre o assunto ver: FACULDADE de Agronomia, uma caminhada 1961/1963. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1983.

⁹⁰⁵ *O Nacional*, 6 out. 1967.

⁹⁰⁶ *O Nacional*, 13 out. 1967.

⁹⁰⁷ *O Nacional*, 7 out. 1967; *Diário da Manhã*, 5 out. 1967.

⁹⁰⁸ *O Nacional*, 11 out. 1967.

⁹⁰⁹ *O Nacional*, 16 nov. 1967.

passou a se alinhar nos idos de 1957 - devido a disputas eleitorais entre Menna Barreto e Romeu Martinelli pela deputação estadual -, nada mais houve do que uma inversão de poderes. Em 1961, quando a ala rebelde foi expulsa do PTB, entre os expulsos encontrava-se Mário Menegaz, o poder político encontrava-se com o PTB, mais diretamente com Brizola, no governo estadual, e com César Santos, em nível local. Havia também o reforço de João Goulart no exercício da vice-presidência. Como justificativa para proceder a expulsão dos rebeldes trabalhistas em 1959, a Executiva Estadual amparou-se nos Estatutos do partido, de nada valendo reclamações, acusações, contestações.

Nos acontecimentos pós-1964, inverteu-se a situação. O domínio político no estado passou para o então governador Ildo Menghetti e, em Passo Fundo, para seu aliado o prefeito Mário Menegaz, opositores de Brizola e César Santos. Eram, portanto, situação frente ao regime militar que imperava. Ambas as ações foram consideradas arbitrárias pelas partes. Para a ala rebelde na ocasião da expulsão, e para César Santos no momento da intervenção na SPU. Brizola e César Santos justificaram tal ação, baseada nos Estatutos do PTB em nome da disciplina e fidelidade partidária, Menghetti e Menegaz, no Ato Institucional com poderes amplos e flexíveis, no resguardo da ordem social e preservação das instituições brasileiras. A situação de 1964, de uma certa forma, foi a resposta a 1959, num contexto, porém, mais propício para acertos de contas, revanches, desforras...

4.8. Epílogo de uma história...

E teria, já, aparecido alguém com o talento, a erudição e a coragem para escrever a história honesta de Passo Fundo?⁹¹⁰

O ano de 1968 entrou pródigo de acontecimentos inquietantes e perturbadores que vieram recrudescer ainda mais a já difícil situação nacional. Diante de uma ampla mobilização de oposição ao regime que se mostrou pela classe estudantil, religiosa, operária, política e organizações de esquerda, entre outras, foi baixado em dezembro pelo presidente Costa e Silva, o AI-5, o mais poderoso dos Atos, instrumento, segundo Bóris Fausto, “de uma revolução dentro de uma revolução”.⁹¹¹

⁹¹⁰ *Diário da Manhã*, 9 fev. 1967.

⁹¹¹ FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002, 263-264.

Mas embora o cenário já se mostrasse inquietante, foram realizadas eleições municipais em novembro desse mesmo ano. A nova modalidade das legendas, aprovada pelo Congresso poucos dias antes do pleito, tinha como objetivo harmonizar as várias tendências que se aglutinaram no sistema bipartidário vigente, trouxe como resultados - apesar de insatisfatórios e inacreditáveis para alguns -, a certeza de que não são eternas as situações. Prevendo harmonia, a solução, ao contrário, se mostrou divisionista.

Cada partido disputou o pleito com três candidaturas diferenciadas. A ARENA, partido situacionista, levou à apreciação pública Augusto Trein, Adolfo Floriani e Anildo Sarturi. Na oposição, pelo MDB, concorreram Sinval Bernardon, Wolmar Salton e César Santos. A legenda mais hegemônica em termos de origem partidária foi a do MDB, uma vez que foi composta por dois ex-trabalhistas, César Santos e Wolmar Salton, contra Bernardon, oriundo do PSP, mas que havia posteriormente se filiado ao PTB. Na ocasião, tanto Wolmar Salton como Bernardon mantinham divergências com César Santos. A legenda arenista, por sua vez, abrigou candidaturas oriundas de diferentes agremiações partidárias como Anildo Sarturi do PDC, Augusto Trein do MTR e Adolfo Floriani do PL.

A candidatura de César Santos, segundo suas palavras, deveu-se aos apelos recebidos de reiterados e “velhos amigos, dedicados e leais companheiros de lutas cívicas verdadeiramente memoráveis”, que nem o tempo conseguiu apagar da lembrança. Não seria lícito, portanto, recuar no momento em que esse pugilo de companheiros pretendiam hastear em Passo Fundo a bandeira da “paz, do trabalho e do progresso comunitário”. Diante da luta que foi chamado a enfrentar, César Santos, sentiu-se assim, na mesma situação, *mutatis mutandis* do

Saudoso presidente Vargas, em 1950, quando o povo reclamava a sua candidatura à presidência da República. Depois de compreender os anseios e as reivindicações dos seus patrícios, acabou deixando a doce tranquilidade de Itu, para dizer à nação, com o pensamento e o coração cheios de idealismo: levai-me convosco!⁹¹²

Para Múcio de Castro, porém, esse foi um plano há muito arquitetado com o objetivo de estender seus tentáculos em busca do poder executivo local. Gerindo os negócios de uma prefeitura do porte de Passo Fundo, junto a indivíduos inversos ao regime vigente, teria César Santos o veículo ideal “para pretensões condenáveis, vinditas, revanchismo, abuso de poder, - tudo feito sutilmente, à sua maneira”.⁹¹³

⁹¹² Acervo César Santos.[Discurso da campanha eleitoral de 1968].

⁹¹³ CASTRO, Múcio de. *Considerações sobre a posição de César Santos face à situação vigente no país*. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Passo Fundo. Passo Fundo, 20 dez. 1968.

À revelia, porém, de diferentes posicionamentos, abertas as urnas e computados os votos, o resultado das eleições em Passo Fundo surpreendeu até o governador Perachi Barcellos. Apesar de Augusto Trein ter recebido 7.836 votos, César Santos com apenas 5.559, foi eleito prefeito de Passo Fundo. Esse resultado prendeu-se ao fato de que a soma das candidaturas do MDB ultrapassou aquela recebida pelos candidatos da legenda situacionista, a ARENA, e César Santos foi o mais votado entre as três candidaturas oposicionistas concorrentes. A diferença entre as legendas foi de 3.145 votos já que o total recebido pelo MDB foi de 14.087 e pela ARENA, 10.942 votos, para um contingente de 31.876 votantes em todo o município.⁹¹⁴

Para Cafruní, esses resultados, foram “os reflexos de uma lei toda de aberrações e incongruências” que em vez de garantir a vitória ao candidato mais votado, Augusto Trein, veio concedê-la a César Santos, que se elegeu “fraco e claudicante apoiado aos ombros de seus rivais inconciliáveis”,⁹¹⁵ referindo-se a Bernardon e Wolmar Salton, seus companheiros de legenda.

Mais consistente foi a vitória do MDB ao Legislativo Municipal. Com maioria na Casa, a administração oposicionista de César Santos, contaria com o apoio de nove vereadores, entre eles, velhos companheiros trabalhistas como, Ernesto Scortegagna e os mais recentes, Centenário do Amaral e Meirelles Duarte, contra apenas seis candidaturas situacionistas, entre as quais, a do ex-trabalhista e integrante da ala rebelde, Rodolfo Rodrigues de Lara.

Pelo que podemos observar, dos grupos em confronto - ala rebelde e Executiva do PTB local - em termos de novos posicionamentos e representatividade política ativa, após os resultados eleitorais de 1968 o quadro que se mostrou foi o seguinte: Menegaz, em final de mandato, e mesmo que Martinelli não tenha concorrido nas últimas eleições municipais e Trein sido derrotado ao executivo local, ainda havia as representações de Rodolfo Lara e Canfield que embora tenha ficado na suplência vez ou outra, poderia assumir seu mandato, todos filiados na Arena. Múcio de Castro e Daniel Dipp, suplentes nas eleições de 1966, quando concorreram à Câmara Estadual e Federal, respectivamente, encontravam-se na mesma situação de Canfield, embora em níveis diferenciados e militando no MDB, partido oposicionista, portanto contrário aos seus antigos companheiros de dissidência trabalhista. Em relação à ala que representava a Executiva Municipal, restavam somente César Santos, eleito prefeito, e Ernesto Scortegana no legislativo local, já que Wolmar Salton derrotado

⁹¹⁴ *O Nacional*, 19 nov. 1968.

⁹¹⁵ *O Nacional*, 18 nov. 1968.

ao executivo municipal, embora tenha aderido ao MDB, encontrava-se em divergências com César Santos. Benoni Rosado e Ney Menna Barreto, após a derrota do PTB em 1963, não mais tiveram seus nomes ligados à política partidária. Menna Barreto, companheiro sempre presente de César Santos durante todo o processo de disputa do PTB com a ala rebelde, não se envolveu nos conflitos desenrolados na SPU.

Os que ascenderam politicamente fora dos quadros municipais, foram os integrantes da ala rebelde Augusto Trein e Romeu Martinelli conquistando pela ARENA, a partir da década de 1970, cargos no legislativo estadual e federal respectivamente.⁹¹⁶

Em razão do resultado eleitoral de 1968, ironia à parte, teria Menegaz que entregar o mandato que fora prorrogado por um ano, ao seu sucessor César Santos. Mas não o fez. Na cerimônia de posse, ocorrida em primeiro de fevereiro de 1969, a transmissão do cargo foi efetuada pelo Secretário da Fazenda, Alcides Tarasconi.⁹¹⁷

Assim, solenemente instalada sua administração, juntamente ao vice-prefeito eleito, Guaraci Barroso Marinho, não conseguiu terminar seu mandato. Em 5 de maio de 1970, aos 66 anos, César Santos faleceu de câncer, mal que no exercício de sua profissão médico-científica, tentou, entre outros, combater.

⁹¹⁶ AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Editora Síntese, [s.d.].

⁹¹⁷ *Diário da Manhã*, 2 fev. 1969.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1945 foi marcado por significativos acontecimentos no cenário político nacional resultado de uma combinação de fatores internos e externos. A vitória de países comprometidos com valores liberais democratas, sobre os regimes nazi-facistas na Segunda Guerra Mundial, foi determinante para questionamentos sobre a manutenção de um regime autoritário que vigorava no Brasil desde 1937. Compelido por diferentes forças, houve a necessidade, por parte do governo brasileiro, de uma abertura e reestruturação política expressos pela convocação de eleições parlamentares e presidencial, assim como a implantação de um sistema pluripartidário de base nacional. A aglutinação de forças que se organizaram nessa nova ordem política expressaram duas correntes: uma de oposição a Vargas através da UDN, outra favorável ao presidente expressas pelo PSD e o PTB. Porém, esse processo de transição, sob a tutela do governo, que contava com o apoio de expressiva camada da população através do movimento queremista, foi interrompido pelo golpe político militar que afastou o presidente do poder em outubro de 1945.

Foi justamente após esse fato, em novembro do mesmo ano, que houve a organização do PTB em Passo Fundo. Segundo Dillon Soares, para o nascimento de um partido é necessário todo um processo de organização e estruturação que o legitime como tal, no sentido de criar vínculos com os demais segmentos sociais. Ao contrário do PSD e da UDN, que embora inexistentes durante o Estado Novo, já possuíam uma estrutura montada, o PTB foi um partido que nasceu de bases precárias em nível municipal, e sem uma consciência política e social formada nas classes que poderiam apoiá-lo e representá-lo.

Embora as classes operárias locais estivessem organizadas em sindicatos, não existiam lideranças capazes de unir as classes em torno de si. Nem mesmo João Andrade, chefe do Posto do Ministério do Trabalho, instituição que agregava as organizações

sindicais, demonstrou possuir essa capacidade. O fato é que não havia uma mobilização, uma organização e uma conscientização das classes populares, no sentido de uma participação na vida política nacional.

E esse foi um problema que se refletiu na formação do PTB de Passo Fundo. De composição diferenciada àquela que o conformou inicialmente em âmbito estadual e nacional, formada essencialmente de sindicalistas, o PTB local agregou em sua organização um extrato social variado composto além de trabalhadores, comerciantes, sindicalistas, também de uma pequena elite intelectual e política, que dominou o partido até sua extinção em 1965.

Mas, embora, de formação diversificada, o grupo que se aglutinou em torno do PTB local tinha como liame unificador o *getulismo*, e a exemplo de sua organização estadual, se originou da dissidência que resultou na ala trabalhista do PSD, assim também como do movimento queremista. Nesse sentido, sob o prisma dos trabalhadores e sindicalistas, nasceu em defesa da manutenção dos ganhos trabalhistas concedidos por Vargas, mas em relação a “elite de letrados” em seu interior, também a uma ação fortemente orientada de ascensão política e conquista do poder.

Nessas circunstâncias, não houve a emergência de lideranças expressivas de trabalhadores e sindicalistas, nem após a adesão ao PTB em posições de destaque na direção e em disputas políticas eleitorais. Assim, foram se desligando do partido ao longo de seu processo de consolidação. Desse modo, o PTB local, embora tenha se formado em sua origem por uma maioria de trabalhadores, não foi um partido dessa classe e nem voltado para os interesses da mesma, uma vez que não direcionou ações nesse sentido, a não ser para a emergência política de seus dirigentes. Esse vazio de lideranças foi preenchido pela elite política local emergente representada por César Santos.

Quando retornou a Passo Fundo em março de 1945 César Santos já era portador de méritos médico-científicos e intelectuais que ultrapassavam as fronteiras do Rio Grande do Sul. E foi pela autoridade que esses méritos lhe outorgaram que granjeou e firmou posições de destaque também na sociedade local.

De origem libertadora, definiu sua postura nessa nova ordem política ao aderir primeiramente no movimento queremista e, após, ao PTB. Pelo domínio verbal e cognitivo que possuía, se sobressaía nos eventos em que participava, assim como pelo trato pessoal com que distinguia os demais. Sua clínica médica se constituiu também num espaço de ações beneméritas, conquistando assim significativa popularidade em Passo Fundo. A política serviu não só para firmar sua posição social e render maior poder e prestígio, mas

também para alcançar objetivos ligados preferencialmente à saúde pública, defendendo na área projetos no Legislativo estadual e federal.

Organizado o partido, a ordem imperativa era iniciar o processo de consolidação que não foi fácil e muito menos pacífico. Quando o PTB entrou no cenário político local, quem dominava a cena era o PSD, sigla partidária em que se abrigaram históricas forças políticas conservadoras como Ferreira Filho, Bittencourt de Azambuja e Nicolau Vergueiro, oriundas do PRR e do PL. Contava, também, esse partido com a adesão de Túlio Fontoura, proprietário do *Diário da Manhã*, destacado *vergueirista*, que fez do jornal importante instrumento de defesa do partido através de forte oposição não só ao PTB, mas a tudo que se relacionava a Getúlio Vargas.

Como forma de se estabelecer como força política, houve primeiramente, por parte do PTB, a necessidade de romper com a dominação oligárquica que imperava. Para tanto, uniu-se à UDN, partido ideologicamente oposto, conquistando já em 1947, com Armando Annes, o poder executivo municipal. Quebrado esse importante elo de poder, foi gradativamente ampliando esse espaço e se apossando também de posições em âmbito estadual e federal, até afastar e neutralizar de vez o domínio do PSD. Em 1950, já era a maior força eleitoral em Passo Fundo. O sucesso do PTB, nitidamente marcado pela associação com a figura carismática de Getúlio Vargas, projetou no cenário político nomes que se tornaram referência nessa área de atuação como César Santos, Daniel Dipp, Romeu Martinelli, Augusto Trein, Wolmar Salton, Arthur Canfield, Múcio de Castro, Benoni Rosado, os mais expressivos.

Apesar de haver a entrada das classes menos favorecidas no processo eleitoral, na representação política do PTB local houve o predomínio de candidatos de nível educacional privilegiado, a maioria de educação universitária, como advogados - a maior incidência -, professores, médicos, funcionários públicos, militares, jornalistas, assim como comerciantes, tricultores e industrialistas. Houve, também, a participação da classe operária, mas através de inexpressiva representação que se situou somente em nível municipal.

Pela dimensão eleitoral, pelo predomínio e pela expressão que o PTB granjeou, teve como produtos graves e permanentes dissensões. Cedo iniciaram questionamentos à ação autoritária, personalista e centralizadora da direção partidária local que tinham como alvo, disputas pelo poder. Essas marcas características permearam a trajetória do partido por violentos conflitos e expulsões, fatos que contribuíram para que a história do PTB local fosse marcada por singulares acontecimentos de graves repercussões.

Passo Fundo foi uma base política regional de expressiva importância, não somente do PTB, mas de todas as demais agremiações partidárias que atuavam no cenário político. Como pólo regional, a cidade se constituía em ponto convergente, praticamente obrigatório, das candidaturas que postulavam cargos em âmbito estadual e federal. Aqui estiveram, por exemplo, Getúlio Vargas, João Goulart, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, Adhemar de Barros, Marechal Lott, Egydio Michaelson, Ildo Meneghetti, entre outros.

Afora os conflitos extrapartidários, o PTB enfrentou também problemas de ordem doméstica, os mais aguerridos. O embate entre César Santos e Daniel Dipp ocorreu por divergências quanto à indicação do partido à candidatura de Leonel Brizola ao governo estadual. Essa oposição atingiu tal intensidade que o partido dividiu-se em duas alas antagônicas: na Executiva Municipal, sob o comando de César Santos, e na ala rebelde, liderada por Daniel Dipp.

Eleito governador, Brizola se constituiu na base de apoio da direção municipal do partido, envolvendo-se diretamente no processo de pacificação da “família trabalhista”, fato que não ocorreu. Diante da amplitude do foco de divergências que se formou em Passo Fundo e das razões que o motivaram, a oposição da ala rebelde era uma ameaça à posição de Brizola no município. Porém, a bem consolidada articulação que havia entre o local e o estadual e também o nacional, foi um anteparo às investidas rebeldes, impedindo, dessa forma, que tomassem posições de mando no interior do partido.

Daniel Dipp era um político profissional. No momento em que iniciaram as divergências com o PTB local encontrava-se em pleno exercício da atividade parlamentar. Já “contaminado” com as idéias reformistas de Ferrari, questionava o personalismo de João Goulart e Brizola à frente do partido. Contava, nessa oposição, com o apoio da maioria da bancada trabalhista local, entre outros adeptos. Pretendia na liderança da ala rebelde uma reestruturação na Executiva Municipal, que acusava de formar uma oligarquia personalista, autoritária, “dona do partido”. Por essa razão, a permanência de César Santos no comando do PTB local, defendida por Brizola, foi peça de fundamental importância nesse jogo de interesses. Por outro lado, César Santos além de *getulista* era também um *brizolista* convicto.

Após um processo pautado por acirrado embate e tentativas infrutíferas de pacificação entre as partes, nas quais se envolveram além da Executiva Estadual, Leonel Brizola e até João Goulart, a ala rebelde foi expulsa do PTB em 1959. A gravidade e amplitude desses conflitos deixaram marcas profundas e cicatrizes abertas. Os rebeldes não

esqueceram e não se conformaram com o ato de expulsão que consideraram injusto, autoritário e arbitrário. Menos ainda com a permanência de César Santos na direção do partido, o que representou uma vitória sobre suas posições e ambições.

A situação de revanche começou a se delinear pela adoção das forças oposicionistas locais “anti-PTB” da ampla coalizão que elegeu Meneghetti ao governo do Estado, em 1962. Sob essa aliança formada pela ADP mais o MTR - sigla da ala rebelde -, Mário Menegaz se elegeu prefeito municipal. Essa conquista foi importante para novas investidas dos rebeldes contra o presidente do PTB. Ao se constituir no canal que expressava esses objetivos, Menegaz se transformou na figura que buscou sem tréguas e sem descanso aniquilar o poder de César Santos.

A derrota do PTB nas eleições de 1963 ocorreu num período em que já não mais havia o mesmo comprometimento de César Santos com ganhos eleitorais e mesmo com o partido em si. Desde 1954, ao término de seu mandato na Câmara Federal, não mais disputou cargos políticos. Vargas havia se suicidado e Brizola já se encontrava afastado do cenário político estadual desde que entregou o mandato a Meneghetti, no início de 1963. Aos poucos foi se afastando da política-partidária e direcionando seus interesses para áreas mais afins com sua formação, como por exemplo, a acadêmica. Demonstrou com essas atitudes um certo desencantamento com a política. O PTB, já desgastado por conflitos internos, vinha passando por um processo gradativo e ascendente de enfraquecimento desde a última vitória eleitoral de 1958. Prova disso foi a tímida e descomprometida campanha eleitoral que, sem lutas, possibilitou a vitória de Mário Menegaz. O AI-2, decretado em 1965, veio encontrar o PTB enfraquecido e decadente, sem resquícios sequer da pujança que o caracterizou como a maior força política local, no pós-1945.

As atividades de César Santos centravam-se, além das profissionais correntes e na presidência do PTB, também na direção da SPU, sociedade que presidia desde sua fundação em 1950. Idéia que surgiu do professor Antônio Donin foi adotada por um grupo de segmentos da sociedade local, que teve como finalidade a implantação em Passo Fundo de escolas superiores de ensino. Mais tarde incorporou-se à luta, também, Reissoly, irmão de César Santos. E foi para esse espaço de sua atuação que a ala rebelde levou as divergências que iniciaram no espaço político partidário em busca de revanches e acertos de contas.

A ação dos rebeldes chegou até a SPU pela crise deflagrada na Faculdade de Agronomia. Sob a alegação de problemas que inviabilizavam seu funcionamento a direção daquela escola suspendeu as atividades escolares à revelia da direção da Sociedade Pró-

Universidade. Essa atitude se constituiu em porta de entrada de novos embates, mas foi também, portadora de sérias e graves consequências para César Santos.

Desde a campanha eleitoral de Menegaz, havia um compromisso *inter pares* para a interferência do governador Meneghetti nos assuntos internos da SPU. A crise da Agronomia e o golpe civil-militar de 1964 possibilitaram e aceleraram a ingerência não só do Estado, mas também da ala rebelde na Sociedade. Concorreram, também, para a tentativa de aniquilação dos petebistas locais. Vereadores e ex-prefeito, acusados de extremistas e subversivos, foram detidos e enviados a Porto Alegre para averiguações. Em tempo, César Santos entendendo a gravidade da situação, rumou para o centro do país em “viagem de estudos”.

Por conta do “espírito e objetivo” do Ato Institucional de 1964, publicado poucos dias após a tomada do governo pelos militares, Meneghetti decretou a intervenção estadual na SPU, sociedade essa regida por uma economia privada. Tal atitude baseou-se, além da situação política favorável, também no recurso de uma interpretação manipulada pelo governador, às orientações enviadas pelo Ministro da Educação relativas ao problema. A ação de Meneghetti sobre o assunto primou por distorções. Após relatórios, contestações, processos, que chegaram ao Ministro, a ordem de Suplicy de Lacerda de cessar a intervenção e reintegrar imediatamente César Santos no cargo do qual havia sido afastado, sequer foi cumprida. Mas era muito tarde para retrocessos. Meneghetti já estava muito comprometido com o caso. O governador ficaria numa difícil situação, e o Ministro por certo entendeu quando silenciou sobre a ação estadual. A intervenção foi finalmente levantada, mas o ato “legal” de dissolução da antiga direção e a formação de uma outra, afastou terminantemente César Santos daquela Sociedade. No processo de intervenção na SPU, o governador foi nada mais do que peça fundamental no jogo armado pela ala rebelde para afastar César Santos do comando daquela sociedade.

O cerco à SPU em 1967, quando a instituição foi retomada por César e Reissoly Santos, Mário Hoppe e Wilson Lopes, se constituiu na paisagem fiel do que possibilitou 1964: uma revolução particular do prefeito em nome da preservação do ensino superior em Passo Fundo. O prédio da Faculdade de Direito se transformou, também, no palco onde ocorreu o ato final das investidas da ala rebelde contra César Santos.

Em relação às ações de Menegaz existiu não só a colaboração e concordância de Ildo Meneghetti, mas uma bem estruturada base de sustentação atuando na retaguarda, orientando e endossando essas atitudes, expressas pela ala rebelde. As participações mais ostensivas e diretas foram as de Romeu Martinelli, Múcio de Castro e Jorge Cafruni, os

dois últimos, pelas páginas de *O Nacional*. Daniel Dipp, que havia liderado a primeira investida contra César Santos, e que não mais exercia cargos eletivos, posicionou-se à distância, embora com nítida e presente atuação. Houve, também, o empenho ativo do presidente do diretório local do PSD, em mãos do advogado Antônio Knoll.

Mário Menegaz, na liderança desse novo tempo de ação contra César Santos, foi um personagem que quando militava no PTB, não mostrou envolvimento com o partido, ao contrário dos demais integrantes da ala rebelde. Foi passiva sua contribuição em termos político-partidários, centrando-se sua busca no alcance de notoriedade e projeção. Prova disso, foi a campanha eleitoral e a administração que realizou sob intensa propaganda publicitária, e a pompa de sua posse no cargo de prefeito em 1964, sem precedentes na história política de Passo Fundo. Outro acontecimento que lhe concedeu notoriedade foi, sem dúvida nenhuma, o cerco à SPU em 1967, espetáculo que excedeu as fronteiras estaduais. Na reorganização partidária do pós-1964, filiou-se à Arena, juntamente com Trein, Martinelli e Canfield. César Santos, Daniel Dipp e Múcio de Castro optaram pela sigla que representava a oposição ao governo militar, o MDB.

Ligou-se, assim, a intervenção na SPU, no que tange a posição do governador, numa questão política. César Santos era presidente do PTB, partido à frente do governo federal na ocasião do golpe militar, e de oposição histórica ao PSD em âmbito estadual e, por sua vez, ao regime imposto em 1964. Quanto ao envolvimento da ala rebelde na decisão, ao atingir o espaço acadêmico, local de atuação de César Santos, pode-se dizer que se centrou em questões nitidamente pessoais, revanches, acertos de contas. Essa ação era uma questão de honra. A expulsão do partido sofrida em 1960 necessitava de um revide à altura.

Mas, César Santos não esmoreceu pela derrota sofrida. Em busca de alcançar novamente o poder político, concorreu às eleições municipais de 1968 e beneficiado pela lei eleitoral das sub-legendas foi eleito prefeito de Passo Fundo, mandato interrompido com sua morte em 1970.

Na contenda com a SPU, César Santos estava praticamente sem apoio político partidário. Nem mesmo Ney Menna Barreto, seu mais fiel aliado contra a ação da ala rebelde, se envolveu nesses conflitos. Seu apoio se restringiu apenas ao espaço político-partidário. Contou praticamente com o respaldo de seu irmão Reissoly na defesa dos direitos de ambos, chegando em determinados momentos a tomar somente para si o embate. Reissoly Santos, como juiz de Direito e desembargador, tinha ciência dos trâmites jurídicos que o caso requeria. Mas, nem mesmo esses conhecimentos somados a

expressividade social de César Santos foram anteparos suficientes às ações que possibilitaram o contexto após 1964.

De considerável importância no processo político iniciado em 1945, foi a participação da imprensa local, pelos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*. Inimigos de longa data, Múcio de Castro e Túlio Fontoura, viram nas disputas eleitorais a oportunidade para reavivar antigas diferenças, comportando-se como verdadeiros partidos políticos, como duas forças paralelas àquelas institucionalizadas que se enfrentavam no espaço político-partidário.

Da mesma forma atuaram nos conflitos internos que permearam por um determinado período, a trajetória do PTB local, cada um tomando para si a defesa das alas em que se dividiu o partido, contribuindo sobremaneira para a violência e o acirramento em que se transformou a contenda entre as partes. Múcio de Castro, em defesa da ala rebelde, revelou-se um incansável e ferrenho adversário de César Santos depois de haver, inclusive, militado no PTB e ter sido eleito deputado estadual por aquela legenda. Por sua vez, Túlio Fontoura, embora pertencesse ao PSD, defendia César Santos não somente por laços de amizade, mas também como forma de atingir Múcio de Castro. Quando esses conflitos se deslocaram do espaço político-partidário para a SPU essa divisão de apoio permaneceu e se tornou mais acirrada ainda, chegando Túlio Fontoura a enfrentar o governador Meneghetti ao questionar sua intervenção na SPU, ação que considerou inconstitucional, arbitrária e revanchista.

A prática da política em Passo Fundo, como forma de manifestação partidária, se constituía em fator de considerável expressão e forte mobilização. Diante da consistência de fatos e acontecimentos e da riqueza de fontes disponíveis - com maior destaque à imprensa local - a história política consiste, independente de credo partidário num manancial inesgotável de informações ainda a explorar. Muitos pontos vieram à tona no presente estudo que possibilitam e carecem de investigações. Nem mesmo a formação e a consolidação do PTB local se esgota nesse trabalho devido à complexidade de práticas e ações que permearam esse processo.

Nessa investigação, tivemos a oportunidade de percorrer o caminho que levou o PTB local a impor e consolidar sua supremacia na denominada Metrópole da Serra, assim também os fatores que levaram ao seu enfraquecimento e derrota final. Esse percurso permeado por graves dissensões permitiu aos atores principais da trama, beneficiados por contextos políticos diferenciados, conceder o poder, ora a um, ora a outro grupo em litígio, possibilitando por essa razão, ações em benefícios de suas causas e desejos. Assim, todos

os personagens que fizeram parte desse jogo político foram importantes para o desenrolar dos acontecimentos. Porém, a determinação de César Santos de se manter no poder do PTB local durante duas décadas, embora a acirrada oposição sofrida, assim como a contribuição inquestionável na formação da Universidade de Passo Fundo, fez de sua figura ator político marcante na história contemporânea local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese, [s.d.].
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- JUNGBECK, Benhur. Perigo Iminente: a segunda guerra mundial na leitura da imprensa passo-fundense. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2005.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubistschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1991*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.12, nº23/24, set.91 – ago.92.
- BOTH, Agostinho. *A criação da universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: as articulações dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CASTRO, Flávia Lages de. *História do direito: geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.
- CHACON, Vamirech. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- CORREA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1991.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições da Era Vargas*. (Org.), Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DEIFRUS, René. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DIEHL, Astor. *Do método histórico*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.
- FACULDADE de Agronomia, uma caminhada. 1961-1963. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1983.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FELIX, Loiva Otero. *História e memória. A problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Da universidade/UFRGS; MEC/SESul/PROEDI, 1998.
- FERRARI, Fernando. *Minha campanha*. Rio de Janeiro: Globo, 1961.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- FLEICHER, David Verge. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.) *Região e nação na América Latina*. Brasília – São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, Imprensa Oficial, 2000.
- FRANCO, Álvaro; MARIA, Senhorinha. Panteão Médico Rio-grandense. *Síntese cultural e histórica*. Progresso e evolução da medicina no Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.
- FÜRER, Maximiliano Cláudio Américo. *Resumo de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.
- GUIA Ilustrado comercial, industrial e profissional do Município de Passo Fundo. Passo Fundo: Guias ilustrados municipais, 1939.
- GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo – Rio de Janeiro: Vértice, Revista dos Tribunais, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- GUARESCHI, Elydo Alcides. *O processo de construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 2001.
- HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*. Canoas: Logos, v.11, n.1. maio 1998.
- HERMES, Lima. Notas sobre a natureza do poder político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Universidade de Minas Gerais. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 1, dez. 1956.
- HISTÓRIA ilustrada do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: JÁ Editores, 1988.
- INDICADOR de Passo Fundo. Passo Fundo: [s.e., s.d.].
- KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 4.ed. São Paulo: Palas Athena, 2000.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, [s.d.].

- NEVES, Lucilia de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. (org.). Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil* (Descobrimos o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- NIVALDO JÚNIOR, José. *Maquiavel: o poder*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, Georg; P. LARIÉS; LE GOFF, Jacques. *História e nova História*. Lisboa: Teorema, [s.d.].
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Depoimento. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1979 e 1981. Apud: D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & poder*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PRATES, Ana Maria. *A trajetória de Nicolau Vergueiro na história política de Passo Fundo* (1930-1932). Dissertação de Mestrado, 2001.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RODHEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul* (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1988.
- ROSSATO, Ricardo. *Universidade: nove séculos de história*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- SABINO, Vicente Junior. *Divórcio: teoria-prática-legislação-formulários*. São Paulo e Rio de Janeiro: Brasilivros, 1979.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio a Castelo Branco*. 1930-1964. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. (1930-1964). 3.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- TRINDADE, Helgio. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições* (1823-1990) Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.
- NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica Berthier, 1995.
- VECHIO, José. Apud. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

- VERDI, Valdemar Cirilo. *Soledade: das sesmarias dos monges barbudos e das pedras preciosas*. Não Me Toque: Gesa-Prefeitura Municipal de Soledade, 1987.
- VIEIRA, Maria do Pillar do Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha;
- ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de História*, São Paulo: PUC-SP, n. 4, jun.1985.

FONTES PRIMÁRIAS

- Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Passo Fundo.
- Acervo César Santos.
- *Correio do Povo*
- Dossiê Mário Menegaz
- Dossiê Murilo Annes
- Jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*. (Período de 1945-1970)
- Livro de Atas Nº 1 da SPU
- Revista do Globo